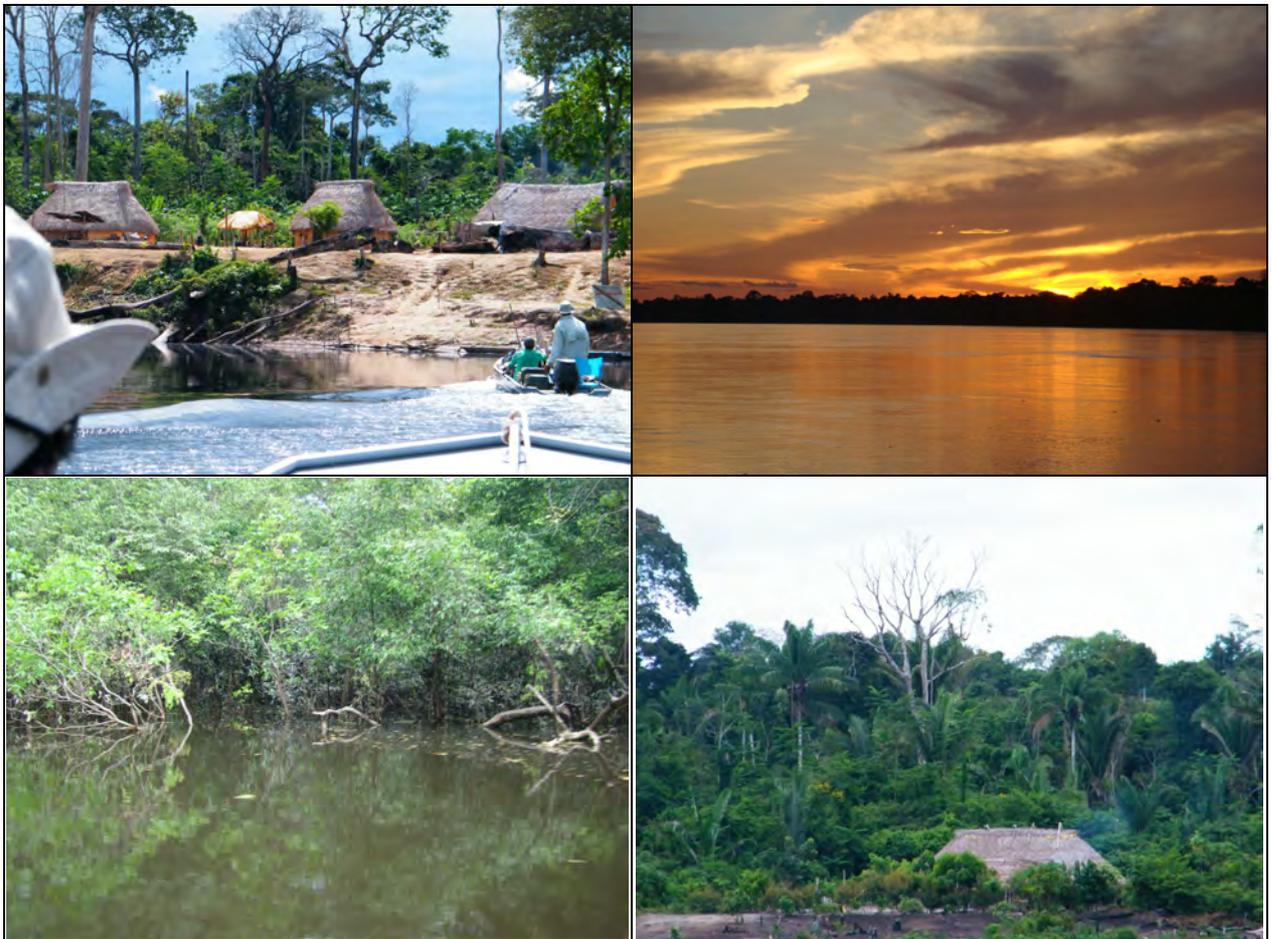

ESTUDOS DO COMPONENTE INDÍGENA DAS UHE SÃO MANOEL E FOZ DO APIACÁS

Terras Indígenas Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká



Agosto de 2010

Sumário

	Página
APRESENTAÇÃO.....	005
1. INTRODUÇÃO	006
2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS	008
2.1 Levantamento de Dados Secundários.....	008
2.2 Levantamento de Dados Primários.....	009
2.3 Reuniões com as Comunidades Indígenas.....	011
3. CARACTERIZAÇÃO DAS ETNIAS	012
3.1 Etnia Kayabi	012
3.1.1 Histórico	012
3.1.2 Atividades Produtivas	017
3.1.3 Aspectos Culturais e Rituais dos Kayabi.....	019
3.2 Etnia Apiaká	019
3.2.1 Histórico	019
3.2.2 Atividades Produtivas	023
3.2.3 Aspectos Culturais e Rituais dos Apiaká	026
3.3 Etnia Munduruku	027
3.3.1 Histórico	027
3.3.2 Atividades Produtivas	030
4. CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS	033
4.1 Influências Externas	033
4.1.1 Usinas Hidrelétricas Projetadas para a Região e Estudos Realizados	033
4.1.2 Unidades de Conservação	034
4.1.3 Principais Estradas da Região	039
4.1.4 Processos Minerários	040
4.1.5 Vegetação, Desmatamento e Agropecuária	041
4.2 Terra Indígena Kayabi.....	042
4.2.1 Acesso	043
4.2.2 População.....	044
4.2.3 Infraestrutura	047
4.2.4 A Questão Fundiária	050
4.2.5 Aspectos Físico-Bióticos	054
4.3 Terra Indígena Munduruku.....	072
4.4 Terra Indígena Pontal dos Apiaká	074
5. CARACTERIZAÇÃO DOS MODOS DE VIDA.....	075
5.1 Aldeias na Terra Indígena Kayabi.....	075
5.1.1 Aldeia Kururuzinho	075
5.1.2 Aldeia Minhocoçu.....	112
5.1.3 Aldeia Tukumã	113
5.1.4 Aldeia Coelho	117
5.1.5 Aldeia São Benedito.....	120
5.1.6 Aldeia Mairowi.....	124
5.1.7 Aldeias da Etnia Munduruku.....	145

5.2	Terra Indígena Munduruku	145
5.2.1	Contextualização	145
5.2.2	Deslocamentos	146
5.2.3	Regiões e Aldeias	147
5.2.4	Aldeias dos Campos e Aldeias Ribeirinhas.....	148
5.2.5	Índios dos Campos e Índios dos Rios	149
5.2.6	Acesso a Bens Industrializados.....	149
5.2.7	Educação	150
5.2.8	Percepções do Mundo e Práticas Sociais	150
5.2.9	Habitação.....	152
5.2.10	Alimentação	152
5.2.11	Saúde e Serviços Básicos	153
5.2.12	Agricultura	158
5.2.13	Criação de Animais	159
5.2.14	Caça.....	160
5.2.15	Pesca.....	161
5.2.16	Culinária	162
5.2.17	Artesanato e Possibilidade de Geração de Renda	162
5.3	Terra Indígena Pontal dos Apiaká	163
5.4	O Rio Teles Pires e Seu Significado para os Índios	163
6.	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS	167
6.1	Terra Indígena Kayabi.....	169
6.1.1	Aldeia Kururuzinho	169
6.1.2	Aldeia Mairowi	173
6.2	Terra Indígena Munduruku	174
6.3	Terra Indígena Pontal dos Apiaká	175
7.	EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO INDÍGENA EM RELAÇÃO ÀS USINAS HIDRELÉTRICAS	176
7.1	Introdução	176
7.2	As Reuniões.....	176
7.3	Os Esclarecimentos.....	177
7.4	As Manifestações da Comunidade	178
7.4.1	Demarcação da Terra.....	178
7.4.2	Infraestrutura	179
7.4.3	Capacitação	180
7.4.4	Outras Observações.....	181
7.5	Conclusão.....	181
8.	IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS	182
8.1	Impactos Potenciais.....	182
8.1.1	Pressão sobre as terras e culturas indígenas.....	183
8.1.2	Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar	184
8.1.3	Interferência na flora e fauna terrestre	185
8.1.4	Alteração da relação dos índios com a atividade turística.....	185
8.1.5	Aumento da incidência de doenças na população indígena.....	186
8.1.6	Modificações do regime fluvial	186
8.1.7	Contratação de indígenas nas atividades de implantação do empreendimento	187
8.1.8	Aumento no trânsito de veículos	187
8.1.9	Impactos na qualidade da água	187
8.1.10	Impactos do adensamento populacional	188
8.1.11	Aumento da especulação imobiliária	189
8.1.12	Dinamização da economia	189

8.1.13	Geração de expectativas na população indígena	189
8.2	Matrizes de Impactos Potenciais	191
8.2.1	UHE São Manoel.....	191
8.2.2	UHE Foz do Apicás	192
8.2.3	UHE São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires	193
8.3	Caracterização dos Efeitos de Sinergia dos Empreendimentos Hidrelétricos no rio Teles Pires	194
9.	MEDIDAS E PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	198
9.1	Medidas Mitigadoras, de Controle e Compensatórias	198
9.2	Programas socioambientais.....	200
10.	EQUIPE TÉCNICA	205
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206
ANEXOS	214

Siglas e Abreviaturas

- AER** – Administração Regional (Funai)
- APA** – Área de Proteção Ambiental
- DAF** – Diretoria de Assuntos Fundiários (Funai)
- DNPM** – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
- DSEI** – Distrito Sanitário Especial indígena
- EIA** – Estudo de Impactos Ambientais
- EPE** – Empresa de Pesquisa Energética
- FLONA** – Floresta Nacional
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- FUNASA** – Fundação Nacional de Saúde
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICV** - Instituto Centro Vida
- INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- ISA** – Instituto Socioambiental
- PCH** – Pequena Central Hidrelétrica
- PE** – Parque Estadual
- PAC** – Plano de Aceleração do Crescimento
- PARNA** – Parque Nacional
- PI** – Posto Indígena
- PIX** – Parque Indígena do Xingu
- PNRH** – Plano Nacional de Recursos Hídricos
- PPTAL** – Programa de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
- RIMA** – Relatório de Impactos ao Meio Ambiente
- SEMA/MT** – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso
- SPI** – Serviço de Proteção aos Índios
- TR** – Termos de Referência
- TI** – Terra Indígena
- UHE** – Usina Hidrelétrica
- USP** – Universidade de São Paulo
- SEDUC** -Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso

APRESENTAÇÃO

Em 2008 e 2009, foram realizados estudos preliminares sobre as Terras Indígenas Kayabi e Munduruku, no contexto dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) das UHE Foz do Apiacás e São Manoel, atendendo a solicitações de Termos de Referência da SEMA/MT e do IBAMA, respectivamente. Cabe notar que os referidos estudos não contaram com trabalhos de campo específicos nas citadas Terras Indígenas.

Visando subsidiar o licenciamento ambiental dessas UHE, a Funai emitiu um TR dirigido à EPE – Empresa de Pesquisa Energética para a elaboração de “Estudos Socioambientais do Componente Indígena, no Âmbito do EIA/RIMA dos Projetos UHE Foz do Apiacás e São Manoel”.

No início de 2010, a EPE procedeu a processo de licitação para elaboração desses estudos, consubstanciado na TP.EPE.001-2010. A empresa vencedora foi a Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda., que ora apresenta os resultados dos serviços.

Neste sentido, e após esta Apresentação, o Capítulo 1 discrimina os objetivos dos estudos e as atividades a serem desenvolvidas, conforme definido na citada TP e de acordo com o enunciado do TR da FUNAI. Em seguida, o Capítulo 2 explicita a metodologia empregada na elaboração do trabalho, destacando os levantamentos realizados, tanto os iniciais de dados secundários, com indicação das principais fontes pesquisadas, como a descrição dos trabalhos de campo efetuados para a obtenção dos dados primários, além de discriminar as reuniões realizadas nas comunidades indígenas visitadas.

O Capítulo 3, por sua vez, apresenta a caracterização das etnias estudadas, com base em fontes secundárias, enquanto o Capítulo 4 caracteriza as Terras Indígenas que poderão ser impactadas pela implantação das UHE, bem como examina os diversos fatores externos – de infraestrutura, ambientais e econômicos – já presentes ou projetados, que influenciam a região e exercem pressões sobre os territórios indígenas. Já o Capítulo 5 descreve o modo de vida nas aldeias presentes nas Terras Indígenas estudadas, com ênfase nos trabalhos de campo, enquanto o Capítulo 6 analisa as relações dos grupos indígenas estudados com a sociedade envolvente e com os outros grupos indígenas. Em continuidade, o Capítulo 7, com base nas reuniões ocorridas e nos depoimentos colhidos em campo, apresenta as expectativas das comunidades visitadas em relação às usinas projetadas.

Em seguida, o Capítulo 8 examina os impactos socioambientais derivados da construção das UHE, de acordo com as metodologias apresentadas nos respectivos EIA/RIMA, procurando estabelecer cenários que considerem os efeitos sinérgicos decorrentes da implantação dos diversos projetos previstos para a região. A partir destas análises, o Capítulo 9 propõe as medidas mitigadoras e compensatórias para o conjunto dos impactos apontados.

O Capítulo 10 apresenta a equipe técnica encarregada dos trabalhos, enquanto o Capítulo 11 relaciona as fontes bibliográficas consultadas em sua elaboração. Por fim, o Capítulo 12 anexa um conjunto de informações de interesse do estudo.

1. INTRODUÇÃO

Em seu Anexo I – Projeto Básico, a TP.EPE.001-2010 assinalou como objetivo “a elaboração do estudo do componente indígena para as UHE São Manoel e Foz do Apiacás, no que compete à avaliação nas aldeias das etnias Kayabi e Apiaká, localizadas na Terra Indígena Kayabi, conforme recomendado no TR da FUNAI”, excetuando o seu item d) “Levantamento da área de uso e outras informações sobre índios isolados” da seção “Conteúdos dos Estudos do Componente Indígena”, que serão alvo de contratação específica para prestação de serviços.

Como atividades a serem realizadas, foram elencadas:

- Programar a realização de levantamentos de dados primários em todas as Aldeias das etnias Kayabi e Apiaká na Terra Indígena Kayabi, considerando a participação de indígenas nas equipes de campo;
- Levantar dados secundários sobre as terras e etnias indígenas envolvidas, abrangendo informações sobre as Aldeias da etnia Munduruku (Terra Indígena Kayabi), da Terra Indígena Pontal dos Apiaká (em estudo – etnia Apiaká) e da Terra Indígena Munduruku (etnia Munduruku). Esta pesquisa deve incluir: o Levantamento Etno-ecológico da Terra Indígena Munduruku, elaborado pelo Programa de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL/FUNAI; os relatórios de estudos de identificação e ampliação de terras indígenas na região, realizados no âmbito da Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF/FUNAI, pelo Grupo Técnico instituído pela Portaria nº 1023, de 12/09/2008; e estudos e relatórios referentes à criação do Parque Nacional do Juruena;
- Programar a realização de reuniões com as comunidades indígenas, para: apresentação da equipe, dos objetivos e metodologia dos trabalhos; apresentação dos empreendimentos, dos processos de licenciamento ambiental e das especificidades em relação às terras indígenas; apresentação dos resultados dos EIA/RIMA e dos estudos complementares; colher novas questões eventualmente apresentadas pelas comunidades indígenas para abordagem nos estudos;
- Programar a realização de reuniões com a EPE, para acompanhamento dos estudos;
- Realizar o estudo enfocando o cenário atual de interações entre as comunidades indígenas, os recursos naturais da região e a sociedade envolvente, além da relação dos grupos indígenas com os rios que atravessam ou delimitam suas terras;
- Realizar os estudos de forma a permitir sua integração aos EIA/RIMA dos projetos;
- Elaborar análise integrada do contexto regional e dos impactos ambientais e sociais dos projetos de aproveitamento hídrico na região, suas interações e sinergias;
- Elaborar cenários para avaliação dos impactos ambientais das UHE São Manoel e Foz do Apiacás, de acordo com as possibilidades de implantação;
- Realizar o estudo garantindo o cumprimento da legislação vigente e das normas estabelecidas.

Com base nestas orientações foi elaborado o presente estudo, procurando-se traçar um retrato das Terras Indígenas potencialmente impactadas pela implantação das UHE São Manoel e Foz do Apiacás, assim como das populações indígenas ali residentes.

Deve-se levar em consideração, entretanto, que em reuniões prévias ocorridas com a participação das lideranças indígenas, técnicos da EPE e da FUNAI, os representantes da etnia Munduruku consideraram que não iriam participar dos trabalhos, não permitindo a ida da equipe técnica a suas aldeias. Contudo, não iriam obstaculizar a passagem das embarcações pelo rio Teles Pires, enfatizando que não deveriam ser realizadas paradas nas aldeias ou mesmo registro fotográfico.

Assim, os trabalhos relativos à etnia Munduruku foram realizados com base unicamente em fontes secundárias, enquanto aqueles referentes às etnias Kayabi e Apiaká contaram, além do suporte bibliográfico, com visitas às suas aldeias localizadas ao longo dos rios São Benedito e Teles Pires. Nestas ocasiões, além do rico convívio com os moradores das aldeias, houve a possibilidade de serem realizadas entrevistas com algumas de suas principais lideranças, além de grupos de interesse, como mulheres, jovens, professores e encarregados dos serviços de saúde e saneamento.

Resumidamente, considerando a complexidade dos estudos, pode-se afirmar que o levantamento dos dados secundários (primeira etapa da investigação) objetivou compor uma espécie de pano de fundo para o trabalho de campo e para a análise subsequente, bem como para o levantamento e análise das intervenções planejadas na bacia do rio Teles Pires e de informações sobre a região que irá se configurar como o entorno imediato das Terras Indígenas.

2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS

A investigação antropológica e ambiental na região em estudo assume contornos específicos em função de uma análise mais abrangente, que inclui as áreas em torno das Terras Indígenas, que as pressionam diretamente, e das intervenções propiciadas pela instalação dos empreendimentos hidrelétricos.

Neste sentido, foi realizado um intenso esforço de pesquisa, que compreendeu o exame de uma variada gama de documentos, estudos, mapas, dados estatísticos, consultas pela Internet, visitas e entrevistas com órgãos e entidades atuantes na região e relacionados com os grupos indígenas ali localizados, dentre outras fontes de informações procuradas. De modo especial, o trabalho de campo efetuado permitiu um contato mais próximo com os moradores das aldeias dos povos Kayabi e Apiaká localizadas na Terra Indígena Kayabi, ocasião em que, através de visitas, entrevistas, reuniões e o próprio convívio com seus habitantes, foram obtidas valiosas informações sobre os seus modos de vida, atividades desenvolvidas, temores e expectativas quanto à possibilidade de modificações em seus cotidianos em função dos empreendimentos propostos para serem implementados na região.

2.1 Levantamento de Dados Secundários

Considerando-se a complexidade dos estudos, pode-se afirmar que o levantamento dos dados secundários (primeira etapa da investigação) objetivou compor uma espécie de pano de fundo para o trabalho de campo e para a análise subsequente, bem como para o levantamento e análise das intervenções planejadas e de informações sobre a região que irá se configurar como o entorno imediato das Terras Indígenas.

Dentre as análises requeridas no Projeto Básico que orienta o presente trabalho, são solicitadas informações sobre a Terra Indígena Pontal dos Apiaká, ainda em processo de delimitação e demarcação, sob a responsabilidade do Grupo Técnico instituído pela Portaria nº. 1023, de 12/09/2008, no âmbito da Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI. Também em consonância com o Projeto Básico, são solicitados ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade estudos e documentos referentes à criação do Parque Nacional do Juruena. Até a data de fechamento deste relatório, ambos os documentos não estavam disponíveis para consulta.

Em função da complexidade de temas a investigar e das análises pretendidas, as fontes pesquisadas na etapa de levantamento de dados secundários foram de natureza diversificada, envolvendo, entre outros:

- Documentos históricos sobre a região e as populações indígenas;
- Produção acadêmica sobre as Terras Indígenas;
- Documentos jurídicos sobre as Terras Indígenas;
- Mapas das Terras Indígenas;
- Outros mapas da região;

- Imagens satélites;
- Metodologia e estudos da FUNAI no âmbito do PPTAL – a esse respeito deve-se destacar que foi disponibilizado somente o Quarto Produto do Relatório Integrado do Levantamento Etnoecológico da Terra Indígena Munduruku, datado de novembro/2006;
- Dados e informações da FUNASA, incluindo informações obtidas em visita ao Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, localizado em Colider – MT e responsável pelo atendimento à saúde dos grupos indígenas residentes na Terra Indígena Kayabi, além das informações obtidas junto aos Técnicos de Enfermagem responsáveis pelos Postos de Saúde localizados nas aldeias Kururuzinho (Kayabi) e Mairowi (Apiaká);
- Dados e informações da FUNAI;
- Dados e informações do ISA – Instituto Socioambiental;
- Estudos ambientais sobre a região;
- Projetos hidrelétricos para os rios da região;
- Vídeos e documentários sobre as etnias em estudo.

2.2 Levantamento de Dados Primários

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 16 de maio e 02 de junho de 2010 por equipe assim composta: uma antropóloga, um engenheiro agrônomo, uma especialista em comunicação e cultura, um economista e um biólogo. Eram objeto do trabalho de campo todas as aldeias das etnias Kayabi e Apiaká localizadas na Terra Indígena Kayabi. As comunidades de etnia Munduruku, habitantes daquela TI, decidiram pela não realização dos presentes estudos, de forma que suas aldeias não foram delimitadas como objeto.

Durante o transcorrer desta campanha, a equipe técnica permaneceu nas aldeias Kururuzinho (Kayabi) e Mairowi (Apiaká), deslocando-se para as demais aldeias e pontos de interesse, como as áreas dedicadas à agricultura, locais de pesca, locais de coleta, trilhas de caça, entre outros.

Além das aldeias que serviram de sede da pesquisa, foram ainda visitadas as aldeias de São Benedito, Coelho, Tukumã e Minhocucu, ocasiões em que foram efetuadas entrevistas com as suas principais lideranças presentes, pajés, professores, Agentes Indígenas de Saúde – AIS, Agentes Indígenas de Saneamento – AISAN, com os técnicos de enfermagem da FUNASA responsáveis pelos Postos de Saúde, grupos de jovens, grupos de mulheres, além de outros moradores, especialmente os mais idosos e as lideranças jovens. Acompanhou-se saídas de indígenas em suas atividades de caça, de pesca, de coleta e de lavoura, procurando-se observar as formas como desenvolvem as suas atividades e os instrumentos utilizados. Mais que isso, em visitas às casas – e também nas visitas que os moradores faziam aos alojamentos da

equipe técnica – foi possível verificar, através de conversas informais e observações diretas, o cotidiano das famílias, como cuidam de seus afazeres, as relações dos pais com seus filhos, seus desejos e expectativas em relação ao futuro, entre outros aspectos. Foram também desenvolvidas junto aos índios atividades de produção de mapas com a distribuição espacial das habitações e equipamentos das principais aldeias – Kururuzinho e Mairowi.

Em todos os núcleos de habitação investigados, houve muito entrosamento entre a equipe de pesquisa e a população indígena, que deu, sem dúvida, uma importante colaboração para o esforço, conjunto, de retratar a realidade.

Na chegada à aldeia Kururuzinho, tanto a equipe técnica quanto a equipe de apoio foram recebidas pelos índios, que cumprimentaram um a um os seus componentes com uma saudação de boas-vindas em língua Kayabi. Os índios, particularmente os jovens, foram também extremamente prestativos no descarregamento dos barcos e transporte de bagagens até o “alojamento”: um grande barracão de madeira com telas em portas e janelas, chão de cimento e telhado de amianto, onde foram instaladas redes em dois dos compartimentos laterais e improvisou-se uma cozinha no compartimento central.

É interessante notar que os integrantes da equipe de apoio, embora moradores e trabalhadores de regiões próximas à Terra Indígena, nunca haviam tido o menor contato com índios. Ficaram totalmente sensibilizados e encantados com o modo de viver e de se relacionar dos índios: permeados pela simplicidade, afeto, solidariedade, generosidade, e, enfim, coletividade.

Diariamente, ao final da tarde, tanto na aldeia Kururuzinho quanto na aldeia Mairowi (vide Foto 2.2-1 abaixo), a cozinheira da equipe recebia a visita de grupo de mulheres e crianças indígenas, aos quais, em contrapartida, servia um pequeno lanche.



Foto 2.2-1 - Crianças Apiaká em alimentação coletiva na aldeia Mairowi

2.3 Reuniões com as Comunidades Indígenas

Durante os trabalhos de campo foram realizadas cinco reuniões gerais nas aldeias visitadas, a saber:

- Em 18 de maio, na aldeia Kururuzinho. Reunião com a participação de técnicos da EPE e da FUNAI e do Chefe do Posto Indígena, além da equipe técnica, para apresentação dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos. Com cerca de 80 participantes, estavam também presentes, além dos moradores da Aldeia Kururuzinho, lideranças Kayabi das demais aldeias dessa TI, outras lideranças Kayabi vindas especialmente do Parque Indígena do Xingu – PIX, lideranças Apiaká da aldeia Mairowi e lideranças Munduruku das aldeias Teles Pires e Sapezal. Na ocasião foram expostos os resultados dos EIA/RIMA das UHE São Manoel e Foz do Apiacás e procurou-se dirimir as principais dúvidas existentes sobre as obras propostas e possíveis impactos sobre as populações indígenas. Houve uma intensa discussão sobre estes assuntos, com a reunião sendo interrompida pelos próprios indígenas sem que todos os aspectos envolvidos tivessem sido devidamente elucidados.
- Em 19 de maio, na aldeia Kururuzinho. Reunião entre a equipe técnica, lideranças e moradores da aldeia Kururuzinho, com cerca de 10 participantes. Com o objetivo de iniciar os trabalhos da pesquisa, foram enfocados os principais aspectos de interesse, explicitando-se as formas como se dariam as entrevistas e visitas às aldeias. Procurou-se ainda responder às dúvidas que permaneceram da reunião da véspera em relação aos empreendimentos projetados, estabelecendo-se um contato mais próximo entre os participantes. Foi ainda solicitada – e concedida – permissão para que os técnicos fizessem o registro fotográfico das atividades. Na ocasião foram designados Elenildo, Donivaldo e Mazinho como representantes dos Kayabi para compor a equipe e acompanhar os trabalhos.
- Em 25 de maio, na aldeia Kururuzinho. Reunião de encerramento da pesquisa entre os Kayabi, com aproximadamente 15 participantes, entre lideranças e representantes dos grupos de jovens e de mulheres entrevistados. Após os agradecimentos pela acolhida da equipe na aldeia, foram discutidas as principais reivindicações da comunidade, tendo em vista a proximidade da Terra Indígena Kayabi às obras previstas.
- Em 27 de maio, na aldeia Mairowi. Reunião entre a equipe técnica, lideranças e moradores desta aldeia Apiaká, a qual compareceram cerca de 20 participantes. Assim como anteriormente ocorrera em Kururuzinho, foram apresentados os objetivos da pesquisa que estava sendo realizada e a metodologia empregada, além de realçada a importância da participação dos moradores para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Também nessa aldeia foi solicitada a permissão para que fossem tiradas fotografias, no que a equipe técnica foi prontamente atendida. Foram indicados Romildo, Ivenaldo e Pedro como representantes dos Apiaká para acompanhamento dos trabalhos.
- Em 29 de maio, na aldeia Mairowi. Reunião de encerramento da pesquisa entre os Apiaká, com aproximadamente 30 participantes, além da equipe técnica. Esta reunião foi precedida por outra, realizada somente entre os moradores da aldeia, para discussão e organização da pauta de reivindicações a serem apresentadas.

3. CARACTERIZAÇÃO DAS ETNIAS

3.1 Etnia Kayabi

3.1.1 Histórico

Os Kayabi caracterizam-se como um povo de tradição guerreira que habitava as margens do rio Tatuý (atual rio dos Peixes) até suas cabeceiras, daí se estendendo pelo Rio Verde e a bacia do Paranatinga (atual Teles Pires), até as imediações do rio Peixoto de Azevedo, no Estado do Mato Grosso.

Eles falam a língua Kayabi, pertencente à família lingüística Tupi-Guarani, do tronco Tupi, assim classificada pela primeira vez pelo etnólogo alemão Max Schmidt, em 1927, com a coleta de 24 palavras (*apud* GRÜNBERG, 2004, p. 58), quando entrou em contato com esses índios no Posto Pedro Dantas do SPI, no rio Verde.

As primeiras referências aos Kayabi encontram-se nos depoimentos de índios de outras tribos que viviam na região, transcritos por participantes das expedições que percorreram o Brasil Central a partir do século XVIII e mais intensamente no século XIX.

Considerando nesses depoimentos a presença de outras características que distinguem os Kayabi, seja a localização do território, a bravura ou o monopólio que exerciam sobre os machados de pedra, o que constituía o principal motivo dos conflitos interétnicos, Georg Grunberg, antropólogo austríaco, levanta a hipótese de que, em várias ocasiões, os Kayabi foram mencionados com denominações de outras etnias (Travassos, *in* COELHO, 1993, p. 449).

É de se ressaltar também que eles aparecem, sistematicamente, nas fontes históricas de informação, como os inimigos tradicionais dos Bakairi.

Dessa forma, quando os Apiaká, conduzidos a Cuiabá, em 1818, pela expedição de Antônio Peixoto de Azevedo, informam ao cônego José da Silva Guimarães, autor do mais importante trabalho etnográfico sobre esta nação, que precisavam enfrentar três tribos no rio dos Peixes para coletar as pedras próprias para a fabricação de machados, (sugere GRÜNBERG, 2004, p. 34) que eles estão se referindo aos Kayabi, ao usarem as denominações: Tapanhóna, Tapanhónauhúm ou Timoanas.

Documento anônimo, da mesma época, denomina Tapaúma: os senhores dos locais de extração de pedras nas fontes do rio dos Peixes.

Em 1819, Peixoto de Azevedo é atacado por índios durante uma expedição em que descobriu que os rios Três Barras, São Manoel e Paranatinga eram idênticos. Sobre os agressores, os Munduruku que o acompanhavam informaram tratarem-se dos Parabitatá, cujo território começava acima da confluência do rio Verde e se estendia até o rio que recebeu posteriormente o nome de Peixoto de Azevedo, precisamente o território tradicional dos Kayabi. (GRÜNBERG, p.35)

Na relação de tribos organizada pela então recém criada Diretoria Geral dos Índios da Província de Matto Grosso, em 1848, os Kayabi são mencionados como: "Índios

bravios e indômitos, que habitavam a margem do Paranatinga, acima do salto, de número desconhecido e inimigos dos Bakairi” (FERREIRA, 1905, *apud* GRÜNBERG, 2004, P.38). Dez anos depois, a relação hostil entre as duas etnias é confirmada no relatório de 1858, da mesma diretoria.

Em 1850, aparece publicada pela primeira vez a denominação tribal Cajahi, para designar os inimigos dos Bakairi, no relatório do viajante francês Francis de Castelnau, que colheu os dados junto aos Apiaká com os quais estabeleceu contato durante estadia em Diamantino, em 1844 (GRÜNBERG, 2004, P.38).

Karl Von den Steinen, etnógrafo alemão, em duas expedições de pesquisa ao Brasil Central, em 1884 e 1887, estudou os Bakairi e por intermédio destes soube que “num passado remoto houve concórdia entre as duas tribos” (Steinen, 1940, *apud* Travassos, *in* COELHO, 1993, p. 448). Os Kayabi apareceram na zona dos Bakairi para morar com eles, estabelecendo-se junto de um ribeirão próximo. Pouco depois, nasceram as desavenças, motivadas pelo monopólio dos machados de pedra. A permanência das hostilidades foi constatada por Steinen que, na aldeia do Paranatinga, encontrou duas moças Kayabi, de 18 e 22 anos de idade aproximadamente, que haviam sido aprisionadas, ainda crianças, quando de um ataque dos Bakairi (Steinen, 1886 *apud* GRÜNBERG, 2004, p.41).

Pelos relatos históricos, conclui-se que os conflitos interétnicos envolvendo sistema de trocas, rapto de crianças, captura de cabeças-troféu e rituais, se constituíam como padrão de relacionamento dos Kayabi e outras tribos do Tapajós.

Até hoje, os Kayabi realizam um ritual chamado Ywaci ou Djawasi que, em seu contexto original, necessariamente, se seguia à captura e decapitação de um ou mais inimigos, cujos crânios eram exibidos como troféus e quebrados posteriormente. Atualmente, a festa acontece em homenagem a um visitante, ou nos encontros de vários grupos Kayabi, sendo o inimigo morto substituído por um boneco: o “añang”.

A narrativa de Kupeap, filho do falecido e prestigiado chefe Kayabi Temeoni, (colhida pela antropóloga Elizabeth Travassos (*in* COELHO, 1993, p. 457) no Parque do Xingu, em abril de 1981), mostra como os Kayabi constroem sua auto-imagem, centrada na atividade guerreira. Ainda segundo Travassos, o relato evidencia uma época em que os Kayabi passaram por uma forte transição tecnológica e cultural, devido à substituição dos instrumentos de pedra pelos de metal, forçando-os a uma maior aproximação com os brancos que, ao mesmo tempo, invadiam seu território para a exploração dos seringais.

Kupeap descreve uma sucessão de combates contra seis etnias, além dos brancos: Munduruku, Apiaká, Beijo-de-pau ou Suiá, Canoeiros, Txicã e Crenacarore. A primeira guerra foi contra os Munduruku: motivada pela necessidade de obtenção dos instrumentos metálicos, que aqueles já possuíam, e a última, contra os Caraíbas (*idem*).

Outra manifestação de hostilidade dos Kayabi motivada pelo interesse nos objetos de metal foi registrada no relatório de viagem pelo oficial da Comissão Rondon, Antonio Pyrineus de Sousa, organizador dos primeiros dados etnográficos sobre o grupo. Ele comandou uma expedição que, em 1915, percorreu o rio Teles Pires e entrou em contato com numerosos Kayabi que habitavam, mata adentro, as duas margens do

rio. Os viajantes foram bem recebidos enquanto tiveram facões e machados para oferecer como presentes, mas, quando esses acabaram, sofreram perseguições e ameaças de morte.

Quando, em 1927, Max Schmidt (*apud* RIBEIRO, 1980, p. 188 e Travassos *in* COELHO, 1993, p. 457) esteve no Posto Indígena Pedro Dantas, tomou conhecimento que os Kayabi passaram a distribuir os instrumentos de ferro que recebiam do Serviço de Proteção aos Índios, assim como faziam antes com as pedras.

Na segunda metade do século XIX, as frentes nacionais de expansão penetraram a Bacia do Tapajós para a exploração da borracha. A presença dos primeiros seringueiros foi observada pelo geógrafo inglês Chandless, em 1861, na embocadura do rio Teles Pires com o Juruena.

A atividade se expandiu pelos afluentes ocidentais do Arinos, atraindo centenas de seringueiros para a região. Em 1902, foi fundada a Collectoria de Rendas do Estado do Mato Grosso, cujos comandantes promoveram massacres da população indígena, levando, segundo Grunberg, à extinção dos Apiaká como tribo.

A segunda área de penetração foi o Alto Teles Pires. Em 1899, os seringueiros avançaram ao longo das matas ribeirinhas do Alto Paranatinga e do Rio Verde. Segundo Cojazzi (*apud* GRÜNBERG, 2004, p. 47), "os Kayabi resistiram encarniçadamente à invasão de seu território, mataram os seringueiros e levaram as cabeças para suas aldeias".

Na tentativa de pacificar os Kayabi, foram empreendidas, sem sucesso, várias expedições. De acordo com Grünberg (2004, p. 50), "os Kayabi mantiveram sua atitude de resistência ativa pelo menos até 1927, o que teve como consequência sua dizimação, mas preservou a tribo como um todo fechado".

Os conflitos se estenderam até a metade do século XX. Depois da retração associada à queda do preço da borracha, por volta de 1914, a 2ª guerra mundial estimulou a retomada da exploração dos seringais na região amazônica.

Em 1951, os seringueiros e, incluídos alguns garimpeiros, alcançaram pela primeira vez a embocadura do rio dos Peixes no Arinos, onde se deu, em 1953, o primeiro contato pacífico com os Kayabi, que aos poucos foram se integrando no trabalho do seringal.

No entanto, a política de colonização desenvolvida pelo governo do Mato Grosso nos anos 50 dividiu a região em glebas para alienação do estado. Segundo Bartomé Meliá (*in* COELHO, 1993, p. 500), fato relevante para os índios do rio dos Peixes, no período, se constituiu na implantação, em 1955, de uma colônia de agricultores gaúchos na margem direita do Médio Arinos, pela Companhia Colonizadora Noroeste Mato-Grossense Ltda. (CONOMALI). Essa implantação deu origem ao município Porto dos Gaúchos e permitiu a entrada maciça de colonos para novas cidades – Novo Horizonte e Juara – que não tardariam a pretender todas as terras caiabis. Diante desta primeira ocupação estável em seu território (GRÜNBERG, 2004, p. 51), observa que os Kayabi não tiveram uma reação agressiva.

Ao mesmo tempo, as pressões exercidas pelas invasões sucessivas de seringueiros, garimpeiros e colonos, com os constantes conflitos, as moléstias e a atuação ineficiente, em muitos momentos, dos Postos Indígenas do Serviço de Proteção dos Índios, forçaram os Kayabi a recuarem no seu território, encontrando-se, em 1950, distribuídos em três áreas. Um grupo isolou-se nas proximidades do rio dos Peixes. Alguns se instalaram às margens do rio Teles Pires, entre a confluência do rio Verde e do rio Peixoto de Azevedo, atraídos pelos Postos do SPI a partir da década de 20, ou em afluentes dos rios Arinos e Juruena, envolvendo-se com o trabalho nos seringais ou com trocas comerciais com regatões. Outro grupo desceu o rio Teles Pires em direção ao Alto Tapajós, fixando-se no Posto Indígena Kayabi, na região do Cururuzinho, onde hoje está a Terra Indígena Kayabi. Em 1953, foi fundada uma "feitoria" no Médio Teles Pires, a 373 km abaixo do Posto Indígena José Bezerra, no centro da região ocupada pelos Kayabi, fechando-lhes a possibilidade de um recuo maior, rio abaixo.

No final de 1949, alguns Kayabi entraram em contato com os irmãos Villas-Boas, durante a Expedição Roncador-Xingu e diante da situação opressiva que estavam vivendo, resolveram aceitar a proposta dos referidos indigenistas de transferência para o Parque Indígena do Xingu (PIX). A mudança se deu progressivamente. Em 1955, chegaram 40 Kayabi do rio Teles Pires e, em 1962, a maior parte dos índios do Alto e Médio Teles Pires já se encontrava no Parque Nacional do Xingu, fundado em 1961. A operação durou até 1966, com a migração dos habitantes do rio dos Peixes, incluindo a aldeia do chefe Temeoni. Alguns índios que ficaram em Tatuí estavam ligados ao Padre João Evangelista Dornstauder, missionário e cientista austríaco, que teve um importante papel na mediação entre índios e seringueiros, que o respeitavam. O Padre desenvolveu um trabalho social, criando o Posto Santa Rosa, em 1958, para o atendimento, em separado, dos Erigpactsó (Canoeiros do Alto Juruena), cuja pacificação ocorreu com a colaboração dos Kayabi. O mesmo padre criou também o Posto Tatuí, em 1960, para atendimento dos Kayabi.

Nessa época, Wilhelm S.V.D. Saake em visita a Dornstauder, no Posto Santa Rosa, registrou as seguintes impressões sobre os Kayabi:

Esta tribo tupi há dez anos era ainda tão arisca e distante da civilização moderna como há pouco ainda os Canoeiro. Já alcançaram hoje um grau de aculturação bastante elevado que, entretanto, deixou intactos importantes bens culturais, particularmente a alma índia, como por exemplo, festas, cantos, danças, além de muito da cultura material. (SAAKE, 1962 apud GRÜNBERG, 2004, p. 68, 69)

No Xingu, os Kayabi participaram ativamente da administração do Parque, antes mesmo da sua fundação. No entanto, a transferência de território nunca foi consensual no grupo e os que se mudaram sempre expressaram o desejo de voltar para suas terras tradicionais.

Segundo a antropóloga Berta Ribeiro (1980) o território tribal ratifica a identificação étnica de um grupo, "na medida em que o mapa cosmológico, caracterizado por acidentes geográficos referidos na mitologia, confirma sua origem em determinado local".

Neste sentido, é esclarecedor o depoimento de Mairawé, índio Kayabi, encarregado do Posto Indígena Diauarum, no norte do PIX:

Para nosso povo, o mundo foi criado em vários lugares e o lugar de criação dos Kayabi é o Tapajós. Lá é que nós temos nossos lugares sagrados e que não podemos ver desde que fomos transferidos para o Xingu. (entrevista a FOLHETIM, suplemento da FOLHA DE S. PAULO, 23/04/1978, p. 8).

Dessa forma, não pode deixar de ser considerado um possível retorno dos Kayabi que vivem no Parque do Xingu para o rio Teles Pires.

Por outro lado, depois de um prolongado afastamento, nos fins dos anos 70, os Kayabi do rio dos Peixes, do rio Teles Pires e do Xingu retomaram os contatos através de visitas recíprocas, transmissões por rádio, trocas de fitas gravadas e de projetos, fortalecendo-se assim política e culturalmente.

Paralelamente, vem ocorrendo um fenômeno de crescimento populacional, após a tragédia demográfica provocada pela forma violenta de ocupação das terras Kayabi, pela falta de assistência e pela disseminação desenfreada de doenças a partir das primeiras décadas do século XX. Klinton Vieira Senra (*in* GRÜNBERG, 2004, p. 256) calcula que em 30 ou 40 anos o grupo tenha perdido aproximadamente de 60 a 70% de sua população.

Esse quadro começou a se reverter mais acentuadamente a partir da década de 70. Segundo levantamentos, no Xingu, a taxa de crescimento populacional dos Kayabi, entre 1970 e 1999, foi em torno de 4,5% ao ano. No rio Teles Pires, havia 148 índios em 1955, 54 em 1966, (redução do contingente também em função da migração para o Xingu) e 70 em 2000.

Segundo dados da FUNASA disponíveis no site do Instituto Socioambiental, a população Kayabi em 2006, era de 1.619 indivíduos, a maioria habitante do PIX que, em 2000, de acordo com a mesma fonte em conjunto com a USP, reunia 758 Kayabi. A TI Batalão, a única formada só pela etnia Kayabi, tem atualmente 150 habitantes. Na TI Kayabi moram cerca de 190 pessoas dessa etnia.

Em relação às demais áreas onde se encontram índios Kayabi em convívio com outros grupos indígenas, não foram encontrados dados discriminados por etnia.

De acordo com as informações veiculadas no site do ISA, a população Kayabi ocupa, atualmente, seis áreas:

- TI Kayabi no Baixo Teles Pires, em conjunto com os Apiaká e Munduruku;
- Parque Indígena do Xingu, na região do Posto Indígena Diauarum;
- TI Apiaká-Kayabi, localizada no rio dos Peixes ou Tatuy, onde convivem com remanescentes Apiaká;
- TI Batalão, no rio Batalão, ao lado das cabeceiras do rio dos Peixes, nos municípios de Juara, Nova Canaã do Norte e Tabaporã;
- TI Rio Arraias, localizada no município Marcelândia, contigua ao limite oeste do PIX, onde também habitam os Yudja;
- TI Umutina, em áreas dos municípios de Barra do Bugre e Alto Paraguai, onde convivem representantes de sete etnias.

Quanto à ocupação do território, de acordo com as fontes documentais, os Kayabi sempre tiveram aldeias grandes e pequenas, concomitantemente. Relatos antigos, como o de Antonio Pyrineus de Souza, oficial da Comissão Rondon que percorreu a região do rio Teles Pires em 1915, sugerem a existência, desde pequenos agrupamentos unifamiliares, até grandes grupos residenciais englobando centenas de pessoas.

Malocas sazonais para a época de plantação, colheita, caça e pesca, parecem ter existido também antigamente, como assinala o mapa elaborado pelo Padre João Dornstauder.

Segundo Senra (*in* GRÜNBERG, 2004, p. 264), no Xingu foi encorajada a tendência pela reunião em grandes aldeias, principalmente com o intuito de facilitar os tratamentos de saúde e de manter uma relação eficiente e constante com os órgãos administrativos, ONG e com outros índios. No entanto, após algum tempo, os Kayabi, em consonância com uma marcada característica sociocultural do grupo, acabaram se espalhando pela área do Parque ao longo dos rios Xingu, Manitsawá-Miçu e Arraias.

As aldeias Kayabi são organizadas em torno de parentelas muito independentes centradas em torno de um chefe, sendo esta independência um traço cultural marcante e conscientemente defendido pelos índios.

Os dois modos de assentamentos, explica Senra (*in* GRÜNBERG, 2004, p. 265), são vistos como complementares numa concepção do espaço como uma totalidade, uma rede que interconecta social e culturalmente as diversas aldeias e os diversos sub-ambientes.

Os Kayabi passaram por um processo que, em determinado momento, parecia caminhar para o desaparecimento. Todavia, segundo Senra (*in* GRÜNBERG, 2004, p. 290, 291), da contradição decorrente da convivência obrigatória com dois mundos, germinou um processo de conscientização e objetivação da cultura como um instrumento de construção de identidade étnica.

Em 1995, por iniciativa do líder político Mairawê Kaiabi, foi criada a Associação Terra Indígena Xingu – Atix, unindo representantes de quase todas as etnias presentes no Parque. Através dela, estão sendo desenvolvidos projetos voltados para a sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural, que relacionam os Kayabi moradores das três áreas, Teles Pires, Rio de Peixes e Xingu.

Sem isso (a cultura, o conhecimento tradicional) a gente não é nada. Não adianta a luta política, a gente estar aqui lutando, porque (...) sem a nossa cultura, se os nossos filhos não sabem trançar uma peneira, se a gente perder a língua, a gente não é nada (...).(Mairawê Kaiabi, in Grünberg, 2004, p. 289)

3.1.2 Atividades Produtivas

Quanto às atividades produtivas, com base nas informações levantadas para subsidiar os EIA das UHE São Manoel e Teles Pires, essas populações vivem substancialmente da pesca e da caça.

Um levantamento realizado pela FUNAI de Colíder em 2007 permitiu registrar algumas das espécies capturadas pelos índios da Terra Indígena Kayabi: pintado (*Pseudoplatystoma fasciatum*), surubim (*Pseudoplatystoma tigrinum*), cachara (*Pseudoplatystoma punctifer*), atrinxã (*Brycon falcatus*), pacu, ferrugem, pacu-açu (*Myloplus rubripinnis*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), jundiá (*Leiarius marmoratus*), pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), piranambu (*Pirinampus pirinampu*), tracajá (*Podocnemis unifilis*) e tartaruga (*Podocnemis expansa*).

A caça envolve a captura das espécies, assim conhecidas pela população indígena: anta, tamanduá-bandeira, preguiça, porção, queixada-branca, caititu, cotia, paca, tatu, veado, macaco (aranha, prego, preguinho, pregão), guariba, mutum, jacu, jacutinga, lambu-açu, macuco, jacamim, pato, marreco, arara, papagaio, maracanã, periquito.

Cabe lembrar que os Kayabi são um grupo com uma forte tradição agrícola, que se manteve apesar da transferência de território. Sua horticultura é muito diversificada, compreendendo dezenas de variedades de plantas cultivadas e um sistema agrícola bastante elaborado.

Há dois tipos básicos de roças Kayabi: as polivarietais de mandioca e as de policultivo. Nas primeiras, planta-se, quase que exclusivamente, diversas variedades de mandioca utilizadas para a produção de farinha, beijus e mingaus. Nas roças de policultivo, são cultivadas diversas espécies que exigem melhores solos (áreas de terra preta): milho, algodão, amendoim, batata, cará, banana, fava, cana-de-açúcar, abóbora, melancia.

Atualmente, na aldeia Kururuzinho, segundo relatos de índios aos técnicos do ISA, vem ocorrendo uma simplificação do sistema agrícola, embora em menor intensidade que nas aldeias do rio dos Peixes, onde a mudança nos hábitos alimentares se refletiu numa descaracterização da agricultura tradicional.

Estes índios coletam castanha-do-pará, para consumo e comercialização e palha de babaçu, para cobertura das casas.

Com relação à cultura material, segundo Berta Ribeiro (1980), os símbolos materializados em objetos marcam etnocentricamente a identidade de um grupo. Hoje em dia, o chamado *artesanato indígena* representa uma possibilidade de geração de renda e está sendo produzido com essa finalidade também. Os Kayabi têm uma cultura material elaborada e grandemente diversificada, sendo a cestaria e o trabalho de madeira atividades artesanais masculinas e a cerâmica e a tecelagem, femininas. Os itens mais expressivos são: peneiras; apás (um tipo de peneira); e cestos confeccionados pelos homens, ornamentados com grande variedade de complexos padrões gráficos que representam figuras da rica cosmologia e mitologia do grupo.

O trabalho artesanal feminino mais elaborado é a tecelagem do algodão para a fabricação das redes e tipóias. Em 2004, por iniciativa de Aturi Kaiabi, morador do Xingu, foi desenvolvido o projeto Kaiabi Araa de resgate das técnicas de cestaria e tecelagem entre os grupos do rio dos Peixes, da TI Kayabi e do Parque Indígena Xingu. Atualmente, outros itens bastante confeccionados pelas mulheres são os colares de tucum liso ou com figuras geomórficas.

O projeto também envolve manejo de botânica, com importação de espécies para o Xingu, e tem um alcance simbólico, político, cultural, além de incluir a possibilidade de geração de renda e, principalmente, de estreitar a união dos grupos Kayabi.

3.1.3 Aspectos Culturais e Rituais dos Kayabi

Poucas informações se têm sobre os aspectos culturais e rituais dos índios da etnia Kayabi na literatura pesquisada. Poder-se-ia aqui descrever alguns de seus rituais, como as suas danças e canções, bem como sobre a atividade artesanal. Porém, como foi realizado um levantamento de campo exaustivo sobre essas questões junto às comunidades indígenas da etnia Kayabi presentes na TI Kayabi, essas informações já se encontram apresentadas no capítulo 5, referente aos seus modos de vida, onde poderão ser melhor consultadas.

3.2 Etnia Apiaká

3.2.1 Histórico

Dentre as etnias indígenas objeto deste estudo, os Apiaká, apesar de inúmeras referências, principalmente a partir do século XIX, são os índios que contam com a menor quantidade de estudos recentes, mesmo com seu rico histórico de resistência. Exceção a isso é estudo recente apresentado na Universidade de Brasília em 2009¹, que veio preencher a lacuna existente em informações e análises a respeito desta etnia. As informações apresentadas nesse item foram baseadas no mencionado estudo.

Na verdade, os índios Apiaká chegaram a ser considerados extintos até a década de 1980, recuperando a condição de visibilidade a partir de sua participação junto a outros povos indígenas de Mato Grosso, na resistência à instalação de empreendimento hidrelétrico no rio dos Peixes.

Eles viviam originalmente na bacia do rio Tapajós, entrando em contato com elementos não indígenas, principalmente a partir de meados do século XIX, com a intensificação da exploração da borracha. Recrutados como mão-de-obra para os seringais, ficando longos períodos fora das aldeias, os Apiaká foram se espalhando por toda a região da seringa e começaram a se casar com imigrantes nordestinos, negros e índios de outras etnias, enfraquecendo assim sua unidade política, o que os levou ao abandono paulatino de sua língua, costumes e tradições.

No final do século XIX e início do século XX, os Apiaká foram ainda alvo de severos massacres, principalmente por parte dos seringalistas, o que quase os levou à completa extinção. Após o período de lutas na Barra de São Manoel, no início do século XX, os Apiaká foram também vítimas de epidemias e se dispersaram espacialmente: alguns explorando os seringais nativos a mando de patrões; outros se internando na mata, na região do rio São Tomé.

¹ TEMPESTA (2009a). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Antropologia.

Muitos dos Apiaká que aceitaram o contato com não-índios acabaram casando com integrantes de outras etnias, como os Munduruku e os Kayabi ou até mesmo com os “arigós” (migrantes nordestinos).

Com o tempo os Apiaká foram abandonando as aldeias localizadas junto aos rios menores, indo se instalar em torno da Missão Franciscana do Cururu, no estado do Pará, e em seringais, ao longo dos rios Juruena e Teles Pires.

Na década de 1960, a convite do padre jesuíta João Dornstauder, algumas famílias mudaram-se para o Posto Tatuí (Missão Anchieta), no rio dos Peixes, criado para assistir aos Kayabi. Mais tarde, estas famílias deixaram o Posto e fundaram a aldeia Nova Esperança, em 1975, para onde também migraram famílias Munduruku ligadas a eles por laços de compadrio.

Nos anos 1970, foram estabelecidos contatos mais frequentes com os parentes residentes na região do rio Cururu, sendo alguns índios atraídos, posteriormente, para viver no rio dos Peixes, trazendo junto alguns Munduruku, que, em alguns casos, se tornaram seus cônjuges.

Segundo Klein (2009), em 1978 havia 71 índios Apiaká na Terra Indígena Apiaká-Kayabi (Rio dos Peixes), mas parte desta população acabou migrando nos anos seguintes para cidades da região, principalmente, Juara e Porto dos Gaúchos.

Já em 1990, com a vinda de outras famílias indígenas provenientes do Pará, os Apiaká somavam um contingente de 92 pessoas, distribuídas em diferentes aldeias.

Estima-se hoje uma população Apiaká entre 800 a 1.000 indivíduos: moradores em aldeias da Terra Indígena Apiaká-Kayabi, nas aldeias da Terra Indígena Kayabi (rio Teles Pires) e ainda na Terra Indígena Pontal dos Apiaká, em processo de criação, registrando-se também a presença de índios Apiaká em aldeias, ou até em terras indígenas específicas de outras etnias, ou ainda em cidades da região.

A pesquisa já citada anteriormente traz dados relativamente recentes, com relação aos contingentes de diferentes aldeias onde vivem os Apiaká, como evidenciado no Quadro 3.2-1 que se segue:

Quadro 3.2-1
Aldeias Apiaká em 2007

Nome da Aldeia	Ano de fundação	Parentela mais influente	Número de habitantes	Localização
Bom Futuro	1976	Kamassori	58	Margem esquerda do rio Teles Pires, curso baixo, TI Munduruku, PA
Figueirinha	1998	Morimã	33	Margem direita do rio dos Peixes, curso médio, TI Apiaká-Kaiabi, MT
Mairowi	1997	Kamassori	93	Margem esquerda do rio Teles Pires, curso baixo, TI Kayabi, MT
Mayrob	1982	Morimã	208	Margem direita do rio dos Peixes, curso médio, TI Apiaká-Kaiabi, MT

Nome da Aldeia	Ano de fundação	Parentela mais influente	Número de habitantes	Localização
Minhocuçu	Anos 1990	-	10	Margem direita do rio Teles Pires, curso médio, TI Kaiabi, MT
Pontal	2006	Kamassori	14	Margem direita do rio Juruena, curso baixo, MT
Vista Alegre	Anos 1990	Morimã	14	Margem direita do rio Teles Pires, curso baixo, TI Munduruku, PA
Total			430	Obs.: Não estão incluídos os ribeirinhos, nem os Apiakás vivendo em territórios de outras etnias ou em cidades amazônicas.

Fonte: TEMPESTA 2009a, pág. 180.

Cabe ressaltar que a aldeia Minhocuçu, considerada por esta fonte como aldeia Apiaká, é reconhecida pela Funai e pelos índios da TI Kayabi como aldeia Kayabi. O chefe da família de moradores dessa aldeia é da etnia Apiaká, porém casado com uma Kayabi.

O mesmo trabalho indica que estas aldeias são unidas por laços de parentesco e compadrio, mas se constituem em unidades políticas independentes, e a relação entre seus moradores circula entre solidariedade e rivalidade. Afirma, ainda:

"Pode-se dizer que o mais importante fator de coesão do povo Apiaká no presente é a história comum que sustenta a luta atual pela terra, ou seja, a memória coletiva constitui o fundamento da identidade étnica e da articulação supra-aldeã". (TEMPESTA 2009a, págs. 249-250)

[...]

"As duas aldeias politicamente mais importantes são Mayrob (no rio dos Peixes) e Mairowi (no rio Teles Pires). [...] A fundação do Mairowi deu-se no contexto da reestruturação política iniciada nos anos 1980. [...] Em 2006, dando seguimento ao processo de retomada do território tradicional Apiaká, foi fundada a aldeia Pontal, na margem direita do Juruena (curso baixo)" (Idem, págs. 250-251).

Explica, também, que os Apiaká de Mayrob estabeleceram uma relação paternal com os Apiaká de Mairowi e do Pontal, ressaltando que aqueles seus parentes "vivem longe da cidade e não conhecem bem as leis dos brancos" (Idem, pág.251).

Configura-se, assim, a existência de dois blocos micro-regionais de aldeias Apiaká, com três famílias predominantes: os Morimã, os Kamassori, e os Paleci. No rio dos Peixes o centro político é a aldeia Mayrob, com liderança da família Morimã, enquanto nos rios Teles Pires e Juruena o domínio político é dos Kamassori, tendo por centro Mairowi. Os Paleci não chegam a ser influentes em nenhuma área.

"Numa escala geopolítica mais ampla, porém, o Pará ainda é considerado território político Munduruku, enquanto no rio dos Peixes predominam politicamente os Kayabi. Nesse sentido, a aldeia Pontal foi fundada com o intuito de consolidar o domínio político Apiaká sobre uma área ocupada tradicionalmente por este povo" (Idem, pág. 251).

Uma variada gama de situações – e ações - contribuíram para a consolidação da etnia Apiaká nas últimas décadas. Desde a década de 1970, com sua instalação na região do rio dos Peixes, os índios Apiaká sentiam-se incomodados em dividir o Posto Tatuí com os Kayabi, vindo então a criar a aldeia Nova Esperança, mas continuando a frequentar o Posto, que dispunha de hospital e escola, além de manter um fluxo de mercadorias controladas pelos missionários. Com a criação da Terra Indígena Apiaká-Kayabi em 1988 (a partir da Reserva Kayabi criada em 1968, tendo sido suprimida grande parte de suas terras), os Apiaká puderam se mostrar como povo distinto dos Kayabi.

Ocorre, porém, que os Kayabi, além de serem inimigos tradicionais dos Apiaká, mantinham a hegemonia política na TI, gerando desconforto para estes, além da necessária partilha dos recursos naturais, cabendo notar, ainda, que esta região do rio dos Peixes é bastante diferente da região do rio Juruena, onde os Apiaká estavam instalados anteriormente.

Existe, portanto, uma teia de relações muito intensa – e algumas vezes tensa - entre os Apiaká, os Munduruku e os Kayabi. Enquanto os Kayabi da região do rio dos Peixes são considerados como os eternos rivais, os Munduruku do Teles Pires são vistos como aliados instáveis. Os brancos, por sua vez, são os que podem fornecer mercadorias, constituem o modelo de comportamento civilizado e representam o acesso aos direitos constitucionais.

Os Apiaká continuaram a realizar viagens para o norte, para pescar, caçar e visitar seus parentes que continuavam naquela região. Na Missão Cururu estreitaram relações com famílias Munduruku e a área que hoje reivindicam na região do Pontal, e que jamais abandonaram, teve como primeira ação concreta pela sua demarcação a fundação da aldeia Mairowi, na margem esquerda do rio Teles Pires, dentro da TI Kayabi.

As viagens empreendidas pelas lideranças Apiaká apresentam duas motivações principais. A primeira diz respeito à busca de grupos isolados da etnia, com o objetivo de recuperar características culturais de seu povo, especialmente a língua. A segunda, voltada ao relacionamento com os brancos, dirigindo-se às cidades mais próximas, à capital do estado e a Brasília, procurando a obtenção de recursos para a demarcação de parcela do território tradicional.

E assim se dá o reagrupamento dos Apiaká, em que sobressai o conceito de comunidade, entendido como *"um conjunto de famílias extensas ligadas por laços de parentesco, compadrio, políticos e econômicos que ocupa e utiliza um mesmo espaço territorial e reconhece a autoridade do cacique"* (Idem, pág.109). Esta comunidade compreende, ainda, os "ribeirinhos" – parentes e compadres que vivem às margens dos rios, mas que frequentam a aldeia.

A caracterização da organização da sociedade desta etnia pode ser assim explicada:

"O conceito Apiaká de comunidade pode ser melhor compreendido se situado na rede social regional, pois o que eles exibem de mais tradicional é justamente a posição de mediadores num sistema que abrange os Kayabi, os Munduruku e os brancos, com uma base territorial bem definida".

"Apresentar-se como índios civilizados, diplomáticos e com grande conhecimento do mundo dos brancos, por oposição aos bravos Kayabi, é uma estratégia que tem se mostrado frutífera na interação com a Funai, a Funasa, patrões locais e agências financiadoras de projetos, após um século de abandono estatal. É digno de nota que os homens influentes Apiaká se pensam hoje como mediadores, como intermediários entre as agências governamentais, de um lado, e os índios, isto é, os Apiaká e também os vizinhos Munduruku e Kayabi, de outro. Ao que parece, os Apiaká estão cimentando uma política mais ampla com estes povos a partir da obtenção e distribuição de recursos materiais e simbólicos junto aos brancos". (Idem, pág.109).

Por outro lado, deve ser ressaltado que:

"Embora os Apiaká tenham escolhido a via da diplomacia para se relacionar com os não-índios, é digno de nota que a necessidade de inimigos permanece viva, exprimindo-se, notadamente na relação de hostilidade mantida com os Kayabi" (TEMPESTA 2009b, pág. 5).

Na verdade, verifica-se que os Apiaká, mesmo na coexistência com os Kayabi e os Munduruku, não tenham sido por estes inteiramente incorporados, ainda quando estabelecendo relações familiares através de casamentos.

Assim, só se pode entender o "ser" Apiaká observando-se a sua inserção na rede social regional, em que atuam como articuladores entre os Kayabi e Munduruku nas relações com os não-índios e suas instituições.

Dentro da comunidade, a principal característica da dinâmica social é a reciprocidade, consubstanciada na dádiva, que subordina inclusive as relações mercantis. Isto se estende aos co-residentes – indivíduos de outras etnias que se agregaram à comunidade ou mesmo descendentes de "arigós" que vivem na aldeia - principalmente através da partilha alimentar.

3.2.2 Atividades Produtivas

A principal atividade produtiva dos Apiaká é a agricultura, sendo que as famílias tem muito orgulho de suas roças, as quais fornecem a base de sua alimentação, principalmente os tubérculos. A sua área é variada, de acordo com o tamanho da família e do trabalho que o homem se dispõe a fazer para a derrubada. Embora o território da aldeia seja de posse coletiva, as roças são de cada família, que tem o direito de uso daquela área por tempo indeterminado, mediante o seu uso efetivo. Cabe notar que os produtos da roça não são vendidos na aldeia, mas quando um co-residente quer algum produto da roça de alguém, deixa a entender o seu desejo, que deverá ser satisfeito. As roças, cultivadas em sistema de coivara, com uma parte da terra em pousio enquanto outra é utilizada, são bastante diversificadas, sendo plantados principalmente, abacaxi, abóbora, amendoim, banana, batata-doce, caju, cana-de-açúcar, cará, feijão, ingá, mamão, mandioca amarga, mandioca doce, mangarito, maracujá, melancia, milho, pepino e timbó, com diversas variedades destes produtos.

Também a pesca, a caça e a coleta completam a subsistências das aldeias Apiaká. Embora o alimento mais comum seja o peixe, consideram que a verdadeira “comida de índio” é a caça – na verdade, após passarem alguns dias com peixe nas refeições, é comum as pessoas dizerem que estão sem comida e que os homens têm que caçar (TEMPESTA 2009a, pág. 127). Deve ser ressaltado que a carne de caça nunca é comercializada, circulando obrigatoriamente no interior da família extensa. Também são consumidos frutos silvestres e cultivados, além de outros produtos de coleta, como mel, cogumelos, palmito, larvas de palmeiras, filhotes de marimbondos e a parte posterior de saúvas, como pode ser visto no Quadro 3.2-2 a seguir.

Quadro 3.2-2
Principais espécies animais e vegetais utilizadas na alimentação

Caça	Pesca	Coleta
Anta	Aracu (5 tipos)	Abiu
Arara (azul e vermelha)	Barbado	Açaí
Catete	Bodó (3 tipos)	Bacaba
Cigana (ave)	Chinelo	Buriti
Cujubim	Cruvina	Café-de-macaco
Cutia	Curimatá	Castanha-do-pará
Galega (ave)	Dourada	Gogó-de-cigana
Jacamim	Filhote	Ingá
Jacu	Jandiá	Jubá
Macaco boca d'água	Jeju	Maçaranduba
Macaco casemira	Lalau (3 tipos)	Mangaba
Macaco cuamba (aranha ou coatá)	Mandi (4 tipos)	Mão-de-jabuti
Macaco cuxiú	Matrinxã (2 tipos)	Mão-de-cachorra
Macaco prego	Pacu (12 tipos)	Mesca
Marreco	Peixe-cachorra	Murici
Mutum (pinimba e carijó)	Pescada	Patauá
Nambu	Piau	Pequi
Paca	Piranha (6 tipos)	Pupunha
Pato selvagem	Sarapó	Taperebá
Queixada	Surubim (pintado)	Tucumã
Tatu (4 tipos)	Tambaqui	Uxi
Tucano	Traíra	Mel
Veado (considerado tabu pelos velhos)	Tucunará (2 tipos)	Filhote de marimbondo
	Tracajá e tartaruga ^(*)	Saúva ^(**)

Fonte: TEMPESTA 2009a, pág. 128.

(*) Os quelônios aquáticos são classificados como "peixes"; a classificação do jabuti (quelônio terrestre) é incerta. Além da carne destes animais, consome-se também seus ovos salgados e sob a forma de gemada.

(**) A obtenção da saúva é um misto de coleta e caça.

Embora a carne de caça não seja comercializada, outros produtos podem sê-lo, como mostra o Quadro 3.2-3 a seguir.

Quadro 3.2-3

Alimentos comercializáveis e não-comercializáveis

Vende-se na aldeia (fora do circuito da família extensa)	Vende-se para forasteiros	Não se vende
Farinha de mandioca	Farinha de mandioca	Carne de caça
Tapioca	Tapioca	Bolos de mandioca e beiju
Peixes	Peixes	Frutos silvestres (**)
Mel	Mel	Mingus e chicha
Patos, galinhas e ovos (*)	Castanha-do-pará	Produtos agrícolas
Tartaruga	Carne de boi	Vegetais da horta
Tracajá		

Fonte: TEMPESTA 2009a, pág. 130

(*) Algumas mulheres dizem não vender aves e ovos, por "atrair má sorte".

(**) Com exceção da castanha.

Mesmo o peixe sendo o alimento cotidiano, a carne de caça é considerada a comida de índio por excelência. A qualidade mais apreciada da carne é sua gordura; os caçadores desprezam presas muito magras, pois consideram a ausência de gordura um sinal de doença.

A organização das atividades econômicas e de lazer dos Apiaká é muito influenciada pela alternância das duas principais unidades de tempo: o "verão" ou estação seca; e o "inverno" ou estação chuvosa.

O verão é a época de maior fartura alimentar, quando se colhem vários tubérculos e outros vegetais, se pescam tracajás (quelônios) e se apanham seus ovos nas praias; há muito peixe no rio e muita caça na mata, além de diversas larvas e cogumelos. Os tracajás são pescados com linha e anzol ou com arpão.

A utilização das técnicas de pesca também depende da estação do ano: no inverno, quando o rio está cheio, os homens pescam em áreas de remanso com a canoa parada, com caniço, linha e anzol e isca, dependendo de qual peixe se quer capturar. À noite, armam "espinhel", uma armadilha feita com linha de *naylon* e isca; durante o dia, fazem "esperinha" (armadilhas do tipo covo), também com linha de *naylon* e isca.

No verão, dirigem-se às "quedas d'água" para pescar peixes grandes com arpão ou arco e flecha; fazem excursões a lagoas para "bater" timbó, uma planta que retira o oxigênio da água; colocam tapagens (armadilhas) em igarapés; em noites de luar, saem para "zagaia" (para pescar com "zagaia").

A pescaria com timbó consiste em fechar um pequeno canal com redes de pesca e bater na água com uma planta chamada timbó. A seiva deste cipó entorpece os peixes, deixando-os sem oxigênio: em desespero, eles começam a nadar próximo à superfície, boiar e pular. (Idem, pág. 126)

Os Apiaká dos rios dos Peixes e Teles Pires nunca deixaram de percorrer o baixo Juruena para atividades de coleta, caça e pesca. Até hoje eles viajam para lá em busca de seringueiras nativas, castanheiras, copaibeiras, palha de babaçu, plantas medicinais, frutos silvestres, espécies de peixe e animais de caça que existem apenas naquele bioma.

Quando os homens regressam da caçada ou pescaria, alguém que se encontra na “beira” do rio se encarrega de transmitir pela aldeia a informação sobre a quantidade de alimento trazido. Imediatamente, algumas mulheres se dirigem para o local, enquanto os homens vão se banhar, normalmente, depois de terem retirado a pele e dividido o animal em quartos (quando se trata de caça grande, como anta ou queixada). As mulheres então se incumbem de tratar a caça ou os peixes e depois seguem para a cozinha comunitária, onde irão preparar a refeição (Idem, pág. 139).

3.2.3 Aspectos Culturais e Rituais dos Apiaká

A concepção apiaká do mundo subaquático é concebida como uma réplica do mundo humano, com roçados e casas e os temidos seres encantados que aí habitam, designadamente a mãe d’água (em apiaká: *ajáng*), a sucuriju (*mosahúa*, a dona dos peixes) e os botos (*piraputóa*), que por vezes tentam seduzir as pessoas (TEMPESTA 2009a, pág. 124).

Os peixes também fazem parte das crenças e ritos durante o período de resguardo da mulheres. “*Mulher de resguardo é coisa fina*”, não pode carregar peso, ter aborrecimentos, ouvir barulhos extraordinários ou “espantar-se”. Durante o resguardo, a mãe só pode comer algumas aves, além de peixes selecionados: piau (exceto a cabeça, “*se comer a cabeça, os dentes da criança vêm quebrados*”), aracu, pacuzinho, ou seja, peixes de escama pequenos, que não contêm muito sangue. As restrições alimentares em geral condensam um simbolismo analógico.

Carnes reimosas, como as dos peixes piranha, filhote, pintado, barbado, jandiá, mandubé, jaú e matrinxã, peixes grandes, carnívoros e com muito sangue, são muito perigosas, assim como o tracajá, a anta, o veado, o jacamim, o mutum e as diversas espécies de macaco: “*Isso vai para o leite, a criança mama, faz mal*”. As carnes reimosas só fazem mal para pessoas em momentos críticos do ciclo vital; em condições normais, são a comida preferida dos indígenas. São eles: barbado; filhote; jandiá; jaú; mandubé; matrinxã; pintado; e pirarara (Idem, pág. 188).

Os Apiaká não têm ritos de iniciação masculina ou feminina, mas dão grande importância ao resguardo de menstruação. Quando está no seu “tempo”, a mulher não pode comer alimentos reimosos, como os peixes filhote e barbado, senão terá hemorragia; ela só pode comer peixes pequenos, carne de pombo, cujubim e galinha, além de farinha embuga. Assim como ocorre com as grávidas, a presença de uma mulher menstruada estraga expedições de pesca com timbó e de coleta de saúvas.

Os peixes possuem um importante papel na origem do povo Apiaká, como se pode observar nas transcrições a seguir (Idem, págs. 205-206).

“O nosso povo Apiaká surgiu de um peixe chamado jacundá, quando ele pulou em terra e não conseguiu mais cair na água. O sol estava muito quente, o peixe estava com sede e seu limo foi acabando. Ele estava com sede, mas não achou água para beber, sua cabeça foi ficando redonda e as suas duas abinhas foram crescendo. Seu rabo foi ficando comprido e ele se transformou em um homem forte e grande. Este foi o primeiro índio Apiaká que surgiu. Com o passar do tempo, o tatu foi pescar na beira do rio, jogou na água a linhada, que era cipó,e

o seu anzol era uma unha de gavião real. Esperou poucas horas. De repente, a linha começou a puxar e o tatu, que estava com muita vontade de comer um peixe assado, fisgou o peixe, jogando-o para a terra, mas não o matou. De repente, o peixe começou a falar e foi se transformando em uma mulher muito bonita. O tatu ficou assustado e perguntou: "Onde você mora?" A mulher respondeu: "Eu morava dentro do rio, mas agora vou morar em terra, estou procurando meu marido que já veio morar em terra". O tatu, muito curioso, falou: "Eu vi o seu marido. Ele está morando na beira de um lago onde existem muitos peixes chamados jacundá". O tatu levou a mulher até a casa onde seu marido estava morando. Quando chegaram perto, ouviram cantos que ele estava cantando para seus parentes, que já se preparavam para sair da água e ir para a terra. Poucas horas depois, todos estavam em terra: estes eram os seus parentes."

Outra versão dessa história atribui a Jesus a criação do povo:

"Comecinho de Apiaká foi assim: Jesus, que é Bahíra, andava sozinho, aí encontrou os tatus, eram todos solteiros. Jesus pegou peixe, jogou pra trás, virou uma mulher, Nossa Senhora. Aí o tatu disse: "Também faço!" Ele jogou o caniço dele, quando olhou pra trás: "Peguei foi peixe." Jesus falou: "Deixa de ser besta, não está vendo que é uma mulher? Agora não vai dar mais certo." Assim foi começando. Aí veio o veado: "Eu vou pegar também." E pelejou, jogando o caniço, nada! Tentou de novo pegar uma senhorinha pra ele, e Jesus espiando: "Não vai pegar nada." Jesus falou com o tatuzinho: "Sabe como vai ser o nome desse peixe? É peixe, mas vai virar gente. Eu vou escolher um nome bonito: apiaká." Éramos nós, aí viramos. Dizem que o jacundá é nosso conterrâneo. Ele virou gente, somos nós".

3.3 Etnia Munduruku

3.3.1 Histórico

Registros históricos falam de um povo de tradição guerreira que ocupava e dominava culturalmente a região do Vale do Tapajós, conhecida durante o século XIX como Mundurukânia. É nesse território que os Munduruku permanecem até hoje, seja em terras indígenas reconhecidas oficialmente, seja em pequenas comunidades ribeirinhas.

As notícias dos primeiros contatos com os Munduruku datam de 1768 e os caracterizam como guerreiros respeitados até mesmo pelos portugueses, que a eles recorriam para auxílio no enfrentamento de povos inimigos.

Há registros de que, num passado remoto, esses índios cortavam as cabeças dos inimigos mortos e retiravam o cérebro, os olhos e a língua e em seguida mergulhavam as cabeças em óleo de andiroba e colocavam para secar. Depois, enfeitavam as cabeças com penas e as espetavam em pedaços de pau, transformando-as nos mais valiosos troféus de guerra. Há pesquisadores na área de neurociência da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na área de arqueologia da Universidade de São Paulo que atualmente investigam sobre essa prática cultural do passado Munduruku.

Ao longo do século XVIII, os Munduruku se expandiram pelas regiões dos rios Tapajós e Madeira e suas expedições guerreiras chegaram a alcançar o rio Xingu e o rio Tocantins, indo até os limites orientais (a leste) da Floresta Amazônica.

De acordo com texto de André Ramos (2003) veiculado no *site* do Instituto Socioambiental e reproduzido no documento "Apiacás – Povo e Memória (ICV, 2009)", os Munduruku só foram vencidos pelos colonizadores após o envio de várias expedições e tropas de resgate organizadas pelos portugueses. Essas incursões consubstanciavam uma retaliação à resistência que os índios da etnia Munduruku faziam à colonização, realizando freqüentes ataques aos povoados. Todavia, esse confronto acabou resultando, ao final do século XVIII, num processo caracterizado como de "relações relativamente amistosas", configurado pelo estabelecimento de "acordos de paz" entre chefes Munduruku e autoridades coloniais.

Ainda de acordo com as mesmas fontes de informação acima referidas, originalmente, para viver, os Munduruku colhiam os produtos naturais da terra, faziam farinha e caçavam. Em período subsequente, mais especificamente por volta da primeira metade do século XIX, há registros da prática de cultivo de mandioca e algodão por índios dessa etnia.

Ainda segundo André Ramos (2003):

"Os Munduruku habitam geralmente regiões de florestas, às margens de rios navegáveis, sendo que as aldeias tradicionais da região de origem ficam nos chamados 'campos do Tapajós', classificados entre as ocorrências de savana no interior da floresta amazônica".

Em 1875, o contingente Munduruku era de, aproximadamente, 18 mil índios, vivendo em 32 aldeias. Porém, a partir de 1912, essa população foi sendo gradativamente reduzida: muitos índios foram trabalhar na extração da borracha e a maior parte não retornava às aldeias e não criava outras. Dessa forma, parte do contingente Munduruku foi assimilando traços culturais da população não índia, particularmente, dos seringueiros.

Nesse processo, nos anos 70, o povo identificado como de etnia Munduruku estava reduzido a uma população de apenas 1.600 indivíduos, espalhados na Mundurukânia e vivendo de comércio de peles e/ou trabalhando em garimpo de ouro nos rios Teles Pires, das Tropas e Cabruá.

Hoje, a população Munduruku (como observado para inúmeras outras etnias indígenas), vem crescendo a taxas relativamente elevadas. Relato de uma pedagoga de Itaituba que trabalha com os índios Munduruku, em depoimento colhido em 2008 para subsidiar os EIA de São Manoel e Teles Pires, justifica esse acelerado crescimento demográfico com as seguintes ponderações:

"As mulheres são incentivadas a terem muitos filhos em um curto espaço de tempo para receberem os benefícios do 'auxílio maternidade'. Em alguns casos são geradas complicações de saúde, pois o útero ainda não está preparado para outra gestação".

Nesse sentido, uma enfermeira da Funasa de Itaituba, que se ocupa da população Munduruku e que já viveu entre os índios, observa, também em depoimento colhido em 2008 para subsidiar os EIA de São Manoel e Teles Pires:

"O maior problema destes índios diz respeito aos meios de sobrevivência e a grande dependência da cesta básica, do vale gás, da bolsa família e do auxílio maternidade".

Quanto à expansão da etnia Munduruku, pelas informações disponibilizadas por André Ramos (*apud* ICV, 2009), somadas a levantamentos realizados para subsidiar os EIA das UHE Foz do Apiacás, São Manoel e Teles Pires, atualmente, os Munduruku vivem em regiões e territórios diferentes no estado do Pará:

- sudoeste - calha e afluentes do rio Tapajós, nos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga. Nos dois últimos localiza-se a Terra Indígena Munduruku, com situação jurídica consolidada e abrigando 6.935 indígenas distribuídos em 101 aldeias (dados de 2007, colhidos na Funasa de Itaituba);
- leste - rio Canumã, município de Nova Olinda, e próximo à Transamazônica, município de Borba.

E no estado de Mato Grosso:

- norte - região do rio dos Peixes, município de Juara - Terra Indígena Apiaká-Kayabi;
- município de Apiacás - Terra Indígena Kayabi, onde vivem (na aldeia Teles Pires) cerca de 240 índios da etnia Munduruku, segundo André Ramos (2003), 220, de acordo com a Funasa de Itaituba (2007) e 500, de acordo com a Funai de Colider (2007).

Cabe notar que tanto os índios da Terra Indígena Munduruku quanto os da Terra Indígena Kayabi, estão vinculados, para atendimento de saúde, aos municípios de Jacareacanga e Itaituba, onde a Funasa (que atualmente passa por um processo de assimilação por uma Secretaria recém criada e destinada especificamente ao atendimento da saúde indígena), tem funcionado em diferentes unidades conhecidas como "pólo base", incorporando cada um deles diferentes unidades de ocupação, ou, mais especificamente, diferentes aldeias (entre elas a Teles Pires, localizada na Terra Indígena Kayabi).

Hoje, os Munduruku se preocupam, substancialmente, em conseguir meios de sobrevivência e em garantir a preservação de sua cultura e a integridade de seu território, ameaçado pelas pressões das atividades dos garimpos de ouro e pelos empreendimentos hidrelétricos planejados para o rio Tapajós. Nesse sentido, chegaram até a enviar uma 'carta de protesto' ao Presidente da República, em novembro de 2009.

Vale registrar que a concepção de território assume contornos específicos na interpretação de populações indígenas, envolvendo noções de coletividade e, em muitas situações, extrapolando os limites estritamente físicos, uma vez que envolvem "parentes", ou seja, índios da mesma etnia vivendo em outras áreas, ou até de etnias distintas.

Cabe observar que, dentre as três etnias (Apiaká, Kayabi e Munduruku) que habitam a região do norte do estado do Mato Grosso e do sul do estado do Pará, configurada como área de influência dos empreendimentos projetados para os rios Apiacás e Teles Pires, os Munduruku, além de representarem um contingente bem mais expressivo, estão muito mais relacionados à bacia do rio Tapajós e seus respectivos tributários.

Essa etnia foi objeto de estudos detalhados, como, por exemplo, aqueles que integram o PPTAL da Funai, e de inúmeros vídeos e documentários, hoje disponibilizados na internet. Contam ainda com a defesa de sua cultura, por meio dos 37 livros de Daniel Munduruku: escritor indígena, graduado em Filosofia, com licenciatura em História e Psicologia e doutorando em Educação na Universidade de São Paulo, além de diretor presidente do INBRAPI – Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República, Pesquisador do CNPq e membro da Academia de Letras de Lorena/SP.

Com relação à identidade cultural do povo Munduruku, cabe registrar que, na interpretação de ANDRÉ RAMOS (2003 *apud* ICV, 2009):

"A partir do contato com as frentes econômicas e as instituições não indígenas (missões religiosas e SPI), vários aspectos da vida cultural dos Munduruku sofreram mudanças significativas, uma vez que estavam relacionados às atividades de guerra, que tinham um caráter simbólico marcante para constituição do homem e da sociedade Munduruku."

3.3.2 Atividades Produtivas

Quanto às atividades produtivas, com base nas informações levantadas para subsidiar os EIA das UHE São Manoel e Teles Pires, essas populações vivem substancialmente da pesca e da caça. Com relação à prática destas atividades, observa um índio Munduruku que trabalha na Funai de Itaituba:

"Onde tem aldeia tem caça e pesca, 90% vive disso e 10% são assalariados: professores, agentes de saúde, funcionários da Funai e da Funasa".

Os Munduruku praticam a caça que envolve a captura das espécies assim conhecidas pela população indígena: porco-do-mato, queixada ou porcão; caititu; cotia; anta; paca; veado-do-mato; jabuti; mutum; arara; nambu; e vários tipos de macaco.

Eles praticam também as seguintes coletas: castanha-do-pará, para consumo e comercialização; copaíba (óleo para uso medicinal); e andiroba (óleo para uso medicinal).

Além disso, os índios Munduruku produzem mel e, em roças, individuais ou comunitárias, plantam mandioca e banana, como principais produtos, e cultivam também a cana-de-açúcar e o abacaxi.

A Funai regional de Itaituba tem alguns "Projetos de Apoio às Atividades Produtivas" junto aos índios Munduruku, conforme relacionado a seguir:

- roças comunitárias;
- criação de galinhas;
- criação de peixe (tanque-rede), principalmente tambaqui, em algumas aldeias;
- distribuição de sementes para plantio;
- incentivo à coleta de castanha;
- distribuição de sementes de capim, pois algumas comunidades criam gado; e
- vacinação do gado, duas vezes por ano.

A confecção artesanal de peças, principalmente de adorno, embora praticada e importante dentro da cultura Munduruku, como de tantas outras etnias, não recebe, por outro lado, nenhum tipo de apoio da Funai, no sentido do incentivo à expansão da produção e conseqüentes possibilidades de comercialização.

Por outro lado, há uma tentativa de resgate do artesanato Munduruku pelos índios que vivem nas aldeias de Itaituba e que gira em torno da produção de colares, pulseiras e brincos, todavia, em moldes que podem ser considerados estilizados. Adereços deste tipo são também vendidos, em meio a vários outros pequenos produtos de origem não indígena, numa pequena loja da Associação do Artesanato de Itaituba ou ainda nas pequenas lojas do aeroporto de Itaituba.

Segundo depoimento de representante da regional da Funai de Itaituba, a instituição já atuou mais efetivamente no apoio aos índios com relação à navegação e à pesca, mas atualmente cuida, substancialmente, da questão fundiária, da administração e do apoio à agricultura.

De acordo com diário de Hércules Florence sobre a Expedição Langdorff, veiculado no documento Apicás – Povo e Memória (ICV, 2009), originalmente, as casas dos índios Munduruku obedeciam ao seguinte padrão:

"Eram construídas de esteios, plantados no chão, com paredes erguidas com barrotes colocados a pique, junto uns dos outros aos quais se amarravam com cipós taquaras em sentido horizontal. A estrutura era preenchida com barro socado ficando as paredes e os tapumes perfeitamente fechados. Para cobrir, sapé ou folhas de babaçu".

E, na interpretação dos autores do referido documento, organizado por Cristiane Klein (ICV), "a forma (acima) descrita por Hércules Florence pouco se alterou com o tempo, e a maior parte das casas nas aldeias e comunidades ribeirinhas do rio Juruena ainda são construídas assim".

Todavia, esse padrão não pode ser generalizado para todas as áreas de ocupação da etnia Munduruku, pois na Aldeia Teles Pires, por exemplo, localizada na Terra Indígena Kayabi - na margem direita do rio Teles Pires - as casas são na maioria de madeira e algumas de alvenaria.

Os índios que vivem na Terra Indígena Munduruku, além de utilizarem os rios que margeiam ou cortam seu território para navegação, encontram na pesca e na captura de espécies que vivem nos rios sua principal fonte de alimentação. Dados levantados junto a índios da etnia Munduruku, na FUNAI e na FUNASA de Itaituba (Pará) permitiu a composição da relação que se segue:

- aracu ou piau (*Leporinus spp.* e *Schizodon spp.*);
- pacú (diversas espécies dos gêneros *Myleus*, *Myloplus*, *Utiaritichthys*, *Mylesinus*, *Metynnis* e *Mylossoma*);
- pacu-açú (*Myloplus rubripinnis*);
- tucunaré (*Cichla spp.*);
- traíra (*Hoplias malabaricus*);
- cará (diversas espécies da família Cichlidae);
- surubim (*Pseudoplatystoma tigrinum*);
- piranha (diversas espécies do gênero *Serrasalmus*);
- mandubé (*Ageneiosus inermis*);
- matrinxã (*Brycon falcatus*);
- peixe cachorro (espécies do gênero *Rhaphiodon*, *Cynodon* e *Hydrolycus*);
- pirara (*Phractocephalus hemiliopterus*);
- branquinha (diversas espécies da família Curimatidae);
- tambaqui (*Colossoma macropomum*);
- pescada (*Plagioscion squamosissimus*); e
- tracajá.

Apesar das significativas alterações sofridas ao longo dos anos, algumas práticas culturais relacionadas à pesca acontecem com maior frequência durante o verão, como o 'jogo' que antecede a pescaria com timbó: um cipó cuja seiva é tóxica para peixes, facilitando sua captura, vem sendo mantidas pelos Munduruku.

Este 'jogo' se dá da seguinte forma: as mulheres colhem urucum ou a seiva da sorva, uma planta que solta uma espécie de goma, e saem em perseguição aos homens para lambuzar-lhes o rosto e o cabelo; eles fogem e a correria se espalha por toda a aldeia, como uma forma de alegrar os peixes e, com isso, garantir fartura na pescaria que se realizará no outro dia.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

As principais características da região onde se localizam as Terras Indígenas em estudo estão sintetizadas no Mapa 1 – Localização Regional, em anexo, e descritas nos itens a seguir.

4.1 Influências Externas

4.1.1 Usinas Hidrelétricas Projetadas para a Região e Estudos Realizados

- As PCH do rio Apicás

As PCH Cabeça de Boi, Salto Apicás e da Fazenda, projetadas para implantação no rio Apicás e seu afluente Salto Apicás, estão localizadas em terras que abrangem os municípios de Alta Floresta e Juara, região do norte do Estado de Mato Grosso.

O local projetado para implantação desses empreendimentos no rio Apicás, o mesmo definido nos Estudos de Inventário, situa-se no km 222 a montante de sua foz no rio Teles Pires, distando cerca de 110 km da sede do município de Alta Floresta e 112 km da sede do município de Juara, nas coordenadas:

- 21L 502250 / 8855050 - PCH Cabeça de Boi;
- 21L 501870 / 8857160 - PCH Salto Apicás;
- 21L 502050 / 8858060 - PCH da Fazenda.

Atualmente (Março de 2010), segundo informação obtida junto a EPE, as PCH Cabeça de Boi e da Fazenda se encontram em fase de construção, com operação prevista ainda para 2010.

- UHE Foz do Apicás

O projeto da UHE Foz do Apicás prevê sua instalação no Estado do Mato Grosso, no rio Apicás, à distância de 4,65km da UHE São Manoel e 34,1km da UHE Teles Pires. Seu barramento afeta os municípios de Apicás e Paranaíta e seu reservatório abrange, além desses, o de Nova Monte Verde.

Existe registrada uma terra indígena próximo à UHE Foz do Apicás, a TI Kayabi, cuja área fica compreendida, parte no Estado de Mato Grosso, no município de Apicás, e parte no Estado do Pará, no município de Jacareacanga. Embora a TI Kayabi se situe próxima à futura barragem da UHE Foz do Apicás, a cerca de 1 (um) km, de acordo com a planta de delimitação da terra indígena fornecida pela Administração Executiva Regional de Colíder (FUNAI/MT), as aldeias que a compõem estão a mais de 10km de distância do empreendimento.

As comunidades ribeirinhas localizadas na região do empreendimento são as aldeias das etnias indígenas: *Apiaká*, no município de Apicás (MT), na margem esquerda do rio Teles Pires, e *Munduruku* e *Kayabi*, localizadas na margem direita desse rio, em Jacareacanga (PA). Ao longo do rio Apicás, a montante da UHE Foz do Apicás, não há registros de outras populações ribeirinhas, segundo as informações do EIA desta UHE.

- UHE São Manoel

A UHE São Manoel, de 700MW, também é um dos aproveitamentos identificados na alternativa de divisão de quedas selecionada nos Estudos de Inventário da Bacia do Rio Teles Pires, aprovados através do Despacho ANEEL nº 1.613, de 20/07/2006.

Localizada no rio Teles Pires, a UHE está projetada para ser implantada a aproximadamente 1.200 m a montante da foz do rio Apiacás, onde o rio Teles Pires desenvolve-se em um amplo vale, correndo através de canais e fortes corredeiras que contornam um grande número de ilhas e ilhotas rochosas, em áreas de densa cobertura florestal, ainda em bom estado de conservação.

A hidrelétrica projetada engloba o município de Jacareacanga (PA), pela porção da margem direita do rio Teles Pires e o município de Paranaíta (MT), pela porção da margem esquerda do rio.

- UHE Colider

A UHE Colider, de 300MW, mais um dos aproveitamentos identificados na alternativa de divisão de quedas selecionada nos Estudos de Inventário da Bacia do Rio Teles Pires, aprovados através do Despacho ANEEL nº 1.613, de 20/07/2006.

Localizada no rio Teles Pires, a UHE está projetada para ser implantada nos municípios de Nova Canaã do Norte, Colider, Itaúba e Cláudia, no Estado de Mato Grosso.

- UHE Sinop

A UHE Sinop, de 400MW, é outro dos aproveitamentos identificados na alternativa de divisão de quedas selecionada nos Estudos de Inventário da Bacia do Rio Teles Pires, aprovados através do Despacho ANEEL nº 1.613, de 20/07/2006.

Localizada no rio Teles Pires, a 775 km da sua foz, a UHE está projetada para ser implantada nos municípios de Itaúba e Cláudia, no Estado de Mato Grosso.

4.1.2 Unidades de Conservação

A seguir, são apresentadas as Unidades de Conservação mais próximas às terras indígenas em estudo.

- Parque Nacional do Juruena

O PARNA do Juruena, criado em junho de 2006, é uma unidade de conservação federal de proteção integral, com o objetivo de proteger a diversidade biológica da região do baixo Juruena – Teles Pires e alto Tapajós, suas paisagens naturais e valores abióticos associados.

Este possui uma área de 1.960.292,13 hectares, entre as bacias hidrográficas dos rios Juruena e Teles Pires, no extremo norte de Mato Grosso e sudeste do Amazonas. O Parque está localizado em sua maior parte (60% da área total) no Estado de Mato

Grosso, nos municípios de Apicás, Nova Bandeirantes e Cotriguaçu. Os demais 40% da área estão localizados no Estado do Amazonas, nos municípios de Apuí e Maués.

O Parque Nacional do Juruena situa-se em uma área de extrema importância para a conservação da biodiversidade e das relações ecológicas do bioma Amazônico pelo fato de integrar o mosaico de unidades que formam o Corredor de Biodiversidade da Amazônia Meridional. Um gigantesco mosaico de áreas protegidas que funcionam como barreira ao avanço do desmatamento e da fronteira agropecuária em direção à Amazônia Central (vide Foto 4.1-1 abaixo).



Foto 4.1-1 - Vista aérea da Floresta Amazônica na área do PARNA do Juruena.

Fonte: <http://br.viarural.com/servicos/turismo/parques-nacionais/do-juruena/default.htm>

O PARNA engloba a Reserva Ecológica Estadual de Apicás, com 100.000 ha, criada em 22 de junho de 1994 pela Lei Estadual 6.464, na área denominada Arrecadação da Gleba Pontal, compreendida entre o Igarapé da Eufrásia, a margem direita do rio Juruena, a margem esquerda do rio Teles Pires (Foto 4.1-2) e a confluência desses dois rios (Foto 4.1-3), envolvendo a região do Pontal do Apicás reivindicada pelos índios da etnia Apiaká para regulamentação da TI Pontal dos Apiaká.



Foto 4.1-2 - Rio Teles Pires próximo à sua foz



Foto 4.1-3 - Rio Juruena próximo à sua foz

Fonte: <http://br.viarural.com/servicos/turismo/parques-nacionais/do-juruena/default.htm>

A importância biológica da área é identificada como extrema para a proteção de mamíferos, devido à alta diversidade de espécies em geral e grande importância para primatas (17 espécies de macacos, pertencentes a 10 gêneros diferentes) e espécies ameaçadas, endêmicas e raras (vide Fotos 4.1-4 e 4.1-5 abaixo, com registros da presença de onças no parque).



Foto 4.1-4 - Onça-Preta

Fonte: <http://br.viarural.com/servicos/turismo/parques-nacionais/do-juruena/default.htm>



Foto 4.1-5 - Onça-Pintada

Para aves, a importância é identificada como muito alta (vide Foto 4.1-6 abaixo), enquanto para peixes e outros grupos da biota aquática é mapeada como de importância extrema, pois protege rios que drenam o planalto cristalino (Escudo Brasileiro) com corredeiras e cachoeiras, um dos tipos de ambientes-chave que abrigam espécies endêmicas e sustentam uma grande biomassa de peixes. Esta mesma importância biológica extrema é reconhecida para os répteis e anfíbios.



Foto 4.1-6 - Tucano-do-Bico-Preto.

Fonte: <http://br.viarural.com/servicos/turismo/parques-nacionais/do-juruena/default.htm>

- Parque Nacional do Rio Novo

O Parque Nacional do Rio Novo está localizado no município de Itaituba e Novo Progresso, no Estado do Pará. Foi criado por Decreto em 13 de fevereiro de 2006, tendo como objetivo preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O PARNA do Rio Novo protege as cabeceiras dos rios Novo e Inambé, afluentes importantes da bacia do rio Jamanxim. Possui uma área de 537.757 hectares, na qual 53% da área é representada pela floresta ombrófila aberta, 33% de floresta ombrófila densa e 14% contato Savana/Floresta Estacional constituindo o bioma Amazônico.

Esta UC faz fronteira com a TI Munduruku a oeste desta Unidade.

- Floresta Nacional do Jatuarana

Criada por Decreto em 19 de setembro de 2002, a FLONA do Jatuarana está localizada no município de Borba, Estado do Amazonas. Possui uma área total aproximada de 837.100 hectares.

Esta Unidade tem como objetivo promover o manejo de uso múltiplo dos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais das áreas limítrofes.

Esta UC faz fronteira com a TI Munduruku a oeste desta Unidade.

- Floresta Nacional de Crepori

Localizado no município de Jacareacanga (Pará), a Floresta Nacional do Crepori foi criada por decreto em 13 de fevereiro de 2006 com o objetivo de promover o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos naturais. Possui uma área aproximada de 740.661,00 hectares.

Esta UC faz fronteira com a TI Munduruku a oeste desta Unidade.

- Floresta Nacional do Jamanxim

A Floresta Nacional do Jamanxim, criada por Decreto em 13 de fevereiro de 2006, tem área aproximada de 1.301.120 hectares, sendo localizada em Novo Progresso, no oeste do Pará.

Esta FLONA tem como objetivo promover o manejo de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos naturais. Esta UC faz fronteira com a TI Munduruku a oeste desta Unidade.

- Parque Estadual Cristalino

O Parque Estadual Cristalino, com área aproximada de 66.900 hectares, foi criado em junho de 2000, pelo Decreto Estadual nº 1.471. Posteriormente, em maio de 2001, o Parque foi ampliado em 118.000 hectares, pelo Decreto Estadual nº 2.628, totalizando 184.900 hectares de área contínua.

A região do Cristalino é considerada internacionalmente como uma das áreas de alta diversidade biológica, principalmente relacionada à avifauna e flora da Amazônia Meridional. Em estudos científicos realizados recentemente, foi constatado a presença de 515 espécies de aves, sendo 50 endêmicas, 43 espécies de répteis, 29 anfíbios, 36 de mamíferos e 16 espécies de peixe. Além disso, concentra seis comunidades naturais: floresta de terra firme, floresta nacional, igapó, varjões, afloramentos rochosos e o rio Cristalino. Com isso, o Parque Estadual Cristalino constitui uma área para refúgio de inúmeras espécies de fauna e flora e abriga grande diversidade de paisagens.

O Parque tem como objetivo assegurar a proteção integral dos recursos bióticos, abióticos e paisagísticos das áreas de florestas primárias, corredeiras, cachoeiras e sítios arqueológicos localizado nos municípios de Alta Floresta e Novo Mundo, extremo norte do Mato Grosso.

Esta UC está próxima à TI Kayabi, na outra margem do rio São Benedito.

- Área de Proteção Ambiental do Tapajós

Criada pelo Decreto sem número de 13 de fevereiro de 2006 a APA do Tapajós localiza-se nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, no Estado do Pará.

A Área de Proteção Ambiental do Tapajós abrange uma área de 2.059.496 hectares, segundo informação do site do ISA, e tem como objetivos: proteger a diversidade biológica; disciplinar o processo de ocupação; e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Esta UC faz fronteira com a TI Munduruku a oeste desta Unidade.

- Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo

A Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo foi criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005, abrangendo parte dos municípios de Altamira e Novo Progresso, no sul do Estado do Pará. Sua criação objetiva preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental.

A área de 342.478 hectares da Reserva está inserida no domínio Floresta Ombrófila Submontana e Campinaranas em suas diversas fitofisionomias e contatos entre estas formações, contendo ainda pequenas manchas de Floresta Estacional, o que confere a região uma alta biodiversidade.

A REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo é considerada uma área estratégica na composição do Corredor dos Ecótonos Sul Amazônicos, que abrange desde o estado de Rondônia até o estado de Tocantins, um dos cinco corredores da Amazônia definidos pelo Ministério do Meio Ambiente. Além disso, a REBIO faz parte de 11 grandes bacias hidrográficas, abrigando as nascentes de importantes rios das bacias do Xingu e do Tapajós.

Esta UC está próxima à Área Sul da TI Kayabi, separada desta pela área do Exército Brasileiro na região.

4.1.3 Principais Estradas da Região

- BR-163 Cuiabá (MT) – Santarém (PA)

A rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), foi aberta na década de 1970 dentro de um programa de governo que visava integrar a Amazônia à economia nacional. Com 1.780 km, atravessa uma das regiões mais ricas em recursos naturais da Amazônia, nos biomas Floresta Amazônica e Cerrado e suas áreas de transição, dentro de bacias hidrográficas importantes, como as dos rios Amazonas, Xingu e Teles Pires-Tapajós, tendo grande potencial econômico, diversidade étnica e cultural.

O trecho da estrada que percorre o Estado do Mato Grosso, com 772 km, encontra-se em grande parte asfaltado, porém alguns trechos estão em péssimo estado de conservação. Já dos 984 km no Estado do Pará, 784 km nunca receberam asfalto, trecho esse localizado no oeste paraense, da divisa com o Mato Grosso até a cidade de Rurópolis.

Segundo o site do Instituto Socioambiental: "O asfaltamento da BR-163 é um desafio para os movimentos sociais, ONGs, instituições de pesquisa, sindicatos e outras organizações da sociedade civil que defendem um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia ... (e) tornou-se, nos últimos anos, reivindicação de vários setores econômicos regionais, os quais alegam que a obra poderia facilitar e baratear o escoamento da produção agropecuária do norte do Mato Grosso, um dos pólos mais dinâmicos do País no cultivo de grãos, em direção ao rio Amazonas. Além disso, segundo empresários e políticos, a pavimentação da rodovia também poderia encurtar o transporte dos produtos eletro-eletrônicos produzidos na Zona Franca de Manaus até os grandes centros da região Sul. Por outro lado, agricultores familiares reivindicam políticas e ações que se antecipem à obra para garantir os benefícios que ela promete."

Caso o asfaltamento se concretize, a pressão antrópica sobre as Terras Indígenas da região será significativamente aumentada. Nesse sentido, várias organizações da sociedade civil, através do Consórcio pelo Desenvolvimento Socioambiental da BR-163, vêm pressionando o Governo Federal no sentido de se desenvolver um programa de desenvolvimento sustentável para a região de influência da rodovia, que culminou com o lançamento em 2005 do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 e a inclusão das obras no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

- BR-230 Transamazônica

A rodovia Transamazônica foi implantada na década de 1970, no âmbito de um programa de governo que visava integrar a Amazônia à economia nacional, à mesma época da BR-163, com a ocupação da região através de projetos de colonização, interligando pontos navegáveis e formando um sistema de transporte rodo-fluvial integrado.

A BR-230, segundo o site do DNIT: "...é uma estrada em permanente estado de emergência, necessitando de manutenção constante durante o ano inteiro. Na época das chuvas, no período de inverno, a formação de atoleiros, rompimento de bueiros e de aterros interrompem o tráfego e destroem pontes. Durante o verão, a poeira excessiva aumenta significativamente o perigo."

O trecho de 32 km que liga o entroncamento com a BR-163 à localidade de Miritituba, nas margens do rio Tapajós, próximo à cidade de Itaituba/PA, próximo à TI Munduruku, está em vias de ser asfaltado, em conjunto com as obras da BR-163.

- MT-206

A rodovia MT-206, que liga a cidade de Apiacás à divisa de Mato Grosso com os estados de Rondônia e Amazonas, com 554 quilômetros de extensão, é conhecida pelos transtornos causados no período das chuvas, como formação de atoleiros e o transbordamento de rios. A Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) vem investindo em sua recuperação e restauração, conforme informa o site desta Secretaria.

A via é utilizada para o escoamento de madeira bruta e beneficiada. Vale lembrar que o excesso de peso é um dos fatores que comprometem a durabilidade da obra. Na região, funciona um dos pólos moveleiros do Estado, sendo que anualmente passam pela MT -206 aproximadamente 118,6 mil metros cúbicos de madeira.

4.1.4 Processos Minerários

A região do Norte do Mato Grosso e do Sul do Pará, onde se inserem as TI estudadas, é muito rica em recursos minerais, com destaque para a lavra de ouro nos rios com a utilização de mercúrio.

Dentro dos limites das TI Kayabi e Munduruku, em consulta realizada em maio/2010, foram identificados diversos processos minerários cadastrados no site do DNPM, conforme mapa em anexo (Mapa 2- Processos Minerários nas TI Kayabi e Munduruku).

Na TI Kayabi, foram encontrados 78 processos, dos quais 76 têm como substância de interesse o ouro ou minério de ouro. A maioria desses processos é antiga e está ainda em fase de requerimento de pesquisa ou de lavra garimpeira. Porém, há alguns processos (oito) protocolados após o ano de 2006, sendo que um desses foi protocolado em 2010.

Entre os anos de 2002 e 2003, em nove processos da empresa Homestake do Brasil S.A. foi homologada a desistência e em 54 processos foi reconhecido que se trata de área indígena.

O processo mais antigo (851609/1984), da empresa Mineração Alvorecer Ltda., é do ano de 1984, tendo obtido a autorização de pesquisa em 1989 para platina em área de 2.646,24 ha, sendo parte na TI Kayabi e parte na TI Munduruku. Conseguiram também autorização para pesquisa mais quatro processos, sendo dois (866357/2007 e 866358/2007) da empresa GME4 do Brasil Participações e Empreendimentos S.A. em áreas de 9.062,33 ha e 9.763,09 ha para minério de ouro, um (866507/2008) da empresa Amazônia Capital e Participações Ltda. em área de 2.388,51 ha para minério de ouro e um (866883/2007) da empresa Votorantim Metais Zinco Ltda. em área de 7.580,68 ha para minério de zinco.

A Votorantim também apresenta três processos (866873/2007, 866874/2007 e 866875/2007) com disponibilidade para pesquisa de minério de zinco obtida em março de 2010 em áreas de 3.043,17 ha, 9.999,53 ha e 9.981,17 ha.

Com área disponível para exploração de ouro desde maio de 2008, encontram-se ainda dois processos (866955/1996 e 866957/1996) da empresa DOCEGEO – Rio Doce Geologia e Mineração S.A., em áreas de 245,02 ha e 5.588,18 ha.

Já na TI Munduruku foram identificados 270 processos minerários, dos quais 262 têm como substância de interesse o ouro ou minério de ouro. A maioria desses processos também é antiga e está ainda em fase de requerimento de pesquisa ou de lavra garimpeira. Porém, há alguns processos (8) protocolados após o ano de 2004.

Entre os anos de 2002 e 2003, em 122 processos da empresa Homestake do Brasil S.A. e mais três processos de outras empresas já foi homologada a desistência e em mais 92 processos já foi reconhecido que se trata de área indígena.

Além do processo 851609/1984, com parte da área na TI Kayabi e parte na TI Munduruku, que obteve autorização de pesquisa para platina em 1989, conforme já mencionado, o processo 802869/1973 de José Aldo Duarte Queiroz obteve autorização para pesquisa de cassiterita em 1977 numa área de 1.000 ha.

Existem nesta TI 40 processos de requerimento de lavra garimpeira de ouro protocolados em 1994 por dois empreendedores, Francisco Felix Pereira e Ivam Souza Barbosa, em áreas de 50 ha cada, além de um processo do ano de 2008 da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia com requerimento de lavra garimpeira para minério de ouro em área de 3.391,87 ha.

4.1.5 Vegetação, Desmatamento e Agropecuária

Em região de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, a região estudada é composta por ambientes preservados, ocupados por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, onde predominam a Floresta Ombrófila Densa e Aberta, a Floresta Estacional Decidual Submontana e o Refúgio Montano, além de outros já devastados, em função, principalmente, da atividade agropecuária.

O INPE vem acompanhando o avanço do desmatamento na Amazônia ao longo dos anos, pela análise de imagens de satélite. O ICV compilou esses dados na área em torno da TI Kayabi, conforme apresentado no Mapa 3 – Entorno Imediato da TI Kayabi e do Pontal dos Apiká, em anexo, onde se pode observar que até 2004 o ritmo de desmatamento na área sul da TI era intenso, próximo ao rio Ximari, tendo sido refreado a partir de 2005, após a demarcação da TI Kayabi (em litígio até hoje).

Em 2006, novos focos de desmatamento surgiram na chamada Gleba Sul da TI, ao longo do rio São Benedito. Durante o trabalho de campo, colheu-se relatos dos índios da Aldeia São Benedito de que o desmatamento neste Gleba está avançando em direção à Aldeia.

A pressão de desmatamentos é bem menor sobre a TI Munduruku, pois a mesma está cercada por Unidades de Conservação e pela TI Kayabi, conforme Mapa 4 – Entorno Imediato da TI Munduruku, em anexo.

4.2 Terra Indígena Kayabi

A Terra Indígena Kayabi, localizada nos municípios de Jacareacanga (Estado do Pará) e Apiacás (Estado de Mato Grosso), está sob a responsabilidade da Administração Regional de Colíder da Funai (Estado de Mato Grosso), que tem como Administrador Regional Megaron Txucarramãe.

Conforme o mapa das Terras Indígenas do Brasil (Funai, 2006), em área contígua à Terra Indígena Munduruku (Jacareacanga/PA), separada desta em significativo trecho pelo rio Teles Pires, localiza-se a Terra Indígena Kayabi (município de Apiacás/MT e Jacareacanga/PA), que tem como limite, ao sul, o rio São Benedito.

Pelo Mapa de Demarcação da TI Kayabi (FUNAI/DAF, 2006), o referido trecho do rio Teles Pires é repleto de cachoeiras, corredeiras, saltos e ilhas.

De acordo com informações colhidas junto ao Chefe do Posto Indígena Kayabi, a população da Terra Indígena Kayabi em 2007 era composta por aproximadamente:

- 190 pessoas da etnia Kayabi;
- 160 pessoas da etnia Apiaká;
- 550 pessoas da etnia Munduruku.

Como se pode observar pelos dados acima apresentados, no território denominado TI Kayabi convivem três diferentes etnias, havendo predomínio do contingente Munduruku.

Embora sejam encontrados resquícios de aldeias antigas na TI, anteriormente habitadas, atualmente essas populações ocupam oito diferentes aldeias (Mapa 5 – Ocupação Indígena na TI Kayabi, em anexo):

- Aldeias Kururuzinho, São Benedito, Coelho, Tukumã e Minhocuçu – etnia Kayabi;
- Aldeia Mairowi – etnia Apiaká;
- Aldeias Teles Pires e Sapezal – etnia Munduruku.

4.2.1 Acesso

Partindo da cidade de Paranaíta (norte do Estado de Mato Grosso), segue-se de carro por estrada não pavimentada, com travessia de balsa no rio Teles Pires (Foto 4.1-1 a seguir), por cerca de quatro horas em direção ao Porto do Meio, às margens do rio São Benedito. A partir daí, segue-se de barco (voadeira) por mais três horas, descendo o rio Teles Pires, até encontrar a aldeia Kururuzinho. Nesse trajeto, passa-se pelas aldeias São Benedito, Coelho e Tukumã.



Foto 4.2-1 - Balsa para travessia do rio Teles Pires.

Outra opção de acesso é por avião de pequeno porte, descendo na pista de pouso da aldeia (Fotos 4.2-2 e 4.2-3 abaixo).



Foto 4.2-2 - Pista de pouso da aldeia



Foto 4.2-3 - Avião da FUNASA chegando com: medicamentos, pacientes e familiares

O acesso da equipe de trabalho à aldeia Mairowi, dos índios Apiaká, partindo da aldeia Kururuzinho, dos índios Kayabi - ambas localizadas às margens do rio Teles Pires, no território configurado como Terra Indígena Kayabi - foi feito pelo referido rio em quatro barcos denominados "voadeiras" e consumiu, aproximadamente, 9 horas de viagem, atravessando local conhecido como "cachoeira rasteira" (Fotos 4.2.-4 e 4.2-5 a seguir).

Outra opção de acesso é por avião de pequeno porte, descendo na pista de pouso da aldeia.



Foto 4.2-4 - Barcos equipados para a travessia



Foto 4.2-5 - Travessia da Cachoeira Rasteira

4.2.2 População

De acordo com o depoimento de um morador, no Censo do ano passado (2009), feito pelos Agentes de Saúde, com a participação do então responsável pelo Posto Indígena da Funai na Aldeia Kururuzinho, foram encontradas 23 famílias e um total de 180 pessoas. Essas estatísticas incluíam, segundo confirmação do entrevistado, pessoas das outras aldeias Kayabi, dispersas ao longo dos rios São Benedito e Teles Pires.

Segundo os dados da FUNASA, estima-se em 2010 a população das aldeias kayabi polarizadas por Kururuzinho, desde São Benedito até Minhocuçu, em 228 indivíduos, crescendo à elevada taxa média anual de 4,7% ao ano, como mostra o Quadro 4.2-1 a seguir.

Quadro 4.2-1
Aldeias Kayabi: População 2004-2010

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População	173	183	196	204	219	227	228

Fonte: FUNASA/DSEI Colider.

Nos trabalhos de campo realizados em maio/2010, no entanto, os totais levantados para este último ano mostram-se um pouco inferiores, tendo por base o censo realizado no mês de março, exibidos no Quadro 4.2-2 a seguir.

Quadro 4.2-2
Aldeias Kayabi: População 2010

Idade (anos)	Moradores
Até 10	91
11 a 19	45
20 a 29	36
30 a 39	12
40 a 49	11
50 a 59	3
60 a 69	8
70 e mais	3
Total	209

Fonte: Posto de Saúde de Kururuzinho.

Estes dados mostram que se trata de uma população extremamente jovem e com elevada taxa de natalidade. Com efeito, as crianças com até dez anos de idade somam 44% do total e, somados aos jovens e adolescentes com idades variando entre 11 e 19 anos chegam a compor 65% de todos os moradores destas aldeias. Este fato, aliado aos altos índices de natalidade e ao costume observado de os moradores destas aldeias se casarem muito jovens, permitem prever um crescimento rápido e constante da população kayabi. O Gráfico 4.2-1 apresentado a seguir permite uma melhor visualização destas relações.

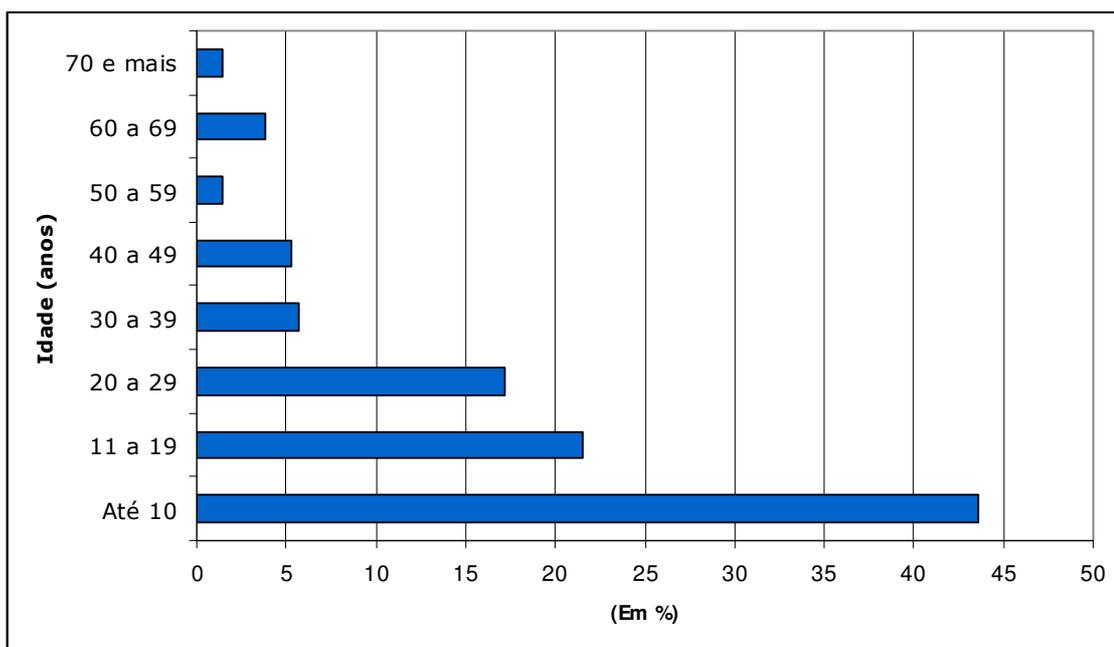


Gráfico 4.2-1 - População kayabi 2010

A população da aldeia apiaká de Mairowi cresceu nos anos recentes a uma taxa média de 4,7%, somando 160 indivíduos em 2008, segundo as informações da FUNASA apresentadas no Quadro 4.2-3 a seguir.

Quadro 4.2-3

Aldeia Mairowi: População 2004-2008

Anos	2004	2005	2006	2007	2008
População	133	145	151	164	160

Fonte: FUNASA/DSEI Colider.

No entanto, neste ano de 2010 duas famílias deixaram a aldeia, uma indo morar na aldeia Sapezal (Munduruku) e outra na aldeia Pontal (Apiaká), restando 118 moradores na aldeia Mairowi em maio/2010, como mostra o Quadro 4.2-4 seguinte.

Quadro 4.2-4

Aldeia Mairowi: População 2010

Idade (anos)	Moradores		
	Total	Homens	Mulheres
Até 10	51	24	27
11 a 19	27	9	18
20 a 29	12	8	4
30 a 39	13	6	7
40 a 49	7	4	3
50 a 59	5	3	2
60 e mais	3	1	2
Total	118	55	63

Fonte: Posto de Saúde de Mairowi.

Observa-se a grande maioria da população mais jovem (Foto 4.2-6): enquanto as crianças com até 10 anos de idade chegam a significar 43% dos moradores da aldeia, os jovens e adolescentes entre 11 e 19 anos somam outros 23% do total. Chama também a atenção nestas faixas o predomínio da população feminina nestas faixas etárias mais jovens – o que já não se observa nas demais faixas, pelo menos nas mesmas proporções, com as mulheres representando até o dobro da população masculina entre os adolescentes. A pirâmide etária apresentada no Gráfico 4.2-2 a seguir mostra a grande base fornecida pelas crianças menores, o que é indicativo de elevada taxa de natalidade.

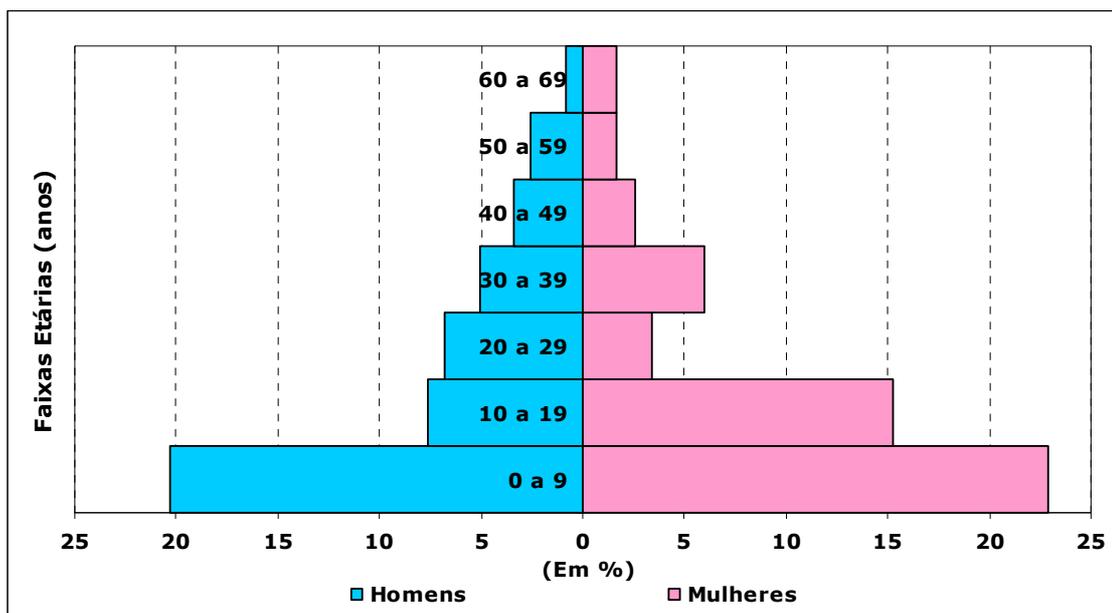


Gráfico 4.2-2 - Aldeia Mairowi: Pirâmide etária 2010



Foto 4.2-6 - Crianças da aldeia Mairowi.

4.2.3 Infraestrutura

A água utilizada na aldeia Kururuzinho é tratada e há filtros de barro para a água consumida no espaço doméstico.

Quanto à energia elétrica, há um gerador, que é ligado de 18 até 22 horas.

Um telefone público foi recém instalado na aldeia e há um sistema de comunicação via rádio, instalado no Posto de Saúde da Funasa. As antenas de captação de canais de TV se proliferam na aldeia, “e quem não tem antena instalada não tem problema” —

como assinala um entrevistado, “pois assiste televisão em casa de vizinho e/ou parente.”

As Fotos 4.2-7 e 4.2-8 a seguir ilustram a caixa d’água da aldeia e as antenas de recepção.



Foto 4.2-7 - Caixa d’água

Foto 4.2-8 - Antenas de recepção

Um morador da aldeia, entrevistado na pesquisa de campo, fornece a seguinte descrição:

“Todas as casas têm água encanada, do rio Teles Pires. A água passa por um filtro e sobe para a caixa onde é tratada com cloro. Tudo foi feito pela empresa de água com a ajuda dos índios. Não pagamos pela água. A bomba puxa a água. A energia vem do gerador que foi instalado para esse fim, há um ano. Anteriormente, a gente pegava no rio a água para cozinhar e beber. Antes do gerador a gente usava lamparina, de lata, com óleo diesel.”

O grosso do lixo produzido na aldeia é jogado em um grande buraco, a céu aberto, muito próximo às residências.

As folhas recolhidas do “terreiro” varrido são amontoadas e incineradas.

Os recipientes de plástico, tipo galões de combustível, são cortados e reaproveitados, com a improvisação de brinquedos para as crianças, ou mesmo de outros recipientes, com distintas utilidades: por exemplo, uma espécie de bacia de forma retangular, para concentrar as folhas secas varridas do “terreiro” antes da incineração ou outro tipo de lixo; pá de lixo, ou até mesmo ‘chocadeiras’ de ovos de galinha, conforme Fotos 4.2-9 e 4.2-10 a seguir.



Foto 4.2-9 - Caixa plástica servindo como “barco” de brinquedo



Foto 4.2-10 - Parte de recipientes de plástico servindo como chocadeira

As pilhas são bastante usadas e, quando descartadas, vão para a cidade de Colider, através da Funasa.

Mesmo com esses cuidados, observa-se que há muita sujeira aparente nos espaços coletivos, situação que tende a se agravar, em função do contínuo aumento de população e de consumo de bens industrializados.

Observa-se ainda que embalagens de biscoito e plásticas, tipo sacolas, ou garrafas plásticas de água ou refrigerante, podem ser encontradas em área bem próxima ao rio Teles Pires, mais explicitamente, à margem do referido rio.

A comunidade da aldeia Mairowi tem duas embarcações:

“Uma de 40 e outra de 25. A de 40 foi feita de madeira, pelos próprios índios. E tem mais uma da saúde. O combustível desta é a própria Funasa que providencia”, explica um entrevistado no trabalho de campo.

Outro entrevistado observa:

“A eletricidade está quase chegando. Antes tinha, mas era um motor (gerador) menos potente. Agora é de três cilindros”.

Há energia solar no Posto de Saúde da FUNASA (Foto 4.2-11):



Foto 4.2-11 - Placa Solar no Posto de Saúde da FUNASA

O combustível usado na aldeia vem da Funai, Funasa e do Marcos, um garimpeiro muito citado pelos índios.

A água é tratada e o encanamento que atravessa a aldeia é formado por mangueiras de borracha enterradas. Em frente às casas existem torneiras para uso da população. Não existem banheiros na aldeia Mairowi, apenas fossas.

4.2.4 A Questão Fundiária

Na interpretação do Chefe do Posto Indígena, entrevistado em trabalho de campo, o maior problema vivenciado pelos índios da Terra Indígena Kayabi é a questão fundiária.

Resumidamente, o processo pelo qual vem passando a TI Kaybi, é o seguinte:

- Em 24 de agosto de 1982, através da Portaria 1372/E, a FUNAI declarou como de posse permanente do grupo Kayabi a área demarcada em 1975, com 117.246,5646 hectares;
- A área foi homologada através do Decreto nº 87.842, de 22.11.82 (DOU 24.11.82) e registrada no Cartório da Comarca de Itaituba (PA), em 28.4.1983;
- Todavia, de acordo com fontes pesquisadas, o memorial descritivo da Portaria Declaratória continha erros e o parecer da antropóloga Olga Novion (8.10.82) se referia à inexistência de estudos antropológicos para a definição da área Kayabi;
- Posteriormente, em 1987, após mudanças na FUNAI, e em decorrência de um processo de recuperação populacional e fortalecimento político, os Kayabi passam a discutir a ampliação da área indígena;

- Na sequência, em 23.07.1999, o Presidente da FUNAI aprova a ampliação da área Kayabi para uma superfície de 1.408.000 hectares;
- No entanto, a nova proposta sofreu contestações da prefeitura do município de Apiacás, da Agropecuária Vale do Ximari Ltda., do Ministério da Defesa e da Comissão Pró-Hidrovia Teles Pires-Tapajós, do *Rotary* Internacional de Alta Floresta (MT);
- Mas o Ministério da Justiça aceitou somente os argumentos do Exército, que conseguiu manter 400 mil hectares sob seu domínio, afirmando que as atividades desenvolvidas - pesquisas e desenvolvimento de armamentos nacionais das diversas unidades da Força Aérea Brasileira - seriam potencialmente prejudiciais à população indígena;
- Em 2002, o Diário Oficial da União (DOU) publicou a Portaria nº 1.149, do Ministério da Justiça, declarando a Terra Indígena localizada nos municípios de Jacareacanga (PA) e Apiacás (MT) de posse permanente dos índios Kayabi, Apiaká e Munduruku, com um milhão e 53 mil hectares;
- Inúmeras ações propostas por fazendeiros contestaram a portaria de FUNAI e em todos os casos a Justiça Federal acatou os pedidos e suspendeu a demarcação;
- O processo de demarcação da Terra Indígena Kayabi, foi, todavia, retomado após protesto em que os Kayabi prenderam como reféns 32 pessoas na aldeia Kururuzinho, e novamente suspenso, por uma liminar do juiz da 3ª Vara da Justiça Federal (de Dezembro de 2008), levando em conta que no território configurado e plotado em mapa pela Funai como TI Kayabi, existe uma faixa de proprietários particulares, algumas tituladas pelo próprio governo do Estado de Mato Grosso.

Como é do conhecimento dos órgãos e profissionais atentos à questão, o processo de regularização de uma Terra Indígena é complexo, e em algumas situações, extremamente demorado. No caso da Terra Indígena Munduruku, por exemplo, foram 21 anos, desde as primeiras medidas necessárias à identificação do território como Terra Indígena, até a total consolidação jurídica.

Na maioria dos casos, o principal entrave é a regularização fundiária. Nesse contexto, caminha o processo de regularização da Terra Indígena Kayabi, cuja demarcação já está praticamente consolidada, na interpretação das etnias que ali vivem e da Funai, como denotam o Memorial Descritivo de Delimitação, de 2002, e o Mapa de Delimitação, de 2006.

O entorno imediato à TI Kayabi, conforme já apresentado no Mapa 3, em anexo, é constituído pela TI Munduruku, ao norte; pelo Parque Nacional do Juruena, a oeste; por uma área militar sob a responsabilidade do Exército Brasileiro, a leste; e por áreas de fazendas ao sul.

Essa área ao sul é a que mais pressiona a TI, em função dos desmatamentos para aproveitamento de madeira e implantação de pastagens (vide Figura 4.2-1 na página seguinte). O ritmo de desmatamento nessa área vem reduzindo nos últimos anos, após o incremento do processo de demarcação da TI.

A Área Sul da TI, ao lado da área do Exército, ainda não reconhecida legalmente, vem concentrando as ações de desmatamento nos últimos anos, pressionando as áreas de plantio da aldeia São Benedito.

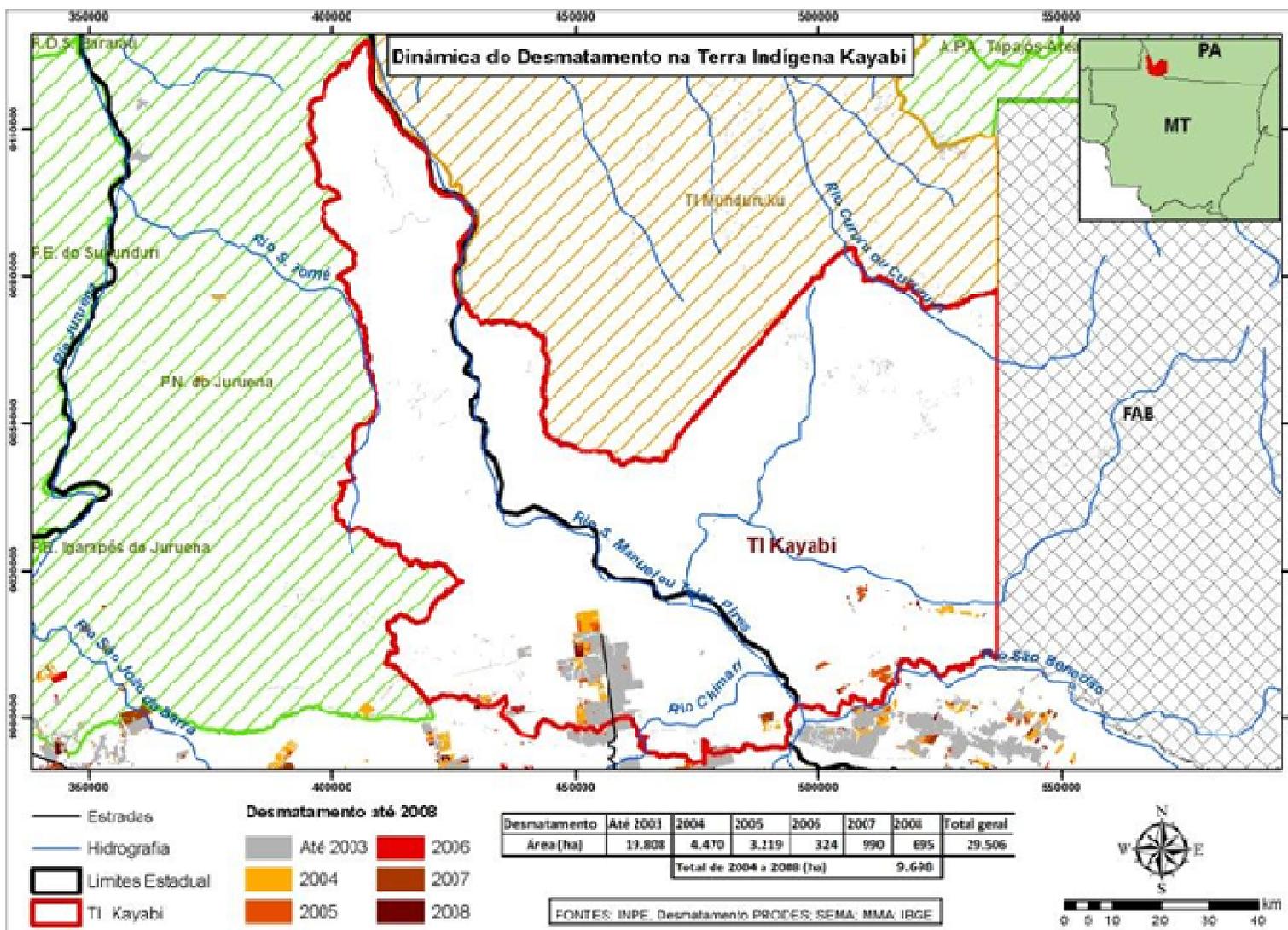


Figura 4.2-1 - Avanço do Desmatamento em torno da TI Kayabi

Fonte: ICV – Alta Floresta/MT – Abril de 2010

4.2.5 Aspectos Físico-Bióticos

Além do rio Teles Pires, que corta a TI de Sul a Norte, existem vários rios tributários que deságuam nele, como o rio São Benedito, a microbacia do rio Cururuauçu, o rio Ximari, o rio Santa Rosa e os igarapés do Lodo, do Anil e Esperança, além de várias lagoas, como a lagoa Azul e o Lago do Jabuti, todos bastante piscosos. Os rios Cururuauçu, Ximari e Santa Rosa apresentam cachoeiras e corredeiras, atraindo várias espécies de peixes na época de desova. O relevo é suave e altitude nas áreas mais altas (cabeceira do rio Cururuauçu) chega a cerca de 350 metros. Predominam os latossolos com manchas definidas de solos litólicos ao longo do rio Teles Pires, com a presença de solos arenoquartzizosos profundos na microbacia do rio Cururuauçu. Os Mapas 6 a 8 em anexo trazem, respectivamente, a hidrografia, o relevo e a pedologia na TI Kayabi.

Durante os trabalhos de campo foram identificados seis biótopos ao longo do trecho do rio Teles Pires: calha principal, tributários, lagos e igarapés, praias, corredeiras e ilhas fluviais.

A Foto 4.2-12 apresenta a calha principal do rio Teles Pires.



Foto 4.2-12 - Calha principal do rio Teles Pires.

Os tributários são os pequenos e médios rios e riachos que contribuem sua vazão com a bacia principal, neste caso o Teles Pires. São muito semelhantes à calha principal, no entanto são menores, mais rasos e exercem um papel de refúgio para espécies da fauna aquática como peixes e jacarés. Muitas vezes, são rota de migração dos peixes durante a piracema. Podemos citar o Santa Rosa, Ximari (Foto 4.2-13 a seguir) e Cururu, todos próximos a aldeia Kururuzinho.



Foto 4.2-13 - Rio Ximari - tributário.

Os igarapés são os alagados laterais à calha principal dos rios formados durante a cheia. Quando o nível da água sobe durante a estação chuvosa, a planície lateral é inundada e são formados longos corpos hídricos paralelos, entre a mata ciliar. Quando a água abaixa, alguns lagos são formados, e parte da terra alagada torna-se seca novamente.

Muitos autores já citaram a importância dos igarapés para o ecossistema amazônico, como Junk (1983), que publicou que a bacia Amazônica apresenta em toda a sua extensão uma complexa e extremamente densa rede de pequenos riachos, denominados regionalmente como igarapés. Walker (1990) citou que as águas destes pequenos cursos contribuem significativamente para a formação dos afluentes que drenam as bacias dos grandes rios amazônicos

Os igarapés (nome regional para rios de pequena ordem) são componentes importantes da floresta, pois criam uma heterogeneidade estrutural marcada (LIMA & GASCON, 1999). Além disso, mantêm uma fauna diversa que é sustentada energeticamente principalmente pelo material orgânico proveniente das florestas adjacentes (HENDERSON & WALKER, 1986; NOLTE, 1988; NESSIMIAN *et al.*, 1998). Esta relação produz uma associação marcada entre as características da floresta ao redor do igarapé e a biodiversidade da fauna local.

Uma grande quantidade de igarapés ou chamados pelos moradores de "lagos" pode ser encontrada principalmente nas proximidades da aldeia Mairowi (Fotos 4.2-14 e 4.2-15 a seguir). Podemos citar duas grandes redes de corpos hídricos interligados na época da cheia: uma do lado direito do Teles Pires com os "lagos" das Venezas, Pinto, Facão, Tambaqui, Amário, Piranhas, Grande, Boto e Pium; e outra no lado esquerdo com os "lagos" da Tartaruga, Veado, Tijuco, Anta, Taboca, Montaria, Piquiarana, Luizão, Palha, Preto, Branco e Boa Vista. Cite-se, também, o Córrego das Pedras. Os moradores relataram os "lagos" do Jabuti, Azul, Ximari e Cururu, próximos à aldeia Kururuzinho.



Foto 4.2-14 - "Lago" do Tambaqui, próximo à aldeia Mairowi.



Foto 4.2-15 - A complexa e intrincada rede de lagos e igarapés (setas vermelhas), próximo à aldeia Mairowi (círculo vermelho).

Fonte: Google Earth

Esses pequenos riachos abrigam um grande número de espécies de peixes (SAUL, 1975) que pertencem a diversas ordens, tais como: Characiformes, Siluriformes, Perciformes, Gymnotiformes, Synbranchiformes e Cyprinodontiformes. Contudo, espécies de pequenos Characiformes, seguidos por Siluriformes, são as mais frequentes e abundantes nesses ambientes (BUHRNHEIM, 1998; SABINO & ZUANON, 1998; LOWE-MCCONNELL, 1999; MENDONÇA, 2002).

As praias se formam durante a estação seca, quando o nível da água baixa. São constituídas pelos sedimentos arenosos depositados. Muitas dessas praias não são naturais, mas sim formadas pelas balsas do garimpo, que retiram o sedimento do leito do rio, principalmente a jusante da cachoeira da Rasteira. As praias são importantes

porque servem de refúgio e abrigo para mamíferos aquáticos (capivaras), répteis (jacarés) e aves (quero-quero); além de ser o local de postura dos ovos dos tracajás e tartarugas.

As corredeiras ou “cachoeiras”, como as denominam os moradores, são falhas geológicas e afloramentos rochosos no leito dos rios que proporcionam quedas d’água e a formação de poços. Muitas vezes, durante a estação seca, quando o nível da água está baixo, as pedras afloram, dificultando muito a navegação.

O fundo é de pedra, e são formadas muitas “locas” — buracos entre as pedras que servem de esconderijo para os peixes. Também ocorre a formação de poços de diversos tamanhos e profundidades, onde os peixes também se refugiam. Há alternância entre ambientes com correnteza muito forte e os remansos dos poços.

Foi registrado que, nesses ambientes, ocorre o poraquê (*Electrophorus electricus*), peixe elétrico que pode chegar a 3 m de comprimento, e emitir uma descarga de 300 a cerca de 1.500 Volts. A cachoeira da Rasteira (Foto 4.2-16 a seguir) não é um divisor de habitats para a fauna aquática, pois, com exceção do boto e do peixe aruanã, todas as espécies ocorrem tanto a montante quanto a jusante.



Foto 4.2-16 - As corredeiras da cachoeira da Rasteira e os poços formados.

As ilhas fluviais (Foto 4.2-17 a seguir) também são muito influenciadas pelo nível da água do rio Teles Pires. Quando o nível está baixo, as ilhas ficam maiores; quando está alto, elas diminuem e até mesmo desaparecem. Ocorrem a jusante da cachoeira da Rasteira e são importantes, pois servem de rota de travessia para os animais terrestres e também de refúgio para peixes e outros animais.



Foto 4.2-17 - A Cachoeira da Rasteira e as ilhas fluviais.
 Fonte: Google Earth

A vegetação predominante se dá em áreas de tensão ecológica, em transição entre as florestas ombrófilas aberta e densa. Apresentam-se manchas de savana e de floresta estacional decidual. Nas margens do rio Teles Pires (vide Fotos 4.2-18 e 4.2-19 abaixo), avistam-se áreas de mata ciliar, com a presença de diversos coqueiros, castanheiras, sumaúmas e taperebás, entre outras espécies. Na beira do rio, encontra-se vegetação aquática, com a presença de aguapé. O Mapa 9, em anexo, apresenta a vegetação da TI Kayabi.



Foto 4.2-18 - Vegetação típica das margens do rio Teles Pires



Foto 4.2-19 - Sumaúma na beira do rio Teles Pires

Um levantamento realizado na FUNAI de Colíder (Mato Grosso) permitiu registrar algumas das espécies aquáticas capturadas pelos índios da Terra Indígena Kayabi:

Pintado	Jundiá
Surubim	Pirarara
Cachara	Piranambu
Matrinxã	Tracajá
Pacu, ferrugem, pacu-açu	Tartaruga
Tambaqui	

Uma relação de espécies capturadas nos rios da região (notadamente nos rios São Benedito, Azul, Cururu e Teles Pires) pôde ser elaborada a partir de informações de responsáveis por pousadas, em matérias sobre a pesca esportiva veiculadas em revista especializada:

Pacu	Jacundá	Cachara
Bicuda	Tambaqui	Barbado ou pirambu
Cachorra, matrinxã	Tucunaré	Jundiá
Corvina	Pirapitinga	Botoado
Trairão	Jaú	Pirara ou pirarara
Piranha preta	Capari	Piraíba ou "filhote"

Segundo dados do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da UHE Foz do Apiacás, algumas espécies de peixes sobressaem como importantes recursos pesqueiros explorados na região do empreendimento, como as matrinxãs, os pacus, as piranhas, as piavas, os grandes bagres, o tucunaré e a corvina. Para a pesca esportiva, destacam-se a bicuda, a cachorra, a piraíba e o jaú, sendo essa última espécie classificada como recurso pesqueiro sobre-explotado ou em vias de sobre-exploração. Cabe ressaltar que não existem relatos da introdução de espécies exóticas e invasoras na bacia do rio Apiacás, o que é bastante importante para a conservação e preservação da ictiofauna local. Destacam-se também o matrinxã, o pacu, a piava, o sauru, o curimatá, o peixe-bananinha da família Hemiodontidae e os grandes bagres da família Pimelodidae, que empreendem migrações para fins reprodutivos (piracema).

Nos trabalhos de campo, foram registradas 61 espécies de peixes, pertencentes a 21 famílias e 7 ordens (vide Quadro 4.2-5). Os registros foram feitos por meio de relatos, entrevistas e observação da pesca praticada pelos índios. Não foram registradas espécies ameaçadas de extinção.

Quadro 4.2-5

Espécies de peixes registradas na Terra Indígena Kayabi, MT/PA.

Ordem	Família	Taxonomia Lineana	Etnotaxonomia
		Gênero ou espécie	Nome comum
Osteoglossiformes	Osteoglossidae	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i> (Vandelli, 1829)	Aruanã
Tetraodontiformes	Tetraodontidae	<i>Colomesus</i>	Baiacu
Siluriformes	Pimelodidae	<i>Pinirampus pirinampu</i> (Spix & Agassiz, 1829)	Barbado ou piranambu
		<i>Sorubim lima</i> (Bloch & Schneider, 1801)	Bico-de-pato
		<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i> (Valenciennes, 1840)	Caparari
		<i>Brachyplatystoma flavicans</i> (Castelnau, 1855)	Dourada
		<i>Brachyplatystoma filamentosum</i> (Lichtenstein, 1819)	Filhote ou piraíba
		<i>Leiarius marmoratus</i> (Gill, 1870)	Jandiá
		<i>Zungaro zungaro</i> (Humboldt, 1821)	Jaú
		<i>Pimelodus</i>	Mandi-branquinho
			Mandi-facão
			Mandi-pintadinho
	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i> (Linnaeus, 1766)	Pintado ou cachara	
	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i> (Bloch & Schneider, 1801)	Pirarara	
	<i>Platynematichthys notatus</i> (Jardine, 1841)	Piranambu	
	Doradidae	<i>Platydoras, Pterodoras</i>	Botoado ou armau
	Callichthyidae	<i>Hoplosternum littorale</i> (Hancock, 1828)	Tamoatá
Trichomycteridae	<i>Ituglanis e Vandellia</i>	Candiru-grande	
		Candiru-pequeno	
		Cascudo-buça	
Loricariidae	<i>Hypostomus</i>	Cascudo-maleta	
		Cascudo-pretinho	
		Mandubé	
Auchenipteridae	<i>Ageneiosus</i>	Mandubé	
Characiformes	Ctenoluciidae	<i>Boulengerella cuvieri</i> (Spix & Agassiz, 1829)	Bicuda
	Curimatidae	<i>Cyphocharax e Steindachnerina</i>	Branquinha
	Hemiodontidae	<i>Hemiodus</i>	Charutinho
	Prochilodontidae	<i>Prochilodus nigricans</i> (Agassiz, 1829)	Curimba ou curimatã
	Erythrinidae	<i>Hoplerethrinus unitaeniatus</i> (Spix & Agassiz, 1829)	Jeju
	Characidae	<i>Astyanax, Bryconamericus, Bryconops, Hemigrammus, Hyphessobrycon, Jupiaba, Knodus e Moenkhausia</i>	Lambari ou piaba
Matrinxã ou jatuarana			

Ordem	Família	Taxonomia Lineana Gênero ou espécie	Etnotaxonomia		
			Nome comum		
		<i>Metynnis, Myleus e Myolossoma</i>	Pacu-borracha		
			Pacu-branco		
			Pacu-cintura		
			Pacu-ferrugem		
		<i>Pygocentrus e Serrasalmus</i>	Piranha-preta		
			Piranha-da-terra		
	Piranha-vermelha				
			<i>Piaractus</i>	Pirapitinga	
			<i>Triportheus</i>	Sardinha	
			<i>Colossoma</i>	Tambaqui	
			Anostomidae	<i>Leporinus e Schizodon</i>	Piau-bananinha
					Piau-cascudo
Piau-corintiano					
Piau-flamenguista					
Cynodontidae	<i>Hydrolicus</i>	Peixe-cachorro-grande			
Acestrorhynchidae	<i>Acestrorhynchus</i>	Peixe-cachorro-pequeno			
Erythrinidae	<i>Hoplias malabaricus</i> (Bloch, 1794)	Traíra ou lobo			
Perciformes	Cichlidae	<i>Geophagus</i>	Cará-branco		
			Cará-preto		
			Caratinga		
			Corvina		
		<i>Crenicichla</i>	Jacundá		
			Tucunaré-açu		
			Tucunaré-paca		
			Tucunaré-pitanga		
Gymnotiformes	Gymnotidae	<i>Electrophorus electricus</i> (Linnaeus, 1766)	Poraquê		
Rajiformes	Potamotrygonidae	<i>Potamotrygon</i>	Raia-cinza		
			Raia-pintada		
			Raia-preta		
Gymnotiformes	Sternopygidae	<i>Eigenmannia</i>	Sarapó		
Gymnotiformes	Gymnotidae	<i>Gymnotus</i>	Tuvira		

A maioria dos peixes pertence às ordens Characiformes e Siluriformes (73%), similar ao padrão encontrado na maioria das comunidades ictiofaunísticas na América do Sul (Lowe-Mcconnell, 1999). Entre as famílias, os representantes de Pimelodidae e Characidae somam 41% das espécies encontradas nas aldeias visitadas. Vide Gráfico 4.2-6.

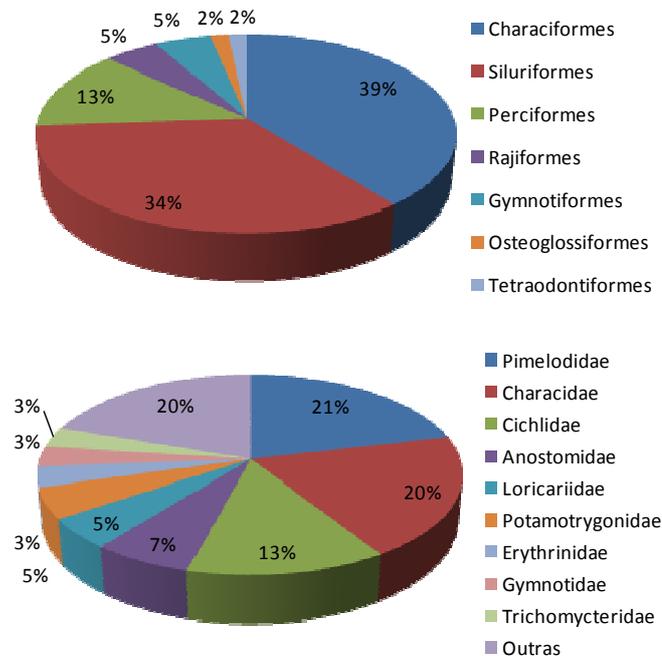


Gráfico 4.2-6 - Ordens e famílias das espécies de peixes registradas nas aldeias visitadas.

De modo geral, a ictiofauna é praticamente a mesma nos trechos a montante da aldeia Kururuzinho e a jusante da aldeia Mairowi, ou seja, a montante e a jusante da cachoeira Rasteira. Apenas o aruanã e o boto não ocorrem a montante desta cachoeira. A cachoeira Rasteira não parece ser uma barreira geográfica para a maior parte da fauna aquática nesse trecho do rio Teles Pires.

A seguir, são apresentadas informações sobre a taxonomia e ecologia das principais espécies e famílias de peixes que são capturados na atividade pesqueira de subsistência da Terra Indígena estudada.

1) Família Pimelodidae

A família de peixes mais diversa (Pimelodidae), também conhecidos como bagres e mandis, possui aproximadamente 90 espécies e cerca de 30 gêneros descritos. As 13 espécies desta família registradas na TI Kaiaby encontram-se no Quadro 4.2-6, acima.

Os pimelodídeos são naturais da região Neotropical, tendo diversidade máxima nas bacias do Amazonas, Paraná e Orinoco, além dos grandes rios das Guianas (REIS *et al.*, 2003).

Algumas espécies possuem grande distribuição geográfica, ocorrendo tanto no sul quanto no norte do continente sul-americano. Os membros dessa família podem ser

reconhecidos pela ausência de escamas, três pares de barbilhões e pela abertura branquial ampla, com as membranas livres do istmo.

Os bagres e mandis, ou “peixes de couro”, são muito importantes para a atividade pesqueira de subsistência, além do turismo, especialmente na Amazônia. Em razão do tamanho e peso (mais de 180 kg em exemplares adultos de *Zungaro zungaro*), são muito procurados pelos pescadores. Muitas espécies são criadas em cativeiro e alvo de hibridação. Foi relatado que a piraíba, a pirarara e o jau atingem os maiores tamanhos dentre todas as espécies de peixes da região.

A maioria dos pimelodídeos são bentônicos ou bentopelágicos, carnívoros e onívoros que se alimentam de outros peixes ou invertebrados. Alguns são predadores ativos, ou seja, se locomovem atrás da presa; outros são mais sedentários e esperam a presa sem movimentação.

O jandiá *Leiarius marmoratus* é um peixe de grande porte, que pode pesar até 12 kg de peso. Caracteriza-se pelo colorido do corpo e pelas nadadeiras com manchas escuras sobre um fundo amarelado. Possui distribuição geográfica sul-americana, nas bacias do Amazonas e do Orinoco. Espécie carnívora. Alimenta-se de pequenos peixes e invertebrados (FERREIRA *et al.*, 1998). Durante a noite, sua atividade é maior.

O pintado, cachara e caparari, ou gênero *Pseudoplatystoma*, compreendem três espécies de grandes predadores distribuídos pela América do Sul tropical e subtropical. *Pseudoplatystoma corruscans*, que ocorre mais ao sul, está presente nas bacias dos rios Paraná e São Francisco (LUNDBERG & LITTMANN, 2003). *Pseudoplatystoma fasciatum* é a espécie mais bem distribuída, encontrada nas bacias dos rios Amazonas, Corantijn, Essequibo, Orinoco e Paraná (LUNDBERG & LITTMANN, 2003). *Pseudoplatystoma tigrinum* ocorre mais ao norte, com presença nas bacias dos rios Amazonas e Orinoco (LUNDBERG & LITTMANN, 2003) e pode pesar até 15 kg.

O barbado, ou *Pinirampus pinirampus*, distribui-se pelas bacias do Amazonas, Essequibo, Orinoco e Paraná (LUNDBERG & LITTMANN, 2003), podendo chegar a 5 kg.

O maior peixe da região, o jaú ou *Zungaro zungaro*, pode chegar a 180 kg. O gênero *Zungaro* tem duas espécies distribuídas pelos rios da América do Sul. *Zungaro jahu* ocorre mais ao sul, na bacia do Paraná-Paraguai, e *Zungaro zungaro*, que ocorre mais ao norte, na bacia dos rios Amazonas e Orinoco (LUNDBERG & LITTMANN, 2003).

MATEUS & PENHA (2007) estudaram as dinâmicas populacionais do barbado, pintado e jaú na bacia do rio Cuiabá, e citaram picos de recrutamento bem definidos para as espécies, associados principalmente com os períodos hidrológicos de enchente e vazante. Para o barbado e o pintado, foram observados dois picos anuais; para o jaú, um único pico anual.

A intensidade do recrutamento para o barbado foi maior no mês de julho (período de vazante e seca), apresentando um pico mais suave nos meses de fevereiro e março (período de cheia). Para o pintado, a intensidade do recrutamento foi mais forte em outubro (período de transição entre a seca e a enchente), havendo um outro pico mais suave no mês de maio (período de vazante). O jaú apresentou um único pico, que ocorreu nos meses de novembro, dezembro e janeiro (enchente) (MATEUS & PENHA, 2007).

2) Família Characidae

A família Characidae, a segunda mais diversa do estudo, está representada por 12 espécies (Quadro 4.2-5).

Os caracídeos são conhecidos popularmente no Brasil como dourados, lambaris, piabas, peixes-cachorro, sardinhas, matrinxãs, piraputangas, pacus, tambaquis e piranhas. Seu porte varia desde pequeno (5 cm de comprimento) até de médio a grande (20 a 100 cm de comprimento). Entretanto, aproximadamente 86% das espécies válidas de Characidae são de pequeno porte (REIS *et al.*, 2003).

A família Characidae possui 12 subfamílias (Agoniatinae, Aphyocharacinae, Bryconinae, Characinae, Cheirodontinae, Clupeocharacinae, Glandulocaudinae, Iguanodectinae, Rhoadsiinae, Serrasalminae, Stethaprioninae e Tetragonopterinae), 167 gêneros e 980 espécies reconhecidas. É a maior da ordem Characiformes, contendo 65% das 1.460 espécies válidas da ordem e cerca de 20% das espécies de peixes descritas da ictiofauna neotropical. Apesar de sua grande diversidade e enorme importância ecológica e comercial, o grupo possui controvérsias quanto às relações filogenéticas de seus táxons e também dos seus limites filogenéticos e taxonômicos (REIS *et al.*, 2003).

Aproximadamente 63% (620) das espécies válidas, ou 88 gêneros, são considerados *Incertae Sedis*, ou seja, não possuem uma posição definida na sistemática da família. Algumas delas são representantes de gêneros muito comuns nos rios brasileiros, como os lambaris ou piabas dos gêneros *Astyanax*, *Bryconamericus*, *Hemigrammus*, *Hyphessobrycon* e *Moenkhausia*. Possui grande importância ecológica, pois é alimento para outros peixes carnívoros, e também na pesca de subsistência, já que muitos exemplares são usados como isca para capturas de espécimes maiores (LIMA *et al.*, 2003).

A subfamília Bryconinae ou popularmente conhecidos como matrinxãs, possui cerca de 40 espécies válidas e podem variar de pequenos peixes, com 15 cm de comprimento (*Brycon pesu*), até grandes exemplares, com 70 cm (*Brycon amazonicus*). Possuem ampla distribuição geográfica, ocorrendo do sul do México até o sul da América do Sul. São principalmente onívoros e se alimentam de pequenos frutos e sementes, insetos etc. Têm grande importância na pesca comercial e de subsistência, e algumas espécies podem ser consideradas migratórias de grandes distâncias (LIMA *et al.*, 2003).

A subfamília Serrasalminae, ou pacus e piranhas, inclui 80 espécies válidas e 15 gêneros. *Serrasalmus* (28 espécies), *Myleus* (15) e *Metynnis* (11) são os maiores gêneros, enquanto *Catoprion*, *Colossoma*, *Ossubtus*, *Pygopristis* e *Tometes* são monotípicos. São muito explorados pela atividade pesqueira comercial e de subsistência. Alguns exemplares podem chegar a 80 cm de comprimento (*Colossoma* e *Piaractus*). Possui distribuição geográfica estritamente Neotropical, com seis gêneros que ocorrem na bacia do Paraguai-Paraná, três na bacia do São Francisco e os demais, na bacia amazônica. Podem ser carnívoros (piranhas) ou onívoros, alimentando-se de pequenos frutos e sementes (pacus) (LIMA *et al.*, 2003).

3) Família Cichlidae

A família Cichlidae é uma das maiores entre todos os vertebrados, com cerca de 1.900 espécies descritas. Sua distribuição geográfica inclui rios e lagos da África, Oriente Médio, Ásia, América do Norte, Central e do Sul. A família foi descrita pela primeira vez por Heckel (1840), baseado em exemplares da expedição de Natterer ao Brasil, no início do século XIX (REIS *et al.*, 2003).

Foram observadas na TI Kaiaby oito espécies de ciclídeos (Quadro 4.2-5), muito importantes para a pesca de subsistência e turismo.

Os ciclídeos variam desde pequenos peixes de 25 mm até mais de 1 m de comprimento, como os tucunarés que ocorrem na bacia amazônica. A maioria das espécies ocupa ambientes lênticos dentro dos rios e lagos, apesar de algumas serem moderadamente reofílicas (*Crenicichla*), e se alimentam de uma grande variedade de peixes, invertebrados e matéria orgânica em geral (REIS *et al.*, 2003).

Algumas espécies exibem dimorfismo sexual, formam casais e possuem cuidado parental. Especialistas acreditam que a grande biodiversidade da família está associada ao comportamento reprodutivo e à versátil mandíbula, que permite ao animal se alimentar de diversos itens (REIS *et al.*, 2003).

Os tucunarés (*Cichla*) possuem preferência por ambientes lênticos e alimentam-se preferencialmente de peixes pequenos e insetos aquáticos. Não apresentam uma época reprodutiva definida, porém se reproduzem principalmente durante os meses quentes através de desova parcelada (desova apenas parte de seus ovos). Possui cuidada parental, como construção de ninhos e proteção da prole (STAECK *et al.*, 1985; NELSON, 1994).

4) Família Anostomidae

Esta família compreende os piaus, piaparas, piavas, aracus etc. Caracterizam-se pelo corpo alongado, fusiforme; narina em forma de tubo; dentes incisivos e nadadeira anal curta. A grande maioria das espécies é onívora e alimentam-se principalmente de invertebrados, algas, frutos e sementes.

São registrados 12 gêneros: *Abramites Anostomoides, Anotomus Gnathodolus, Lemolyta, Leporellus, Leporinus, Pseudanos, Rhytiodus, Sartor, Schizodon, Synaptaemus*.

Foram observadas quatro espécies de anostomídeos na TI Kayabi: piau-bananinha, piau-cascudo, piau-corintiano e piau-flamenguista (Quadro 4.2-5).

Esta família ocorre na América do Sul e Central, e possui representantes em todas as bacias hidrográficas do Brasil (GÉRY, 1977).

Algumas espécies dos gêneros *Leporinus, Schizodon e Rhytiodus* alcançam até cerca de 400 mm de comprimento e 1 kg de peso, tendo, portanto, uma elevada importância na pesca comercial. A família é formada por 11 gêneros e cerca de 110 espécies, a maioria delas endêmicas da região amazônica (SANTOS & JEGU, 1996).

Garavello (1979) agrupa as espécies do gênero de acordo com o padrão de cores: barras transversais, listras longitudinais completas ou interrompidas, três manchas arredondadas sobre a linha lateral e pequenas máculas acima e abaixo delas, e uma a três manchas sobre a linha lateral, com ou sem barras transversais.

- Quelônios

O tracajá (*Podocnemis unifilis*) é uma espécie comum na Amazônia. Possui ampla distribuição geográfica e ocorre em rios e florestas inundadas das Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela e Guianas. Seu hábitat é formado por rios de águas escuras com correntes fracas. No rio Teles Pires, dentro dos limites da TI Kayabi, essa espécie é muito comum e bastante apreciada para pesca e na alimentação.

É uma espécie de porte médio, possuindo em torno de 8 kg e até 68 cm de comprimento de carapaça. Apresenta casco levemente convexo, com manchas amareladas na parte dorsal da cabeça e nas bordas das placas marginais, mais bem observadas em filhotes, que desaparecem em fêmeas adultas.

A reprodução é anual. A desova e a incubação ocorrem de junho a outubro, sendo o pico em julho e agosto, durante a época de estiagem. Ao contrário das tartarugas, é menos exigente com a qualidade seu hábitat. Desova isoladamente, em barrancos e bancos de areia, às margens dos rios e lagos, em covas de aproximadamente 30 cm de profundidade. Põe, em média, 30 ovos, variando de 20 a 40, pesando cerca de 20 g cada um, que demoram mais ou menos de 75 a 90 dias para eclodir.

Seus principais predadores são a onça, aves caçadoras, peixes e crocodilos. Quando adulta, possui maior atividade durante o dia e é principalmente herbívora, consumindo 90% de sementes, frutos, raízes e, ocasionalmente, insetos, crustáceos e moluscos.

- Fauna Terrestre e Alada

Durante o trabalho de campo, foram registradas 51 espécies da fauna, 27 mamíferos, 16 aves, 5 répteis e 3 anfíbios. Estão representadas 25 famílias e 19 ordens (vide Quadro 4.2-7 e Gráfico 4.2-3 a seguir).

Quadro 4.2-7

Grandes grupos da fauna registrada na Terra Indígena Kayabi, MT/PA.

Grupo	Número de espécies
Mamíferos	27
Aves	16
Répteis	5
Anfíbios	3

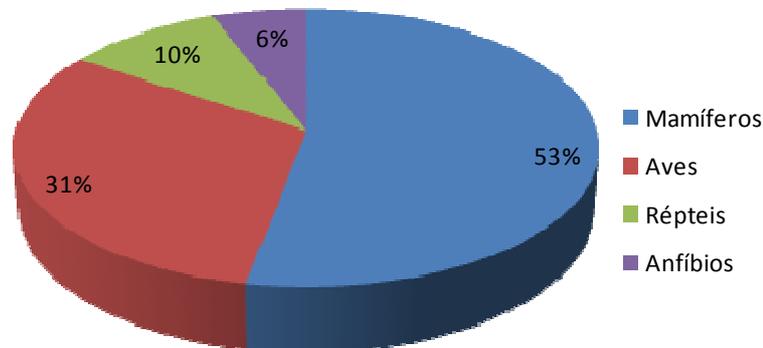


Gráfico 4.2-3 - Grandes grupos da fauna registrada na Terra Indígena Kayabi, MT/PA.

Segundo a Instrução Normativa n.º 3, de 27 de maio de 2003, a arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*), macaco-aranha-da-cara-branca (*Ateles marginatus*), gato-do-mato (*Leopardus wiedii*) e onça-pintada (*Panthera onca*) constam na lista brasileira de espécies ameaçadas de extinção.

Nem sempre os animais reportados na lista são caçados para fins alimentares; às vezes, são capturados para retirada de penas, couro ou ossos para fabricação de utensílios e artesanato, ou mesmo como demonstração de bravura.

O Quadro 4.2-8 da página seguinte apresenta a lista completa das 51 espécies registradas em campo.

Dentre as principais espécies utilizadas para alimentação, citam-se: anta (*Tapirus terrestris*), caititu, cateto ou porco-do-mato (*Tayassu tajacu*), capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), cutia-cinza e cutia-vermelha (*Dasyprocta*), cuxio (*Chiropotes albinasus*), guariba ou bugio (*Alouatta*), jacu-do-campo, jacu-preto (*Penelope*), jacutinga (*Pipile*), macaco-aranha-da-cara-branca (*Ateles marginatus*), macaco-aranha-da-cara-preta, macaco-da-noite (*Aotus*), macaco-prego (*Cebus apella*), marreco (*Anas*), mutum-castanha, mutum-do-campo, mutum-pirina, mutum-preto (*Crax*), nambu (*Tinamus*), ouriço (*Coendou rehnensis*), paca (*Agouti paca*), pato (*Cairina*), quati, quati-puru (*Nasua*), queixada (*Tayassu pecari*), tatu-grande, tatu-pequeno (*Cabassous* e *Dasybus*), tracajá (*Podocnemis unifilis*), veado-mateiro (*Mazama americana*) e zogue-zogue (*Callicebus*).

O caititu, cateto ou porco-do-mato (*Tayassu tajacu*) e a queixada (*Tayassu pecari*), membros da família Tayassuidae (Artiodactyla), estão entre os principais animais caçados. Servem de alimento para grandes carnívoros, como onças (*Panthera onca*) e pumas (*Puma concolor*), e são muito caçados pelos índios sul-americanos (EISENBERG & REDFORD, 1999). Ambas as espécies formam grandes bandos e possuem um elaborado repertório de vocalizações; talvez por isso sejam tão visados pelos caçadores.

Quadro 4.2-8
Espécies registradas na Terra Indígena Kayabi, MT/PA.

Ordem	Família	Taxonomia Lineana Gênero ou espécie	Etnotaxonomia Nome comum
Perissodactyla	Tapiridae	<i>Tapirus terrestris</i> (Linnaeus, 1758)	Anta
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i> (Latham, 1790)	Arara-azul
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Ara chloropterus</i> (Gray, 1859)	Arara-vermelha
Psittaciformes	Psittacidae	<i>Gypopsitta caica</i> Latham, 1790	Curica
Cetacea	Platastanidae	<i>Sotalia fluviatilis</i> (Gervais, 1853)	Boto-cinza ou tucuxi
		<i>Inia geoffrensis</i> (Blainville, 1817)	Boto-rosa
Artiodactyla	Tayassuidae	<i>Tayassu tajacu</i> (Linnaeus, 1758)	Caititu, cateto ou porco-do-mato
Artiodactyla	Tayassuidae	<i>Tayassu pecari</i> (Link, 1795)	Queixada
Rodentia Rodentia Rodentia Rodentia	Hydrochaeridae	<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i> (Linnaeus, 1766)	Capivara
	Dasiproctidae	<i>Dasyprocta</i>	Cotia-cinza
			Cotia-vermelha
	Erethizontidae	<i>Coendou prehensilis</i> (Linnaeus, 1758)	Ouriço
	Agoutidae	<i>Agouti paca</i> (Linnaeus, 1766)	Paca
Cuculiformes	Crotophagidae	<i>Crotophaga major</i> Gmelin, 1788	Coroca ou anu-coroca
Primates	Pitheciidae	<i>Chiropotes albinasus</i> (I. Geoffroy and Deville, 1848)	Cuxio
	Atelidae	<i>Alouatta</i>	Guariba ou bugio
		<i>Ateles marginatus</i> Geoffroy, 1809	Macaco-aranha-da-cara-branca
		<i>Ateles</i>	Macaco-aranha-da-cara-preta
		<i>Aotus</i>	Macaco-da-noite
	Cebidae	<i>Cebus apella</i> (Linnaeus, 1758)	Macaco-prego
		<i>Callicebus</i>	Zogue-zogue
Carnivora	Felidae	<i>Leopardus wiedii</i> (Schinz, 1821)	Gato-maracajá
		<i>Leopardus</i>	Jaguatirica
		<i>Puma concolor</i> (Linnaeus, 1771)	Onça-parda
		<i>Panthera onca</i> Linnaeus, 1758	Onça-pintada Onça-preta
	Procyonidae	<i>Nasua</i>	Quati
			Quati-puru

Ordem	Família	Taxonomia Lineana Gênero ou espécie	Etnotaxonomia Nome comum
Testudines	Testudinidae	<i>Chelonoidis denticulata</i> (Linnaeus, 1766)	Jabuti
Gruiformes	Psophiidae	<i>Psophia viridis</i> Spix, 1825	Jacamim
Crocodylia	Alligatoridae	<i>Melanosuchus niger</i> Spix, 1825	Jacaré-açu
		<i>Caiman crocodilus</i> (Linnaeus, 1758)	Jacaré-curu
Galliformes	Cracidae	<i>Penelope</i>	Jacú-do-campo
		<i>Pipile</i>	Jacú-preto
Galliformes	Cracidae	<i>Crax</i>	Jacutinga
			Mutum-castanha
			Mutum-do-campo
Anseriformes	Anatidae	<i>Anas</i>	Mutum-pirina
	Anatidae	<i>Cairina</i>	Mutum-preto
Tinamiformes	Tinamidae	<i>Tinamus</i>	Marreco
Anura	Bufonidae	<i>Bufus</i>	Nambu
			Sapo-amarelo
			Sapo-preto
Ciconiiformes	Ardeidae	<i>Butorides striata</i> (Linnaeus, 1758)	Sapo-verde
Pleurodira	Pelomedusidae	<i>Podocnemis expansa</i> (Schweigger, 1812)	Socó
Pleurodira	Pelomedusidae	<i>Podocnemis unifilis</i> Troschel in Schomburgk, 1848	Tartaruga
Xenarthra	Dasypodidae	<i>Cabassous</i> e <i>Dasypus</i>	Tracajá
			Tatu-grande
Artiodactyla	Cervidae	<i>Mazama americana</i> Erxleben, 1777	Tatu-pequeno
			Veado-mateiro

O caititu é morfologicamente semelhante ao porco doméstico, pode alcançar 20 kg de peso. Possui distribuição geográfica que vai do sul dos Estados Unidos até o norte da Argentina. Ocupa uma grande variedade de habitats e se reúnem em grupos de até 34 indivíduos, ativos durante o dia ou noite, dependendo da disponibilidade dos recursos. O grupo geralmente possui um ou dois machos e muitas fêmeas e juvenis. Alimentam-se de frutas, tubérculos, sementes e plantas (EISENBERG & REDFORD, 1999).

A queixada, semelhante ao caititu, pode chegar a 40 kg. Ocorre do sul do México até o norte da Argentina, em áreas de florestas e savanas. É onívoro e se alimenta de frutos, sementes, plantas, invertebrados e pequenos vertebrados. Chegam a formar grandes grupos de até 200 indivíduos, com machos e fêmeas de todas as idades que podem ocupar até 110 km² de área por até dois anos. Possuem hábitos diurnos e noturnos (EISENBERG & REDFORD, 1999). É comum observar pedaços de ossos e carcaças de catetos e queixadas nas aldeias (Foto 4.2-20 a seguir).



Foto 4.2-20 - Ossos de queixadas

A anta (*Tapirus terrestris*) é considerada o maior mamífero da América do Sul. Sua principal característica morfológica é o nariz grande, semelhante a uma pequena tromba. Sua distribuição geográfica vai da Venezuela até o norte da Argentina (EISENBERG & REDFORD, 1999).

O período de gestação dura cerca de 380 dias, quando nasce apenas um juvenil, que pode pesar mais de 2 kg; um adulto pode pesar 300 kg. Em cativeiro, um indivíduo chega a viver por 32 anos e são capazes de emitir quatro tipos diferentes de vocalização. Alimentam-se de frutos, folhas e vegetais. É solitário e muito caçado pelos índios sul-americanos (EISENBERG & REDFORD, 1999).

Os macacos cuxio (*Chiropotes albinasus*), guariba ou bugio (*Alouatta*), macaco-aranha-da-cara-branca (*Ateles marginatus*), macaco-aranha-da-cara-preta, macaco-da-noite (*Aotus*), macaco-prego (*Cebus apella*) e zogue-zogue (*Callicebus*) também são muito caçados pelos moradores das aldeias.

A infraordem Platyrrhini, ou os macacos silvestres sul-americanos, possui duas famílias: Callitrichidae (micos e saguis) e Cebidae (coatá, bugio, prego e aranha). Sua

principal característica é a cauda preênsil. O grupo possui 16 gêneros e 128 espécies. Com exceção do *Aotus*, todos os primatas da América do Sul são diurnos e altamente arbóreos. A dieta é variada, desde insetos até frutas e folhas. A grande maioria das espécies dá à luz apenas um indivíduo. São muito sociais, e o tamanho dos grupos varia de pequenos núcleos familiares (4 a 7) até grandes bandos (24 a 50) (EISENBERG & REDFORD, 1999).

As aves mais importantes são os cracídeos da ordem Galliformes: jacu-do-campo, jacu-preto (*Penelope*), jacutinga (*Pipile*), mutum-castanha, mutum-do-campo, mutum-pirina e mutum-preto (*Crax*). Ocorrem nas zonas tropicais e subtropicais das Américas do Sul, Central e Norte até o México. Assemelham-se morfologicamente aos faisões e perdizes europeus e asiáticos, que pertencem à mesma ordem.

Entretanto, os representantes sul-americanos têm aspectos ecológicos diferentes dos europeus e asiáticos. Preferem habitats florestais aos campestres, nidificam em árvores e não no chão, e sua alimentação é mais frugívora do que granívora.

SIBLEY & MONROE (1990), que revisaram a taxonomia das aves com base em técnicas avançadas de biologia molecular, citam que os cracídeos são estreitamente relacionados aos megapodídeos da Oceania e sul da Ásia, e na sua nova classificação formam, juntos, a ordem Craciformes. Estudos filogenéticos mais recentes (PEREIRA *et al.*, 2002; CROWE *et al.*, 2006; HOEFLICH *et al.*, 2007) sugerem que a família Cracidae se divide em dois grandes grupos: (i) *Oreophasis* (extralimital), *Pauxi*, *Mitu*, *Nothocrax* e *Crax*, e (ii) *Chamaepetes*, *Penelopina* (extralimital), *Penelope* e *Pipile/Aburria*.

Outro grupo de aves importante, não para alimentação, mas pelas penas, são os Psittaciformes. Incluem 360 espécies e 80 gêneros, e são popularmente conhecidos como: papagaios, periquitos, araras, maracanãs etc. A plumagem, geralmente bem colorida, é muito usada no artesanato e nos adereços indígenas, como cocares, colares e brincos.

As principais características dos psittaciformes são o bico encurvado, adaptado à alimentação à base de sementes e frutos; o colorido da sua plumagem e a capacidade de algumas espécies de reproduzir sons de fala humana.

Os psittaciformes têm distribuição geográfica vasta, ocupando as regiões quentes e temperadas de todos os continentes. A maior biodiversidade do grupo encontra-se na Oceania, América Central e do Sul.

A taxonomia tradicional das aves (CLEMENTS, 2000) subdividia esta ordem em duas famílias: Psittacidae e Cacatuidae. A taxonomia de SIBLEY & MONROE (1990), por outro lado, condensa todos os gêneros de Psittaciformes na família Psittacidae.

4.3 Terra Indígena Munduruku

Conforme o Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel, o acesso à TI, partindo do município de Itaituba (PA), se dá pela Transamazônica, num trajeto que consome 7 a 9 horas de viagem, quando a estrada apresenta melhores condições, ou por meio do rio Tapajós, usando-se lancha (“voadeira”) ou barco de carga a motor (“ubá”). Na época do rio cheio (de janeiro a junho), um barco comum leva cerca de quatro dias de viagem no trajeto de Itaituba à Terra Indígena Munduruku, e uma “voadeira” faz o mesmo trajeto em dois dias.

A FUNAI patrocina a compra de motores para as “voadeiras”; todavia, o trajeto feito pelo rio é complicado e perigoso, em função das corredeiras e cachoeiras, sendo a rodovia a mais frequente opção utilizada para acesso à TI.

Há, ainda, a opção de viagem em avião de pequeno porte. Cabe salientar que essa é uma opção frequentemente utilizada pela FUNASA regional (Itaituba/PA) para o transporte de índios com problemas sérios de saúde e que não têm condições de tratamento no hospital do município de Jacareacanga-PA, sendo então levados da TI Munduruku para o hospital de Itaituba — mais bem aparelhado em termos de infraestrutura e de profissionais de saúde.

Dentre todas as muitas áreas ocupadas pela etnia Munduruku na região amazônica, a mais expressiva é, sem dúvida, a que tem o território configurado como TI Munduruku, localizada no município de Jacareacanga (Pará), havendo também uma expressiva aldeia (Teles Pires) de índios Munduruku dentro da Terra Indígena Kayabi, situada às margens do rio Teles Pires.

Em área contígua à Terra Indígena Kayabi, a TI Munduruku passou por um processo de demarcação iniciado ainda na década de 40 do século passado. Na ocasião foram demarcados 510.000 hectares; posteriormente, em 1977, estudos respaldaram as requisições dos índios e a terra indígena foi delimitada já com a superfície próxima da atual: 2.381.795 hectares (Funai, 2002 – Memorial de Demarcação).

Isso, porém, ocorreu apenas 21 anos depois que o território passou a ser declarado como de posse permanente dos índios Munduruku, sendo seu processo de demarcação finalizado em 2002.

Na Figura 4.3-1 a seguir, apresenta-se mapa com a localização das TI Munduruku e Kayabi.

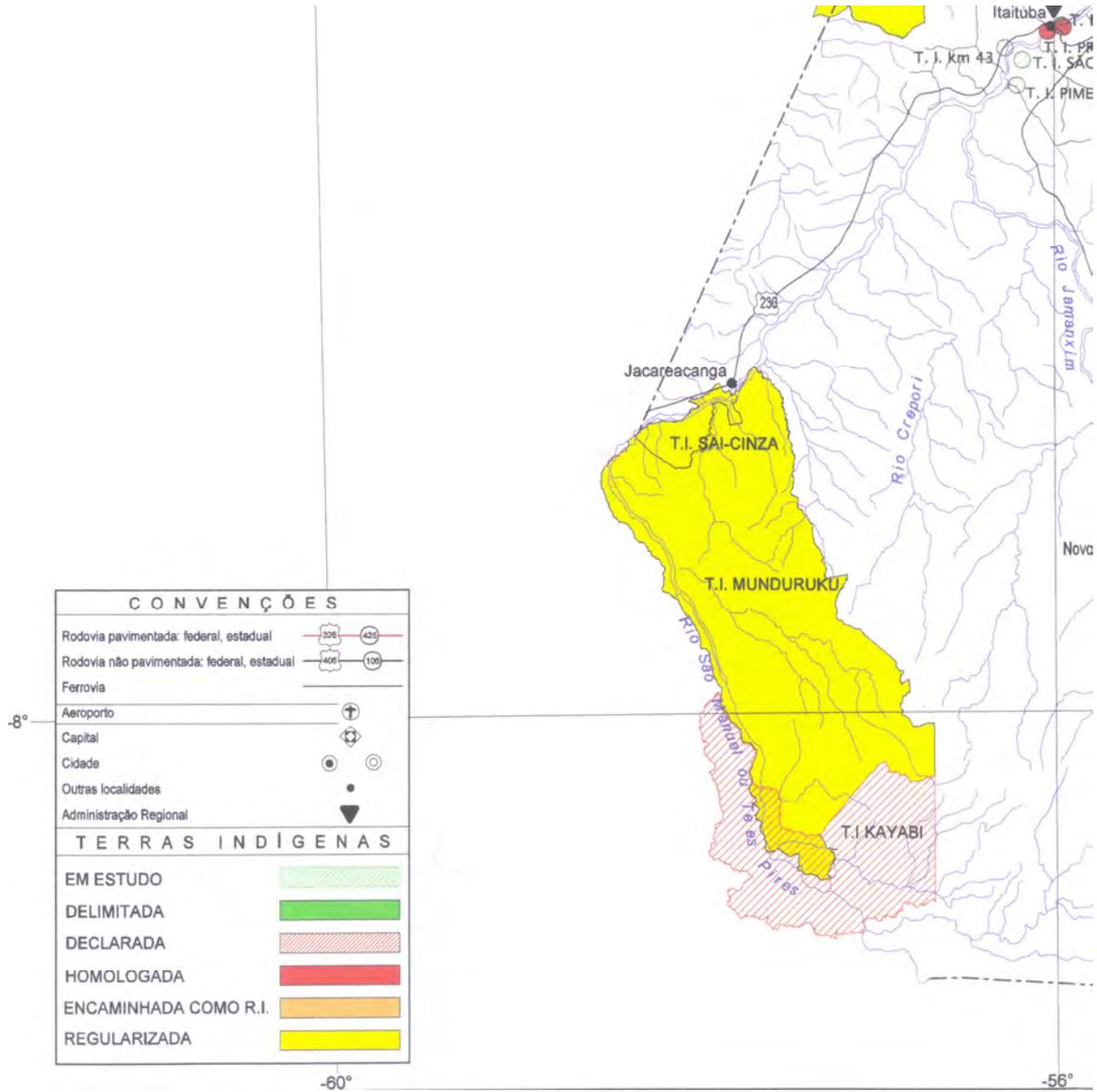


Figura 4.3-1 - Mapa de localização das Terras Indígenas Munduruku e Kayabi
 Fonte: Funai

4.4 Terra Indígena Pontal dos Apiaká

As duas aldeias mais importantes dos povos Apiaká são Mayrob, no rio dos Peixes, e Mairowi, no rio Teles Pires. Enquanto a primeira foi criada em 1982, no bojo de todo um processo de recuperação da identidade Apiaká que vinha se desenrolando desde o início do século XX, Mairowi é instalada mais recentemente, em 1997, no contexto da reestruturação política iniciada quase vinte anos antes.

A aldeia Pontal, situada na margem direita do rio Juruena, é fruto do processo de retomada do território tradicional Apiaká, tendo sido fundada em 2006. Ela se constitui, na verdade, em um esforço de ocupação territorial, atualmente centrado na luta pela demarcação da Terra Indígena Pontal dos Apiaká. Para isso observa-se, atualmente, um movimento de lideranças deste povo em direção à aldeia, como forma de consolidá-la e, assim, facilitar o processo de delimitação do território.

Ainda se mostra como uma pequena aldeia, com poucas famílias, como se pode ver no Quadro 4.4-1 a seguir:

Quadro 4.4-1
Pontal dos Apiaká

Anos	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População	26	27	29	32	33	28

Fonte: FUNASA / DSEI Colider.

O processo de demarcação deste território vem sendo conduzido pela FUNAI que, neste sentido, através da Portaria nº 1.023 de 02 de setembro de 2008, constituiu Grupo Técnico com o objetivo de “realizar estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apiaká e Isolados”.

Posteriormente, em junho/2009, através da Portaria nº 623, foi constituído novo GT para “realizar a segunda etapa de campo para complementar os estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental necessários à Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apiaká e Isolados”, além de “determinar o novo prazo de 90 dias para a entrega da versão preliminar dos relatórios ambiental e antropológico da referida terra indígena, a contar do retorno de campo dos técnicos”.

Finalmente, em outubro daquele mesmo ano foi prorrogado o prazo para a entrega do “Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pontal dos Apiaká/MT”, até o dia 30 de junho de 2010.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS MODOS DE VIDA

5.1 Aldeias na Terra Indígena Kayabi

5.1.1 Aldeia Kururuzinho

A aldeia tem 35 anos de existência e fica na Terra Indígena Kayabi, às margens do rio Teles Pires e próxima ao rio Cururu-Açu.

Um entrevistado no trabalho de campo, quando indagado sobre a origem da aldeia Kururuzinho, esclarece: “a história da aldeia que os avós contam é que os Kayabi eram de Mato Grosso, de uma região acima de Sinop, indo até Alta Floresta. Depois chegaram os seringueiros, os gateiros (caçadores de onça), os fazendeiros, os garimpeiros, e os Kayabi foram sendo expulsos e vieram parar na região onde hoje é a aldeia Kururuzinho”.

No Dia do Índio, ocorre uma festa no Kururuzinho, com resgate das culturas dos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká. Existe uma boa relação atualmente entre as etnias presentes na TI, com casamentos entre índios de etnias diferentes, inclusive.

- habitação e distribuição espacial

Uma característica de Kururuzinho é que muitos moradores têm residências em outras aldeias menores, formadas por poucas famílias entrelaçadas em torno de uma liderança mais velha, o Cacique. No entanto, deslocam-se frequentemente para suas casas em Kururuzinho, onde permanecem longos períodos do ano, por ser a aldeia melhor equipada, com telefone, posto de saúde, rádio, água encanada, eletricidade em algumas horas do dia e, principalmente, por estar ali localizada a escola, que serve a todos os estudantes da região.

A disposição das casas na aldeia acompanha de certa forma essa distribuição maior do aldeamento pela Terra Kayabi ao longo do rio Teles Pires, no trecho que vai pelo menos até a aldeia Minhocuçu.

Do lado direito do porto, olhando-se do rio, estão instaladas as famílias ligadas às aldeias de S. Benedito e Tucumã. À esquerda, as de Minhocuçu. Mais ao centro estão as casas das famílias da aldeia Coelho e as do presidente da associação. E mais próximo à margem do rio, as que formam o núcleo mais fixo de Kururuzinho, da família do Cacique e de seu irmão. Cabe destacar, porém, que o deslocamento entre aldeias é uma característica da cultura Kayabi e de outras etnias indígenas.

Na direção do porto, na área central, ficam os equipamentos coletivos: a casa de reunião - antiga escola, o posto da FUNASA, o gerador, a caixa d'água, a antena da Embratel, os alojamentos. Atrás desses, seguem-se o campo de futebol, a pista de pouso, o curral e mais ao interior, algumas roças.

É preciso ressaltar que essa organização espacial não afeta em nada a unidade da aldeia, onde todos são parentes em certo grau, como afirmou um jovem entrevistado no trabalho de campo.

As Fotos 5.1-1 e 5.1-2 a seguir ilustram a distribuição espacial da aldeia Kururuzinho, onde pode-se observar algumas casas típicas.



Foto 5.1-1 - Aldeia Kururuzinho



Foto 5.1-2 - Vista panorâmica da aldeia Kururuzinho

As casas de Kururuzinho são, em sua maioria, construídas com tábuas de madeira. Segundo as informações de Donivaldo, um dos guias no trabalho de campo, elas foram cortadas com motosserra e beneficiadas por um serrador, possivelmente contratado. No entanto, nosso informante ressalta que eles (os índios da aldeia) ainda sabem fazer casas a machado, como, por exemplo, é o caso da moradia do Cacique.

As coberturas dos telhados são de palha de babaçu. Porém, na sua casa, Donivaldo usou palha de inajá que, segundo ele, tem duração de 10 anos contra os quatro da palha de babaçu. Essa casa, aliás, se sobressai por apresentar a forma de um retângulo arredondado nas paredes das extremidades, o que é tido como uma forma tradicional dos antigos.

A estrutura de construção segue o modelo mais utilizado na aldeia. A casa tem 12m de largura e 21m de comprimento. É sustentada por dois esteios de pau roliço de cerca de sete metros de altura. Apresenta uma divisão que separa os dois cômodos: a sala, onde se encontram mesas, redes, aparelho de TV, fogão e vários utensílios de cozinha; e o quarto, onde dormem os cinco filhos e o casal.

Algumas casas apresentam três ou mais divisões. Muitas possuem cozinhas independentes da construção principal, abertas, desprovidas de paredes. E todas têm telas nas janelas para proteção contra mosquito e banheiro externo. Em geral, segundo Donivaldo, as construções são feitas em conjunto.

Na Lagoa Jabuti, local usado pelos Kayabi para a coleta da palmeira babaçu, Elenildo, outro guia no trabalho de campo, mostra a fase ideal para a folha ser retirada, enquanto Josué executa o trançado nas folhas de babaçu (Fotos 5.1-3 e 5.1-4 a seguir).



Foto 5.1-3 - Palmeira babaçu - folha utilizada para construção de telhados



Foto 5.1-4 - Trançado nas folhas de babaçu

Na Figura 5.1-1 da página seguinte, apresenta-se um croqui da aldeia Kururuzinho feito por alguns de seus moradores, onde pode-se observar a sua distribuição espacial.



Figura 5.1-1 - Croqui da aldeia Kururuzinho elaborado por moradores

- atividades produtivas

Nas roças de policultivo, entre os tocos de árvore, são plantados, principalmente, banana, abacaxi, batata, cará, macaxeira, diversas variedades de mandioca (para fazer farinha), vários tipos de milho, vários tipos de amendoim, cana-de-açúcar e feijão. Essas áreas são intercaladas também com plantações de fruteiras, como: mangueiras; coqueiros; jaqueiras; abacateiros; laranjeiras; e limoeiros.

A Foto 5.1-5 a seguir ilustra um recipiente utilizado para armazenar a massa feita com a mandioca.



Foto 5.1-5 - Recipiente com massa de mandioca

Os Kayabi plantam também pimenta e cebolinha, em canteiros suspensos (Fotos 5.1-6 e 5.1-7 abaixo). Plantas medicinais são colhidas na mata, ainda que tenha sido observado um pequeno cultivo dessas ervas em frente ao Posto de Saúde da Funasa.



Foto 5.1-6 - Pimentas colhidas no pátio da escola



Foto 5.1-7 - Canteiro suspenso de cebolinha

Depoimento colhido em trabalho de campo:

"Os mais velhos sabem usar as plantas medicinais".

Por exemplo:

- **caju:** "Rapa o pé dele, tira a casca décima, espreme o líquido e dá pra tomar quando está com diarreia. É amargo, mas sara rapidinho."
- **timbó:** "Para picada de arraia, usa uma raiz do mato chamado timbó. Coloca na água amornada, deixa o pé de molho pra passar a dor."
- **chifre de boi:** "É também usado como remédio para picada de arraia."

Finalmente, de acordo com depoimento do Cacique da aldeia Kururuzinho, colhido em trabalho de campo, o resultado do que é produzido na roça pode ser, eventualmente, repassado a quem esteja necessitando:

"Aqueles que não saem, fazem roça, quando a gente pede para o outro, ele dá."

✓ coleta / extrativismo

Para alimentação: castanha-do-pará, mel, patuá, buriti, bacaba, mangaba, uxi (fruta), pequi, api (grande e pequeno), ingá (4 tipos), monte-jabuti (fruta), monte-cachorro (fruta), pupunha, cabeça-de-cigana, fruta-de-sova, pajurá, cacau, cupuaçu, taperebá, tamemuri, maracujá, caju-açu, coco, babaçu, açaí (Foto 5.1-8).

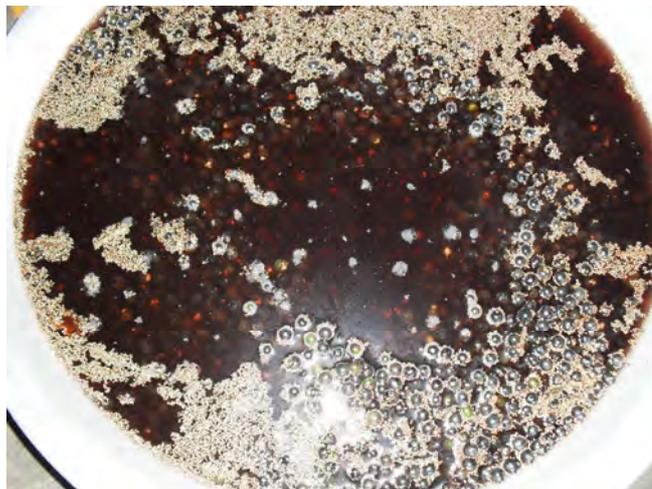


Foto 5.1-8 - Bacia com açaí, de molho

Para usos diversos:

- cipó-titica – para confecção de cestos e para amarrar as palhas;
- palha de babaçu – para cobertura das casas;
- palha de buriti – para cobertura das casas;
- folha de sapé – cobertura das casas;
- palha de tucum – para confecção de abanos;
- semente de tucum – para produção de artesanato;
- semente de macaúba – para produção de artesanato;
- semente de inajá – para produção de artesanato;
- arumã: para produção de cestas e peneiras;
- algodão – para produção de tipoia (faixa para apoiar e carregar crianças);
- madeiras:
 - itaúba – para fabricação de casas, canoas, remos;
 - peroba – para fabricação de casas;
 - pupunha-brava – para confecção de arco e ponta de flecha;
 - pau-brasil – para confecção de borduna;
 - pau-d’arco – para confecção de arco.

Para fins medicinais ou correlatos (de acordo com jovem Kayabi, cujo avô era “raizeiro”):

- folha de kaakasing – tirar maus espíritos;
- kaakasingypy (raiz) – diarreias;
- yrowou – anemias;
- mangapopenin – gripe, tosse, cansaço;
- muangen – dor de dente, limpar estômago;
- yrowowesing – náuseas, enjoos;
- semosewawou – anemias;
- yrowou + jaiywi, hijã perirap, yagywi – mistura para pessoas com má aparência, que não comem direito;
- muangaiyou – espantar maus espíritos, fortalecer o corpo;
- ysing – cicatrizante;
- ywakasing – por no olho da criança quando ela está muito agitada;
- myangwirani – inchaços, dores;
- myansinig – cicatrizante;
- ypaygi – sangramento de mulher;
- muangpasingou – engordar crianças e adultos;
- kaawowou – sangramento intenso;
- myami – cipó que se passa nas articulações das crianças que começam a andar;
- myangaiuri – cansaços de crianças (feito mesmo à distância);
- myangpipi – anemias (se exagerar na dose, pode até matar);
- kaayai (folhas) – banho para baixar febres persistentes;
- myangraysang – resfriados, febre;
- pirain (folha) – fazer mal para pessoas;
- kaajyruin – conquistar mulher, deixá-la excitada;
- kunumiakyt – para mulher engravidar.

E “cada família colhe o seu”, observa um entrevistado no trabalho de campo.

✓ pesca

De acordo com um dos guias no trabalho de campo na aldeia Kururuzinho, sua ocupação principal é a pesca e a caça. Ele observa que sabe pescar com flecha ou de "linhada", mas que usa mais a linha. Pesca todos os dias, gastando para isso cerca de 1 hora, duas vezes por dia: de manhã cedo; e por volta das 5 horas da tarde.

Na aldeia Kururuzinho, os siluriformes ou "peixes de couro" são os peixes mais abundantes na atividade pesqueira. A pesca também tem influência nas relações sociais entre os moradores das aldeias. Na aldeia Kururuzinho, os homens se reúnem a noite para conversar e pescar.

As Fotos 5.1-9 a 5.1-10 a seguir ilustram a variedade de peixes pescados na aldeia.



Foto 5.1-9 - Tratamento dos peixes após uma pescaria noturna na aldeia Kururuzinho.



Foto 5.1-10 - A grande diversidade de espécies de peixes da aldeia Kururuzinho.



Foto 5.1-11 - Alguns peixes pimelodídeos capturados na aldeia Kururuzinho (de cima para baixo): barbado ou piranambu (*Pinirampus pinirampu*), pintado ou cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e jandiá (*Leiarius marmoratus*).



Foto 5.1-12 - Alguns peixes anostomídeos (piaús) capturados na aldeia Kururuzinho.

Uma das técnicas de pesca que é dominada pelos índios Kayabi é a que se utiliza de arco e flecha (Fotos 5.1-13 a 5.1-15 seguir).



Foto 5.1-13 - A pesca com arco e flecha na aldeia Kururuzinho.



Foto 5.1-14 - Arco e flechas tradicionais Kayabi na aldeia Kururuzinho



Foto 5.1-15 - Arco e flechas tradicionais Kayabi na aldeia Kururuzinho.

A pesca do tracajá pode ser feita manualmente (Foto 5.1-16 a seguir). Isso se dá no momento em que o animal sobe para respirar; o pescador dá um mergulho na água e o apanha com as mãos. É uma atividade muito difícil e que requer muita agilidade e boa observação do pescador.



Foto 5.1-16 - O tracajá é capturado manualmente na aldeia Kururuzinho.

O tracajá também pode ser capturado com linha e anzol e uma isca que pode ser um pedaço de peixe. A pesca com anzol também é difícil. Segundo relatos dos índios, “é mais difícil porque tem que ter muita paciência, não pode apontar o dedo, fazer xixi na água nem fazer muito barulho”.

Entretanto, muitas vezes durante o trabalho de campo, foram observados tracajás assando em uma fogueira (Foto 5.1-17 abaixo) ou forno, e todos os indígenas da TI Kayabi entrevistados afirmaram ser uma carne muito saborosa. São preparados de forma muito simples, com grelha e direto no fogo.



Foto 5.1-17 - Tracajás assando em uma fogueira na aldeia Kururuzinho.

Segundo relatos, os ovos também são muito saborosos e são coletados nas praias que são formadas durante a estiagem, principalmente em agosto, setembro e outubro (vide Foto 5.1-18 - a seguir).



Foto 5.1-18 - As praias onde são coletados os ovos de tartarugas e tracajás.

Na aldeia Kururuzinho, praticamente todas as famílias têm uma canoa de madeira, mas voadeiras com motor de popa são poucas.

A embarcação utilizada é geralmente a canoa (entre 3 e 5 metros de comprimento) com remos feitos de madeira e, também, as chamadas “voadeiras de alumínio”, que são lanchas movidas a motor de popa de 15 ou 40 HP, muito mais rápidas que as Canoas tradicionais (vide Foto 5.1-19 a seguir).



Foto 5.1-19 - Canoas e remos tradicionais e voadeiras com motor de popa.

A pesca com timbó ocorre geralmente nas estações de águas baixas, quando a diluição do veneno na água é mais rápida e os peixes ficam presos. Esse método consiste, basicamente, em introduzir o ictiotóxico em um determinado ponto do igarapé, para depois coletar os peixes entorpecidos. Segundo os índios, o timbó não deixa resíduos tóxicos nos peixes, sendo apropriados para o consumo, sem problemas (Foto 5.1-20 abaixo).



Foto 5.1-20 - O cipó com veneno ictiotóxico chamado timbó, utilizado na pescaria tradicional.

Na aldeia Kururuzinho, particularmente, são conhecidos dois tipos de cipós ou lianas com venenos ictiotóxicos que podem ser encontrados em capoeira, mata fechada ou na beira do rio, porém, tal atividade não é praticada com frequência.

Na aldeia Kururuzinho, foi relatado que mulher menstruada não pode participar da pesca do timbó, “senão a pescaria não dá certo”.

✓ caça

A caça de subsistência tem importância como atividade produtiva e alimentação para os moradores das aldeias visitadas. É praticada pelos homens adultos e as mulheres (as crianças pouco participam dessa atividade).

A caça pode ser feita por um grupo de homens que passam dias na floresta ou por apenas um caçador, que realiza a atividade em poucas horas. Geralmente, a caçada ocorre à noite, mas muitas vezes faz parte do cotidiano dos índios, caçando, também, durante o dia.

Quando os homens chegam com muita caça ou um animal muito grande, toda a carne é dividida entre a população, na beira do rio, onde o animal é desossado. O excesso de carne é salgado e serve de alimento por muitos dias.

Foi observada uma caçada no lago Jabuti (Foto 5.1-21 abaixo), a montante da aldeia Kururuzinho. Foi abatido um mutum-castanha, com o uso de arma de fogo (Foto 5.1-22 a seguir). O animal pesava em torno de 7 kg.



Foto 5.1-21 - Caçada realizada no Lago do Jabuti, nos arredores da aldeia Kururuzinho.



Foto 5.1-22 - Mutum-castanha abatido em uma caçada no lago Jabuti, próximo à aldeia Kururuzinho.

Foi observado, na aldeia Kururuzinho, o abate de duas antas de aproximadamente 200 kg cada (Foto 5.1-23 abaixo). Elas foram caçadas com espingardas, à noite, em uma praia não muito longe da aldeia.



Foto 5.1-23 - Duas antas que foram caçadas próximo à aldeia Kururuzinho.

Foi observado, na aldeia Kururuzinho, o abate de um jacaré a aproximadamente 300m da aldeia, na margem do Teles Pires, durante a noite. Na aldeia também foi percorrida uma trilha de caça em uma mata primária atrás do campo de futebol (Foto 5.1-24 a seguir).



Foto 5.1-24 - Na mata ao fundo do campo de futebol está localizada uma trilha de caça (**Foto 5.1-32**) aldeia Kururuzinho.

A melhor época para caça é no final do mês de setembro, início de outubro, durante a estação seca.

Na maioria das vezes é usada espingarda na caçada. O uso de arco também é utilizado, mas os índios consideram as armas de fogo mais eficientes.

Em todas as aldeias visitadas, foram observados dois tipos básicos de espingardas, a de tiro simples e de ferrolho, ambas de um cano, calibre 12 (cartuchos de aproximadamente 18,5mm) (Foto 5.1-25). Outros aspectos das armas podem variar como calibre, formato da coronha, comprimento do cano, peso, sistema de gatilho etc. Foi notado que quase todas as famílias possuem uma em casa.

Mesmo quando o objetivo não é a caça, os moradores levam as armas quando entram na floresta, como proteção contra o ataque de animais maiores como a onça-pintada.

A munição geralmente é um cartucho composto por espoleta, pólvora, bucha e chumbo, dentro de um culote de metal e tubo de plástico. Os chumbos utilizados para carregar os cartuchos variam de 2 a 5 mm de diâmetro, sendo usados, ainda, balotes (um único projétil de chumbo de diâmetro equivalente ao calibre da espingarda).



Foto 5.1-25 - Espingarda de tiro simples cano único calibre 12.

Os arcos são geralmente feitos de siriva e uma corda ou cipó, que possuem grande elasticidade e resistência. As flechas são feitas também com bambu e possuem penas em uma extremidade, que lhe confere estabilidade durante o lançamento, e uma ponta lanceolada na outra. Essa ponta pode ser de ferro e ter ranhuras serrilhadas que aumentam o dano causado. É necessária muita habilidade no manejo dos arcos e precisão nos lançamentos das flechas.

Segundo relato dos moradores, tanto na aldeia Kururuzinho quanto na Mairowi, os melhores lugares para caça são ao redor dos lagos e igarapés e nas margens dos tributários. Esses ambientes atuam como um agregador dos animais que vivem na região, que vêm até esses corpos hídricos para se alimentar e beber água. Também foram observadas trilhas de caças nas proximidades das aldeias Kururuzinho e Mairowi.

✓ criação de animais

Entre os animais domésticos mais comuns encontrados na aldeia, pode-se citar os macacos, queixadas, aves, cães, galinhas e bois. Alguns são animais silvestres que foram capturados e domesticados, como macacos e aves, outros vieram das cidades, como os cães. A maioria deles não é criada para alimentação, mas são animais de estimação das crianças. Os animais domesticados não possuem qualquer tipo de tratamento veterinário, alimentação adequada e muitas vezes não vivem em condições devidamente adequadas de cativeiro.

Foram observados macaco-aranha-de-cara-branca (*Ateles marginatus*), nas aldeias Kururuzinho e Tukumã; e macaco-prego (*Cebus apella*), nas aldeias Kururuzinho e Coelho. Fazem muito sucesso com as crianças e frequentemente se machucam com as cordas que são presos.

A principal característica do macaco-aranha-de-cara-branca são os membros superiores desproporcionalmente longos e a cauda preênsil, além de grande agilidade. Pode atingir 1,40 m de comprimento até a cauda, e se alimentam de folhas, frutos e insetos (EMMONS, 1997).

O macaco-prego (vide Foto 5.1-26 a seguir) é considerado o primata mais inteligente da América. É o único primata neotropical que frequentemente utiliza ferramentas em ambiente natural. As ferramentas mais comuns são pedras para quebra de frutos e cavar o solo em busca de raízes comestíveis, também varetas para captura de larvas de insetos. Pode viver em bandos de até 50 indivíduos e alimenta-se de frutos, sementes, flores, insetos, ovos e pequenos vertebrados (EMMONS, 1997).



Foto 5.1-26 - Macaco-aranha-de-cara-branca e macaco-prego domesticados observados nas aldeias Kururuzinho e Coelho.

Na aldeia Kururuzinho foi observado um cercado com dois exemplares de queixada (*Tayassu pecari*), mamífero da família Tayassuidae muito semelhante ao caititu (*Tayassu tajacu*) do qual compartilha o mesmo habitat. Essa espécie possui hábitos diurnos e pode ser encontrada desde o sul do México até o nordeste da Argentina. Possui cerca de 1 metro de comprimento e pelagem negra com o queixo branco. Vive em bandos que chegam a mais de trezentos indivíduos (EMMONS, 1997).

Alimenta-se de frutas, sementes, brotos, raízes e folhas, e também de pequenos invertebrados, além de sapos, lagartos e filhotes de aves (Foto 5.1-27 abaixo). A gestação dura aproximadamente 160 dias, e nascem, geralmente, dois filhotes (EMMONS, 1997).



Foto 5.1-27 - Dois queixadas domesticados em um cercado na aldeia Kururuzinho.

É muito comum encontrar aves domesticadas nas aldeias estudadas, principalmente araras, maritacas e papagaios. Muitas são mutiladas, particularmente nas asas, e algumas são mantidas em gaiolas pequenas, causando desconforto aos animais. Foram observadas gaivotas, patos, pombos, arara-vermelha, jacamim, maritacas e papagaios na aldeia Kururuzinho (Fotos 5.1-28 a 5.1-31 - abaixo).



Fotos 5.1-28 a 5.1-31 - Aves domesticadas observadas: gaivota, pombo, arara-vermelha, jacamim, maritaca e pato.

Os Psittaciformes, ou as araras e maritacas, é uma ordem constituída por 78 gêneros e 332 espécies, sendo 72 espécies nativas do Brasil, que é considerado o país mais rico em representantes da família Psittacidae, tendo sido denominado nos primeiros mapas como "Terra dos Papagaios" (*Brasília sive terra papagallorum*). No Brasil, são encontrados os maiores representantes dos psitacídeos, as araras. Dentre as espécies nativas podemos citar as araras-azuis: *Anodorhynchus hyacinthinus*, *Anodorhynchus leari* e *Anodorhynchus glaucus* (extinta no início do século passado); as araras-vermelhas: *Ara macao* e *Ara chloroptera* e a arara-azul-amarelo *Ara ararauna* (FORSHAW, 1977; SICK, 1997).

Os cães e as galinhas são os animais domésticos mais comuns nas aldeias visitadas. Foi observado que os cães não são bem quistos pelos moradores, principalmente os adultos, e freqüentemente não tem um "dono", e vivem soltos na aldeia. Entretanto as galinhas recebem bons tratos, com construção de galinheiros e ninhos artificiais (Fotos 5.1-32 a 5.1-35 a seguir).



Fotos 5.1-32 a 5.1-35 - Cães e galinhas. Galinheiros.



Foto 5.1-36 - Ninhos artificiais.

Verificou-se a presença de gado bovino na aldeia Kururuzinho, com cerca de 30 cabeças, doadas por um fazendeiro da região, em um pasto de aproximadamente quatro hectares. Há um pequeno curral, mas os bois não recebem tratamento veterinário nem alimentação especializada (Foto 5.1-37 abaixo). Segundo relato, inicialmente eram 60 de cabeças de gado, mas os bois morreram por doenças ou feridos por animais silvestres. Ainda não há qualquer tipo de utilização dos recursos bovinos, como carne ou mesmo leite. Os moradores alegam que não há mão de obra especializada para o trabalho.



Foto 5.1-37 - Gado e curral observado na aldeia Kururuzinho.

- alimentação

A alimentação principal e preferida dos habitantes da aldeia Kururuzinho é fruto da pesca (Foto 5.1-38 abaixo):

- peixe assado: come-se com farinha e biju
- “mongica”: peixe bem cozido, misturado com farinha e biju



Foto 5.1-38 - Peixe assado na brasa

Mas a caça também se constitui uma importante fonte de obtenção de alimento e a carne de animais como a anta, por exemplo, é bastante apreciada na alimentação dos Kayabi de Kururuzinho.

Os índios compram também nos núcleos urbanos mais próximos ou com os quais tem algum contato mais regular, como Colider e Alta Floresta, os seguintes alimentos: arroz; café; feijão; biscoitos; pães; sal; e açúcar.

Há ainda a possibilidade de comprar dos “marreteiros” (comerciantes que trafegam no rio) bens não produzidos na aldeia. Todavia, nesse caso, os produtos comercializados tem um valor muito acima do de mercado: uma caixa de sabão em pó, por exemplo, segundo informações colhidas no trabalho de campo, pode chegar a custar cerca de R\$ 25,00 reais.

- aspectos culturais e rituais dos Kayabi

Foi relatado que existe um rito de iniciação masculino, na aldeia Kururuzinho. Quando faz dezoito anos, o homem fica de resguardo durante um ano sem sair de casa. Só quem pode vê-lo são os pais. Durante este período, eles aprendem coisas sobre o universo masculino e são feridos com uma “ranhadeira”, uma vez por semana (Foto 5.1-39 a seguir). A “ranhadeira” é um instrumento feito de dentes de peixe-cachorro-pequeno (*Acestrorhynchus*) que serve para ferir os braços e as costas, “para sair o sangue ruim”.



Foto 5.1-39 - A ranhadeira, utilizada para ferir os braços e as costas em um ritual de iniciação masculino, é feita com dentes de peixe-cachorro-pequeno (*Acestrorhynchus*).

Outro mito interessante foi observado: quando um morador de Kururuzinho foi questionado se os botos eram pescados, ele disse “que não, porque senão a água do rio seca.”

- religião e enterro dos mortos

Sobre a religião praticada na aldeia, um entrevistado em trabalho de campo, observa: “a religião é a que vem de nossos anciões”. Além da pajé Kayabi, um pajé do Xingu, da etnia Munduruku está em visita à aldeia. Os dois rezam nas casas dos doentes. Não existe um lugar específico para a prática religiosa.

Sobre o ritual funerário e o local de enterro dos mortos, o mesmo entrevistado observa: “quando morre alguém, todo mundo fica junto, nada de televisão, de festa e enterra no cemitério ou dentro de casa. Só pode fazer festa quando o Pajé autorizar. E quando tem um doente, cantam junto com o Pajé”.

Segundo depoimento colhido junto a um índio Kayabi que reside na aldeia, mas que nasceu no Parque Nacional do Xingu, onde vive parcela considerável de índios Kayabi, os mais antigos moradores da aldeia Kururuzinho costumam enterrar seus familiares dentro de casa. Na interpretação dos Kayabi, pelo que foi explicado aos pesquisadores de campo, enterrar seus mortos no mesmo espaço onde residem fortalece a crença Kayabi na permanência de proximidade dos parentes.

Uma outra alternativa de enterro de índios, inclusive de habitantes da Terra Indígena Kayabi, é no cemitério de Colider onde alguns índios vão em busca de tratamento de saúde - segundo um integrante de um grupo de “pesca esportiva”, hospedado em uma das pousadas da região e dono de uma funerária na referida cidade. Nesses casos, há inclusive um entendimento com a Funai - observa o informante - no sentido de um vestuário específico (aos moldes dos não índios) na hora do sepultamento.

A Foto 5.1-40 a seguir ilustra o local do pequeno cemitério presente na aldeia Kururuzinho.



Foto 5.1-40 - Pequeno espaço usado na aldeia Kururuzinho como cemitério

Sobre a relação dos índios com os evangélicos, um entrevistado no trabalho de campo, observa: “eles vem, ensinam a religião e não deixam nada para as aldeias – essa questão está sendo discutida com a Funai”. E acrescentou: “mas tem gente que gosta.”

- educação

Na aldeia Kururuzinho, as crianças aprendem os costumes e os conhecimentos práticos acompanhando, desde cedo, os pais nas suas atividades ou simplesmente observando atividades realizadas por adultos (Foto 5.1-41 a seguir).



Foto 5.1-41 - Pajé do Xingu visitando a aldeia Kururuzinho para realizar “cura espiritual” de indígena doente, confeccionando abano para ser usado na manutenção do fogo.

Os pais gostam de carregar os meninos e as meninas ficam mais na companhia das mães. Mas essa regra não é rígida. Um dos guias no trabalho de campo, Donivaldo, por exemplo, levava sempre o filho David, de cinco anos, para as andanças e entrevistas, mas a filha mais velha de sua mulher, de cerca de sete anos e a sua, de três anos, vinham junto quando queriam. Na Foto 5.1-42 abaixo, Donivaldo leva seus filhos para passear de barco.



Foto 5.1-42 - Donivaldo e seus três filhos

Donivaldo, que tem mais duas filhas: uma de, aproximadamente, dois anos e outra de três meses, conta que:

"o homem ajuda na criação dos filhos e na casa durante a gravidez. Depois, até o bebê completar um mês de vida, faz a comida, cuida sozinho da casa e das outras crianças."

As irmãs mais velhas também ajudam a cuidar dos mais novos (Foto 5.1-43 a seguir). As famílias são numerosas, e avós, tios e primos costumam morar numa mesma casa, ou em casas vizinhas.



Foto 5.1-43 - Criança Kayabi cuidando de irmã mais nova

As crianças estão sempre assistidas, sempre tem alguém olhando por elas, mas também são muito livres nos seus movimentos e vontades: elas brincam em grupos ou em duplas, não brigam, são curiosas.

Quando chega à aldeia um barco, um avião, ou acontece algo diferente – como sucedeu durante o trabalho de campo, quando uma menina foi atacada no pé por uma aranha, enquanto brincava no rio - todas as crianças correm para os locais de ocorrência. Elas são tímidas com os estranhos, num primeiro momento, mas aos poucos se tornam extremamente sociáveis.

Muito cedo, os meninos, como o David, ganham de seus pais pequenos arcos e flechas, que vão sendo substituídos por de maior tamanho, conforme crescem. Foram observadas meninas brincando com uma boneca (Foto 5.1-44 abaixo) e são também inventados brinquedos com galões de plástico reciclados.



Foto 5.1-44 - Meninas Kayabi brincando com boneca

Na tradição Kayabi, meninos e meninas passam por uma “reclusão pubertária”, durante a qual são cuidados pela mãe e pelos avós, que se encarregam da transmissão de conhecimentos dos ancestrais. O ritual também envolve, no caso dos meninos, ferir o corpo com a “arranhadeira”: uma espécie de pente, confeccionado com dentes de peixe-cachorro. Há também, para ambos os sexos, a aplicação de um regime alimentar, e de remédios, sob a orientação do Pajé. Hoje em dia, só passa pela “reclusão” quem quer, mas o costume é mantido, em geral, para as mulheres, especialmente para as que têm avós.

Antes, o período de “reclusão” era de dois anos, agora, são apenas cinco meses:

“Os avós contam como faziam as coisas antes de conhecerem as coisas dos não índios. Os mitos, algumas coisas que fazem mal ... e isso é importante”, disseram as moças entrevistadas no trabalho de campo.

Todavia, mesmo tendo optado por não passar pela “reclusão”, os homens entrevistados no trabalho de campo se referiram com muito respeito ao ritual: “o rapaz fica perto da família, com o avô, que tem mais experiência”. Donivaldo, que se absteve do rito, com o assentimento da mãe, pretende, no entanto, submeter os seus filhos.

Resumidamente, a educação dos Kayabi acontece nas várias situações da vida e com base no aconselhamento constante dos mais velhos.

Segundo depoimentos de Jonas, Maicon e Josué - jovens Kayabi entrevistados no trabalho de campo - os filhos não brigam com os pais, nem os pais brigam com eles:

“Quando saem e não avisam e chegam tarde, as mães ficam preocupadas, mas não brigam, perguntam. Quando a namorada briga, a gente fica triste, e a mãe apóia. Quando estão namorando, falam com a mãe e com o pai.”

“Quando casa, o homem mora com a família da mulher até construir sua casa. Às vezes o pai dá opinião para o marido da filha, quando é novato. Quando é mais velho, não.”

Por outro lado, os jovens ganham autonomia muito cedo. Eles se organizam para pescar e caçar. Quando indagados sobre possíveis regras para o uso do barco com motor (“voadeira”) disponível para a população da aldeia, informaram que quem tiver combustível pode pegar. A idade não é, portanto, o regulador para o acesso ao uso do principal meio de transporte da aldeia.

Outra forma de conhecimento valorizada pelos Kayabi é o deslocamento por muitos e distantes lugares. Makupá, liderança do Xingu, que veio para a reunião inicial da pesquisa, explicou:

“O que caça pouco, o que pesca pouco, só num rio, não tem muita história.”

As mulheres casam muito cedo, com 14 ou 15 anos. Esse costume é incentivado também pela determinação dos Kayabi de aumentar a população:

“Ter muitos filhos para fazer a aldeia crescer.” (Maria Simone, jovem entrevistada em trabalho no trabalho de campo)

Por outro lado, tanto as lideranças como os jovens estão hoje atribuindo um grande valor aos estudos, como um meio de fazer frente às mudanças e aos desafios que os índios têm que enfrentar para melhorar suas condições de vida e manter sua cultura.

“As coisas estão difíceis. Todo ano há mudanças. A educação é importante para ensinar a cultura de seu povo e porque quem não tiver estudo, não tem como arranjar emprego.” (trecho de depoimento do professor Eroit)

“É importante aprender para o nosso cotidiano. Se não sabemos matemática, a gente vai à cidade e fica meio perdido”. (trecho de depoimento de Jonas)

Estudar para defender os interesses e necessidades de seu povo apareceu como o mais freqüente projeto de vida da juventude de Kururuzinho:

"O mais importante é o estudo. Ser uma pessoa de estar brigando pela comunidade." (depoimento de Josué, aluno da 5ª série)

Nesse sentido, Elenildo (23 anos) – conselheiro e secretário da escola e integrante da Associação Indígena Kawaip Kayabi (uma importante liderança da aldeia Kururuzinho), disse que sempre buscou estudar lá fora e depois voltou para dar apoio à comunidade. Ele também falou da qualidade da escola, que, na sua avaliação, deveria ter *internet* e mais professores não índios (referindo-se, provavelmente, a não existência do 2º grau).

"Nós estamos todos envolvidos na vida dos não índios. Uma vida melhor não é ficar com minha mãe, lavando roupa, fazendo roça. Uma vida melhor é estudar, fazer um curso em outro lugar e defender nosso povo. As coisas dos não índios vêm para dentro da aldeia indígena, os documentos... As lideranças dizem que estão cansadas. Eles dão alerta para a gente se preparar para amanhã estarmos no lugar deles. Em primeiro lugar, lutar pela demarcação". (Suzana, 16 anos, em depoimento no trabalho de campo)

✓ educação escolar

A população da aldeia é atendida por uma escola estadual (Foto 5.1-45), localizada na outra margem do rio Teles Pires, no território do Mato Grosso, em frente à aldeia Kururuzinho. Seu nome, ITA AWYAK, significa Pedra Cheirosa.



Foto 5.1-45 - Escola Estadual Indígena em frente à aldeia Kururuzinho

Há no meio da aldeia, uma casa onde deveria funcionar uma escola da Secretaria de Educação de Jacareacanga, município do Pará. No entanto, ela ficou paralisada por vários anos, o que causou um atraso significativo nos estudos dos índios da região. Assim, a implantação da escola mato-grossense há três anos veio solucionar esta carência.

José Kayabi, o diretor da escola, fez uma observação sobre o perigo cotidiano que a travessia do rio, na época da cheia, apresenta para as crianças e jovens estudantes, assim como para os professores. Segundo o professor Eroit, era esperado para o mês de abril deste ano (2010) o início das obras de um prédio de alvenaria, para abrigar a nova escola, no espaço da aldeia, mas isso não aconteceu.

Moradores de mais cinco aldeias: São Benedito, Coelho, Tukumã, Minhocuçu e Sapezal (aldeia munduruku) frequentam a escola que serve à população de Kururuzinho. Essa concentração geográfica da oferta escolar faz com que, durante o período das aulas, várias famílias se transfiram para Kururuzinho, tendo aí construído casas, para sua estadia, na maior parte do ano.

As instalações da escola são amplas, com três salas de aula, além de um salão na entrada. A casa, de tábuas de madeira, fica no meio de um terreno aberto na mata, cercada de plantações de pimentas e fruteiras. As aulas acontecem nos turnos da manhã e da tarde. A escola fornece merendas, confeccionadas por duas merendeiras da aldeia. O cardápio é composto por produtos industrializados, como: arroz, macarrão, óleo, biscoito e por produtos frescos, como peixe, carne e farinha, adquiridos junto aos índios com recursos da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso – SEDUC.

A escola segue um calendário diferenciado: as aulas se iniciam em fevereiro e são suspensas no mês de maio, época de “fazer a roça”. Recomeçam em junho e no mês de outubro há outra paralisação, para o “plantio”. O último período do ano vai de novembro até 20 de dezembro.

Na área administrativa há um secretário, além do diretor. A escola também tem um Conselho. O corpo docente é formado por quatro professores indígenas. Três desses, Awoé, Elimar e Eroit, estão concluindo, no final do ano, o Curso de Magistério Indígena – Projeto Haiyô, (Ministério da Educação em parceria com os estados, municípios, a FUNAI e outros órgãos). O referido curso tem cinco anos de duração e é desenvolvido em dez etapas “presenciais”. A próxima etapa acontecerá em julho, no município de Juína.

No momento, os professores trabalham como prestadores de serviço. Depois de formados, poderão participar de concurso da SEDUC e tentar o ingresso na faculdade. Um dos professores, Arlindo, faz o curso de Ciências da Natureza e da Matemática, em Barra do Bugres. É o único morador da aldeia que cursa o nível superior, o que se constitui em exemplo para os jovens, que o citaram várias vezes em seus depoimentos.

É importante observar que a educação escolar é um dos aspectos em que o movimento indígena mais investiu e alcançou vitórias significativas. Em 2009, o Ministério da Educação deu início ao processo de organização da I Conferência de Educação Escolar Indígena, que aconteceu em diversas etapas, até março deste ano.

Segundo o referido professor Eroit, os Kayabi realizaram o Encontro na aldeia, mas não compareceram às Conferências, Regional e Nacional, por dificuldades com as despesas de transporte.

Seguindo as novas diretrizes para educação formal junto a populações indígenas, a ITA AWYAK é bilíngüe: dedica uma hora semanal ao ensino da língua materna, além das aulas de matemática, português, ciências, religião, geografia e biologia:

"Nós estudamos os desenhos (da cestaria) na língua, como é que fala", informa Jonas (18 anos, em depoimento concedido a integrante da equipe de pesquisa de campo).

No final de cada semana, segundo José Kayabi, tem um momento de "conversa com os meninos, ocasião em que é reforçada a importância deles conhecerem e manterem a cultura. No Dia do Índio, a escola faz apresentação da dança tradicional, o yawatsi." Mas José faz a ressalva de que é uma representação, não é mais o ritual.

Há 98 alunos matriculados em 2010, divididos nas séries da Educação Fundamental, 1ª à 4ª, e da Educação para Jovens e Adultos – EJA, de 5ª à 8ª. Segundo os professores, esse número vai ultrapassar os 100 no próximo ano, porque existem muitas crianças entrando em idade escolar:

"A aldeia está crescendo. Há uma intenção de aumentar a população. Todo ano nascem cerca de sete a oito crianças", diz José Kayabi.

Nenhum professor ou adulto mencionou, em momento algum, problemas com relação à indisciplina ou desinteresse dos alunos. Entre jovens, crianças e adolescentes, todos os consultados afirmaram gostar da escola e grande parte expressou a intenção de prosseguir os estudos até a faculdade. Os cursos preferidos são nas áreas de ciências naturais, enfermagem e medicina. Informática também é cogitada, sendo que tem um morador, Jovenildo, que está fazendo um curso pago, nessa área, em Alta Floresta, onde fica hospedado na Casa do Índio - CASAI.

- a voz do jovem

É importante ressaltar que a juventude da aldeia Kururuzinho (que tem grande expressão dentro o contingente populacional) foi, gradativamente, conquistando espaço na dinâmica da pesquisa (Foto 5.1-46 abaixo).



Foto 5.1-46 - Jovens da aldeia Kururuzinho

Em primeiro lugar, a própria aparência diferenciada de alguns rapazes - com cabelos alourados e vários brincos de metal - instiga ao questionamento, seja da parte dos pesquisadores, seja por parte de alguns outros índios, que chegaram a comentar, numa reunião, sobre a adoção desses hábitos como um desvio da cultura indígena, que tanto desejam preservar. Assim, na primeira oportunidade, procedeu-se a um rico diálogo sobre o significado da opção por esses modelos, que não cabe aqui reproduzir.

Outro fator de aproximação com os jovens foi o fato de se mostrarem extremamente cordiais e solícitos em dar informações e apresentar sugestões para o enriquecimento da pesquisa.

Não se pode omitir o entrosamento instantâneo que tiveram com o biólogo da equipe de trabalho de campo, que foi chamado para participar das partidas de futebol (Foto 5.1-47), que ocorrem diariamente ao fim da tarde, e até recebeu um nome indígena.



Foto 5.1-47 - Partida de futebol no campo da aldeia Kururuzinho

As moças de Kururuzinho, depois de alguns dias do início da pesquisa, expressaram diretamente a vontade de ter um espaço para colocar seus pontos de vista: "o jovem também tem que ser ouvido".

Assim, considerando as justas reivindicações e os depoimentos dos entrevistados, foi possível desenhar um rápido panorama do modo de vida e do pensamento, das contradições e dos desafios dos jovens índios da Kururuzinho, que vivem numa situação de grande incerteza quanto às condições de seu futuro, tanto pelas pressões exteriores ao seu meio - as invasões e as dificuldades quanto à demarcação da terra - quanto pelos próprios processos de assimilação de traços da cultura dos não índios.

Os rapazes que deram a maior parte dos depoimentos foram: Josué, Jonas, Maicon e Nilson, embora tenha sido feito contato com vários outros jovens. Nos depoimentos registrados, cerca de seis nomes foram citados, como integrando o conjunto de seus amigos de geração, o que significa estar na faixa etária dos 13 aos 19 anos. Desses,

dois se encontravam (por ocasião da pesquisa) em Anápolis (Goiás), traduzindo a bíblia para a língua Kayabi, junto a uma missionária Batista.

Elenildo, de 23 anos, que vem se firmando como uma forte liderança na aldeia Kururuzinho e que funcionou no trabalho de campo como um dos guias, também deu algumas importantes contribuições.

Entre as moças que participarem com depoimentos para a pesquisa, destacaram-se: Suzana, Claudinéia, Neuciane, Denilsa, Josicléia, Regiane, Elineide, Artenise, Juliana, Tácila e Taíssa.

A seguir, apresenta-se um resumo dos pontos de maior relevância abordados nos encontros que se seguiram. Em alguns momentos estavam todos juntos, em outros, separados por gênero, mas também aconteceram entrevistas individuais.

✓ Cotidiano

Os rapazes demonstraram satisfação com as atividades que praticam no dia a dia: pescar, ir à escola, caçar, brincar, tomar banho de rio.

Josué, em entrevista concedida a pesquisadora de campo, descreveu a rotina da manhã: acordar às 6h, tomar banho, entrar às 7h na escola e sair às 11.

No desenrolar dos depoimentos, ficou evidente que a prática da pesca é a que desperta maior entusiasmo entre os meninos. Eles contaram que combinam de ir junto com os amigos para se divertir. Quando pegam muitos peixes, dividem pelas casas. Na época da seca saem de bote para flechar peixe. Conhecem e frequentam muitos lugares.

Nesse sentido, Josué propôs uma visita à lagoa Jabuti: um dos locais prediletos dos Kayabi, pela fartura de peixes, de caça, de espécies para coleta - como castanheiras e palmeiras babaçu - e pela beleza do lugar. Nesse passeio, foi possível compartilhar de suas atividades e observar as habilidades que desenvolvem como parte fundamental de sua formação, em constante relação com a natureza (Foto 5.1-48 a seguir).



Foto 5.1-48 - Jovens da aldeia Kururuzinho

Além da pesca de arco e flecha e “de linhada”, da caça com espingarda, da coleta e trançado das folhas de palmeira babaçu, os índios assaram os peixes na beira da lagoa (para um lanche coletivo), e conduziram a equipe de trabalho de campo a uma gruta, com muitas entradas e galerias, e de formação rochosa esverdeada. E no retorno à aldeia Kururuzinho, ainda realizaram, no Rio Teles Pires, a captura de um tracajá.

Esses jovens Kayabi também participam do trabalho na roça com a família, durante as férias escolares. “Uns ajudam os outros”, dizem. O horário do roçado é das 7h às 11h. Param para o almoço. Continuam das 13 até as 16h30. Depois de roçar, deixam secar. No outro mês, queimam, limpam, fazem as plantações.

Quanto ao artesanato, observa-se uma significativa mudança nos costumes. Os rapazes, atualmente, não gostam de fazer cestaria, uma atividade tradicionalmente masculina. Todavia, costumam reproduzir, nas pinturas corporais, os desenhos da tradição Kayabi: sapo (cururu-i), lagarta, cobra, guelra de peixe. “Cesto é mais para as mulheres”, dizem. Só fazem o que utilizam: cocar, flecha, arco, borduna.

Entre as moças, apenas três delas foram citadas como produtoras de peças artesanais da tradição Kayabi, por saberem reproduzir os desenhos em pulseiras e tecelagem. Cabe ressaltar que as índias Kayabi, da aldeia Kururuzinho, demonstram ser extremamente vaidosas (com inspiração captada, muito provavelmente, em figurinos de novelas de televisão), embora não disponham de recursos financeiros, e nem de estabelecimentos nas proximidades para adquirir peças de vestuário (Foto 5.1-49 abaixo).



Foto 5.1-49 - Meninas da Kururuzinho produzidas e posando para foto

Alguns outros costumes são, visivelmente, assimilados, como, por exemplo, o hábito de deixar as sandálias na porta de uma das casas visitadas (Foto 5.1-50 a seguir).



Foto 5.1-50 - Sandálias na porta de casa

De acordo com os depoimentos colhidos, as mulheres ajudam os homens na roça e fazem tudo em casa: "Aprendem com a mãe a ir à roça, colher coisas, fazer beiju, farinha, mingau. As avós fazem colares, pedem para elas pegarem 'coquinhos' - e todas estudam".

Porém, diferentemente dos rapazes, elas demonstraram descontentamento com seu cotidiano. Segundo depoimento de Suzana, uma das jovens entrevistada em trabalho de campo, "elas desejam uma vida melhor que a de lavar roupa e fazer roça". E a informante observa: "Uma vida melhor é estudar e defender nosso povo. Os meninos também querem estudar." Essas afirmações, pelo o que possível aferir, não significam, necessariamente, a vontade de abandonar a aldeia ou a vida de índio.

✓ aldeia ou cidade

Querer morar na cidade não aparece como uma tendência na juventude de Kururuzinho, salvo temporariamente, para fins de estudo. As idas para fora da Terra Indígena são pouco frequentes - nas férias e, às vezes, para o "rodeio".

Segundo depoimento de uma jovem, colhido em trabalho de campo, indo à cidade, os meninos vão direto ao computador, ficam deitados, assistindo TV, ouvindo som.

Complementarmente, Jonas, um jovem entrevistado e referido anteriormente, informou não ter muita dificuldade em lidar com os brancos: gosta de estar no meio deles também.

No entanto, segundo os depoimentos do grupo, três dias é o máximo de tempo de permanência suportável na cidade. "Lá é diferente", diz Josué - em depoimento a integrante da equipe de trabalho de campo. E prossegue: "Não tem banho de rio, tudo no chuveiro, tudo dentro de casa".

"Aqui é um paraíso para gente; cidade é aquele barulho dia e noite. Não tem ambiente; aqui todo mundo é amigo. Lá, tudo o que você vai fazer tem de pagar: não dá nada de graça." (trecho de depoimento de Elenildo à integrante da equipe de trabalho de campo)

"Aqui a gente vai passear a hora que quer. E conhece todo mundo. A gente não troca a aldeia pela cidade. Aqui é a única aldeia que não tem índio casado com branco. Os meninos não querem casar na cidade. A gente acha bom morar na aldeia, manter os costumes." (depoimento de Suzana à integrante da equipe de trabalho de campo)

✓ ser índio

Os jovens afirmaram que querem ser sempre índios, e alguns definiram essa identidade:

"Ser índio é muito bom. É ter liberdade. Na cidade, vocês não têm liberdade. Aqui tem a natureza." (Josué)

"Nós vivemos tudo junto, mais unidos. Não tem briga entre nós, porque é parente. Não tem como brigar." (Jonas)

*"Podemos fazer tudo aqui dentro da comunidade. Não fazemos nada errado."
(Maicon)*

"Não dá para separar o índio da natureza." (Elenildo)

✓ transformação

Parece haver angústia diante de uma mudança que se lhes apresenta como irreversível e incontrollável. Segundo observações de Suzana, expressas em seu depoimento à integrante da equipe de trabalho de campo:

"Daqui a dez anos, morrendo os mais velhos, os que vêm não vão praticar mais nada dos índios. Hoje, a gente pratica alguma coisa."

E a informante prossegue:

"Mais uns anos, e o povo indígena vai viver como não índio. Na cidade, os não índios não vivem como numa sociedade de uma aldeia. Futuramente, cada um vai viver num cantinho, vai ter sua vida separada, não tem controle. Cada vez mais, vem coisa nova, vai entrando aqui na aldeia. Vai ser totalmente diferente do que se vive hoje. Com certeza, ninguém vai querer essa vida que a gente tem agora."

✓ projeto de vida

Todos os jovens declararam que gostam de estudar. Vários deles pretendem cursar a universidade. As áreas de Medicina, Enfermagem e Ciências Naturais (como referido anteriormente) são as mais cobiçadas. O objetivo principal que vêm nos estudos é o de se prepararem para assumir futuramente os postos das lideranças atuais e defender os interesses do seu povo.

As mulheres, principalmente, demonstraram indignação pelo fato de se construir uma usina hidrelétrica no rio, à revelia da vontade dos índios, e de não poderem fazer nada para impedir.

*"Nunca podíamos imaginar que ia acontecer o que está acontecendo."
(depoimento espontâneo de uma jovem sobre a construção da barragem, numa conversa em sua casa, sobre a reunião promovida pela FUNAI a respeito da Lei Maria da Penha).*

"Os líderes não índios não respeitam os direitos dos índios. Consideram os índios como não tendo direito a nada", finaliza Suzana.

o saúde

A Aldeia Kururuzinho conta com um Posto de Saúde que atende, também, aos moradores das demais aldeias Kayabi, desde São Benedito a Minhocugu. O Posto é mantido pelo DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) de Colider-MT, e está sob a responsabilidade de um Técnico de Enfermagem da FUNASA. O setor de saúde conta ainda com a colaboração de três Agentes Indígenas de Saúde (AIS) para o atendimento da população.

A estrutura do Posto de Saúde é composta por uma casa de alvenaria, com sala de enfermagem equipada com: cama; mesa e suporte para aplicação de soro; equipamento elétrico de inalação com capacidade para atendimento de quatro pacientes; equipamentos para identificação de malária (microscópio, kits para testes com lâminas, reagentes); farmácia; materiais de primeiros socorros; água encanada; filtro; energia; e material de limpeza (Fotos 5.1-51 e 5.1-52 abaixo).



Foto 5.1-51 - Farmácia do Posto de Saúde de Kururuzinho



Foto 5.1-52 - Atendimento no Posto de Saúde de Kururuzinho

O Técnico de Enfermagem é contratado pela FUNASA, trabalhando um mês na aldeia e com folga de 15 dias, antes de ser mandado para novo Posto. Antes de sua vinda para a aldeia, passa por treinamento na FUNASA de Colider, onde são repassadas as características de saúde do local onde irá atuar, formas de trabalho e dificuldades a serem encontradas, entre outros temas. O técnico fica à disposição da comunidade 24 horas por dia e o atendimento no posto é realizado em dois horários: pela manhã – de 07:00 às 08:00 horas e a tarde, de 17:00 às 18:00 horas-, realizando atendimentos e acompanhamentos domiciliares no restante do tempo, sempre que necessário.

Embora o técnico realize até pequenas suturas, em casos de maior gravidade ou impossibilidade de diagnóstico imediato, o técnico entra em contato por rádio com seu coordenador - Enfermeiro sediado em Colider - para discussão dos procedimentos a serem adotados. Havendo necessidade, o coordenador entra em contato com a equipe médica para novas instruções.

Nas ocasiões em que o paciente requeira cuidados especiais, é solicitada sua remoção e o DSEI envia uma aeronave para o transporte. Em maio/2010 o técnico de enfermagem residente era o Sr. Ricardo Neves Souza, que informou que as doenças mais recorrentes no local são: as gripes - eventualmente, tuberculose, acidentes com animais peçonhentos (escorpiões, aranhas, lacraias e cobras), micoses e alergias a insetos.

Os moradores da aldeia também recorrem aos pajés quando necessitam de cuidados à saúde. Ocorre, com efeito, que o trabalho do técnico é realizado com acompanhamento do Pajé, assim como o inverso – as duas intervenções são aceitas e não há conflito entre elas. No Kururuzinho, além de residir uma senhora Pajé muito

respeitada, encontra-se atualmente (junho de 2010) o Pajé Francisco Kuper, que embora more no Parque Nacional do Xingu, que passa grandes temporadas na aldeia. Em entrevista durante os trabalhos de campo, o referido Pajé relatou que o seu conhecimento é adquirido desde a juventude, quando foi baleado e esfaqueado, estando quase à morte, e foi morar na região. Nesta época, indo buscar castanhas, ouviu um bicho e sua vista escureceu, teve febre e começou a dormir. Em seu sonho, apareceu um Pajé que lhe disse que também iria ser Pajé e alguém pegou em sua mão e lhe deu um pequeno cigarro. Desde então sempre tem sonhos em que lhe são repassados os conhecimentos que necessita, o que tem sido um longo e contínuo aprendizado. Hoje ele é considerado um grande Pajé, com vastos conhecimentos em diversas áreas.

Ainda com respeito a formas de tratamentos utilizadas pelos moradores de Kururuzinho, há uma grande procura, também, dos medicamentos indígenas indicados pelos "raizeiros". Trata-se de uma ampla gama de produtos colhidos na mata, particularmente raízes, folhas e cipós, para uso tanto interno como externo, destinados aos mais variados propósitos, desde a cura de moléstias físicas às "doenças do espírito" e mesmo "encantamentos".

Já os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) são moradores das comunidades, contratados pela FUNASA e pagos pela Prefeitura de Colider (Foto 5.1-65 a seguir). Seu trabalho consiste, basicamente, no atendimento no Posto de Saúde: dando os medicamentos e controlando o seu uso pelos pacientes; pesando as crianças para acompanhamento de seu desenvolvimento; e visitando às casas para orientação quanto à higiene pessoal e limpeza dos locais, além de levar medicamentos aos doentes.

A aldeia Kururuzinho conta com sistema de abastecimento d'água, com captação direta no rio Teles Pires e tratamento primário, através de filtro de cloro (pastilhas fornecidas pela FUNASA e renovadas a cada quatro dias), sem tempo de retenção. Todas as casas da aldeia contam com uma torneira na frente e um banheiro atrás, com privada e chuveiro, além de uma pia externa (vide Fotos 5.1-53 a 5.1-54 a seguir). Para cuidar do sistema, atende um Agente Indígena de Saneamento (AISAN), cujo campo de atuação é principalmente em Kururuzinho, mas dando assistência às demais aldeias Kayabi, desde São Benedito até Minhocuçu.

A água da comunidade era captada anteriormente em um igarapé próximo, que oferecia água de melhor qualidade. Contudo, houve necessidade de mudança, pois a barragem feita para acumulação inundava as áreas próximas.

As casas de Kururuzinho contam com fossas rudimentares para o despejo dos esgotos. Quanto ao lixo, são realizados periodicamente mutirões de limpeza na aldeia para recolhimento e queima dos resíduos. O AISAN, junto com os professores na escola, procura orientar a população com relação à questão do lixo. As pilhas (em que há um grande consumo) são recolhidas separadamente e levadas pela FUNASA para Colider no avião de transporte de pacientes.



Foto 5.1-53 - Torneira à frente das casas em Kururuzinho.
Fonte: Acervo Agrar. Trabalhos de Campo 2010



Foto 5.1-54 - Caixa d'água em Kururuzinho.
Fonte: Acervo Agrar. Trabalhos de Campo 2010

o artesanato

O artesanato envolve a confecção de peças de adereço, de objetos para uso doméstico e para realização de atividades produtivas, bem como para transporte de produtos. Os principais itens produzidos na aldeia são: arco; flecha; borduna; cocar; colar; pulseira; anel; peneira; cesto; vassoura; abano; tipóia (faixa usada para carregar criança). Vide Fotos 5.1-55 a 5.1-59 a seguir.



Foto 5.1-55 - Colar passando por polimento



Foto 5.1-56 - Índia Kayabi com tipóia e adereços



Foto 5.1-57 - Peneira, cestos e penas para confecção de cocar



Foto 5.1-58 - Índio pousando com borduna



Foto 5.1-59 - borduna em detalhe

Segundo um informante entrevistado na pesquisa de campo, se produz:

"Tudo para uso próprio ou doméstico, e em algumas raríssimas ocasiões, por encomenda".

Esporadicamente, produzem para venda, quando em visita a cidades da região ou, mais raramente, quando recebem visitantes.

5.1.2 Aldeia Minhocuçu

Com dois anos e meio de existência, a aldeia é formada por quatro casas (vide Foto 5.1-60), onde moram quatro famílias. Possui, ao todo, 18 habitantes, dos quais nove são adultos e, entre esses, três são aposentados. Seu Fernando, o Cacique, é pai de dez filhos e é o único indígena que ainda fala a língua Apiaká. Perguntados sobre como resolvem criar (ou "abrir") uma aldeia, responderam que eles acham uma localidade que gostam.

Não há eletricidade nem água encanada na aldeia Minhocuçu. Plantam roça, coletam frutos e pescam, tendo como peixes preferidos o pacu e o piau.

As famílias dessa aldeia se mudam para aldeia Kururuzinho no período das aulas.

Uma das famílias residentes na aldeia Minhocuçu é a família de Cecílio, de etnia Apiaká e originário da aldeia Mayrob, do município de Juara. Ele é casado com Rosalina, mulher de etnia Kayabi. Por ocasião do casamento ela já tinha um filho, e agora tem uma filha do atual casamento e aguarda o nascimento de outro. Entre os Kayabi, Munduruku e Apiaká, os filhos seguem a etnia do pai.

Outra casa da aldeia é de Maria de Lourdes, casada com um índio da etnia Munduruku. Maria de Lourdes entende tanto a linguagem Kayabi quanto Munduruku. Ao passo que seu marido fala Munduruku e Português.

Sobre alguns costumes identificados na pesquisa de campo realizada na aldeia Minhocuçu:

- Ritual de passagem: as mulheres ficam em "reclusão pubertária", ou ayopot, por cerca de dois meses, sob os cuidados da mãe. Todavia, não recebem outro nome, como costuma ocorrer nessa fase de transição e iniciação em outras etnias.
- Quando há problemas de agressão do marido, a família resolve. A sogra faz um chá específico que neutraliza a situação.
- Quando o marido é ciumento, pega a cabeça do jabuti, seca, rala e coloca escondido na bebida do marido.
- Para prender marido em casa, coloca pedra atravessada nos seus chinelos enquanto ele dorme.



Foto 5.1-60 - Moradores da aldeia Minhocuçu

5.1.3 Aldeia Tukumã

Com cinco anos de existência, a aldeia é pequena, formada por uma única casa (vide Foto 5.1-61), onde mora uma grande família com 28 habitantes, dos quais: nove são adultos - entre esses, dois "aposentados" - e 19 crianças. Eles vieram do Parque do Xingu, onde ainda moram seus parentes.



Foto 5.1-61 - Moradores da aldeia Tukumã

Pará (Myau – nome Kayabi) é casado com Kajup - Pajé Kayabi - tendo sete filhos, dos quais quatro moram na aldeia e três vivem no Parque do Xingu, vindo para a aldeia em algumas ocasiões, podendo permanecer por vários meses. Mazinho (Takapeak – nome Kayabi) é um dos filhos solteiros que mora na aldeia e participou dos trabalhos de campo.

Antigamente, a aldeia era ocupada por Kaipá e sua família, mas na época do garimpo ele se mudou para o Xingu. A área ficou sendo utilizada por muito tempo como local de plantio (roça) e como acampamento indígena.

Não há eletricidade nem água encanada na aldeia Tukumã. A população utiliza lamparina, com óleo diesel, para iluminação noturna das casas. E a água, de uma nascente próxima, é utilizada para beber e cozinhar.

Plantam roça, pescam e coletam frutos.

Separam o lixo orgânico e levam os sacos plásticos de volta para a cidade.

Parte da família se muda para Kururuzinho no período das aulas, só ficando na aldeia Tukumã os mais velhos e as crianças pequenas.

A língua mais falada na aldeia é o Kayabi.

Segundo depoimentos colhidos no trabalho de campo, os índios dessa aldeia nunca tiveram contato com "índios isolados", todavia, há relatos de sua presença no rio das Almas, no Parque Nacional do Juruea.

Os entrevistados referem-se à presença de cerca de 40 fazendas de gado dentro da TI, no lado do Mato Grosso, inclusive, da fazenda da Brascan, no rio Santa Rosa. Registram também 15 locais de moradia de "ribeirinhos" - originários do garimpo - entre o rio Apicás e o rio São Benedito.

Além disso, observam sobre a presença da Pousada Santa Rosa, no rio Teles Pires, próximo ao rio Santa Rosa, e de "flutuantes" da Pousada Mantegna, no rio Ximari. Os

turistas de “pesca esportiva” que freqüentam essas pousadas pescam no rio Teles Pires e seus afluentes, até a altura da pousada Santa Rosa.

Registram ainda a construção de uma nova pousada, do grupo Mantegna, no rio Cururuçu, que, por um acordo estabelecido com a população indígena, funcionaria por três anos, sendo então repassada após o término desse período para o controle dos índios.

De acordo com depoimentos colhidos no trabalho de campo, as pousadas da região pagam um valor mensal ao Cacique da aldeia Kururuzinho, que administra esses recursos, para os gastos das aldeias com combustível e melhorias. Observe-se que alguns índios recebem diárias por alguns serviços prestados para essas pousadas.

Os garimpeiros, que exploram ouro no rio Teles Pires (muitas balsas entre as aldeias Sapezal e Teles Pires, da etnia Munduruku), também contribuem financeiramente mensalmente, além de promoverem melhorias nas aldeias.

Quando têm problemas de saúde, os índios recorrem ao Posto da Funasa, em Kururuzinho, onde conseguem também remédios, e em casos mais graves vão para a Casa do Índio na cidade de Colider (Mato Grosso), buscando tratamento no hospital local.

Segundo depoimentos colhidos, as principais doenças que acometem os moradores da aldeia Tukumã são: gripe e malária, com registros de casos dessa última em 2009. Pelo que foi levantado, há falta de comunicação entre a Funasa e a comunidade.

Os índios recorrem ainda a Pajé Kajup, da etnia Kayabi e moradora de Tukumã, que costuma utilizar antibióticos naturais e remédios para feridas e diarreia, principalmente.

Segundo informações levantadas junto aos índios, a referida pajé não tem um espaço específico para realização de seus trabalhos, necessitando apenas de um local tranquilo e silencioso. E de acordo com o depoimento de um de seus filhos, há várias “formações” para o desempenho enquanto pajé: “espíritos da floresta, da água, do céu, da terra e do rio”.

Os habitantes da aldeia Tukumã utilizam a água do rio Teles Pires para tomar banho e pescar, além de via de transporte para fora da aldeia.

Não há contatos dos moradores da aldeia Tukumã com políticos. Todavia, em época de eleições, os mais novos vão à cidade para votar. Ouvem notícias pela TV, quando estão em Kururuzinho.

Os índios que vivem na aldeia Tukumã costumam ir à cidade de Alta Floresta a cada seis meses, quando os mais velhos recebem a “aposentadoria” e fazem compras (arroz, feijão, cebola, alho e macarrão), permanecendo por uns dois dias na Casa do Índio, que comporta um escritório (computador, telefone etc.) e dormitório. Os mais jovens acompanham e fazem contato com as atividades culturais na cidade.

A “roça de toco” é feita próxima à aldeia, em clareiras abertas na mata, em sistema de rodízio, deixando a terra descansar por pelo menos seis anos após a sua exploração.

Cultivam: mandioca doce, mandioca brava, mandioca mansa, banana (da terra, maçã e nanica), cana-de-açúcar, melancia, batata de quatro variedades, inhame, cará, amendoim de vários tipos, abóbora e milho.

Na mata coletam: açaí, patoá, bacaba e castanha do Brasil.

Produzem farinha de mandioca e um bolo tradicional com amendoim e castanha.

Caçam: anta, porco, caititu, paca, veado, macuco, jacu e mutum, principalmente na época de frutificação, utilizando armas de fogo. Caçam também jacaré e tracajá (carne e ovos), apesar de não ser uma tradição da cultura Kayabi. Para conservar a caça, enterram em “barreiros” (utilizando o sal natural da terra) ou assam e ficam aquecendo todo dia para não estragar.

A montante do afluente Ximari, nas praias do rio Teles Pires, durante os meses de agosto e setembro, as tartarugas e os tracajás põem seus ovos – tartaruga: 80 a 120 ovos por animal; tracajá: 12 a 20 ovos por animal.

Pescam, principalmente: pacu, matrinhã e piau (com anzol e com a utilização de cipó de dois tipos – conhecido como Timbó). Comem os peixes cozidos ou assados na brasa (vide Foto 5.1-62 a seguir). Na época de chuvas, quando o rio está cheio, pescam nos Igapós. Pescam ainda piranhas (de vários tipos), filhote, pirara, pintado, surubim, caxara, pacuaçu, tambaqui, jaú, jandiá, barbado, corvina e peixe-cachorro.

Têm como tradição enterrar os mortos embaixo da casa e na casa que a família mantém, em Kururuzinho, há três mortos enterrados.



Foto 5.1-62 - Peixe assado na grelha em uma fogueira.

5.1.4 Aldeia Coelho

Com doze anos de existência, a aldeia é pequena, formada por uma única casa, onde mora uma grande família com 19 pessoas, das quais sete são adultas (entre esses, um aposentado), três adolescentes e nove crianças. Vide Fotos 5.1-63 e 5.1-64.

Seu Vitorino Krixí, da etnia Munduruku, é casado com Regina (Kwuarip – nome Kayabi) e têm oito filhos morando na aldeia: três adolescentes do sexo masculino; três adultos – um homem e duas mulheres – solteiros; uma adulta, separada, com quatro filhas, e outra adulta, casada, morando com o marido, duas filhas e um filho, além de outra filha dela, fora do casamento.

Antigamente, existia uma aldeia grande próxima ao local, nos dois lados do rio. Todavia, com o garimpo, seus moradores se dispersaram e muitos foram para o Parque do Xingu. Com o término do garimpo, a família em questão ali se instalou.



Foto 5.1-63 - Área de uso comunitário da aldeia Coelho



Foto 5.1-64 - Casa da aldeia Coelho

Não há eletricidade nem água encanada na aldeia. Utilizam lamparina com óleo diesel para iluminar a casa à noite.

Plantam roça, coletam frutos e pescam, tendo como peixes preferidos o pacu e o piau.

Separaram o lixo orgânico e queimam o resto.

A família se muda para Kururuzinho no período das aulas, só ficando na aldeia Coelho o Seu Vitorino, Dona Regina e uma neta ainda pequena.

A língua mais falada na aldeia é o português. No entanto, Dona Regina e seu genro falam Kayabi e todos os entendem. Seu Vitorino fala a língua Munduruku.

Os índios da aldeia Coelho observaram que nunca tiveram contato com "índios isolados", mas têm notícia de um "índio bravo" que habita a região da cabeceira do rio Cururuzinho, na área sul da TI. Na referida área eles registram a presença de madeireiros e fazendeiros, dentro da TI.

Os habitantes da aldeia Coelho observaram na pesquisa de campo que encontram com índios de outras etnias, quando acontecem reuniões na aldeia Kururuzinho.

De acordo com os depoimentos colhidos, o representante da Funai não tem muito contato com a aldeia. Os contatos são feitos na aldeia Kururuzinho.

Quando têm problemas de saúde, eles recorrem ao Posto da Funasa, em Kururuzinho, onde também conseguem remédios. As principais doenças são: gripe e diarreia, além de picadas de animais peçonhentos (cobras e aranhas). Em 2009, foram registrados dois casos de malária (mãe e filho) entre os moradores da aldeia Coelho.

Os indígenas recorrem também ao Pajé Robertino, da etnia Munduruku e morador em Kururuzinho, utilizando "remédios quentes e frios" para: dores de cabeça, gripe e diarreia, principalmente.

Eles contam que utilizam a água do rio Teles Pires para: beber; tomar banho; cozinhar; fazer farinha e pescar, além de via de transporte para fora da aldeia.

Segundo os depoimentos colhidos, não há contatos dos moradores da aldeia com políticos e, em época de eleições, os mais jovens vão à cidade para votar. As notícias eles costumam ouvir pelo rádio.

Freqüentam a cidade de Alta Floresta a cada três ou quatro meses, quando recebem a "aposentadoria" e fazem compras (sal, açúcar e café, principalmente), ali permanecendo por cerca de dois dias.

A "roça de toco" é feita próxima à aldeia, em clareiras abertas na mata, em sistema de rodízio, deixando a terra descansar por pelo menos seis anos, após a sua exploração. Cultivam: mandioca doce, mandioca brava, mandioca mansa, banana (da terra, prata, maçã, nanica e ouro), manga, goiaba, caju, abacaxi, coco, batata, cará e milho. Produzem a farinha de mandioca (Foto 5.1-65 a seguir).



Foto 5.1-65 - Secagem da mandioca ao sol para produção de biju.

Na mata coletam: açai, coquinhos de buriti e patoá, castanha do Brasil, além de outros frutos e castanhas (oxi, piquiá, pajurá, cabeça de cigano).

Caçam: anta, porco, caititu, paca, macaco, jacu, mutum, jacaré e tracajá (carne e ovos).

Pescam, principalmente: pacu e piau (com linha e anzol). De acordo com depoimentos colhidos na aldeia, em função da "pesca esportiva", promovida pela pousada Mantegna e realizada no rio Teles Pires, próximo à aldeia, os peixes maiores ficam mais arredios e difíceis de serem pescados por eles.

Seu Vitorino era artesão de cestaria, mas não produz mais. Todavia, as mulheres fazem colares e pulseiras de tucum.

Os índios da aldeia Coelho têm como tradição enterrar os mortos embaixo da casa, mas, de acordo com depoimentos colhidos, desde a constituição da aldeia ninguém faleceu, e quando isso acontecer, irão resolver como fazer.

Como principais projetos, apontam: a construção de banheiro, fossa, poço e filtro (ações de saneamento); implantação de gerador de energia elétrica a diesel e uma escola mais próxima à aldeia, de modo a não precisarem se mudar nove meses por ano para Kururuzinho (que fica a 2 horas de viagem em barco).

As Fotos 5.1-66 e 5.1-67 trazem cenas do cotidiano dos moradores da Aldeia Coelho.



Foto 5.1-66 - Crianças em uma canoa tradicional.



Foto 5.1-67 - Tracajás assando em uma fogueira

5.1.5 Aldeia São Benedito

A aldeia São Benedito (Foto 5.1-68), situada às margens do rio de mesmo nome, é a mais próxima do ponto onde é feito o transbordo das pessoas que se destinam a percorrer o rio Teles Pires ou as demais aldeias da Terra Indígena Kayabi, e do local onde será implantado o canteiro de obras da UHE São Manoel. Deve se tornar, portanto, alvo de cuidados especiais quando da implantação da usina, procurando-se evitar maiores contatos entre os não-residentes e a população da aldeia.

São Benedito foi aberta há cerca de seis anos e é composta de cinco casas, onde vivem cinco famílias que somam 39 moradores: a maioria mulheres – 22 dos quais adultos e jovens e o restante crianças e idosos.



Foto 5.1-68 - Aldeia São Benedito

Antes de sua abertura, estas famílias ficaram por dois anos em outra aldeia perto dali ("Acampamento"), mas foram obrigadas a se mudar, pois inundava nas épocas de

cheias. No tempo em que havia uma grande atividade de garimpo na região, algumas famílias já haviam morado no local em que foi finalmente instalada.

A aldeia não tem escola ou posto de saúde, mas, no entanto, ali reside a Agente Indígena de Saúde (AIS) Joseane, que também atende aos moradores da aldeia Coelho. Durante o período escolar, os alunos vão para a aldeia Kururuzinho, acompanhados de suas famílias.

Não há abastecimento de água na aldeia, nem sequer um poço, obrigando seus moradores a ir buscar água diretamente no rio, com baldes. Da mesma forma, não há banheiros ou qualquer forma de esgotamento sanitário.

Uma das principais lideranças da aldeia é Myau, que também é Presidente do Conselho da Escola, que se reúne sempre que há alguma questão a ser resolvida. Segundo informou, praticam uma agricultura bastante diversificada (mandioca, cará, banana, batata, macaxeira, abacaxi, inhame, amendoim, algodão, fava, milho), como mostra nas Fotos 5.1-69 e 5.1-70, na qual os homens “abrem o roçado” e as mulheres os auxiliam, principalmente nas épocas de colheita. Sua alimentação é completada com a caça (macaco, anta, jacu, nhambu, jabuti, tracajá) e a pesca (pacu, pintado e tucunaré, entre outros).



Foto 5.1-69 - Jovens trabalhando a mandioca



Foto 5.1-70 - Produtos das roças: mandioca-doce, banana e amendoim

Na aldeia São Benedito também é encontrado um rico e diversificado artesanato (vide Fotos 5.1-71 a 5.1-76 a seguir), que compreende tanto objetos de adorno como utensílios e redes, utilizando uma grande gama de materiais. Entre eles destacam-se: as peneiras de “arumã”, com motivos variados; abanadores; cestas; potes e utensílios; colares; bordunas e redes, cujos fios são produzidos na aldeia com o algodão plantado nas roças. Um dos principais artesãos da aldeia é o sogro de Myau, conhecido como Coronel.



Foto 5.1-71 - Artesanato Kayabi: peneiras



Foto 5.1-72 - Artesanato Kayabi: redes



Foto 5.1-73 - Artesanato Kayabi: abanadores



Foto 5.1-74 - Artesanato Kayabi: colares e utensílios



Foto 5.1-75 - Arco e flecha observados na aldeia São Benedito.



Foto 5.1-76 - Zagaia, observada na aldeia São Benedito.

Na aldeia São Benedito as carnes de peixe e caça são conservadas com sal e expostas ao sol (Foto 5.1-77).



Foto 5.1-77 - Carne salgada na aldeia São Benedito.

5.1.6 Aldeia Mairowi

De acordo com depoimento colhido junto a uma importante liderança, a aldeia “começou a abrir”, ou seja, a se instalar, em 2000. Inicialmente se chamava Terra Preta (vide Foto 5.1-78 a seguir).



Foto 5.1-78 - Aldeia Mairowi em um dia de chuva

Os primeiros moradores vieram do Pará, da aldeia Bom Futuro, que é do povo Munduruku. Eles vieram através do povo Apiaká, de Juara: “um movimento dos índios para ocupar o território”.

São cerca de 190 pessoas (dados de levantamento feito na aldeia em 2009).

A maioria da população é de Apiaká, mas existem também índios Kayabi e Munduruku, estes em maior número.

Essa parte da Terra Indígena onde fica a aldeia ainda não está demarcada e, como a aldeia Pontal do Apiaká está sendo instalada (margens do rio Juruena), alguns índios da Mairowi, particularmente lideranças, estão migrando para a nova aldeia.

- participação feminina

Entre os Apiaká da aldeia Mairowi, uma realidade que chama a atenção é a participação da mulher nas atividades produtivas, pesca, coletade lenha e produção agrícola (Fotos 5.1-79 a 5.1-81 abaixo).



Foto 5.1-79 - Crianças pescando



Foto 5.1-80 - Criança carregando fardo de bananas



Foto 5.1-81 - Crianças catando lenha

Em relação à participação feminina na aldeia Mairowi, foi realizada uma reunião específica com esse contingente, conforme apresentado a seguir.

✓ divisão de trabalho

De acordo com o explicitado na reunião, os homens fazem a roça e as mulheres capinam. Cada família tem sua roça. As mulheres plantam, coletam frutas, lenha (os fogões são de lenha e a gás), cuidam das crianças, fazem artesanato (bijuterias de tucum, puçá, tiririca, inajá, miçanga) e tipoia de pau: *da rok poe it* ou *cobo it*.

Elas consideram que os homens ajudam na casa com os filhos, e que o trabalho é todo dividido.

✓ violência à mulher

Doralice, Agente de Saúde, falou que nunca sofreu problemas de agressão, mas sugeriu que esse problema ocorria com algumas mulheres que, no entanto, não quiseram se expressar. Ela avaliou positivamente a iniciativa da FUNAI, de fazer reuniões para conhecer a Lei Maria da Penha.

A ocorrência de violência doméstica na aldeia Mairowi caracteriza uma situação distinta daquela identificada na aldeia Kururuzinho, onde mulheres indígenas, entrevistadas no trabalho de campo, julgam desnecessário se aprofundar nessa Lei.

✓ relação com a cidade

Pelo que expuseram as mulheres, ninguém parece gostar de permanecer muitos dias na cidade. Com relação às lideranças, que têm que se ausentar frequentemente, observaram: "Eles não querem se distanciar da aldeia. Gostam de ir, mas retornar logo: sentem falta do conforto da aldeia."

✓ relação com os brancos

Dora fala que trabalha na saúde e tem gosto pelo trabalho. Descobriu que aprende com os brancos também. E fez amizades através do trabalho.

✓ desenvolvimento pessoal

Rosa diz que é professora indígena na escola, mas que nunca pensou em ter essa função na vida. Gosta e aprende com o trabalho. Está estudando, "para ir mais em frente", observa.

✓ saúde

Parto: algumas mulheres têm filhos na aldeia, mas a maioria, aparentemente, prefere ter na cidade (a mulher que estava grávida disse que queria ter na cidade).

✓ Língua e tradição

As mulheres e as pessoas em geral não sabem falar o Apiaká. É mais frequente conhecerem e usarem o Munduruku. Elas foram buscar para a reunião a vó Luzia, que é a mulher mais velha da aldeia, com mais de 70 anos, a única moradora que ainda sabe falar Apiaká. Ela permaneceu na sala durante todo o tempo da reunião, mas não

conseguiu se comunicar muito, porque é surda. As mulheres lhe davam muita atenção, falavam com ela, alto, perto do ouvido, e traduziam o que ela dizia.

✓ futuro

Com relação ao futuro, as mulheres demonstraram apreensão:

"A gente vê os filhos da gente e pensa no que pode acontecer. As lideranças lutam para buscar objetivos para dentro da comunidade."

A grande preocupação se traduz na possibilidade "de o rio secar com a barreira, ou a barreira estourar", referindo-se à instalação de Hidrelétrica.

As mulheres quiseram saber se a aldeia vai receber energia da Hidrelétrica. A técnica da equipe de campo informou que achava que não, devido à dificuldade de instalação de linhas de transmissão pela mata, e aproveitou a ocasião para indagar sobre o funcionamento da energia solar que usavam no Posto de Saúde. Nesse sentido, as mulheres demonstraram interesse na possibilidade de ampliação da geração de energia solar.

○ habitação e distribuição espacial

Para ilustrar a distribuição espacial da aldeia, apresenta-se a Figura 5.1-2 a seguir um croqui elaborado pela índia Maria Raimunda de 12 anos.

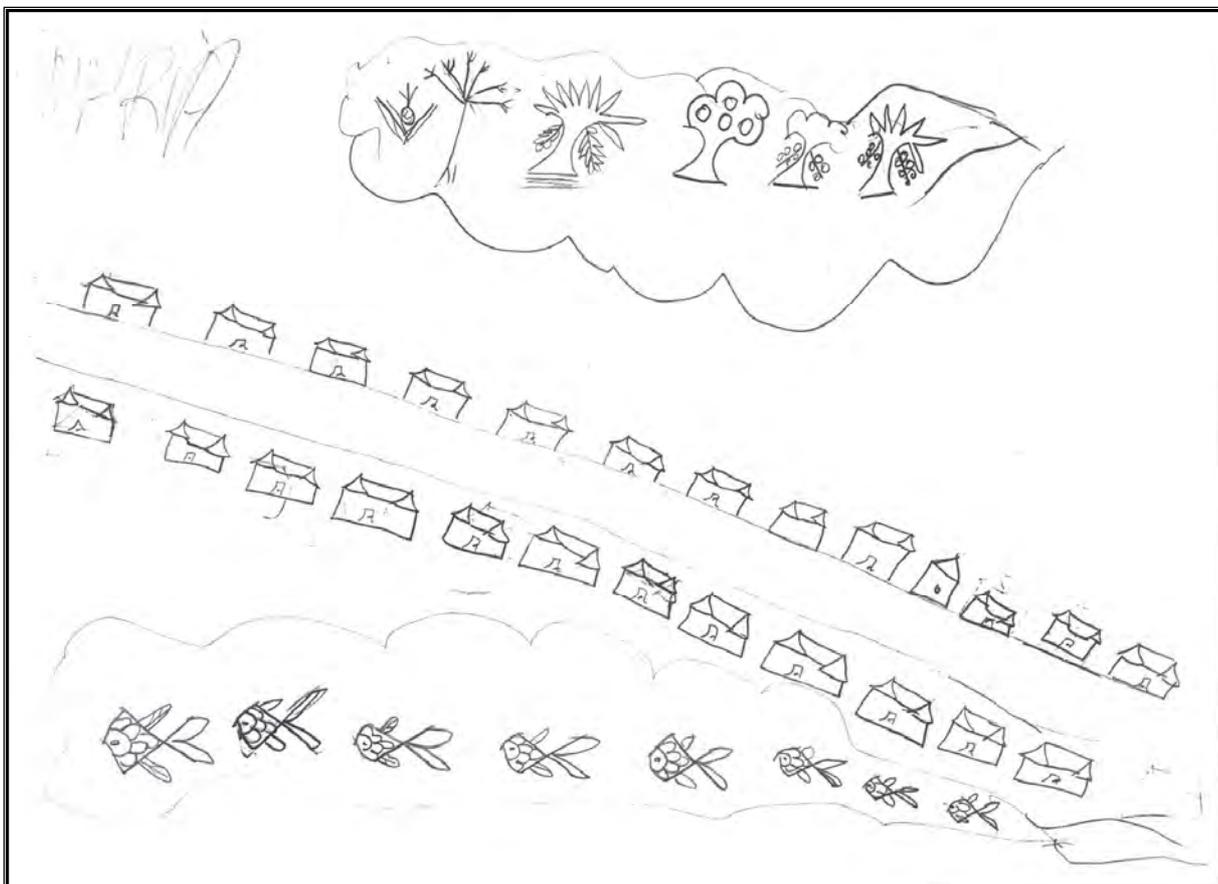


Figura 5.1-2 - croqui elaborado pela índia Maria Raimunda de 12 anos.

Índice do desenho da Maria Raimunda moradora da aldeia de Mairowi:

<p>Plantas: (da esquerda para a direita):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Abacaxi 2- Mandioca 3- Banana 4- Peki 5- Buriti 6- Açaí 	<p>Casas:</p> <p>Visão do alto, da pista de pouso, de frente para o rio:</p> <p>Lado direiro:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Romildo 2- João Raimundo 3- Maria 4- Oleonardo (escola) 5- Antonio 6- Ivenaldo 7- Nádia 8- Cozinha 9- Madalena 10- Edilon 	<p>Lado esquerdo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Enfermeira 2- Pororoca e Genilda 3- Luzia 4- Sonfilo 5- Robson 6- Valdé e Dora 7- José (casa da Maria) 8- Rosa 9- Raimunda 10- Casa do motor 11- Casa do forno (no outro morro) 12- Gelson e Sebastiana 13- Pedro Manhuaro
---	---	---

o atividades produtivas

Os índios da aldeia Mairowi plantam: mandioca; batata; cará; amendoim; maxixe; abacaxi; mamão; melancia; caju; cana-de-açúcar; melão; banana; limão; e laranja.

Extraem da mata: palha do coco da palmeira de babaçu, ou “palma”, para cobrir as casas; cipó para amarrar a palha do telhado e para o “paneiro” (cesto para carregar lenha, mandioca e cachos de banana, por exemplo) (Foto 5.1-82); madeira para construir as casas e para servir de lenha para os fogões; capim arumã, para fazer cesto; e envira para as tipóias (faixa para carregar crianças pequenas).



Foto 5.1-82 - Mulher e meninas indo buscar lenha

Extraem também diversos frutos na mata, tais como: açaí; araçá (fruto nativo e ácido, de formato similar à goiaba); buriti; patoá; castanha; naja; cacau; e uxí.

Mas é a pesca e a caça que consubstanciam as principais atividades produtivas dos Apiaká destinadas ao suprimento alimentar.

✓ pesca

Na aldeia Mairowi, muitas vezes, as crianças não pescam para se alimentar do peixe, mas, sim, como uma brincadeira na beira do rio, durante o dia, ou na lavagem das louças (Foto 5.1-83).

Outros apetrechos, como redes e malhadeiras, são pouco utilizados, mas foram citados na aldeia Mairowi.



Foto 5.1-83 - Crianças pescando na aldeia Mairowi.

Foi observado, na aldeia Mairowi, um pescador capturar até 10 tucunarés de grande porte em apenas 20 minutos (Foto 5.1-84). Durante os trabalhos de campo na aldeia, as três espécies, tucunaré-pitanga, tucunaré-paca e tucunaré-açu, foram as mais capturadas nas pescarias acompanhadas (Fotos 5.1-84 a 5.1-90). Tal fato está associado aos igarapés que existem no entorno da aldeia, conhecidos como ambientes lânticos, os preferidos dos tucunarés.



Foto 5.1-84 - A pesca do tucunaré nos lagos e igarapés da aldeia Mairowi.



Foto 5.1-85 - Alguns peixes caracáceos capturados na aldeia Mairowi: pacu-branco e pacu-borracha, piaba-de-paneiro.



Foto 5.1-86 - Peixes mais comuns capturados na aldeia Mairowi: tucunaré-pitanga e tucunaré-paca.



Foto 5.1-87 - A pesca com linha e anzol nos igarapés próximos a aldeia Mairowi.



Foto 5.1-88 - A piaba-de-painço usada como isca na aldeia Mairowi, e o painço, um tipo de cesto utilizado na captura.



Foto 5.1-89 - Arco e flechas tradicionais Apiaká na aldeia Mairowi.



Foto 5.1-90 - O tratamento dos peixes é realizado na beira do rio.

Na aldeia Mairowi, presenciou-se a chegada de um pescador com um saco com cerca de 10 tracajás, pescados com anzol, durante o dia, no lago da Tartaruga.

Os apiakás são seletivos em sua dieta, poucas espécies de peixes são consumidas. Segundo TEMPESTA (2009) os principais pescados são:

Aracu (5 tipos)	Mandi (4 tipos)
Barbado	Matrinxã (2 tipos)
Bodó (3 tipos)	Pacu (12 tipos)
Chinelo	Peixe-cachorra
Cruvina	Pescada
Curimatá	Piau
Dourada	Piranha (6 tipos)
Filhote	Surubim (pintado)
Jandiá	Tambaqui
Jeju	Traíra
Lalau (3 tipos)	Tucunaré (2 tipos)

Segundo TEMPESTA (2009), a “comida de índio” ou “comida de verdade”, consumida no dia-a-dia, compõe uma cozinha sofisticada, e consiste em diversos tipos de peixe ou carne de caça muito bem cozidos; essas carnes são consumidas assadas; sob a forma de caldo; sob a forma de mingau (mujica); ou moqueados, envolvidos em folha de pacova, forma conhecida regionalmente como “pupecado”, e invariavelmente são acompanhadas de farinha de mandioca.

Segundo a autora, embora o peixe seja o alimento cotidiano, a carne de caça é considerada a comida de índio por excelência. Após três dias de refeições compostas de peixe, é comum ouvir as pessoas dizerem: “Estamos sem comida, os homens têm que ir caçar”. A qualidade mais apreciada da carne é sua gordura; os caçadores desprezam presas muito magras, pois consideram a ausência de gordura um sinal de doença.

O tipo ou o tamanho de um peixe também influencia as refeições coletivas extraordinárias. Quando um grupo de homens traz grande quantidade de carne de queixada, de tracajás ou de peixes grandes (como o tucunaré) para a aldeia ou nas casas que possuem alimentos industrializados (arroz, feijão e macarrão) e farinha suficientes, são realizadas refeições coletivas (TEMPESTA, 2009).

Alimentos rotineiros, como caldo de peixe e farinha, não são dotados do mesmo valor social que alimentos industrializados ou caças nobres, cuja existência numa casa é motivo legítimo para suscitar visitas formais de parentes distantes e compadres.

Ainda segundo Tempesta (2009), a organização das atividades econômicas e de lazer dos apiakás é muito influenciada pela alternância das duas principais unidades de tempo: o “verão” ou estação seca e o “inverno” ou estação chuvosa.

A autora cita que o verão é a época de maior fartura alimentar, quando se colhem vários tubérculos e outros vegetais, se pescam tracajás (quelônios) e se apanham seus ovos nas praias; há muito peixe no rio e muita caça na mata, além de diversas larvas e cogumelos. Os tracajás são pescados com linha e anzol ou com arpão.

A utilização das técnicas de pesca também depende da estação do ano, no inverno, quando o rio está cheio, os homens pescam em remansos com a canoa parada, com caniço, linha e anzol e isca, que depende de qual peixe se quer capturar. À noite, armam espinhel, uma armadilha feita com linha de náilon e isca; durante o dia, fazem

“esperinha” (armadilhas do tipo covo) também com linha de náilon e isca (TEMPESTA, 2009).

No verão, dirigem-se às quedas d’água para pescar peixes grandes com arpão ou arco e flecha; fazem excursões a lagoas para “bater” timbó, uma liana que retira o oxigênio da água; colocam tapagens (armadilhas) em igarapés; em noites de luar, saem para “zagaiar” (para pescar com zagaia) (TEMPESTA, 2009).

Tempesta (2009) cita que os apiakás do Rio dos Peixes e do Teles Pires nunca deixaram de percorrer o baixo Juruena para atividades de coleta, caça e pesca. Até hoje eles viajam para lá em busca de seringueiras nativas, castanheiras, copaibeiras, palha de babaçu, plantas medicinais, frutos silvestres, espécies de peixe e animais de caça que existem apenas naquele bioma.

✓ caça

Praticamente todos os homens têm um arco (Foto 5.1-91), e na aldeia Mairowi é muito comum ver crianças brincando com pequenos arcos pela aldeia.



Foto 5.1-91 - Arco e flecha observados na aldeia Mairowi.

○ alimentação

Os alimentos são consumidos em círculos familiares formados no chão (de terra) das residências. Vivem da roça, da pesca, da caça e da coleta. Alimentam-se basicamente de peixe, macaco assado e farinha. Comem ainda tracajá, macaxeira, batata doce, banana etc.

Pelo que pôde ser observado no trabalho de campo, o tracajá e o macaco integram suas preferências em termos de alimentação.

- o rituais religiosos

Na aldeia, não foi identificado um lugar específico para prática religiosa e não existe sequer a figura do Pajé. Em contrapartida, nas conversas com os indígenas, foi mencionado um 'benzedor', não índio e residente fora dos limites da aldeia Mairowi, que se encarrega da 'cura espiritual', identificando e rezando doenças de tradição rural nordestina, como, por exemplo, a "espinhela caída".

Foi possível dialogar, inclusive, com um indígena que estava alguns dias fora da aldeia, em função de ter ido buscar os serviços do "benzedor", que o diagnosticou como portador de "espinhela caída" ou "quebranto".

Cabe lembrar que dentre as três etnias (ou "povos", como preferem os indígenas) que vivem na Terra Indígena Kayabi, os Apiaká são os que mais conviveram com os não índios e deles absorveram muitos traços culturais, a ponto de existir apenas um senhor que fala a língua original.

Sobre a relação da população indígena com outras práticas religiosas, de acordo com um depoimento colhido em trabalho de campo, existem visitas esporádicas de religiosos de tradição católica:

"De vez em quando passa aqui na aldeia um missionário, que celebra. Dentro da religião católica".

Finalmente, sobre o enterro dos mortos, um entrevistado resume a situação, nos seguintes termos:

"Enterram no cemitério, tem um cemitério antigo, mais afastado, onde recentemente foi enterrada uma senhora. E tá começando outro, atrás da casa do Cacique, onde foi enterrado um filho dele".

- o educação

Na aldeia Mairowi, há muitas crianças, como mostra Fotos 5.1-92 e 5.1-93), sempre em grupos e por toda parte. Com muita liberdade e respeito, são educadas à maneira tradicional indígena, o que não as impede de apreciar brinquedos que não fazem parte do seu repertório cultural.

"As crianças são muito interessadas. Desde pequenas estão aprendendo. Vão para a roça, capinam, brincam e ajudam. Quando os homens saem para pescar, levam a família. Estão sempre junto com os pais. Os pais é que ensinam," diz Oleanardo, professor da escola, em entrevista concedida à nossa equipe.

"Quando a criança faz algo errado, complementa Oleanardo, (ele, como professor) chama e fala duro com ela, para ela escutar. Dá o conselho para ela. As mães também fazem isso."

Por outro lado, segundo depoimentos recolhidos e pela observação direta, pode-se dizer que a educação, do modo como é compreendida e praticada hoje pelas lideranças Apiaká, confunde-se com o próprio trabalho político que desenvolvem intensamente, com os objetivos de resgatar a cultura, consolidar o domínio de sua

terra e preparar os novos sujeitos que vão se agregar aos atuais líderes na construção de uma realidade melhor para o povo Apiaká.



Foto 5.1-92 - Crianças Apiaká com suas mães



Foto 5.1-93 - Única bicicleta existente na aldeia

Na perspectiva de Romildo (20 anos, liderança e guia da equipe em Mairowi), o uso da palavra etnia não é adequado porque não comporta a dimensão que corresponde à palavra povo. E é na formação desse povo que consiste o projeto político educacional Apiaká, que passa pela valorização pessoal e a participação cidadã.

Nessa concepção, as reuniões mensais do Conselho da aldeia, aonde as pessoas são estimuladas não só a comparecer, mas a dar sua contribuição pessoal, tornam-se situações educativas. Isto é um desafio para as mulheres, que não estão acostumadas a falar publicamente, e para os adolescentes, que estão chegando.

Da mesma forma, a visita da equipe foi aproveitada como uma oportunidade de aprofundamento dessas diretrizes, expostas didaticamente por Romildo em todos os encontros. Foi assim que ele mobilizou o conjunto das mulheres para realizar uma reunião, ao invés de apenas dar depoimentos individuais, e transformou a reunião com os jovens numa verdadeira oficina. As contribuições desses grupos foram incorporadas às proposições gerais da aldeia apresentadas na reunião de conclusão da pesquisa de campo em Mairowi.

A escola também é vista como outro instrumento essencial na capacitação dos índios para lidar com a complexidade da sociedade nacional.

"O que está acontecendo com os povos indígenas do Brasil é muito injusto. A gente não tem que deixar acontecer hoje o que aconteceu no passado. Temos que mostrar que nós somos capazes. E através deles (dos não-índios) a gente vai conseguir. A gente tem a aprender com eles (os não-índios). Hoje em dia a gente incentiva os jovens a estudar", diz Romildo.

✓ educação escolar

O prédio da escola fica no meio do pátio da aldeia e é utilizado também como uma base para as reuniões comunitárias. Foi numa sala de aula que realizamos várias entrevistas e as reuniões com as mulheres e os jovens.

A escola foi fundada em 2001 e pertence à secretaria de educação do estado do Mato Grosso, SEDUC-MT. Funciona com uma equipe composta por um diretor, que é o Cacique, um coordenador pedagógico, uma secretária, quatro professores e uma merendeira, a mulher do cacique.

Para formar esse corpo de funcionários, o cacique precisou convidar profissionais que não moravam na aldeia, como a secretária Nádia, que trouxe a professora Jucely, sendo as duas não-índias. O professor Oleonardo, índio Munduruku, foi recrutado em Sai-Cinza há nove anos e, como Jucely, que chegou há um ano e meio, se integrou muito bem ao trabalho e aos Apiaká. Os outros professores são Rosa e Sérgio, da própria aldeia. Nenhum professor de Mairowi frequenta o curso de magistério indígena do Projeto Haiyô.

O calendário escolar é diferenciado, com férias intermediárias nos meses de maio e agosto, para permitir o trabalho das famílias nas roças. As aulas acontecem em dois turnos, de manhã e de tarde. As 1ª e 2ª séries são agrupadas numa turma e a 3ª e 4ª séries também. O EJA reúne as séries de 5ª à 8ª e este ano forma a primeira turma. A escola tem 74 alunos matriculados em 2010.

Como nas demais escolas indígenas, o currículo, que é formulado pelo coordenador pedagógico com assistência da Secretaria de Educação, integra as atividades culturais tradicionais nas disciplinas escolares. O professor Oleonardo exemplificou a prática pedagógica:

"Quando dou aula, vou ao mato junto com os alunos. É uma escola diferenciada. Todo mundo vai à pescaria, de arco e flecha e de linhada. Tiram açai. Vão juntos, as moças e os rapazes. Os homens sobem. As moças carregam. Voltam para a aldeia e fazem vinho".

No dia do índio, há uma paralisação para a organização do Yawatsi. A festa tradicional acontece na escola e no terreiro. Cantam as músicas do passado e as atuais. E pintam o corpo com jenipapo.

A cartilha na língua Apiaká vai ser introduzida este ano. O professor pretende chamar a Vó Luzia, que é a única moradora que fala a língua materna, para ajudá-lo no ensino da matéria.

As lideranças assim como os professores, acham que o índio deve fazer faculdade. O próprio professor Oleonardo está tentando completar o 3º ano do ensino secundário para cursar a universidade.

○ reunião com jovens

A reunião contou com a presença de cerca de 18 adolescentes, muito jovens, entre meninas e meninos. Em função do encaminhamento dado por Romildo, liderança

Apiaká e guia da equipe da pesquisa de campo, o que, a princípio, seria uma simples conversa para coleta de informações sobre hábitos, gostos, modo de vida e projetos para o futuro, transformou-se num verdadeiro laboratório de reflexão, de troca de conhecimentos e, principalmente de exercício de expressão e de participação dos jovens índios.

Outro diferencial que enriqueceu o encontro foi a participação de Mazinho, índio kayabi da aldeia Kururuzinho que acompanhou a equipe de pesquisa à aldeia Mairowi, o que facilitou em muito o diálogo com os jovens.

Num primeiro momento, Romildo falou do objetivo da reunião e Mazinho se apresentou. Seguiu-se a exposição da proposta da pesquisa pela técnica da equipe e a sugestão de que todos se apresentassem, o que aconteceu, não sem a dificuldade de muitos adolescentes vencerem a timidez. Para as meninas essa dificuldade foi mais intensa. Entre os rapazes, havia o Rafael, líder dos jovens, e o Delvan, integrante do conselho, que, investidos de seus cargos, se esforçaram e superaram essa limitação, se expressando várias vezes.

- ✓ atividades de que mais gostam

Meninos: flechar peixe, pescar, jogar bola, banhar na praia e pular do pau (sobre a água), comer peixe na beira do rio.

Meninas: ajudar a mãe em casa, fazer roça, comida, brincar com as outras meninas, fazer artesanato, desenhos de pulseira de coração, jogar bola, pescar, ir à praia, comer peixe assado na beira do rio.

Todos: piquenique no domingo.

- ✓ escola

Todos disseram gostar de estudar.

- ✓ Terra

Fala do Romildo:

"Pra que o índio quer tanta terra? A gente tem uma maneira diferente de usar a terra. A gente sai dois dias rio acima, pescando, salgando o peixe. A terra ainda é pouca. O índio ocupa a terra sem destruir, se alimenta. Ocupa o território dessa forma. A gente conhece toda a terra. É o percurso. Se afetar lá, afeta a gente aqui. Isso começa na juventude. Anda para todo lado, vai tendo o conhecimento mais aprofundado."

- ✓ tradição

Mazinho fala da valorização dos anciões. Os adolescentes contam que os avós cortavam seringa. Falam das histórias que ouvem ou ouviam dos anciões: D. Luzia conta que os índios de outras etnias entravam, pegavam as coisas, jogavam pedras. A avó do Romildo contava que os índios imitavam bichos e espantavam os animais de estimação.

✓ língua

Todos querem aprender a língua materna. Vai chegar a Cartilha Apiaká. Romildo explica que o contato com os não índios foi muito forte. Fala dos massacres. E diz que, devido a esse contato, os povos indígenas perderam sua língua.

✓ ida na aldeia e na cidade

Todos afirmaram querer viver vida de índio, na aldeia. Romildo disse que não se sente bem na cidade pelos seguintes motivos: os jovens e as pessoas mais idosas não conversam; sente-se sozinho sem a família; sem liberdade; sente falta de andar descalço. O que gosta na cidade é a tecnologia.

✓ tecnologia

"A entrada da tecnologia na aldeia é uma preocupação muito grande para todas as lideranças", afirma Romildo. A aldeia tem televisão, MP3, som, freezer. Na escola tem computador. (Excetuando-se a energia solar destinada ao uso da FUNASA, a aldeia encontrava-se sem energia elétrica na época em que foi feita a pesquisa, mas já estava sendo providenciada sua regularização. Normalmente costuma ter energia de gerador durante algumas horas, à noite)

✓ televisão

Os meninos gostam de ver jornal, música, filme, jogo; as meninas, novela e jornal. Nesse momento, desenvolveu-se um diálogo sobre o desafio que é ser índio em 2010, a relação com as informações que chegam ou chegarão de fora, pela televisão e a Internet e a possibilidade de entender e aprender a usar as linguagens eletrônicas, principalmente na produção de imagens. Foi comentada a possibilidade do índio fazer cinema e sobre a premiação recebida por vários filmes de autoria indígena. Romildo falou dos filmes feitos pelos Kaiapó e elogiou a inteligência daqueles índios, ressaltando para o grupo o respeito que deve reger as relações entre povos indígenas.

✓ juventude e participação

Romildo falou que ele já foi convidado três vezes por Megaron Txucarramãe para participar de movimentos de índios. Citou a manifestação indígena contra o zoneamento socioeconômico ambiental do Mato Grosso que colocava a Terra Indígena na categoria de área produtiva. Com o apoio dos pequenos agricultores, conseguiram, na ocasião, parar o zoneamento. "Os políticos não conhecem a realidade dos índios," comentou.

✓ possíveis compensações que almejam

Tanto os meninos quanto as meninas explicitaram o desejo de frequentar oficinas de artesanato. Eles têm vontade de resgatar os conhecimentos tradicionais de seu povo.

✓ dinâmicas

Romildo propôs uma dinâmica (Foto 5.1-94), que se iniciou com os participantes de mãos dadas, formando uma roda. Em seguida, a roda foi desfeita para todos andarem

livremente pela sala até uma ordem de paralisação. Então, a partir do lugar em que se encontrava, cada um deveria dar as mãos para as mesmas pessoas que estavam de cada lado seu, quando foi feita a roda. Para isso acontecer, o grupo foi obrigado a se esticar e se embolar num verdadeiro nó. Depois, sem soltar as mãos, as pessoas deveriam deslocar-se o necessário para refazer a roda original. Ao final, Romildo fez um paralelo entre o exercício e a capacidade que eles têm para resolver seus problemas e desafios na vida, com autonomia, através da união.



Foto 5.1-94 - Reunião com jovens na aldeia Mairowi

Para fechar o encontro, cada adolescente foi convidado a dar uma palavra final, no meio da sala, conforme seu nome ia sendo sorteado. Foi outro momento de superação para eles e que parece ter sido muito importante no sentido de se sentirem valorizados e capazes de falar diante de um grupo maior. A maioria deve ter feito isso pela primeira vez, segundo seus depoimentos. Nesse momento, uma jovem, Rosilda, falou que nunca esperava isso: acontecer o que está acontecendo (referindo-se à barragem). E que eles não podiam fazer nada (para impedir).

- o saúde

O setor de saúde na aldeia Mairowi (Foto 5.1-95) conta com um Posto de Saúde improvisado numa casa de moradia, onde vive um casal de senhores. Parte da casa foi transformada no posto, constituído de duas salas, uma para atendimento e outra como depósito de medicamentos.



Foto 5.1-95 - Posto de saúde de Mairowi

O Posto de Saúde é de responsabilidade da FUNASA através do Distrito Sanitário Especial (DSEI) de Colider-MT. Para o atendimento dos moradores, conta com a presença de Técnico de Enfermagem residente, que trabalha durante um mês na aldeia, sendo transferido, após 15 dias de descanso, para outro posto. Ainda atuando no atendimento à população, estão lotados no Mairowi dois Agentes Indígenas de Saúde (AIS), moradores da comunidade contratados pela FUNASA e recebendo da Prefeitura de Colider.

A técnica de enfermagem responsável pelo atendimento em maio/2010 era Waneska Wronski que, após três semanas de treinamento em Colider, estava em sua primeira experiência em aldeia indígena. Dentre suas atribuições, realiza: atendimentos no posto e domiciliar; encaminhamento de pacientes para a cidade, em casos de necessidade; ajuda nas campanhas de vacinação; acompanhamento pré-natal, para o que, a partir deste ano, uma enfermeira da FUNASA visitará periodicamente a aldeia para realizar o pré-natal e orientar a técnica de enfermagem e os AIS neste trabalho; orientação em puericultura para as mães, atividade que também será reforçada pela enfermeira que irá visitar a aldeia; ajuda nos partos – a aldeia tem uma parteira leiga indígena. Está começando a ser realizado o “teste do pezinho” nos recém-nascidos.

As doenças mais recorrentes na aldeia são as diarreias, gripes, dispnéias e doenças do aparelho respiratório em geral. Em caso de necessidade, a FUNASA é acionada para maiores orientações, fornecidas pelo enfermeiro coordenador ou pelos médicos do órgão. Através do contato pelo rádio, também é solicitada a remoção de pacientes para o hospital em Colider, para tratamentos mais específicos – e isto se refere também a acidentes com animais peçonhentos, fraturas ou outras urgências.

Como principais problemas enfrentados pelo Posto de Saúde, são referidas: as dificuldades na remoção de pacientes; a falta de energia elétrica, que impossibilita diversos procedimentos, como o uso do inalador, a utilização do microscópio para exame da malária, atendimento de emergências etc.; e as dificuldades de comunicação, pois não há telefone na aldeia – há um rádio no Posto de Saúde pelo qual é feito contato diário com a FUNASA, para acompanhamento e orientação, mas um telefone seria de grande auxílio, principalmente à noite.

A Agente Indígena de Saúde Doralice Kamassore, com 36 anos de idade, nasceu na Ilha do Pavilhão, perto das corredeiras da Rasteira, tendo sua família se mudado para Mairowi quando a aldeia foi fundada. É a AIS com maior tempo de atividade na aldeia, atuando já há cinco anos. A comunidade a indicou para a função, tendo sido capacitada em Colider, realizando também os cursos de Higiene Bucal e de Microscopia. Atende pela manhã no Posto de Saúde e a qualquer hora em emergências, além das visitas domiciliares às famílias para acompanhamento e orientação. Faz ainda a pesagem das crianças em seus aniversários e aquelas em que é constatada subnutrição são encaminhadas para Colider, para tratamento e alimentação com multimistura. De volta à aldeia, continuam o tratamento com vitaminas – na aldeia duas crianças com subnutrição já retornaram e estão em tratamento. Relata haver cinco hipertensos na aldeia, além de dois que vivem em casas isoladas rio abaixo, inclusive uma criança de seis anos, além de um caso de diabetes. Quanto à malária, apesar da FUNASA fazer borrifação contra os mosquitos transmissores na aldeia três vezes por ano, registra-se uma média de sete casos anualmente, sendo que entre janeiro e março de 2010 já houve seis casos da doença. A AIS faz parte dos Conselhos Locais da Saúde e da Escola.

Já o AIS Ivenaldo Paleci, de 32 anos, também nasceu na Ilha do Pavilhão, tendo sido indicado pela comunidade para a função, assumindo o cargo em julho/2009, além de ter sido escolhido Conselheiro Distrital de Saúde Indígena. Quando iria fazer o curso de capacitação para AIS, o mesmo foi suspenso em função da entrada da gripe suína (H1N1). Assim, está aprendendo os procedimentos na prática, aguardando convocação para a realização do curso. As suas atribuições são as mesmas que da outra AIS, e as orientações que repassa para a comunidade sobre higiene pessoal e das casas (água, cobertores etc.) são bem recebidas e seguidas, o que é confirmado pelo acompanhamento das famílias. No que diz respeito à saúde bucal, dois odontólogos da FUNASA percorrem a aldeia periodicamente, realizando atendimentos e tratamentos. Já com relação à sua atuação no Conselho Distrital de Saúde Indígena, relata que ocorrem três reuniões anualmente, em Colider. Antes de cada reunião, outra é realizada na comunidade, quando é redigido um documento para ser levado e discutido no Conselho. Além dos trabalhos na área de saúde, o AIS mantém roças, caça e pesca para o sustento da família (Foto 5.1-96).



Foto 5.1-96 - Agentes Indígenas de Saúde Doralice e Ivenaldo e Agente Indígena de Saneamento Robson

Na aldeia Mairowi, há rede de abastecimento de água, retirada de poço profundo com 101m construído pela FUNASA em 2009, mesma época em que foram instaladas bicas nas casas. Anteriormente, as famílias tinham que ir buscar água diretamente no rio Teles Pires ou no igarapé situado junto à aldeia. A captação se dá através de bomba acionada por placa de energia solar, cuja manutenção é realizada por Agente Indígena de Saneamento (AISAN), com orientação da FUNASA de Colider, solicitada por radiograma, quando necessário. Desde que foi aberto o poço, a FUNASA esteve uma vez na aldeia para verificar a qualidade da água, que é considerada boa para o consumo. (Foto 5.1-97).

O AISAN Robson Kamassore, com 23 anos de idade, nasceu na aldeia munduruku Teles Pires, tendo feito sua capacitação em Barra do Garças-MT por 45 dias. Além da manutenção do sistema de água, suas atribuições compreendem o tratamento da água com pastilhas de cloro, além de discussões junto aos moradores quanto à questão do lixo, através de participação em reuniões e visitas às casas, quando os orienta a não deixar o lixo espalhado, procurando-se recolhê-lo em buracos e queimando-o. Além dos trabalhos relativos ao saneamento, o AISAN mantém roças, caça e pesca para a alimentação de sua família.

Não há banheiros ou quaisquer outras formas de esgotamento sanitário nas casas da aldeia Mairowi.



Foto 5.1-97 - Sistema de captação de água de Mairowi

- artesanato

O artesanato envolve a confecção de adereços, objetos para uso doméstico, realização de atividades produtivas e transporte de produtos (por ex. arco e flecha, borduna, cocar, colar, pulseira, cesto, entre outros). Esporadicamente, alguns desses produtos são vendidos nas cidades próximas e para visitantes.

5.1.7 Aldeias da Etnia Munduruku

As aldeias Sapezal e Teles Pires, localizadas na TI Kayabi abaixo da cachoeira rasteira no rio Teles Pires, são ocupadas por índios da etnia Munduruku. A equipe técnica não teve autorização para realizar trabalho de campo nessas aldeias.

Imagina-se que seus modos de vida se assemelhem aos das aldeias das etnias Kayabi e Apiaká, localizadas na beira do rio Teles Pires, e aos das demais aldeias Munduruku localizadas na TI Munduruku.

5.2 Terra Indígena Munduruku

Como não houve trabalho de campo nas mais de 90 aldeias localizadas na Terra Indígena Munduruku, recorre-se a um dos estudos mais completo e atualizado sobre a realidade sociocultural e ambiental de índios dessa etnia. Trata-se do “Levantamento Etnoecológico da Terra Indígena Munduruku”, desenvolvido até novembro de 2006, no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) com base nos trabalhos desenvolvidos por Milliken, em 2004.

Considere-se, todavia, que, neste caso, a metodologia utilizada, os objetivos propostos, a dimensão do universo investigado, bem como o tempo para realização da investigação e produção dos resultados, são bem distintos dos contornos de que se reveste o estudo antropológico realizado na Terra Indígena Kayabi. Este se baseou, essencialmente, nos depoimentos dos indígenas — focando a dinâmica das relações socioculturais e tendo como importante referência o uso dos recursos hídricos — e voltou-se para o fornecimento de subsídios para avaliar os impactos de implantação de empreendimentos hidrelétricos, e com prazo de 30 dias para pesquisa de campo e produção de resultados.

Feitas essas observações, torna-se necessário contextualizar, inicialmente, o estudo realizado no âmbito do PPTAL, para, em seguida, com base estritamente no levantamento realizado e nas consequentes caracterizações, descrever alguns dos principais aspectos contemplados, o que possibilitará um resumido panorama das condições de vida e sobrevivência dos índios Munduruku.

5.2.1 Contextualização

De acordo com o Informe do PPTAL, de dezembro de 2004, disponibilizado e consultado no *site* da FUNAI em 18 de março de 2010, o referido estudo tem como contexto a situação descrita a seguir:

Demarcada em 2001, com extensão de 2.381.795 hectares, a Terra Indígena Munduruku, no Estado do Pará, é habitada por, aproximadamente, 8 mil pessoas, distribuídas por mais de 90 aldeias.

Em parceria com a Associação Indígena Pusuru e com o Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT), o PPTAL apoiou a implantação do Projeto de Acompanhamento Indígena da Demarcação e, posteriormente, do Projeto de

Vigilância. No total, foram três anos de atuação, contando com o envolvimento da Administração Regional da FUNAI em Itaituba e dos Postos Indígenas locais.

A Associação encaminhou ao PPTAL proposta para implantação de um projeto de consolidação das ações de vigilância, englobando uma série de atividades complementares, tais como:

- construção de casas de apoio em pontos estratégicos;
- manutenção de marcos;
- placas e linhas demarcatórias;
- divulgação junto à sociedade envolvente e aos próprios Munduruku.

Na mesma ocasião, o PPTAL iniciou na Terra Indígena Munduruku o Levantamento Etnoecológico, sob a responsabilidade de uma bióloga e uma antropóloga. Esse trabalho consumiu 88 dias de pesquisa de campo (realizada em duas etapas) e resultou na publicação de quatro produtos, dos quais, um, relativo à organização social dos Munduruku, utilizado e reproduzido (em parte) na resumida caracterização que se segue.

5.2.2 Deslocamentos

As principais vias de transporte para os moradores da Terra Indígena Munduruku são os cursos d'água e uma intrincada rede de caminhos, ambos utilizados para pequenos e grandes deslocamentos. A rede de caminhos é especialmente utilizada para deslocamentos entre aldeias vizinhas e para complementar viagens de canoa, e os cursos de água, principalmente para grandes deslocamentos, por exemplo, viagem entre aldeias distantes e para os garimpos.

As embarcações preferencialmente utilizadas são canoas de madeira com remos, canoas de madeira equipada com "motor rabeta", "voadeiras" com motor de popa e "ubá", a embarcação de carga. Embarcações de particulares também prestam serviços gratuitos aos moradores.

O "motor rabeta" é caracterizado pelo baixo consumo de combustível e pela baixa velocidade desenvolvida, ao contrário dos motores de popa, que consomem muito combustível, mas desenvolvem alta velocidade.

A dificuldade de transporte e a pouca disponibilidade de barcos fazem com que as embarcações existentes estejam sempre cheias.

As "voadeiras" da FUNAI e da FUNASA também circulam cheias, prestando serviços à população da TI. Como as demais embarcações, estão quase sempre lotadas de pessoas, o que não deixa de representar um certo risco, pois as condições ideais de segurança quase nunca são plenamente alcançadas.

O PPTAL, mediante projetos para fiscalização e proteção da TI, forneceu "voadeiras" e motores de popa para a associação Pusuru. Atualmente, a Associação Pusuru conta com várias "voadeiras", instaladas em pontos específicos para fazer a atividade de fiscalização e proteção do território. Porém, nem todas as voadeiras e os motores de popa encontram-se em funcionamento.

As aldeias contam com “portos”, que são locais onde as embarcações param. Tais locais variam bastante entre as estações seca e cheia, ou inverno e verão.

Algumas aldeias apresentam pistas de pouso para aeronaves de pequeno porte, monomotores. A Terra Indígena conta com oito pistas em condições de uso.

5.2.3 Regiões e Aldeias

Os índios moradores da Terra Indígena Munduruku identificam as regiões através dos rios e igarapés. São reconhecidas como principais regiões: (1) rio Teles Pires, (2) igarapé Anipiri, (3) rio Tapajós, (4) rio Cururu, (5) igarapé Wateri, (6) igarapé Parauadoti, (7) rio Cadiriri, (8) rio Cabitutu, (9) rio das Tropas, (10) rio Kaburuá, (11) igarapé Preto e (12) igarapé Maçaranduba.

A Terra Indígena Munduruku possui dezenas de assentamentos, de diferentes tamanhos, denominados “aldeias”. Ocorre um processo constante de dissolução e reconstrução de aldeias, o que dificulta o cálculo exato do número de assentamentos existentes.

Ressalta-se que a melhor e mais atualizada fonte de informações sobre aldeias e população é, sem dúvida, a FUNASA, que atua em todo o território e cujas estatísticas foram utilizadas no Estudo de Impacto Ambiental da UHE São Manoel e serão reproduzidas em item subsequente.

O povo Munduruku constitui a grande maioria da população dessas aldeias, mas foram encontrados, entre os moradores, índios das etnias Apiaká, Kayabi, Kayapó e um Canoeiro.

Destacam-se, entre as maiores aldeias: a Missão e a Waru Apompô, no rio Cururu; a Katõ, no rio Cabitutu; e a Caroçal, no rio das Tropas.

Algumas aldeias se encontram em locais bastante inacessíveis, como é o caso, por exemplo, da aldeia Pista Velha, no alto Cururu, devido a trechos encachoeirados do rio que impedem a navegação.

Das antigas “aldeias dos campos”, em março de 2005, existiam apenas três: Dekojemi, localizada nos campos entre as cabeceiras dos rios Cabitutu e Parauadoti; Kaburuá, entre as cabeceiras dos rios Cabitutu e Kaburuá; e Parauadoti, nas cabeceiras do igarapé homônimo.

Além disso, a aldeia Dekoemi encontrava-se em processo de extinção, compondo-se apenas por uma família de sete membros, sendo que alguns desses moradores passavam longos períodos fora da aldeia, por motivo de estudo ou trabalho.

A procura, escolha e ocupação de locais para a implantação de novas aldeias constituem-se em “uma arte” entre os Munduruku: são valorizadas as regiões muito bonitas, com fartura de caça, pesca e castanha, e ocorrência de “terra preta”, tipo de solo propício à agricultura. A implantação de novas aldeias pode ocorrer em função de vários motivos: esgotamento dos recursos na área antiga; aumento populacional;

dificuldade de acesso; e, mais recentemente, necessidade de ocupar e proteger áreas próximas aos limites da Terra Indígena demarcada.

5.2.4 Aldeias dos Campos e Aldeias Ribeirinhas

Nos estudos históricos sobre os Munduruku, que dominavam vastas áreas entre a bacia dos rios Tapajós e Madeira, encontram-se várias causas para a transferência da maioria dos índios da região do cerrado — conhecida como Campos do Tapajós, onde se encontram as aldeias tradicionais e os locais de sua mitologia — para as margens dos rios.

O comércio realizado pelos “regatões” (comerciantes que percorriam os rios) a partir do século XIX, o que possibilitava a troca da borracha e produtos coletados na floresta por bens industrializados, assim como uma grande epidemia de sarampo ocorrida por volta de 1940, causando “depopulação” e morte de vários líderes Munduruku das aldeias centrais, foram alguns dos motivos que levaram ao deslocamento de grande parte desses índios para as margens dos rios, em caráter sazonal, no período da estiagem.

Contudo, o estabelecimento da Missão São Francisco no rio Cururu, em 1911, e a chegada do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) à região, no início da década de 1940, criando os Postos de Atração no rio São Manoel e no rio Cururu, aceleraram e consolidaram o processo de transferência dos Munduruku das “aldeias campeiras” para as margens do Tapajós e do Cururu, principalmente.

Essa migração representou, segundo autores utilizados no estudo do PPTAL (Murphy e Ramos), uma ruptura na estrutura social Munduruku, criando uma diferenciação entre os que se deslocaram e os que permaneceram nos campos.

Assim, as aldeias centrais passaram a ser consideradas mais importantes, em termos simbólicos, por serem vistas como tradicionais.

No imaginário Munduruku, a antiga aldeia Cabitutu, localizada na região dos campos, ocupa um lugar de destaque. Formada por sete a oito edificações de grande porte, antigo local de realização dos rituais Munduruku. Lá se encontram guardadas três painéis de barro utilizadas pelos antigos para preparar a “manicuera”, consumida ritualmente.

O barro para a confecção dessas painéis era retirado das margens do rio Cabitutu, segundo informações de Bibói Kabá, importante liderança Munduruku, incluídas no relatório do levantamento do PPTAL.

Em algumas aldeias atuais, implantadas em áreas de antiga ocupação Kayabi, encontram-se também cacos de painéis redondos de barro, tradicionais do povo Kayabi.

A atividade garimpeira desenvolvida na Terra Indígena Munduruku tem proporcionado o achado de peças arqueológicas. A FUNAI está guardando as peças, com a perspectiva de instalar um museu na região.

5.2.5 Índios dos Campos e Índios dos Rios

Segundo os estudos de Murphy, relacionados no relatório pesquisado, diferenças significativas foram produzidas entre os Munduruku, com a mudança na ocupação espacial, separando-os em dois grandes segmentos populacionais.

Nesse processo, os que se fixaram nas margens dos rios passaram a ter acesso permanente a diferentes recursos e bens “ocidentais”, e ficaram mais expostos ao contato com os “segmentos nacionais”.

Na contemporaneidade, esse imaginário que separa as “aldeias dos campos” das “aldeias dos rios”, de certo modo, ainda persiste. Contudo, aconteceram transformações em ambas as áreas: não há mais “aldeia circular” e “Casa dos Homens” no campo, e as regras de casamento e residência são iguais nas aldeias das duas deferentes localizações espaciais.

Na pesquisa, observou-se que a tendência em migrar para regiões menos isoladas persiste entre os Munduruku e envolve não só os habitantes das “aldeias campeiras” — acontece também nos rios Cururu e Tapajós, onde novas aldeias são “abertas” cada vez mais próximas dos centros urbanos, como, por exemplo, Itaituba e Jacareacanga.

Além disso, segundo o Levantamento Etnoecológico, ocorrem, nas parcelas mais jovens da população Munduruku, a valorização de padrões estéticos e “modos de vida ocidentais” e a atração pela cidade.

No entanto, no ambiente da cidade, os índios encontram-se expostos a falta de alternativas econômicas e a uma série de aspectos negativos, tais como: preconceito; conflitos inter e intraétnicos; uso abusivo de bebidas alcoólicas; prostituição; e exploração da mão de obra indígena; entre outros.

5.2.6 Acesso a Bens Industrializados

Segundo o levantamento etnoecológico, na atualidade, os índios compram mercadorias de comerciantes que se deslocam pelos rios, os “regatões” (ou “marreteiros” (como denominam índios da TI Kayabi) em praticamente toda a Terra Indígena. O preço dos produtos encarece por conta dos custos da viagem. Por outro lado, alguns índios que não têm dinheiro compram “fiado”, dando prejuízos ao vendedor.

Outra alternativa para aquisição de bens provenientes da cidade são as “cantinas indígenas”, que funcionam em várias aldeias. As trocas efetivadas nesses estabelecimentos são majoritariamente financeiras, pois alguns índios recebem salários e outros “benefícios sociais” (aposentadoria, bolsa-família e auxílio-maternidade). No entanto, muitas cantinas não conseguem viabilidade econômica, situação que decorre da própria organização social indígena, em que ainda prevalece a relação de “dívida” e “contradívica”, entre os parentes.

Finalmente, de acordo com o referido estudo, muitos Munduruku dirigem-se às cidades para fazer suas compras, encontrando-se mais preparados, através dos

estudos e do fortalecimento político, para negociar com não indígenas sem que se deixem lesar.

5.2.7 Educação

Segundo o relatório consultado, existem escolas em quase todas as aldeias visitadas, sendo que os Munduruku dão grande valor a elas. Percebem que hoje a educação escolar é um instrumento importante para preservar e difundir seus valores culturais, além de transmitir alguns conhecimentos considerados indispensáveis para a vida atual, como o Português e a Matemática. A formatura de conclusão do Ensino Médio é um acontecimento muito importante, conforme foi verificado no Posto Waru Apompô e na Aldeia da Missão.

O relatório considera que a escola também ajuda os índios a entender mais criticamente os novos contextos e a traçar estratégias e projetos, cabendo notar que vários professores indígenas atuam como voluntários na alfabetização de crianças e em outros trabalhos de relevância comunitária, juntamente com as organizações indígenas, que constituem um dos principais instrumentos de reafirmação étnica e política Munduruku.

O documento sugere que a escola pode, inclusive, ajudar os índios “a compartilhar mais efetivamente seus conhecimentos ao reinventar uma antiga ‘tradição’ Munduruku: o hábito de se reunir diariamente em grandes grupos para ouvir os ‘velhos’ e com eles compartilhar as histórias e preceitos elementares para a vida indígena”.

A ideia de que a criança ao estudar vai poder ajudar a comunidade também está presente nas falas dos Munduruku citadas no relatório.

No entanto, por outro lado, é feita a observação de que “a escola, enquanto instituição social, contribui para que os deslocamentos dos jovens pelo território sejam cada vez menos frequentes ou de menor extensão territorial.” Isso acontece principalmente em virtude da exigência em cumprir um calendário escolar que, segundo avaliação expressa no relatório, “pretende ser indígena, mas que não o é plenamente”. Sobre essa questão, conclui o relatório, “ao impedir que os índios se desloquem mais livremente por seus territórios, a Escola pode acabar restringindo parcialmente os conhecimentos Munduruku”.

5.2.8 Percepções do Mundo e Práticas Sociais

O relatório do Levantamento Etnoecológico do PPTAL adota os estudos de Murphy (1954 e 1958) para estabelecer uma aproximação com o universo simbólico dos Munduruku, já que esse tema não foi facilmente abordado pelos indígenas durante o trabalho de campo.

Ainda assim, foi observado que, apesar das transformações advindas da influência secular da igreja católica, da inserção dos índios em uma economia de mercado regional e do deslocamento das aldeias para as margens dos rios, a religião

Munduruku continuou orientando sua visão de mundo e sua organização social. No entanto, os rituais, assim como o número de xamãs, reduziram-se drasticamente, o que pode determinar uma gradual diminuição desse saber.

Resumidamente, os Munduruku destacam uma série de seres criadores dos povos e dos animais, sendo Karosakaybu, o mais importante dentre eles, em torno do qual foi composto um ciclo de seis narrativas míticas.

Foi Karosakaybu quem criou o povo Munduruku, a primeira aldeia, localizada na região dos campos, os animais e as paisagens. Tinha a capacidade de se transformar em qualquer animal e, também, a natureza e os seres humanos, aos quais também passou a capacidade de transformação e de comunicação com os animais. Depois de se decepcionar com algumas práticas inadequadas dos humanos, Karosakaybu vai para a região hoje conhecida como Kreputiá, no rio Cururu, onde, na época em que as águas estão baixas, é possível ver nas pedras as feições dos antigos xamãs que o acompanharam.

Depois que Karosakaybu foi viver no domínio das águas, os Munduruku passaram a depender dos pajés para se comunicar com as entidades sobrenaturais. Dentre essas, a “Mãe do Mato” continua sendo uma entidade importante, porque é ela quem garante o acesso dos índios à caça, mediante o respeito a uma série de regras morais na interação com os animais.

Parte do conhecimento e do poder que foram preservados é expressa nas canções e poesias. Alguns homens ainda tocam flautas *parasuy*, de alto valor simbólico. Segundo a mitologia Munduruku, os cantos têm o poder de alegrar o espírito dos peixes e demais animais e evitar que as famílias dos animais abatidos se vinguem contra os que consumirem sua carne.

A estrutura social dos Munduruku está fundamentada num sistema de 38 clãs divididos em duas metades exogâmicas: a branca e a vermelha. Todos os clãs recebem nomes de pássaros ou de outros animais, escolhidos pelos antigos por sua valentia.

Além de curar doenças, os xamãs devem realizar os rituais e difundir preceitos e valores que têm por função manter e restabelecer o equilíbrio cósmico, sempre dinâmico e instável.

A antítese dos xamãs é a feitiçaria, interpretada como uma força maligna que afeta toda comunidade e o cotidiano indígena. Matar pessoas consideradas feiticeiras é costume dos Munduruku. Atualmente, esse imaginário é acionado quando refletem sobre as alterações no meio ambiente e na vida social.

Percebe-se, portanto, que o sistema de crenças tradicionais rege ainda hoje todos os aspectos da vida cotidiana indígena, em que as dimensões — material e imaterial — são inseparáveis.

5.2.9 Habitação

As casas típicas são feitas de estrutura de madeira, os “esteios”, paredes de madeira formando um trançado de trama grande coberto por barro amassado e cobertura vegetal.

A cobertura pode ser de palha (folhas de palmeira) de diversas espécies ou sapé (gramínea) dependendo da região. O assoalho é de barro socado e as portas externas de madeira. Para fixar os “esteios” e a cobertura das residências, é utilizado o cipó que é extraído em áreas de floresta. Internamente, a residência pode apresentar duas ou três divisões, dependendo da região.

A construção de uma residência tem as seguintes etapas: fixação dos esteios de “pau roliço” (madeira bruta, não processada), colocação de caibros de “pau roliço” e ripas de “pau rachado” (madeira roliça contada transversalmente) para instalar cobertura, colocação de cobertura de palha, elaboração do chão da casa, colocação de ripas de “pau rachado” para formar a trama das paredes e colocação de barra na trama das paredes. Toda a estrutura da residência (paredes e cobertura) é fixada com cipó.

O chão da residência merece cuidado especial. O barro apropriado deve ser retirado e transportado até a aldeia, geralmente pelas mulheres da família, e um homem se encarrega de socar esse barro com um aparelho próprio, para deixá-lo bem socado; assim, solta pouca poeira e não absorve água.

As peças utilizadas na construção de uma residência (paus, ripas e palha) são amarradas, utilizando-se, para tanto, o cipó.

O tipo de material vegetal utilizado para a cobertura da residência depende da região (e da disponibilidade de material), mas os Munduruku preferem cobertura de palha (folhas de palmeiras) a outros materiais.

Recentemente, alguns moradores que estão em boa situação financeira para os padrões Munduruku, passaram a trocar as suas residências tradicionais de paredes de barro e cobertura de palha por residências com paredes de madeira serrada e cobertura de telhas de fibrocimento. Em alguns casos, utilizam tábuas de madeira.

5.2.10 Alimentação

Tradicionalmente, os Munduruku coletam alimentos de origem vegetal em várias áreas florestais e de campos. Esses alimentos, geralmente frutos, são divididos em duas categorias, os consumidos *in natura*, geralmente no local de ocorrência, e os transportados até as residências, para serem processados.

Os primeiros não exigem deslocamentos exclusivos, apenas são coletados e consumidos durante os trajetos do dia a dia; os segundos têm coleta programada, o que exige deslocamentos exclusivamente para esse fim.

No primeiro grupo, destacam-se ata e pequi; no segundo, açai, patuá, bacaba e buriti.

O cupuaçu brabo ou do mato é muito apreciado entre os Munduruku e, ao contrário da variedade plantada, não apresenta acidez, sendo consumido *in natura*. Ocorre principalmente em matas úmidas nas margens de rios e igarapés e, quando avistado durante as viagens, é consumido imediatamente.

A árvore chamada castanheira (*wenu*, em Munduruku) produz a castanha que está encerrada em cápsulas denominadas "ouriços" (para muitas famílias, a coleta de castanhas para comercialização é a única oportunidade que têm de obter renda), além de ser muito apreciada pelos Munduruku para compor pratos da sua culinária. Esses ouriços caem ao chão entre os meses de novembro e fevereiro. Os coletores os juntam para quebrá-los com golpes de facão e retirar as castanhas. Não é só o tamanho do castanhal que influencia na sua escolha para ser explorado comercialmente, mas principalmente a sua proximidade do curso de água para poder escoar a produção.

Os Munduruku produzem alimentos, basicamente, através da agricultura. A pecuária, que existe de forma incipiente, tem por função suprir os eventos sociais com proteína, e não o dia a dia das famílias. Aliás, há uma tendência recente entre os Munduruku que é empreender a atividade pecuária em Terras Indígenas. Esse empreendimento, no entanto, precisa ser bem avaliado, pois pode causar danos ambientais bastante graves.

5.2.11 Saúde e Serviços Básicos

A TI Munduruku faz parte do Distrito Sanitário Especial Indígena DSEI Tapajós, que é atendido por convênio entre a Prefeitura Municipal de Jacareacanga e a FUNASA. O serviço divide a TI em áreas, contando cada uma com um Polo-Base.

A seguir, apresenta-se um Quadro com informações sobre a população Munduruku, elaborado pela FUNASA de Itaituba (DSEI 29 – Rio Tapajós e veiculado no EIA da UHE São Manoel), que contém os Polos-Base de atendimento de saúde, suas respectivas aldeias, número de residências e de famílias existentes. São, ao todo, 10 Polos-Base da FUNASA: nove na Terra Indígena e um no município de Itaituba, de acordo com um técnico entrevistado na FUNASA regional.

Comparando os dados do Quadro 5.2-1, elaborado em 2007 (FUNASA), com informações anteriormente registradas no mapa de demarcação da TI, elaborado em 2002 (FUNAI), observa-se um incremento significativo no número de aldeias Munduruku (e, conseqüentemente, de Postos Indígenas da FUNAI).

Quadro 5.2-1

Relação de Polos-Base da FUNASA com suas respectivas aldeias Munduruku

Nº	Polo-Base Jacareacanga	Res.	Fam.	Pop.
1	Nova Karapanatuba	46	76	341
2	Boca do Rio das Tropas	7	19	104
3	Jacaré Velho	10	16	82
4	Fazendinha Rio Tapajós	4	4	25
5	Jacarezinho	4	8	44
6	Prainha do Jacaré	6	6	42
7	Terra Preta RTP	6	10	38

Nº	Polo-Base Jacareacanga	Res.	Fam.	Pop.
8	Burirituba	3	4	22
9	Barro Branco	2	3	14
10	Fazenda Sai Cinza	3	4	15
11	Nova Vida	1	2	13
12	Waretobi	2	3	12
13	Mutum	1	1	9
14	Barro Vermelho Rio Tapajós	1	1	3
15	Muiuçuzinho	4	4	25
16	Castanheira do Muiuçuzão	7	7	43
-	Total	107	168	832
Nº	Polo-Base Restinga	Res.	Fam.	Pop.
1	Restinga	9	14	94
2	Samaúma	10	17	99
3	Patauzal	7	15	70
4	Prainha	7	9	60
5	Piquiarana do Rio Tapajós	4	4	38
6	Primavera	5	8	36
7	Pesqueirão	4	7	28
8	Santa Cruz	2	4	28
9	Laginha Rio Tapajós	4	5	24
10	Vista Alegre Rio Tapajós	2	4	24
11	Campinho Rio Cururu	3	4	18
12	Igarapé Preto	1	1	13
13	Escondido	1	1	8
14	Maracati	1	1	6
15	Boca do Anipiri	1	1	4
16	Pesqueirinha	1	2	6
Nº	Polo-Base Teles Pires	Res.	Fam.	Pop.
-	Total	62	97	556
1	Teles Pires	28	39	220
2	Bom Futuro	7	11	68
3	Papagaio	4	11	50
4	Posto Velho	3	3	20
5	Vista Alegre	3	3	20
6	Caroçal Teles Pires	1	1	9
-	Total	46	68	387
Nº	Polo-Base Caroçal RTP	Res.	Fam.	Pop.
1	Rio das Tropas	29	38	205
2	Aldeia P.V.	3	7	45
3	Bananal Rio das Tropas	5	9	45
4	Boca do Caroçal RTP	3	4	26
5	Boca do Igarapé Preto	3	5	29
6	Nova Esperança	5	6	36
7	Maloquinha Rio das Tropas	1	6	31
8	Laginha Rio das Tropas	1	4	13
9	Akuter	2	5	22
10	Castanheira	1	1	5
-	Total	53	85	457
Nº	Polo-Base Kato	Res.	Fam.	Pop.
1	Katõ	33	76	388
2	Biribá	10	20	97
3	Kaburuá	12	21	93
4	Porto	5	15	61

Nº	Polo-Base Kato	Res.	Fam.	Pop.
5	Taperebá	4	10	51
6	Fazendinha Rio Kabitutu	2	4	27
7	Aldeia Nova	6	9	46
-	Total	72	155	763
Nº	Polo-Base Restinga	Res.	Fam.	Pop.
8	Estirão das Cobras	3	6	43
9	Maloquinha Rio Kabitutu	7	8	40
10	Pedrao	2	5	28
11	Dhecojemo	1	3	16
12	Barro Vermelho Rio Kabitutu	2	4	23
13	Kabitutu	3	5	27
14	Cachoeirinha Rio Kabitutu	1	2	13
15	Fazenda Kaburuá	1	3	15
16	Parawariti	2	3	14
17	Kintiliano	2	3	13
-	Total	96	199	995
Nº	Polo-Base Missão Cururu	Res.	Fam.	Pop.
1	Missão São Francisco	82	132	631
2	Missão Velha	21	41	220
3	Pratati	8	17	67
4	Cajual	7	14	65
5	Anipiri Terra Preta	6	8	56
6	Wareri	6	13	72
7	Pista Velha	3	9	47
8	Tamanqueira	1	4	25
9	Maloquinha Rio Cururu	1	1	10
10	Boca da Estrada da M. Cururu	3	3	22
11	Bom Jardim	1	3	9
12	Castanhal	1	1	6
-	Total	140	246	1230
Nº	Polo-Base Waro Apompo	Res.	Fam.	Pop.
1	Waro Apompo	27	46	227
2	Caroçal Rio Cururu	18	32	143
3	Morro do Careca	9	18	89
4	Morro do Kurap	8	13	89
5	Boca da Estrada	1	2	13
-	Total	63	111	561
Nº	Polo-Base Santa Maria	Res.	Fam.	Pop.
1	Santa Maria	20	38	180
2	Muiuçu	14	28	130
3	Aiperep	7	13	55
4	Bananal do Rio Cururu	5	13	63
5	Kreptcha	1	1	5
-	Total	47	93	433
Nº	Polo-Base Itaituba	Res.	Fam.	Pop.
1	Praia do Índio	14	24	109
2	Praia do Mangue	10	18	76
3	Laranjal	12	16	73
4	Sawre Km 43	3	8	33
-	Total	39	66	291

Nº	Pessoas em trânsito	Res.	Fam.	Pop.
1	Em trânsito	24	24	100

População Indígena	6935	Total de Aldeias	101
Total de Famílias	1368	Total de Polos-Base	10
Total de Residências	778	Etnias	6

Mais explicitamente, das 101 aldeias discriminadas no quadro da FUNASA, excluindo-se as 4 aldeias localizadas no município de Itaituba, chega-se a um total de 97 aldeias, identificadas em 2007, contra 79 aldeias relacionadas em 2002 no Mapa de Demarcação da TI. Portanto, num intervalo de apenas 5 anos, pelos dados analisados nas duas fontes de informação levantadas, há um acréscimo de 22 aldeias.

Embora índios desta etnia habitem outras regiões da Amazônia, aqui serão contemplados apenas os contingentes que vivem em territórios localizados na área de influência da UHE São Manoel.

Vale salientar que um contingente de cerca de 100 índios, considerados "pessoas em trânsito", soma-se aos índios que vivem na TI e nas quatro referidas aldeias. Trata-se de índios que acorrem ao município de Itaituba para estudo, tratamento de saúde, ou resolução de outras questões.

Ainda conforme o Estudo Etnoecológico, o Polo-Base está implantado na aldeia Teles Pires e possui uma estrutura correspondente a uma sala de atendimento, laboratório para análise de lâminas de malária, sala para internação e alojamento para o profissional de enfermagem residente. Foi observado que eram poucos os remédios disponíveis na aldeia Teles Pires, assim como na aldeia Santa Maria, no rio Cururu.

Faz parte da estrutura dos Polos de saúde uma "voadeira", motor 40hp, com suprimento de combustível e piloto contratado. Além disso, várias aldeias possuem serviço de radiofonia, implantado pela FUNASA, que inclui o rádio e painéis solares para carregar uma bateria de caminhão para o funcionamento do equipamento.

A grande maioria das aldeias Munduruku não dispõe de energia elétrica e poço de água. Em algumas aldeias maiores e mais capitalizadas, existe gerador, mas há dificuldades em abastecê-lo com óleo diesel para funcionar.

Em relação ao abastecimento da água, a FUNASA tem perfurado poços com objetivo de fornecer água em pontos de abastecimento com torneiras. A estrutura completa é composta de poço, gerador elétrico, estrutura de suporte para a caixa d'água e caixa d'água.

A aldeia Teles Pires conta com suprimento mensal de óleo diesel para fazer funcionar os geradores de luz elétrica e de bombeamento de água, o que propicia que as residências tenham luz elétrica à noite, e um gerador para alimentar a televisão comunitária utilizada principalmente pelas crianças.

Segundo as informações veiculadas no EIA da UHE São Manoel, com relação à saúde, além de abrigar a Administração Regional da FUNASA, Itaituba conta com a Casa da Saúde Indígena (CASAI), que se destina ao atendimento de saúde dos índios da TI

Munduruku e das aldeias localizadas em território municipal. A Administração atende substancialmente os Munduruku, mas inclui também índios de outras etnias (Apiaká, Kayabi, uma família Kayapó, uma família Assurini, um índio Avá-Canoeiro e um índio Tembé), com programas de saúde (imunização, saúde da mulher, saúde bucal e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis) e de saneamento (sistema de abastecimento de água, através da implantação de poços tubulares profundos e melhoria sanitária coletiva).

De acordo com informações colhidas na Administração Regional, as doenças sexualmente transmissíveis (DST), que chegaram a apresentar expressiva incidência com relação ao contingente indígena, têm diminuído substancialmente, em função do trabalho de prevenção, cuja aceitação é maior entre a população jovem.

Há, todavia, uma grande incidência de inflamação das vias aéreas superiores, provocadas, de acordo com o depoimento colhido, "por hábitos culturais, mais especificamente pelos banhos na chuva". "Outros hábitos culturais, como a ingestão de água não tratada e a falta de higienização, originam muitos casos de verminose e problemas gastrointestinais, embora — ressalta a entrevistada — a FUNASA trabalhe muito a questão da educação em saúde".

Em 2007, a Coordenação Regional da FUNASA do Pará recebeu da UNICEF e repassou à FUNASA de Itaituba um número substancial de filtros de barro, para distribuição entre a população indígena.

Há também um convênio com a Fundação Esperança, uma ONG com sede em Santarém, por meio do qual mosquiteiros e preservativos são distribuídos entre o contingente indígena.

Os 10 Polos-Base da FUNASA (relacionados no Quadro anteriormente apresentado) que prestam serviços de saúde aos Munduruku, contam com uma farmácia, uma enfermeira, um técnico de enfermagem, um Agente em Saúde (AIS) e um Agente Indígena Sanitário (AISAN). E há uma equipe multidisciplinar, composta por uma nutricionista; uma farmacêutica; três odontólogos; duas enfermeiras da CASAI e uma enfermeira da FUNASA de Jacareacanga, que, regularmente, percorre a Terra Indígena Munduruku, prestando serviços de saúde à população.

De acordo com informações prestadas pela enfermeira-chefe da Casa da Saúde Indígena, as doenças identificadas como de maior ocorrência são: malária, diarreia, pneumonia e desnutrição.

Cabe salientar que, segundo os depoimentos colhidos no trabalho de campo, o mosquito transmissor da dengue não se instalou na região.

Quanto ao nascimento de crianças indígenas, os partos, em sua maioria, são realizados por parteiras, dentro das aldeias, salvo os que apresentam complicações", ressalta a enfermeira-chefe da CASAI.

Nesses casos, as mulheres são levadas para o hospital de Jacareacanga, ou transportadas de avião para o hospital de Itaituba, percurso de encaminhamento utilizado também para outros doentes que apresentam problemas de saúde

identificados como graves e que, eventualmente, são transportados de caminhonete, ou D-20, como especificou a entrevistada.

Um aspecto a considerar é que, em algumas situações de deslocamento, envolvendo a resolução de problemas, os índios, ao saírem de seus territórios, são acompanhados pelos seus familiares. Assim, no deslocamento para tratamento de saúde, além do paciente, há todo um grupo familiar que o acompanha. Isso justifica, também, a necessidade de uma casa de hospedagem da FUNASA na sede municipal de Itaituba, para abrigar o doente por um período de tratamento e recuperação, bem como a sua família, durante toda a sua estada na localidade.

Finalmente, para quem cuida diretamente da questão da saúde indígena dos Munduruku e que já viveu entre eles, como é o caso da enfermeira-chefe da CASAI, o maior problema desses índios diz respeito aos meios de sobrevivência e a grande dependência da cesta básica, do vale-gás, da bolsa-família e do auxílio-maternidade.

5.2.12 Agricultura

Ainda segundo o Estudo Etnoecológico, a produção de alimentos entre os Munduruku é um trabalho essencialmente familiar. As crianças fazem parte desse cotidiano e em geral acompanham, desde muito pequenas, suas famílias nas roças. Portanto, já bem precocemente indicam o caminho das roças e vão conhecendo as paisagens e os diferentes recursos existentes na TI.

O papel dos sexos é bem definido. A abertura das roças é um trabalho para os homens da família, e o plantio, dependendo da espécie, é feito tanto pelos homens quanto pelas mulheres. A manutenção da roça, envolvendo a capina e a colheita, é tarefa feminina; apenas a colheita da mandioca é trabalho tanto de homens como das mulheres da família.

A ida às roças se inicia antes de o sol nascer; geralmente, a caminhada até lá se faz ao amanhecer, e o retorno, por volta das 10h, dependendo da proximidade das roças.

As roças Munduruku são de três tipos: roça de mandioca (base da agricultura: de três a oito variedades), roça de banana e roça de melancia, porque, em cada uma delas, um desses produtos é o dominante. Nas áreas marginais ou inseridas nas roças, são plantadas outras espécies complementares, como cará e milho.

Recentemente, têm sido implantadas “roças comunitárias” de arroz em algumas aldeias. Hoje, elas fazem parte do cotidiano indígena, pois o arroz entra na sua dieta alimentar. (Na maioria das aldeias, contudo, o que mais acontece é a compra desse alimento)

O milho, a cana-de-açúcar e do tabaco são plantados apenas em algumas aldeias. O café, por sua vez, embora seja um hábito e extremamente apreciado entre os Munduruku, é plantado em poucas aldeias.

O feijão não faz parte da dieta das famílias apesar de ser apreciado quando participam dos eventos realizados por brancos que o servem como alimento básico.

Finalmente, além do processamento da mandioca para obter farinha, os Munduruku utilizam técnicas de processamento de outros produtos. A tapioca (ou “sariquitá”) é obtida do povilho, produto resultante da lavagem da massa de mandioca. O povilho é seco, desmanchado com as mãos, e peneirado, sendo depois colocado em grandes bacias ou caixas de água de plástico, à espera de torração.

Geralmente, o casal trabalha junto: um joga a tapioca no forno, sempre em pequenas quantidades para não formar bolas, e o outro movimenta a tapioca com a pá de madeira. O forno é untado com pano embebido em óleo de soja antes de iniciar a torração. À medida que as pequenas porções de tapioca são torradas, são retiradas e guardadas em saco plástico. A tapioca é consumida acompanhando café.

5.2.13 Criação de Animais

- o pecuária

A criação de bovinos e bubalinos existe na TI desde o início da década de 50. A motivação era garantir um aporte de proteína animal para os índios.

As aldeias não têm pastos cercados ou currais, o que dificulta a localização dos animais e impede, em muitos casos, a vacinação contra a febre aftosa.

Outro problema também decorrente da dispersão do gado é o ataque de onças, principalmente aos bezerros. Nesse sentido, “os índios têm organizado excursões de caça atrás das onças, o que tem ocasionado a matança desses animais”.

- o galinhas

A FUNAI de Itaituba e a Secretaria Municipal de Agricultura vêm incentivando, através do fornecimento de animais, a criação de galinhas de corte para complementar a alimentação das famílias. Porém o incentivo para essa criação se resume à doação de animais, pois as mesmas são criadas soltas, sem complementação alimentar ou assistência veterinária. Esse modelo de criação, por sua vez, vem ocasionando regularmente a morte maciça de galinhas.

Durante todo o trabalho de campo para este levantamento, foi observada a criação de galinhas em muitas aldeias, mas, em nenhuma ocasião, foram vistas as famílias se servindo delas para se alimentarem. Muitas vezes, não tinham o que comer na refeição do meio-dia, além de farinha e água, mas as galinhas não foram utilizadas para esse fim. Aparentemente as galinhas são criadas para serem vendidas aos brancos que passam pelas aldeias, gerando renda, e não para complementar a alimentação das famílias.

- o porcos

Nos últimos anos, tem surgido interesse na criação de animais selvagens para complementação alimentar: são criados porcos em várias aldeias da Terra Indígena. Por outro lado, os Munduruku parecem ter certa resistência em consumir animais por eles domesticados.

5.2.14 Caça

Segundo o PPTAL, na TI Munduruku, a atividade de caça é muito importante e valorizada em termos simbólicos e não simbólicos. Tratando-se de alimentação, a carne de caça é uma fonte importante de proteína animal, e a atividade é desenvolvida exclusivamente por homens. Hoje tende a ser praticada por pequenos grupos ou indivíduos que se deslocam sozinhos pelas áreas de floresta e campo existentes na Terra Indígena.

As crianças do sexo masculino recebem, ainda, muitas pequenas réplicas de arcos e flechas, sendo que os jovens, em torno dos 10 anos, começam a se aventurar em pequenas expedições diurnas de caça, geralmente utilizando arcos e flechas. Esse padrão, contudo, pode variar de aldeia para aldeia.

Ainda segundo o documento, nas TIs Munduruku é possível caçar anta, jacu, macaco, cutia, paca, caititu, veados e jabutis. A carne de macacos é muito apreciada, mas, por ser arborícola, a maioria das espécies é muito arisca e difícil de ser abatida. A caça de porcos e caititus é muito valorizada entre os Munduruku, e os caçadores que obtêm sucesso nessa atividade são reconhecidos como valentes e fortes pelos demais moradores da aldeia.

Segundo o PPTAL, nas TIs Mundurukus a caça pode ser desenvolvida durante o dia ou à noite, utilizando cães ou não, e abatendo os animais com tiros de espingarda ou flechadas, sendo estas últimas utilizadas apenas para caça "miúda".

São desenvolvidos três tipos de caça na Terra Indígena Munduruku, caçador sozinho andando durante o dia com espingarda, caçador acompanhado de cachorros latindo e correndo atrás da caça encurralando-a ou pegando-a com os dentes, e caça de espera desenvolvida a noite. Caçando durante o dia, sem cachorros, é possível caçar anta, jacu, macaco, e com cachorros caça-se cutia, paca, caitetu, veado e anta. Neste último caso, após a caça ser encurralada ou capturada pelos cachorros, o caçador chega e a abate com tiro de espingarda. Os jabutis são capturados com a ajuda de cachorros ou quando são encontrados nos caminhos.

O PPTAL ainda relata uma caça realizada na região da Aldeia no Igarapé Maçaranduba, por pai e filho, com duas espingardas calibre 20. "Durante o percurso, avistaram grupos de porcos com aproximadamente 50 indivíduos e cada caçador deu dois tiros. O filho acertou um porco adulto macho e o restante do grupo fugiu, o que fez os caçadores fossem atrás deles até chegarem ao "igarapé grande", quando re-encontraram os porcos levando os caçadores a atirarem novamente, duas vezes, cada um atingindo quatro."

Atualmente, a espingarda constitui o equipamento básico para caçar na Terra Indígena Munduruku. São utilizadas espingardas de calibre 20, 16, 28, 30 e 36. O calibre 20 é utilizado para matar caça grande (anta) e o calibre 36 para matar caça pequena – arara, jacu, tucano e cotia. A grande maioria das espingardas utilizada é muito velha e de segunda mão, e quase a totalidade dos cartuchos é re-manufaturado devido ao alto preço dos mesmos na cidade de Jacareacanga.

A caça com cachorros é tradicional entre os Munduruku. Geralmente os cachorros são utilizados para localizar a presa e acuá-la, avisando o caçador da sua localização. Os

moradores da Aldeia Terra Preta (Igarapé Anipiri) cultuam tradições Munduruku nas artes de guerra elaborando flechas que são chamadas em Munduruku de Kamaió. A flecha é elaborada com capim flecha ou bambu fino, madeira de lei (no caso maçaranduba), osso da panturrilha de macaco coatá e penas de arara.

5.2.15 Pesca

Com relação à Terra Indígena Munduruku, dados levantados entre índios da etnia de mesmo nome, na FUNAI e na FUNASA de Itaituba (Pará), permitiram a composição da relação que se segue.

Aracu ou piau	Mandubé
Pacu	Matrinxã
Pacuaçu	Peixe-cachorro
Tucunaré	Pirarara
Traíra	Branquinha
Cará	Tambaqui
Surubim	Pescada
Piranha	Tracajá

Segundo o PPTAL, na TI Munduruku, a pesca é considerada atividade complementar para obtenção de proteína na sociedade, e é exclusividade masculina. A quantidade de peixe nos rios e igarapés da terra indígena é variada em virtude da existência de diferentes cursos de água, da intensidade e duração dos esforços de pesca e da frequência da utilização de timbó.

Segundo o PPTAL, os principais pescados capturados na pesca de subsistência dos Mundurukus são aracú, bodó, cará, jacundá-vermelho, jandiá, jijoi, pacu, piaba, piranha, piranha-preta, pirarara, traíra e tucunaré-pitanga.

Os aparelhos de pesca utilizados pelos Munduruku variam de acordo com a especialidade dos moradores da aldeia e com a atividade. São utilizados linha com anzol, caniço, malhadeira, zagaia, espinhel e puçá de crochê.

O apetrecho escolhido está relacionado ao tipo de pescado que se deseja capturar: pesca de anzol (surubim, arraia, mandubé, mandi, piranha, aracu, pacu, poraquê); malhadeira (surubim, mandubé, mandi, bodó, aracu); caniço (mandubé, mandi, piranha, aracu, pacu, poraquê).

Entre os Munduruku é realizada a pesca do timbó. Na Terra Indígena Munduruku, era utilizado ritualisticamente na "tinguejada", evento tradicional realizado durante uma semana por ano, geralmente no mês de setembro, e congregava moradores de várias aldeias em uma aldeia determinada para utilizarem timbó como estratégia de pesca. O objetivo era assegurar grande quantidade de alimentos, pois essa é uma condição imprescindível para a realização de qualquer complexo ritual. O timbó era também utilizado em uma série de "brincadeiras". Os índios relatam que clãs brancos e vermelhos costumavam se pintar mutuamente com o timbó, o que era uma grande diversão.

Segundo o PPTAL, os Munduruku apreciam bastante a carne de tracajá e de tartaruga, especialmente seus ovos. Os tracajás ocorrem nos rios e igarapés e são capturados com vara com anzol. Na época da desova, nos meses de julho a setembro, põem seus ovos em covas escavadas nas praias que se formam nas margens dos cursos de água. As tartarugas desovam nos meses de setembro e outubro, sendo que os ovos de ambas as espécies permanecem chocando na areia por dois meses.

Segundo o PPTAL, a Terra Indígena Munduruku apresenta, caracteristicamente, rios e igarapés de água preta, água branca e água verde. No rio Cururu, acima da aldeia Santa Maria, a fartura de peixes alcança o seu máximo no mês de julho, quando os índios relatam que “dá para pegar peixe com a mão”, sendo a pirarara uma das espécies mais apreciadas.

O local conhecido como cachoeira Kreputiá apresenta grande extensão de afloramentos rochosos que propiciam habitats para os peixes, e a densidade populacional humana é bastante baixa na região. A pesca nesse local é esporádica e de baixo impacto, contribuindo para manter alta a densidade dos peixes.

5.2.16 Culinária

A culinária Munduruku apresenta alguns pratos bastante típicos, como a farinha de saúva e com tempero de pimenta em pó:

Farinha de saúva – é muito apreciada por adultos e crianças. O prato é preparado com saúva, tapioca, castanha e farinha de mandioca. A saúva é coletada em época especial do ano, após a chuva, quando saem dos ninhos no solo para fazer a “revoada”. As formigas são mortas afogadas na água e colocadas em pilão de madeira, juntamente com a tapioca, castanha e farinha de mandioca. A mistura é pilada até ficar com a consistência de grânulos de tamanho médio e é ingerida preferencialmente como merenda.

Caxiri – é a bebida tradicional da sociedade Munduruku e pode ser consumido fresco ou fermentado, o que acontece geralmente em festas. É preparado com batata-doce cozida, além de farinha de mandioca e caldo de cana (fabricado em algumas aldeias).

Moqueca de peixe – o termo “moqueca”, para os Munduruku, refere-se a moquear. Para isso, cobrem-se peixes pequenos, geralmente piaba, com pedaços de folha de bananeira, e leva-se ao fogo baixo.

5.2.17 Artesanato e Possibilidade de Geração de Renda

A utilização de ornamentos corporais de produção própria é muito difundida entre os Munduruku e, para a sua elaboração, são utilizados material vegetal e animal.

Os Munduruku se ornamentam com pinturas corporais feitas de tinta de semente de jenipapo. Usam cocares de penas de arara, tiaras e cintos de entrecasca da árvore “tuari”.

Os colares são feitos com sementes e miçangas, e os braceletes, com linha de algodão comprada na cidade.

Os arcos e flechas são feitos de madeira e enfeitados com palha de tucum da cor natural e tingida de preto.

Os índios também elaboram uma série de colares “zoomórficos” (peças com forma de animais) e “coquinho” da palmeira tucum (cor escura) e “coquinho” da palmeira inajá (cor escura).

Colares com peças em forma de humanos, por outro lado, são utilizados para proteger as crianças de doenças, sendo também colocados colares em cachorros, para curá-los ou protegê-los de doenças. O Estudo Etnoecológico refere-se também à existência de muitos cachorros e de muitas doenças observadas entre esses animais.

A entrecasca fina da árvore “tauri” é utilizada para fazer ornamentos corporais tradicionais e, em algumas aldeias, é utilizada para enrolar tabaco, fazendo cigarros.

O comércio de peças inspiradas nos ornamentos indígenas tem sido uma alternativa de geração de renda para moradores da Terra Indígena Munduruku. As peças comumente comercializadas são: colares, pulseiras e brincos, que são adaptados ao “gosto do branco” para serem aceitas em Jacareacanga e na Pousada Rasteira (atualmente, 2010, desativada), subindo o rio Teles Pires.

De modo geral, em cada comunidade indígena, é possível encontrar pessoas fazendo artesanato, o que inclui tanto artigos de cestaria como objetos de adorno pessoal. Além de o artesanato ser um bem utilizado no cotidiano dos Munduruku — o que constitui um padrão estético próprio —, tem servido como uma boa maneira de incrementar a renda indígena. Em algumas aldeias, essa produção, voltada essencialmente para o contexto regional, está sendo organizada.

5.3 Terra Indígena Pontal dos Apiaká

Como não foi feito trabalho de campo nesta TI e não se encontrou dados secundários disponíveis, não foi possível caracterizar os modos de vida da aldeia Pontal. Porém, por tratar-se de aldeia da etnia Apiaká, cujos moradores, em sua maioria, são oriundos da aldeia Mairowi, supõe-se que os modos de vida sejam similares aos desta aldeia.

5.4 O Rio Teles Pires e seu Significado para os Índios

Primeiramente, é necessário ressaltar que o tempo de contato que a equipe manteve com os índios durante a pesquisa de campo é insuficiente para entender certas dimensões mais sutis relativas à sua sensibilidade e ao seu imaginário, assim como para avaliar as lacunas que existem na comunicação com eles.

Portanto, as aproximações feitas aqui a respeito do sentimento que os índios têm em relação ao rio são tentativas que, certamente, não dão conta de toda essa dimensão,

até porque a vivência que um não índio tem da natureza é muito limitada, ou pelo menos diferente, para em pouco tempo alcançar os significados que ela tem para um índio.



Foto 5.4-1 – Mãe Kayabi dando banho em sua filha – aldeia Munhocuçu

No entanto, o exercício antropológico é interpretativo. Então, reproduz-se aqui o que foi expresso pelos índios e o que a equipe captou pela observação e através de sua sensibilidade, durante a breve, mas riquíssima, convivência que teve com os índios da TI Kayabi. Também, tomou-se como base a pesquisa de dados secundários, que mostra as bacias do rio Teles Pires como palco da história dos povos indígenas das etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku, que habitavam a região e tinham no rio seus lugares de rituais e de guerras.

Historicamente, os territórios ocupados pelos primitivos habitantes do Brasil eram, preferencialmente, próximos, quando não às margens dos rios. Neste contexto, o rio sempre foi um referencial de ocupação, intrinsecamente relacionado com atividades e rituais específicos de cada povo ou etnia, servindo para obtenção de água utilizada para beber ou cozinhar, para o banho, para nadar, para navegar, para se comunicar, para pescar e para alimentar o mundo mítico. Embora nem todas as etnias sejam essencialmente de pescadores, o peixe é considerado um importante ingrediente na dieta alimentar das populações indígenas, sendo, na maioria dos casos, fundamental à sobrevivência.

Tanto os jovens quanto os mais antigos, na TI Kayabi, mencionaram o Salto das Sete Quedas no rio Teles Pires como um local sagrado:

"Lugar onde antigamente os Kayabi encontravam os outros índios, tiravam as cabeças, brigavam, faziam festa. É um lugar religioso". (Trecho do depoimento de Josué, jovem da aldeia de Kururuzinho).

A tradição guerreira é o maior motivo de orgulho para os Kayabi. Tanto que a festa que hoje reproduzem é o Jawassi, ritual que se seguia à morte de um inimigo, o mesmo fazendo os Apiaká.

Por outro lado, em vários momentos, foram ouvidos comentários, escassos e rápidos — talvez porque os índios não costumam falar facilmente sobre aspectos mais profundos de sua cultura e de suas crenças sobre o espírito das coisas. Segundo eles, tudo é vivo e tudo tem um espírito. Portanto, quando se mata um animal, como um jacaré, por exemplo, deve-se respeitar e reverenciar o seu espírito. Várias são as recomendações também em relação ao que não deve ser feito para não incomodar o “espírito do fundo”, que mora no rio. Esse foi o único “espírito” relacionado a essa lista de ações que devem ser evitadas para “não fazer mal”.

Assim, para os índios da TI Kayabi, o rio tem uma história, um espírito, uma unidade. O sentimento de pertencimento ao rio como um todo não cessou quando uma grande parte dos Kayabi se transferiu para o Parque do Xingu, ou quando desceram para esse território que hoje corresponde à TI.

Pode-se verificar, em pronunciamentos de anos atrás, a indignação desses índios em virtude da destruição da natureza nas margens do Alto Teles Pires que eles habitavam, e em toda a região, incluindo o rio São Benedito.

O rio é também o lugar de aprendizado, de formação de um homem indígena:

"O que caça pouco, o que pesca pouco, só num rio, não tem muita história. Antigamente tinha mais história." (Makupá - liderança Kayabi do Xingu)

"Para quê que o índio quer tanta terra? A gente tem uma maneira diferente de usar a terra. A gente sai dois dias rio acima, pescando, salgando o peixe. A terra ainda é pouca. A gente conhece toda a terra. É o percurso. Se afetar lá, afeta a gente aqui. Isso começa na juventude. Anda para todo lado, vai tendo o conhecimento mais aprofundado." (Romildo - liderança Apiaká em Mairowi)

"O meio ambiente é o mais importante hoje. Não dá para separar o índio da natureza." (Fala de Elenildo, em depoimento à equipe da pesquisa de campo).

A partir desses depoimentos, não é errado relacionar um grande impacto na esfera afetiva, no imaginário dos índios, às mudanças que vão transformar o rio em uma sequência de comportas, que é o que vai acontecer depois da construção das usinas previstas.

Além disso, não há como evitar a grande angústia que a notícia dessas obras provoca nos habitantes das margens do rio. Por mais que sejam prestadas as informações e dadas as garantias possíveis, essas pessoas não têm como evitar a apreensão em relação a riscos de várias ordens, tais como: a possibilidade de um acidente com o vazamento da represa; a escassez de peixes; a destruição dos locais onde os tracajás depositam os ovos, no São Benedito (alimento muito apreciado e condição para a reprodução da espécie); e o aumento de invasões na Terra Indígena.

Entre eles, há a ideia de que essas obras só vão trazer males para os índios e nenhum benefício, e que o que vai se seguir é a destruição da natureza e da cultura indígena:

"Muito forte é saber que, quando as crianças crescerem, não terão mais terra para eles caçar, nem o rio. É o grande problema de todos". (Trecho do depoimento de Donivaldo, um dos guias na aldeia Kururuzinho)

"Mais uns anos, e o povo indígena vai viver como não índio. Cada vez mais, vem coisa nova, vai entrando aqui na aldeia. Vai ser totalmente diferente do que se vive hoje. Com certeza, ninguém vai ter essa vida que a gente tem agora". (Suzana, jovem Kayabi, em depoimento para a equipe do trabalho de campo)

6. RELAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL

Embora gozem de um estatuto especial na sociedade brasileira, com direitos e territórios reconhecidos, os povos indígenas se vêem constantemente ameaçados em sua integridade cultural, territorial e mesmo física. Isto se dá por diversas formas da aproximação da sociedade envolvente, seja pelo avanço das fronteiras agropecuárias, pela abertura e consolidação de estradas, pela exploração dos recursos naturais e pela implantação de projetos de infraestrutura, entre os quais se destacam aqueles ligados à geração de energia.

Ao mesmo tempo, e em reação a isto, os povos indígenas também se organizam, e hoje com muito maior capacidade de articulação, de modo a se defenderem do que consideram invasões – às suas terras e aos seus modos de vida. Com isso, são cada vez mais frequentes as manifestações que congregam diversas etnias em torno de questões localizadas em vários pontos do país, angariando apoios de diferentes povos em torno de temas que se tornam causas comuns – principalmente na defesa de povos em situação de vulnerabilidade frente a situações de conflito.

É o que se viu recentemente, por exemplo, quando do processo de licenciamento da UHE Belo Monte. Frente à ameaça de serem atingidas porções de terras indígenas com a sua implantação, houve uma grande mobilização de populações indígenas, mesmo vivendo longe das áreas a serem atingidas, em protestos que alcançaram grande repercussão. Isto se refletiu, inclusive, junto às etnias localizadas na área de influência dos empreendimentos projetados para a bacia do rio Teles Pires, que desde o início se solidarizaram com os daquelas mais diretamente afetadas. Ressalta, neste aspecto, a atuação firme e constante dos Kayabi que vivem no Xingu e dos Munduruku, com efetiva ressonância nas aldeias da Terra Indígena Kayabi.

As relações interétnicas e com a sociedade envolvente, bem como a participação política das comunidades indígenas, são tratadas nos tópicos seguintes deste capítulo, para cada terra indígena envolvida nos estudos, considerando-se as limitações de informações a respeito das TI Munduruku e Pontal dos Apiaká, onde não foram realizados trabalhos de campo, restringindo-se àquelas informações disponíveis na bibliografia consultada.

A questão da situação legal das terras indígenas e possíveis conflitos fundiários já foi abordada no capítulo 4 do presente estudo.

Os impactos ambientais e conflitos decorrentes de outros empreendimentos hidrelétricos já instalados na região, como as PCH presentes no rio Apiacás, não envolveram diretamente as comunidades indígenas das terras indígenas ora estudadas. Assim, os passivos ambientais desses empreendimentos não estão relacionados com os empreendimentos ora estudados, em relação a possíveis conflitos com as comunidades indígenas envolvidas em sua Área de Influência Indireta.

Quanto aos usos múltiplos dos recursos hídricos na bacia do rio Teles Pires e os potenciais conflitos com as comunidades indígenas ribeirinhas, dentro dos limites dessas terras indígenas, relaciona-se a seguir os principais usos potenciais, a situação atual e as projeções dentro de um cenário de desenvolvimento da região.

Primeiramente, como usos consuntivos a montante da TI Kayabi, considera-se o consumo humano (urbano e rural) de água, bem como a dessedentação animal, o consumo industrial e a demanda para irrigação na bacia. Esses usos foram considerados quando da elaboração dos estudos de viabilidade das usinas hidrelétricas projetadas para a bacia, avaliando-se a compatibilidade das demandas com as necessidades de reservação para geração de energia, considerando-se estudos da ANA e do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Estado do Mato Grosso.

Outro aspecto considerado nesses estudos de viabilidade foi a garantia de navegabilidade do rio Teles Pires, incorporando-se as necessidades futuras para a implantação da hidrovia Teles Pires – Tapajós.

A Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da bacia do rio Teles Pires apontou diretrizes e recomendações para a Gestão da Bacia, envolvendo a questão do ordenamento das formas de uso do solo e da gestão integrada dos recursos hídricos, com enfoque para a articulação entre os agentes e empreendedores do setor elétrico e os responsáveis pelo transporte hidroviário, bem como ações específicas, tais como: o monitoramento hidrossedimentológico sistemático na bacia; a conservação da cobertura vegetal e o estabelecimento de corredores ecológicos, com estratégia voltada para a remuneração por serviços ambientais nos imóveis para recuperação de áreas degradadas, manejo florestal e produção agroflorestal; a proteção de mananciais e a conservação da qualidade da água; o estudo de migração de peixes na bacia; e a relação da população indígena com o rio Teles Pires, com o monitoramento das condições de pesca e de navegação.

Considera-se, assim, dentro de um cenário de desenvolvimento da região, que as diretrizes e ações propostas nos estudos de viabilidade e ambientais dos empreendimentos hidrelétricos e na avaliação ambiental integrada serão efetivadas, visando garantir a qualidade ambiental e a manutenção da sustentabilidade das comunidades indígenas presentes na região.

Dentro dos limites da TI Kayabi e na região de fronteira com a TI Munduruku, a beira do rio Teles Pires, os usos dos recursos hídricos atuais se restringem: ao consumo de água pelas comunidades indígenas e pelas pousadas ali instaladas; à pesca artesanal e à caça indígena; à pesca esportiva praticada pelos usuários das referidas pousadas; ao garimpo de ouro praticado na região abaixo da cachoeira Rasteira; e à navegação, tanto dos indígenas quanto dos usuários de pousadas e do pessoal que trabalha no garimpo. Esses usos estão em relativo equilíbrio, com acordos firmados entre os índios e os demais usuários, tanto em relação às áreas permitidas para uso quanto aos valores pagos aos índios por estes usos dentro de suas terras, conforme mencionado nos capítulos anteriores.

Caso venha a ser implementada a hidrovia Teles Pires – Tapajós, o volume de tráfego de embarcações pelo rio Teles Pires dentro da TI Kayabi será intenso e o calado a ser permitido nessa travessia poderá ensejar intervenções no rio, visando a transposição de obstáculos naturais existentes, principalmente a cachoeira Rasteira. Esse empreendimento, porém, deverá passar primeiramente por um processo de licenciamento ambiental, onde essas questões terão que ser discutidas.

A questão mais delicada em relação aos conflitos de uso diz respeito à situação legal da TI Kayabi, conforme já relatado no capítulo 4. Em função de embargo jurídico, a

sua demarcação ainda não foi implementada, de modo que os proprietários de terras continuam com a posse dos imóveis e praticando atividades incompatíveis com a preservação do território indígena.

6.1 Terra Indígena Kayabi

Neste item procurar-se-á retratar as relações das aldeias em estudo tanto com a sociedade envolvente – o contato com as cidades da região mais próximas e com as atividades que se desenvolvem junto ou mesmo dentro da Terra Indígena - como entre as diversas etnias. A base para isso são as observações dos pesquisadores e, principalmente, os próprios depoimentos obtidos nas entrevistas realizadas no trabalho de campo, que serão transcritas sempre que possível, por refletirem com clareza o ponto-de-vista dos moradores das aldeias visitadas.

Hoje em dia, há um contato frequente entre os moradores das aldeias e as cidades da região – Alta Floresta e Colider, principalmente, e Paranaíta, em menor escala. Com frequência grupos de indígenas se dirigem para estas cidades com objetivos os mais variados: tratamentos de saúde, recebimento de aposentadoria, contatos com instituições, estudo, compras e mesmo lazer. Para isso são utilizadas as embarcações (“voadeiras”) das aldeias até o Porto do Meio, localizado às margens do rio São Benedito, e em seguida o veículo pertencente à aldeia Kururuzinho. Mesmo outras cidades são acessadas, como, por exemplo, um professor indígena de Kururuzinho que está fazendo curso superior de Ciências da Matemática e da Natureza em outra cidade do estado de Mato Grosso (Barra do Bugres).

No que se refere às atividades econômicas de não-índios na Terra Indígena, se por um lado os indígenas se sentem – e efetivamente se encontram – ameaçados por invasões ao seu território, por outro há uma relação de certa cumplicidade, e mesmo de relativa dependência, com algumas atividades desenvolvidas na região, como a mineração de ouro e a presença de pousadas ligadas à pesca esportiva.

As informações a seguir estão referenciadas a Kururuzinho e Mairowi, as principais aldeias dos povos Kayabi e Apiaká visitadas.

6.1.1 Aldeia Kururuzinho

- relações interétnicas

Mesmo com eventuais discordâncias em relação a tomadas de posição em determinados assuntos (por exemplo, os Munduruku se recusaram a participar do presente estudo), são bastante extensas e próximas as relações entre os Kayabi, os Munduruku e os Apiaká que vivem na Terra Indígena Kayabi, inclusive por laços de parentesco e de compadrio. Em virtude disso, muitas vezes famílias inteiras se mudam de uma aldeia para a uma de outra etnia, onde passam a viver. Esta proximidade se apresenta ainda sob a forma de mútuo auxílio, exemplificado pelo empréstimo do veículo pertencente à aldeia Kururuzinho para os moradores das demais aldeias da TI, sempre que precisam se deslocar às cidades da região.

Sobre a relação com outras etnias, uma das mais importantes lideranças da aldeia Kayabi, entrevistada em trabalho de campo, observa:

"Estamos tentando juntar com outras etnias do Mato Grosso, para lutar pelos direitos indígenas. Tem uma associação que se chama Maiwu, que está promovendo um curso de Gestores Indígena", junto com a FUNAI."

A esse respeito, cabe notar que duas jovens e atuantes lideranças indígenas da região – Elenildo Kayabi, do Kururuzinho, e Romildo Apiaká, de Mairowi, participam do curso.

- relações com a sociedade envolvente

Sobre a relação com os não-índios, ou mais especificamente, com os brancos, o entrevistado explicita:

"A relação com as pessoas é boa, a pesca esportiva ajuda a preservar o meio ambiente e até ajuda na sobrevivência dos índios. A Pousada Mantegna também contrata índios, por exemplo, para fazer habitações que tenham cobertura de palha. A Pousada tem ajudado também no processo de demarcação da Terra Indígena. Foi feito um acordo entre os índios e a Pousada, que passa um recurso mensal e ajuda também na escola. Em troca, os índios preservam uma parte do rio para a pesca esportiva."

Na realidade, o apoio que os índios recebem se estende a outras pousadas da região. Constatou-se, por outro lado, que existem índios Kayabi trabalhando para abertura de "ramal" de acesso a uma nova pousada que está sendo instalada em área mais afastada da beira-rio, em finalização de construção, mas já hospedando grupos de pesca esportiva.

Na interpretação do Cacique da aldeia Kururuzinho, "atualmente as pousadas é que seguram as invasões".

Sobre o apoio dado aos índios pelos garimpeiros, o Cacique observa:

"O garimpo aluga a CASAI (Casa do Índio), em Colíder, onde tratam da saúde indígena. Nos anos 80, o garimpo só fez estrago. Agora, rio abaixo, atende a sete aldeias e ribeirinhos, com balsa, aluguel da casa, embarcação grande. Eles querem comprar um carro grande para os Munduruku. A Kururuzinho tem carro próprio."

E explica: "Hoje, a queima do ouro é fechada. O resto é colocado num recipiente, num buraco forrado com plástico, para não contaminar o terreno. Muito índio é contra a mineração".

Finalmente, pondera:

"Há conflitos com invasores: a BRASCAN procura parceria, mas os índios não querem. Não queremos deixar terras para eles. Não são brasileiros. A gente não vai nunca lá para invadir a terra deles. Por que que eles vêm aqui invadir a nossa? A BRASCAN coloca dinheiro na mão de outros fazendeiros. A gente fala que não é pobre. Em São Benedito, os que tomam conta são os gerentes, não os donos."

- associativismo, participação política, apoio institucional

Além da Associação Maiwu, dos índios do Estado de Mato Grosso, existe ainda a Associação Indígena Kawaip Kayabi, que reúne as três etnias que vivem na Terra Indígena Kayabi: Apiaká, Kayabi e Munduruku.

A aldeia Kururuzinho conta também com o seguinte quadro de lideranças:

- Cacique: Atu Kayabi
- Pajés: um Munduruku (Robertino) e uma Kayabi (Kajup)
- Pajé Kaybi do Xingu (Moÿt)
- Elenildo (jovem liderança, cuida da questão da demarcação junto à FUNAI, com apoio do Cacique Kayabi e do Chefe do Posto Indígena)
- Tarawy (presidente da Associação)
- Juvenildo (secretário da escola)
- Iracildo (Agente Indígena de Saúde - AIS)
- João (Agente Indígena de Saúde - AIS)
- Roberto (Agente Indígena de Saneamento - AISAN)
- José (diretor da escola)
- Arlindo (professor)
- Eroit (professor)
- Awoé (professor)
- Elimar (professor)
- Myau (presidente do Conselho da Escola)
- Joseane (também Agente Indígena de Saúde - AIS na Aldeia São Benedito)

Sobre a relação com a FUNAI, de acordo com depoimento colhido no trabalho de campo:

"A relação é tranquila, tanto com a antiga Regional e atual Coordenação Local quanto com a FUNAI de Brasília."

Nesse sentido, o Cacique observa:

"Agora não é mais tempo de guerra. Hoje a arma do branco é o papel e o cartucho é a caneta. E é com isso que a gente tem que lutar."

E acrescenta:

"O pessoal do Xingu chama o presidente da FUNAI e ninguém vai, porque eles se pintam e levam borduna. (usavam o jenipapo para matar e o urucum para andar no rio). Não me pinto porque às vezes a autoridade não vem com arma."

E, na sequência, explicita:

"O funcionário do Posto faz documentos e encaminha a Colider, e encaminha a Brasília. Quando a FUNAI não responde, procuramos outras autoridades, como o Ministério Público. No Ministério Público em Cuiabá, disseram que nunca índio tinha ido lá e que nós não vamos perder a área, igual à Raposa Terra do Sol. O pessoal do IBAMA, de SINOP e de Alta Floresta, está fazendo um levantamento"

No que diz respeito à relação com a FUNASA, um entrevistado, anteriormente referido, pondera: *"A relação é tranquila, mas, de vez em quando, é necessário fazer certa pressão"*.

E o Cacique complementa:

"Recebem apoio: medicação, retiram quando tem um paciente. Se o pessoal de Colider não atende, vão a Brasília. Quando a FUNASA não se interessa, os índios que têm um parente doente se reúnem e pedem para tirar o paciente para Cuiabá, Brasília ou São Paulo. O Megaron (refere-se ao representante da Coordenação da FUNAI, em Colíder) ajuda também. O José (refere-se ao diretor da escola) foi parar na UTI, em Colíder. Entupiu a veia. A FUNASA não tinha dinheiro e o Marco (proprietário de diversas balsas de garimpo no Teles Pires) deu seis mil para ele ir para São Paulo, onde foi tratado."

Sobre a relação com os políticos, o entrevistado citado anteriormente explicita: *"Com as Prefeituras, a relação não é muito tranquila, por conta dos conflitos de terra. Como hoje o índio é um cidadão, na hora de votar busca informações sobre os candidatos."*

"Na aldeia não tem político", diz outro indígena entrevistado no trabalho de campo. E prossegue: *"Na época das eleições, os políticos, os candidatos, vêm para pedir votos. Votam num único político. Não é sempre o mesmo. Nenhum político beneficiou os índios."*

E, em entrevista, o Cacique atesta:

"Votam em Alta Floresta. Vão conhecer o político. Nunca conseguiram eleger um candidato. É difícil conversar com os vereadores. O Romualdo, que foi prefeito, ajudou. A aldeia tinha uns 30 eleitores, atualmente tem uns 45."

E finalmente, indagado sobre os benefícios sociais recebidos pela população Kayabi da aldeia Kururuzinho, um entrevistado explica: *"Recebem aposentadoria, auxílio-maternidade e às vezes cesta básica, através da FUNAI."*

E o Cacique, complementa:

"Cerca de 11 pessoas recebem aposentadoria. Estão esperando o Clóvis (refere-se ao Chefe do Posto Indígena na aldeia Kururuzinho) ser renomeado para mexer com a Bolsa-Família".

6.1.2 Aldeia Mairowi

- relações interétnicas

Da mesma forma como caracterizado na aldeia Kururuzinho, os moradores de Mairowi se referem afetuosamente aos demais habitantes da Terra Indígena Kayabi, a quem se referem como "irmãos".

Quando indagado sobre a relação com outras etnias, um entrevistado no trabalho de campo — uma das importantes lideranças da aldeia Mairowi — declarou: *"A relação é boa, tanto com os Munduruku quanto com os Kayabi, e com os índios de muitas etnias de Mato Grosso."*

- relações com a sociedade envolvente

Sobre brancos morando dentro da Terra Indígena, o entrevistado observa: "Aqui perto, tem o garimpo de ouro".

Finalmente, sobre a relação com os não índios, o entrevistado pondera:

"A relação é uma relação boa. Os garimpeiros ajudam as comunidades indígenas com uma contribuição mensal (fixa), em ouro ou dinheiro. Além dessa contribuição, eles contribuem com diesel e gasolina. Eles ajudam mais que a FUNAI."

- associativismo, apoio institucional, participação política

Ainda não existe uma associação dentro da aldeia Mairowi, segundo uma das lideranças Apiaká entrevistadas no trabalho de campo, e acrescenta: "Mas estamos estudando a possibilidade de criação de uma."

A propósito, as principais lideranças identificadas através do levantamento realizado junto à população indígena residente na aldeia Mairowi são:

- Raimundo (Cacique e diretor da escola);
- Darlisson (Vice-Cacique);
- Romildo (jovem liderança, que atualmente é aluno do curso de Gestão Indígena, promovido pela FUNAI);
- Ivenaldo (Agente Indígena de Saúde - AIS);
- Doralice (Agente Indígena de Saúde - AIS);
- Robson (Agente Indígena de Saneamento - AISAN)
- Delvan (integrante do Conselho da Escola);
- Oleonardo (professor);
- Raí (coordenador pedagógico)
- Rafael (líder dos jovens)

Indagado sobre a relação da população da aldeia Mairowi com a FUNAI, o entrevistado, anteriormente referido, responde: *"A relação sempre foi boa; ela colaborou na instalação da aldeia mas, de 2006 pra cá, o apoio diminuiu. Agora temos o apoio do garimpo, sempre monitorado, cuidando das ilhas..."*.

Sobre a relação com a FUNASA, afirma: *"A relação com a FUNASA sempre foi muito boa, o atendimento é bom."* A esse respeito, as reclamações mais presentes são referentes à remoção de pacientes, que hoje é mais difícil.

Já no que diz respeito à relação dos indígenas com os políticos da região, pondera: *"Não tem relacionamento direto com político. Só 'bate de frente' e, em época de eleição, vamos para a cidade e observamos..."*.

Finalmente, quanto ao recebimento de benefícios sociais por parte do contingente indígena, explica: *"Quando nasce uma criança, recebe auxílio-maternidade"*. A esse respeito, cabe destacar que a participação de crianças dentro do contingente de população da aldeia Mairowi é relativamente significativa e visivelmente expressiva. Os jovens casam-se muito cedo e desde muito novos têm vários filhos. Isto se explica, segundo observações feitas em entrevistas, principalmente por duas ordens de causas: uma, política, de procurarem intencionalmente aumentar o número de membros do grupo, como forma de garantir a ocupação do território; outra, econômica, em virtude do recebimento do auxílio-natalidade pela parturiente, que é pago de uma só vez, e que na época da pesquisa de campo (maio/2010) correspondia a R\$ 1.700, segundo relatado em entrevistas.

6.2 Terra Indígena Munduruku

Com base nas informações disponíveis no EIA da UHE São Manoel, em função do contato realizado com o escritório regional da Funai em Jacareacanga-PA, a participação dos índios Munduruku é muito mais presente na bacia do rio Tapajós do que na bacia do rio Teles Pires. Dentro da TI Munduruku, a distribuição das aldeias reafirma essa convicção. Além das aldeias antigas que ainda se mantêm no interior da terra indígena, a maior parte das aldeias ribeirinhas estão localizadas na bacia do rio Tapajós, na beira do próprio rio Tapajós e em seus tributários e igarapés dentro dessa TI. No rio Teles Pires, estão localizadas apenas as aldeias Sapezal e Teles Pires, ambas na TI Kayabi, além de alguns acampamentos temporários utilizados para pesca.

Os índios dessa etnia se recusaram a participar do levantamento empreendido para o presente estudo, enquanto que participam ativamente dos processos de licenciamento dos empreendimentos hidrelétricos previstos para o rio Tapajós.

6.3 Terra Indígena Pontal dos Apiaká

Como não foi feito trabalho de campo nesta TI e não se encontrou dados secundários disponíveis, não puderam ser avaliadas as relações sociopolíticas, econômicas e culturais específicas do grupamento indígena La presente, que atualmente ocupa a aldeia Pontal.

Porém, por tratar-se de aldeia da etnia Apiaká, cujos moradores, em sua maioria, são oriundo da aldeia Mairowi, supõe-se que essas relações devam ser similares aos desta aldeia.

Cabe ressaltar a questão da sobreposição dessa TI ainda em fase de regularização com o Parque Nacional do Juruena e a Reserva Ecológica Estadual de Apiacás. Por serem Unidades de Conservação de Proteção Integral, os usos dentro das mesmas são muito restritos e a comunidade indígena deve estar conciente desses limites. Por outro lado, a presença de comunidades tradicionais dentro de Unidades de Conservação tem com aspecto positivo a participação desses agentes na defesa do território e na conservação das condições naturais.

7. EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO INDÍGENA EM RELAÇÃO ÀS USINAS HIDRELÉTRICAS

7.1 Introdução

O trabalho de levantar as expectativas da população indígena em relação às usinas hidrelétricas de São Manoel e Foz do Apiacás foi, tanto quanto possível, extensivo. Não se houve, porém, sem percalços. Ao longo das investigações de campo realizadas com este objetivo, foi possível perceber a repercussão do processo de licenciamento da Usina de Belo Monte, cujas audiências públicas e desfecho, apesar de terem ocorrido em setembro de 2009, ainda se refletiam nos ânimos e na memória da população local. É evidência disso a reunião na aldeia Kururuzinho, realizada em 18/05/2010, e que não foi levada a termo. Em meio às conversações sobre as preocupações da comunidade com relação às usinas de São Manoel e Foz do Apiacás, o encontro foi interrompido pelos próprios indígenas, em face do acirramento das discussões.

Em vista disso, durante os trabalhos no campo, procurou-se esclarecer dúvidas sobre a implantação das usinas e levantar as principais questões presentes nas comunidades indígenas em estudo, incluindo reivindicações que eventualmente pudessem constituir medidas compensatórias dos impactos previstos. No final de maio, a equipe de pesquisadores realizou duas reuniões de encerramento dos trabalhos de campo, uma na aldeia Kururuzinho (etnia Kayabi), no dia 25/05, e outra na aldeia Mairowi (etnia predominante, Apiaká), no dia 29/05. Essas reuniões constituem elemento essencial da pesquisa e nelas logrou-se resumir as expectativas da população.

Ambas as aldeias localizam-se na TI Kayabi, que é a área indígena mais próxima das futuras hidrelétricas São Manoel e Foz do Apiacás. As expectativas dessa população são muitas e incluem não só as esperanças de demarcação da Terra Indígena Kayabi, atualmente em litígio, e de melhorias nos serviços disponíveis, como capacitação, saúde, transporte e comunicação, como também os temores com relação às ameaças à inviolabilidade do território e até mesmo quanto à segurança física das barragens.

7.2 As Reuniões

A primeira das duas reuniões de encerramento da pesquisa foi realizada na aldeia Kururuzinho. A reunião ocorreu na noite do dia 25 de maio, ao ar livre, com as cadeiras dispostas em círculo, no terreiro em frente ao prédio da antiga escola da aldeia.

A reunião contou com a participação efetiva de apenas 15 moradores, porém foi significativa a presença de lideranças, inclusive de outras aldeias existentes na TI Kayabi. Uma das presenças a destacar é a de Tarawi², reconhecido como uma das

² Tarawi é uma liderança cuja atuação se divide entre a aldeia e as cidades mais próximas, onde vai tratar, como representante, de assuntos de interesse da comunidade indígena. Também é reconhecido por sua luta pessoal na busca de apoio para os cuidados da saúde de três de seus filhos que são portadores de necessidades especiais.

principais lideranças locais e presidente da Associação. Inicialmente, Tarawi se opunha à realização da pesquisa de campo na aldeia Kururuzinho, mas evoluiu para uma participação tranquila na reunião, chegando mesmo a agradecer a presença dos pesquisadores.

A reunião transcorreu em clima de troca de ideias e informações. Grande parte do tempo foi dedicada ao esclarecimento das dúvidas apresentadas quanto à implantação das hidrelétricas de Foz do Apiacás e São Manoel na região. Seguiu-se a seção em que os participantes locais se manifestaram quanto às questões e necessidades de sua comunidade, e apresentaram reivindicações, de modo que foi possível compilar expectativas e temores com relação à implantação das usinas.

A reunião na aldeia Apiaká denominada Mairowi ocorreu na noite do dia 29 de maio. Apesar de ser uma aldeia com uma população menor do que a aldeia Kururuzinho, houve maior número de participantes, sendo registrada a presença de 30 moradores. É possível que isso reflita o elevado grau de organização política dessa comunidade, que, inclusive, realizou reunião prévia, na tarde do mesmo dia 29, preparatória para o encontro com a equipe de pesquisadores.

O cacique da aldeia Mairowi esteve ausente. Fora à cidade buscar material escolar. A reunião foi, então, aberta por uma das principais lideranças locais, Darlisson, um jovem de 19 anos. Destaque-se a presença de Romildo, outra das principais lideranças locais. Ambos agradeceram a presença da equipe de pesquisadores e Romildo, em particular, louvou a preocupação em conhecer como o índio vive, em ouvir e ver o índio, enfatizando a necessidade de se conhecer a nova realidade dos indígenas, uma vez que “muita história que está nos livros é passado e que, hoje em dia, a tecnologia mudou e o índio mudou também”³.

A dinâmica da reunião em Mairowi foi basicamente a mesma da que ocorrera em Kururuzinho. Houve espaço para os esclarecimentos solicitados em relação aos empreendimentos hidrelétricos e houve tempo para a manifestação dos presentes.

7.3 Os Esclarecimentos

Naturalmente, as dúvidas recorrentes da população indígena pesquisada referiram-se aos possíveis impactos diretos a serem provocados pela implantação das usinas hidrelétricas de São Manoel e Foz do Apiacás, os transitórios e os permanentes, e às medidas compensatórias desses impactos, especialmente sobre como poderiam ser adotadas as medidas relacionadas às questões da comunidade indígena local.

Foi afastada pela equipe de pesquisadores qualquer suspeita de que as terras ocupadas pelos indígenas pudessem ser atingidas pelas águas dos reservatórios das usinas. Foram, ainda, indicadas as soluções técnicas para a transposição de peixes nos locais dos barramentos, propostas com o objetivo minimizar os impactos sobre a ictiofauna.

³ Transcrito da gravação da reunião.

Sobre a ameaça representada pela atração de um grande contingente de pessoas para trabalhar na construção das usinas, esclareceu-se que seria possível propor medidas de controle e conscientização, com o objetivo de garantir a segurança da população indígena.

Sobre medidas compensatórias, esclareceu-se que, nesta fase do projeto, seria tão somente proposto um conjunto de ações, conjunto este formulado levando-se em conta a manifestação das comunidades e para o que eram fundamentais essas reuniões nas aldeias Kururuzinho e Maiowi. Algumas medidas poderiam ser postas como condicionantes do licenciamento e estariam sob a responsabilidade dos agentes que fossem implantar as usinas (esclareceu-se que poderiam ser empreendedores diferentes para cada uma das duas usinas). Outras dependeriam do envolvimento de outros órgãos e entidades. Assim, medidas ligadas ao desenvolvimento de capacidades ou facilidades à disposição da comunidade, como as relacionadas a transporte, comunicação e educação, poderiam compor programas específicos a serem implantados desde a fase de construção das usinas, permanecendo, eventualmente, ao longo da operação das mesmas. Já medidas de natureza político-institucional, como a demarcação do território indígena, ainda que consideradas justas e que pudessem ter o apoio dos futuros empreendedores, dependeriam por certo de ações e iniciativas que transcendem a competência dos agentes envolvidos na implantação dos projetos.

7.4 As Manifestações da Comunidade

Para se fazer uma ideia mais precisa e fiel da ambiência em que se inserem as expectativas das comunidades indígenas em relação às usinas hidrelétricas São Manoel e Foz do Apiacás, foram reproduzidos nesse item excertos de depoimentos e manifestações colhidos nas pesquisas de campo e nas reuniões realizadas nas aldeias Kururuzinho e Maiowi, conforme relatado nos itens 2.2 e 2.3 deste relatório.

7.4.1 Demarcação da Terra

Reações espontâneas revelam que a recepção inicial da ideia de se construir usinas hidrelétricas nas proximidades dos territórios ocupados pelos indígenas não é boa. Quando uma jovem afirma que “nunca podíamos imaginar que ia acontecer o que está acontecendo” revela claro temor com relação às pressões pela presença de não-índios na região e sugere que perpassa pela comunidade o sentimento quanto à necessidade de que seja garantida a inviolabilidade dos territórios e a segurança das comunidades.

Outra forma de manifestação da mesma natureza de preocupação, a que se acresce a desconfiança quanto à efetividade de ações que possam ser propostas para compensar efeitos de intervenções em áreas ocupadas por indígenas, se percebe na fala do diretor da escola da aldeia Kururuzinho, José, para quem “o governo não escuta os povos indígenas”, e de outra liderança, Mazinho, para quem “desde a invasão do Brasil os brancos tratam mal os indígenas”. Nas palavras de Claudinéia, uma jovem da mesma aldeia, “é essa a terra por que nossos antepassados lutaram e os jovens hoje também estão lutando por ela”.

Ainda que se abstraia de qualquer conotação político-ideológica que afirmações como essas possam conter, é forçoso reconhecer que há uma preocupação legítima da comunidade quanto à satisfação de suas necessidades. O próprio José revela que “a assistência à saúde é muito ruim”. Mesmo Claudinéia, quando complementa sua intervenção, registra que “hoje estão faltando alguns alimentos que antes tinha, como frutas, peixes e caça, além de cultura e terra” (sic). A propósito, é interessante destacar a percepção de que “peixes e caça” já estão afetados mesmo antes da implantação das usinas.

Se é possível resumir essas preocupações sob um único título, com certeza esse título é demarcação da terra. A jovem Suzana, da aldeia Kururuzinho, deixa isso muito claro: “as lideranças vem lutando pela terra não é de hoje. **O mais importante é a demarcação da terra.** Queremos mostrar para nossos filhos a natureza como ela é. Hoje estamos vivendo duas vidas, a dos índios e a dos não índios”. Também entre os Apiaká, a principal questão de interesse é a demarcação da terra. Todos os participantes que se manifestaram na reunião de 29 de maio se referiram a essa questão. Pedro foi enfático: “**demarcação é o mais importante.** É da terra que nós vamos sobreviver... plantar, tirar as frutas, a palma para cobrir nossas casas, o cipó para amarrar a palha, para o paineiro, a Envira para as tipoias, a madeira...”. Rosângela, outra moradora da aldeia Mairowi, reforçou que “**a demarcação é a garantia da terra para nossos filhos.** É na terra que a gente planta, é da terra que a gente colhe. Nós queremos também preservar a natureza”.

Romildo, uma importante liderança Mairowi, ressalta também que “**a principal preocupação dos índios é realmente a demarcação da terra**”. Mas, vai além. Enfatiza que as organizações indígenas querem autodeterminação e autonomia. E completa: “a gente quer decidir e governar a FUNAI”.

Em seu dizer pragmático e direto, os manifestantes revelaram a preocupação, e respectivas justificações, que, neste momento, se sobrepõe a qualquer outra. No entender das comunidades, a demarcação é a garantia maior para reduzir as ameaças que já hoje são sentidas e que seriam potencializadas pela implantação das usinas hidrelétricas.

7.4.2 Infraestrutura

Além da questão de fundo que é a demarcação da terra indígena, as pesquisas e as reuniões revelaram outras necessidades objetivas das comunidades indígenas. Nesse sentido, foram várias as reivindicações de equipamentos e materiais.

Na aldeia Kururuzinho, o AIS Iracildo lista: fornecimento de embarcações, motores e rádios transmissores para todas as aldeias.

Habitantes da aldeia Tukumã reclamam ações de saneamento (construção de banheiro, fossa, aquisição de filtros), instalação de geradores de energia elétrica e aquisição de equipamentos de rádio, projeto de manejo florestal, banco de sementes e apicultura.

Na aldeia Mairowi, da reunião privada dos indígenas, tendo como porta-voz Ivenaldo, foram levados à reunião com os pesquisadores os seguintes pleitos: aquisição de

caminhonete do tipo F4000, aquisição de um microtrator com reboque, conhecido como “jerico”, para “auxiliar nas lavouras, buscar lenha, mandioca, bananas”⁴, instalação de um telefone público (“orelhão”). Romildo explicou que “cada tecnologia traz um impacto dentro da comunidade”. Por exemplo, com o telefone, “quando eles estão lá fora, podem ter a possibilidade de ligar para a aldeia”.

Interessante registrar a reivindicação verbalizada pela AIS Doralice, que entende necessária a instalação de sistemas de energia solar, “a exemplo daquele instalado na captação da água do poço”. Como trabalha no setor de saúde, Doralice deu testemunho quanto à necessidade de energia para “fazer microscopia de lâminas para verificação de casos de malária”. Em complemento, revelando sua preocupação relacionada ao Meio Ambiente (“para que nossos filhos e netos possam caçar e pescar, é importante preservar a natureza”), Doralice lembrou que “a energia solar não demanda consumo de combustível”.

Todas essas reivindicações dizem respeito a facilidades e benfeitorias na área de infraestrutura. Os pedidos recorrentes de veículos e embarcações revelam a necessidade de implantar ou melhorar sistemas que possam conferir maior mobilidade à população. Na mesma linha devem ser compreendidos os pedidos por equipamentos de telefonia e de rádio, que indicam serem necessárias melhorias no sistema de comunicação da comunidade, o que, por certo, inclui acesso à rede mundial de computadores. A reivindicação por fonte de energia e por ações na área de saneamento completam um quadro em que a preocupação maior é a melhoria das condições de infraestrutura.

7.4.3 Capacitação

Um terceiro grande grupamento das reivindicações diz respeito à capacitação das comunidades: capacitação de jovens e mulheres em oficinas de artesanato, como citou o AIS Iracildo da aldeia Kururuzinho; técnicas de manejo florestal e apicultura, como referiram os indígenas da aldeia Tukumã; realização de oficinas de artesanato, de óleos naturais de copaíba, de castanha, patuá, buriti, pupunha e pequi, além de oficinas para a formação de cooperativas, como indicou Rosângela da aldeia Mairowi, reportando sugestões discutidas entre as mulheres da comunidade.

A participação das mulheres parece mesmo estar muito presente no pensamento das comunidades. É emblemático que o líder da aldeia Mairowi Romildo tenha salientado o fato de ter havido uma reunião de mulheres e que as propostas que daí surgiram foram incorporadas às da reunião geral⁵, citando a demarcação da terra como principal reivindicação e a realização de oficinas de artesanato. O artesanato é tido pela população como forma de unir homens e mulheres. Na opinião do líder, “tem que ter união, tem que ter participação”⁶.

⁴ Sobre essa solicitação, é interessante o comentário feito por Romildo: “hoje o índio não é forte como antigamente”.

⁵ Referência à reunião de 29 de maio de 2010 na aldeia Mairowi.

⁶ Uma nota importante a esse respeito nos registros é que o líder Mairowi Romildo listou também como proposta das mulheres, o conhecimento da Lei Maria da Penha. Na aldeia Kururuzinho, as mulheres reunidas para discutir este assunto, em razão de algumas terem

7.4.4. Outras observações

Apesar da extensa lista de reivindicações que se pode depreender da pesquisa junto às comunidades ser, por si só, reveladora das necessidades da população pesquisada, é interessante conhecer a síntese que Romildo procurou fazer. O líder propôs uma separação entre medidas compensatórias pela implantação das usinas e obrigações governamentais com os povos indígenas. E, neste sentido, disse que não iria solicitar instalações e equipamentos nas áreas de educação e saúde, pois, no seu entender, isto é obrigação do governo e direito dos índios. Textualmente, Romildo afirma: “parece que a gente está jogando essa responsabilidade sobre esse proprietário que vai estar aqui construindo a hidrelétrica. O governo nunca vem aqui e manda os funcionários para dizer que promete isso e aquilo. Mas o governo é obrigado a fazer essas coisas”.

Como porta-voz das demais lideranças da aldeia Mairowi, Romildo ainda listou como reivindicação uma casa na cidade, que funcionaria como instalação de trânsito dos indígenas, inclusive para os que se deslocavam por necessidade de atendimento médico. A casa deveria dispor de “energia e internet”. De qualquer modo, isto reforça a falta de apoio em infraestrutura de que se ressentem as comunidades indígenas.

7.5. Conclusão

Com base no exposto e considerando o levantamento etno-geográfico-cultural documentado nos capítulos anteriores deste estudo, pode-se concluir que demarcação da terra, infraestrutura e capacitação formam o tripé no qual devem se apoiar as ações relacionadas à questão indígena no caso da implantação das usinas hidrelétricas de São Manoel e Foz do Apicás. Em particular, reforçam esta conclusão as reivindicações que puderam ser auscultadas na pesquisa de campo junto às comunidades indígenas visitadas no âmbito deste estudo, relatadas neste capítulo.

Assim, no que se refere à questão indígena, esta conclusão é um bom indicador para a formulação de medidas mitigadoras e compensadoras dos impactos que podem ser provocados pela implantação das usinas hidrelétricas São Manoel e Foz do Apicás. Em linhas gerais, as compensações pela implantação dessas usinas podem compreender as seguintes ações que serão detalhadas no capítulo 8 deste relatório:

- ações de apoio ao processo de regularização fundiária da TI Kayabi;
- ações de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura das aldeias, em especial no que se refere à mobilidade das comunidades, à melhoria dos sistemas de comunicação entre as aldeias, entre estas e as cidades próximas e, em escala maior, acesso aos serviços de interligação à rede mundial de computadores (internet);
- ações de apoio à produção, envolvendo capacitação, formação de cooperativas e associações, e o desenvolvimento artístico e cultural.

participado de seminário específico sobre o tema, observaram que não viam necessidade de conhecer essa Lei, caracterizando que os casos de violência, como marido bater em mulher (geralmente por ciúme), são resolvidos dentro da própria família, através de conversas e de chás especiais que a sogra oferece ao genro agitado.

8. IMPACTOS DOS EMPREENDIMENTOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

O presente capítulo apresenta a caracterização e a avaliação dos impactos ambientais e socioculturais das UHE São Manoel e Foz do Apiacás sobre as TI Kayabi, Munduruku e Pontal dos Apiaká, incluindo os impactos cumulativos e sinérgicos dos aproveitamentos hidrelétricos planejados na bacia do rio Teles Pires. Os Mapas 10, 11 e 12 apresentam a localização das UHE São Manoel, Foz do Apiacás e Teles Pires e das Terras Indígenas.

Dessas terras indígenas, a TI Kayabi é a mais próxima da área de implantação das UHE São Manoel e Foz do Apiacás. O local do barramento planejado da UHE Teles Pires dista, pelo rio, cerca de 40 km da TI. Destaca-se que esta reúne três diferentes etnias e apresenta situação fundiária ainda não totalmente consolidada. A Tabela 8-1 e a Tabela 8-2, a seguir, apresentam as distâncias entre os empreendimentos e as aldeias da TI Kayabi.

Tabela 8-1 – Distâncias entre a UHE São Manoel e a TI Kayabi e suas Aldeias

INSTALAÇÃO	TI KAYABI (km, EM LINHA RETA)		ALDEIAS DA TI KAYABI (km, PELO RIO)							
	DECLARADA	REGULARIZADA	SÃO BENEDITO	COELHO	TUKUMÁ	KURURUZINHO	MINHOCOÇU	SAPEZAL	TELES PIRES	MAIROWY
Barragem	1,6	39	21	16	40	54,3	59	104	139	198
Canteiro	5	39	11	13	37	51,3	56	101	136	195

Tabela 8-2 – Distâncias entre a UHE Foz do Apiacás e a TI Kayabi e suas Aldeias

INSTALAÇÃO	TI KAYABI (km, EM LINHA RETA)		ALDEIAS DA TI KAYABI (km, PELO RIO)							
	DECLARADA	REGULARIZADA	SÃO BENEDITO	COELHO	TUKUMÁ	KURURUZINHO	MINHOCOÇU	SAPEZAL	TELES PIRES	MAIROWY
Barragem	1,3	3,8	25	21	45	59	64	109	144	203
Canteiro	2,3	40	25	21	45	60	64	109	144	203

Na TI Pontal dos Apiaká, às margens do rio Juruena, localiza-se uma aldeia da etnia Apiaká, em terras atualmente pertencentes ao PARNA Juruena. Cabe ressaltar, porém, que não foram identificados impactos das UHE em estudo sobre essa TI.

8.1 Impactos potenciais

Tendo em conta os EIA das usinas São Manoel, Foz do Apiacás e Teles Pires, as indicações da Avaliação Ambiental Integrada da bacia do rio Teles Pires e do TR do

estudo do componente indígena emitido pela Funai e as observações feitas durante os trabalhos de campo, foram identificados os impactos a seguir listados.

- Pressão sobre as terras e culturas indígenas;
- Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar;
- Interferência na flora e fauna terrestre;
- Alteração da relação dos índios com a atividade turística;
- Aumento da incidência de doenças na população indígena;
- Modificações do regime fluvial;
- Contratação de indígenas nas atividades de implantação do empreendimento;
- Aumento no trânsito de veículos;
- Impactos na qualidade da água;
- Impactos do adensamento populacional;
- Aumento da especulação imobiliária;
- Dinamização da economia e
- Geração de expectativas na população indígena.

Esses impactos serviram de base para a avaliação das interferências específicas sobre as comunidades indígenas objeto deste estudo. Segue a descrição dos impactos, cujo eixo analítico consiste nas categorias de "magnitude" e "importância".⁷

8.1.1 Pressão sobre as terras e culturas indígenas

Os principais aspectos associados à pressão sobre terras e culturas indígenas, considerando a implantação das UHE em tela, são os que seguem:

- a implantação dos canteiro de obras ensejará melhoria dos acessos aos rios Teles Pires e afluentes, com ampliação e melhoria dos sistemas viário, de energia e de comunicação, o que facilitará o acesso à TI Kayabi de pessoas que desconhecem as especificidades culturais dos indígenas;
- a aldeia São Benedito, situada próxima ao Porto do Meio, local de acesso ao rio São Benedito, já vem sofrendo pressões por parte de madeireiros e fazendeiros, que avançam com o desmatamento dentro da Área Sul da TI Kayabi, ainda não regularizada e, com a melhoria dos acessos, sua vulnerabilidade poderá aumentar;
- a instalação do canteiro de obras de São Manoel em área próxima à TI Kayabi, mobilizará cerca de 4.000 trabalhadores no período do pico da obra;
- o canteiro de obras de Foz do Apiacás também situar-se-á próximo à TI Kayabi e mobilizará cerca de 2.100 trabalhadores no período do pico da obra;

⁷ A avaliação da magnitude compreende abrangência e temporalidade (permanente ou temporário), e a da importância inclui probabilidade de ocorrência, reversibilidade e potenciais efeitos cumulativos e sinérgicos.

- embora mais distante, cerca de 40 km pelo rio, o canteiro de obras da usina Teles Pires mobilizará cerca de 10.000 trabalhadores no pico da obra;
- a interferência na dinâmica demográfica ocasionada pela atração de pessoas para a região em razão da dinamização da economia local poderá acarretar maior pressão pela ocupação de terras no entorno da TI, aumentando a especulação imobiliária, e os riscos de invasões e de exploração ilegal dos recursos naturais;
- mesmo após a desmobilização do canteiro de obras, as ações antrópicas decorrentes do empreendimento poderão seguir pressionando a TI;
- o rio Teles Pires é portador de valores simbólicos para os indígenas, constituindo portanto questão relevante do patrimônio cultural indígena: mais que um repositório de água e peixes e via de transporte, o rio constitui um ente sagrado no imaginário indígena.

Dessa forma, mesmo que menor após a fase de construção das usinas, pode-se considerar que o impacto de cada uma delas (São Manoel e Foz do Apiacás) ou das três usinas tomadas em conjunto (além dessas duas, ainda Teles Pires), reveste-se de caráter “permanente”. Essa consideração leva a concluir que o impacto apresenta alta magnitude nos casos de São Manoel e do conjunto das três obras. Em Foz do Apiacás, por se tratar de uma obra de menor porte e de não estar próxima de nenhuma aldeia, o impacto pode ser considerado de magnitude média.

Com relação à importância, o conhecimento mais detalhado da realidade indígena proporcionado por este estudo, permite que ao impacto seja atribuída a classificação de “alta importância” em qualquer caso. Com efeito, deve-se considerar a probabilidade de ocorrência do impacto como “certa” e “irreversível”. Em adição, deve-se considerar que os efeitos deste impacto podem ser potencializados em face da interação com outros impactos que podem afetar as comunidades indígenas, tais como “aumento da especulação imobiliária”, “alteração da dinâmica demográfica” e “interferência no sistema viário”.

8.1.2 Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar

Um dos principais impactos em geral ocasionados pelo barramento de um rio é sobre a ictiofauna, especialmente com relação à abundância e à diversidade.

Ressalta-se, porém, que muitas das espécies de peixes utilizadas na alimentação dos indígenas da TI Kayabi são capturadas nos tributários a jusante dos barramentos, isto é, dentro da própria TI, nos igarapés e lagos formados na estação chuvosa, que constituem rota de migração e locais de reprodução da ictiofauna. Além de ter influência na reprodução, esses corpos hídricos também têm papel importante na alimentação e refúgio das espécies, principalmente os rios Ximari, Cururuçu e Santa Rosa, na área da TI, e o rio Juruena.

Em córregos e igarapés, a comunidade de peixes é mais fixa, ou seja, não realiza grandes migrações reprodutivas ou alimentares e passa quase todo seu tempo de vida no mesmo *habitat*. De modo geral, essas espécies tendem a permanecer em determinados locais, onde as condições ambientais apresentam-se mais adequadas.

Isso explica, em parte, a grande riqueza e abundância de peixes e de outros animais aquáticos e também de animais terrestres nos lagos e igarapés, os quais, segundo os moradores da TI Kayabi, “são os melhores lugares para caça e pesca”.

Assim, embora o impacto na ictiofauna, em termos gerais, possa ser considerado alto, os efeitos para as comunidades indígenas, em especial no caso da TI Kayabi, é de baixa magnitude e importância, seja para a UHE São Manoel, seja para a UHE Foz do Apicás, seja para o conjunto das três obras. No caso da TI Munduruku, além dos aspectos acima levantados, deve-se considerar sua localização, bem mais distante das UHE em estudo, o que permite concluir que os efeitos são ainda menos expressivos.

8.1.3 Interferência na flora e fauna terrestre

A retirada de vegetação será restrita às áreas dos reservatórios e instalações associadas às usinas (canteiros de obras, áreas de empréstimo, acessos etc), o que não produzirá efeitos sobre a TI Kayabi.

Por outro lado, essa alteração implicará na perda de *habitats* para a fauna local. Os indivíduos que não forem resgatados se afugentarão para áreas próximas, onde eles possam se estabelecer. É possível supor que, dentre estas áreas estejam as florestas preservadas na TI Kayabi, onde poderá ser observado um aumento, no primeiro instante, da quantidade de animais que costumam ser caçados pelos índios e também, de animais que possam oferecer risco à população indígena.

Em razão das distâncias a serem percorridas pelos animais e das travessias dos rios Apicás, Teles Pires e São Benedito, considera-se que esse impacto seja “temporário” e “descontínuo”, resultando em baixa magnitude; de ocorrência “provável” e “reversível”, resultado em baixa importância.

8.1.4 Alteração da relação dos índios com a atividade turística

As UHE de Foz do Apicás e de Teles Pires não interferem diretamente nas relações existentes dos índios com a atividade turística. Já a implantação da usina de São Manoel poderá causar impacto em decorrência do atingimento de três pousadas que funcionam na área do futuro reservatório e que hoje contribuem com o sustento de indígenas que residem em aldeias da TI Kayabi.

Este impacto, no caso da UHE São Manoel, porque de manifestação contínua e de caráter permanente, é considerado de alta magnitude. Sua ocorrência, porém, é “improvável” e “reversível”, uma vez que essas pousadas já vêm se movimentando no sentido de expandir-se ou deslocar-se para outras áreas não afetadas diretamente pelo empreendimento. Por outro lado, ressalta-se ainda que a dependência dos índios aos recursos advindos das pousadas tem diminuído e tem aumentado a contribuição por parte das atividades de garimpo. Nessas condições a importância do impacto é baixa.

No caso da UHE Foz do Apicás, o impacto apresenta magnitude e importância baixas, até porque o rio Apicás não é hoje utilizado para atividades turísticas.

Por outro lado, deve-se considerar que os reservatórios poderão incrementar atividades turísticas e de lazer, podendo gerar efeitos positivos nas relações da

comunidade indígena com este tipo de atividades, inclusive com oportunidades na prestação de serviços.

8.1.5 Aumento da incidência de doenças na população indígena

Durante o período de pico das obras, serão mobilizados cerca de 4.000 trabalhadores em São Manoel, 2.100 em Foz do Apicás e 10.000 em Teles Pires. A procura por esses empregos deverá atrair para a região um contingente bem maior de mão-de-obra, acarretando aumento na circulação de pessoas nas proximidades da TI Kayabi, aumentando o risco de disseminação de doenças entre a população indígena, inclusive aquelas sexualmente transmissíveis (DST). Além disso, o desmatamento e a formação do reservatório tendem a aumentar a possibilidade de incidência de doenças como malária, leishmaniose, dengue, febre amarela e outras.

É um impacto de manifestação descontínua e temporária, ocorrendo no curto prazo, pelo que se caracteriza como de média magnitude, considerando os casos das UHE São Manoel e Foz do Apicás. Considerando o conjunto dos três empreendimentos, a magnitude do impacto é alta.

É um impacto “certo”, porém “reversível”, desde que sejam tomadas providências preventivas, de caráter informativo e de controle do contato entre trabalhadores e população indígena. Ainda que possa ser potencializado por outros impactos, como a “alteração da dinâmica demográfica”, considera-se sua importância como média, seja nos casos de São Manoel e Foz do Apicás, seja no caso das três obras tomadas em conjunto.

8.1.6 Modificações do regime fluvial

As UHE em estudos são planejadas para operar a fio d'água, ou seja, sem produzir acumulações de água entre as épocas do ano. Sobre esse regime pode-se afirmar que não são esperadas alterações significativas no regime fluvial nos rios Teles Pires e Apicás durante a operação das usinas.

Uma pequena alteração no regime fluvial poderá ocorrer durante o período de enchimento dos reservatórios, cujos tempos de enchimento estão previstos em 3 dias para a UHE São Manoel e em 23 para a UHE Foz do Apicás. Contudo, essa alteração não deverá causar efeitos significativos na navegabilidade dos rios e nas atividades de subsistência da população indígena na TI Kayabi.

Outro aspecto a ser considerado é a baixa capacidade de transporte e deposição de sedimentos dos rios Apicás e Teles Pires. Os reservatórios apresentam baixa capacidade de retenção de sedimentos, o que pode ser comprovado pelos tempos previstos para assoreamento dos reservatórios, em mais de 180 anos para a UHE Foz do Apicás e em mais de 300 anos para a UHE São Manoel, o que é influenciado pela presença da UHE Teles Pires a montante. Da mesma forma, essa alteração não deverá causar efeitos significativos na navegabilidade dos rios e nas atividades de subsistência da população indígena.

Dessa forma, o impacto pode ser classificado como de baixas magnitude e importância, já que não são previstas alterações do regime fluvial para a região à jusante das usinas.

8.1.7 Contratação de indígenas em atividades relacionadas aos empreendimentos

A população indígena poderá se beneficiar da geração de empregos decorrente da implantação e operação dos empreendimentos. Para tanto, deverão ser desenvolvidas ações efetivas que viabilizem a utilização de mão-de-obra indígena cuja contratação deverá se dar preferencialmente em programas de monitoramento ambiental, com a devida capacitação técnica, por se tratar de atividades mais afins às ocupações tradicionais dos indígenas.

Trata-se de impacto positivo de manifestação descontínua e permanente, que poderá ocorrer no curto prazo, caracterizando-o como de magnitude alta, seja para as usinas de São Manoel e Foz do Apiacás, seja para o conjunto dos três empreendimentos.

Sua ocorrência é "provável" e "irreversível" na medida em que os programas de monitoramento ambiental devem se prolongar por toda a vida útil do empreendimento. Apesar do pequeno número de vagas abertas para esses programas e da necessidade de especialização, considera-se o impacto como de importância alta.

8.1.8 Aumento no trânsito de veículos

Durante a fase de implantação das usinas haverá necessidade de transporte de pessoas e equipamentos aumentando trânsito de veículos nas estradas existentes e demandando a abertura de novas vias para a adequação do sistema viário às necessidades dos empreendimentos.

Se, por um lado, a melhoria das estradas da região facilitará o acesso dos índios à cidade de Alta Floresta, utilizada como apoio para comércio e serviços diversos, por outro, poderá facilitar a ocupação de terras em direção à TI Kayabi, possibilitando o aumento do desmatamento na região e de outras atividades que levem à pressão sobre os recursos naturais.

Trata-se de impacto negativo de manifestação descontínua e permanente caracterizando magnitude alta. Sua ocorrência é "certa" e "irreversível", resultando em impacto de alta importância.

Contudo, a se considerar somente o empreendimento de Foz do Apiacás, as obras de implantação dessa usina utilizarão, conforme projeto, a cidade de Paranaíta como o principal ponto de apoio. Isso significa que os acessos à obra não interferirão nas rotas atualmente utilizadas pelos índios, que normalmente se dirigem a Alta Floresta. Nesse caso, com relação às comunidades indígenas, a magnitude e a importância do impacto podem ser consideradas baixas.

8.1.9 Impactos na qualidade da água

Alterações na qualidade da água serão detectadas a jusante das UHE São Manoel e Foz do Apiacás em dois momentos: durante a construção e, principalmente, logo após o enchimento dos reservatórios. No caso de Foz do Apiacás, a interferência restringir-

se-á ao trecho de cerca de 6 km entre a barragem e a confluência do rio Apicás com o Teles Pires.

Na fase de operação, a qualidade da água se estabiliza nos reservatórios, não devendo produzir impactos a jusante. De fato, analisando as três usinas em conjunto, prevê-se que a qualidade das águas do rio Teles Pires seja mantida em nível satisfatório devido, principalmente, às características das usinas, reservatórios com operação a fio d'água e com pequeno tempo de residência.

Trata-se de impacto negativo de manifestação descontínua e temporária caracterizando magnitude baixa. Sua ocorrência é "certa" e "reversível" resultando em impacto de média importância. Essa avaliação vale para a usina de Foz do Apicás, para São Manoel e para o conjunto das três usinas, incluindo Teles Pires.

8.1.10 Impactos do adensamento populacional

O adensamento populacional está relacionado principalmente a atração de trabalhadores para as obras e de outras pessoas em busca de oportunidades de trabalhos e negócios que poderão surgir em decorrência da implantação das usinas.

O adensamento populacional poderá ocorrer de várias formas, mas prevê-se que se concentre nos centros urbanos mais próximos das usinas, que são Paranaíta e Alta Floresta, cuja população, em 2007, somava 60 mil habitantes, sendo 11 mil em Paranaíta.

Outro fator de atração são os canteiros das obras e os acampamentos. Pequenos núcleos populacionais poderão se formar ao longo dos acessos às obras, exercendo pressão sobre as terras indígenas.

O impacto do adensamento populacional dependerá da absorção da mão-de-obra local, ou seja, quanto maior a participação da mão-de-obra local, menor o impacto do adensamento populacional. De qualquer maneira, a distância das cidades de Paranaíta e Alta Floresta às TI Kayabi, mais de 100 km em cada caso, minimiza a potencialidade do impacto do adensamento dessas cidades na população indígena.

Não obstante, e mesmo considerando que o pico das obras⁸ terá duração de poucos meses, entende-se que o impacto do adensamento é de alta magnitude. Naturalmente, se considerada a obra de Foz do Apicás ou de São Manoel separadamente, o impacto é quantitativamente menor, porém isso não é suficiente para requalificá-lo.

O impacto é "certo" e "irreversível" porque uma parcela importante do contingente de pessoas atraídas deverá permanecer na região, a exemplo do que ocorre em outras

⁸ O pico das obras não será necessariamente concomitante nos três empreendimentos, embora durante cerca de um ano o contingente de trabalhadores seja elevado, em torno de 85% do valor máximo previsto.

obras do gênero. Dessa forma, a importância do impacto é considerada alta, seja para Foz do Apiacás, para São Manoel ou para o conjunto das três usinas.

8.1.11 Aumento da especulação imobiliária

O aumento da especulação imobiliária é impacto diretamente associado ao adensamento populacional, ensejando valorização dos imóveis urbanos e rurais. Na terra demarcada não deverá haver impacto significativo.

No entanto, na Gleba Sul da TI Kayabi, ainda dependente de regularização, registra-se a presença de propriedades privadas, em situação de litígio, cujos proprietários poderão sentir efeitos de eventual da especulação imobiliária. Essa situação poderá constituir elemento complicador do processo de regularização dessa terra.

Trata-se de impacto negativo de manifestação descontínua e permanente, em face da nova realidade socioambiental instalada, caracterizando magnitude alta. Sua ocorrência é “certa” e “irreversível” resultando em impacto de alta importância. Essa avaliação vale para a usina de Foz do Apiacás, para São Manoel. Não se altera para o conjunto das três usinas, embora a presença da UHE Teles Pires, apesar de seu tamanho, não altera esse quadro específico (valorização e especulação imobiliária em terras de interesse das comunidades indígenas).

8.1.12 Dinamização da economia

O fator gerador deste impacto é o grande aumento da massa monetária circulante devido aos salários recebidos pelos trabalhadores e pela circulação de produtos e serviços.

O principal fator ambiental impactado é a estrutura produtiva dos municípios, cuja dinâmica deverá ser fortemente estimulada a responder às novas demandas.

Esse quadro poderá ter reflexos nas comunidades indígenas em face das relações que elas mantêm com a estrutura produtiva da região. Por certo, serão intensificadas as relações de troca e este impacto pode ter, assim, aspectos positivos. Por outro lado, poderão ser sentidos impactos negativos sobre o modo de vida dos índios.

Trata-se de impacto de manifestação contínua e permanente, em face da nova realidade socioambiental instalada, caracterizando magnitude alta. Sua ocorrência é “provável” e “irreversível” resultando em impacto de alta importância. Essa avaliação vale para a UHE Foz do Apiacás, São Manoel e para o conjunto das três usinas.

8.1.13 Geração de expectativas na população indígena

Mesmo antes da implantação das obras, o simples fato de se estudar a oportunidade de aproveitamento hidrelétrico no rio Teles Pires já tem provocado reações contrárias dos índios, que alegam falta de informações sobre as usinas e experiências pregressas negativas com outras ações governamentais.

Ressalta-se o temor manifestado por parte da população indígena de que as barragens possam vir a ser “derrubadas pela força das águas”. Apesar de ser um evento de risco quase nulo, para os índios constitui uma ameaça à sua sobrevivência.

Trata-se de impacto de manifestação é descontínua, imediata e temporária, diminuindo gradativamente com o esclarecimento de dúvidas em eventos diversos, como reuniões específicas, audiências públicas, entre outros, e tendendo a findar com a própria rotina de normalidade do andamento das obras e da operação da usina. Sua magnitude, portanto, é média.

Sua ocorrência é “certa” e mesmo já ocorre, conforme constatado pelos técnicos e pesquisadores junto à população indígena. Contudo é reversível, na medida em que se divulguem sistematicamente informações sobre o projeto, tornando transparentes as ações do empreendedor. Mais do que isso, é imprescindível que se mantenha aberto o canal de diálogo e de negociação junto às lideranças indígenas, iniciado com as reuniões já promovidas com a comunidade e com este estudo. Em função do nível de apreensão que já vêm ocorrendo, considera-se que a importância deste impacto é alta.

8.2 Matrizes de impactos potenciais

8.2.1 UHE São Manoel

Quadro 8.2.1-1 – Matriz de Impactos Potenciais da UHE São Manoel

IMPACTO POTENCIAL	ETAPA	NATUREZA	MANIFESTAÇÃO	TEMPORALIDADE	MAGNITUDE	OCORRÊNCIA	REVERSIBILIDADE	IMPORTÂNCIA
Pressão sobre as terras e culturas indígenas	C/O	N	C	P	Alta	C	Não	Alta
Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar	O	N	C	P	Baixa	C	Não	Baixa
Interferência na flora e fauna terrestre	C	N	D	T	Baixa	P	Sim	Baixa
Alteração da relação dos índios com a atividade turística	O	N	C	P	Alta	I	Sim	Baixa
Aumento da incidência de doenças na população indígena	C	N	D	T	Média	C	Sim	Média
Modificações do regime fluvial	C	N	D	T	Baixa	I	Sim	Baixa
Contratação de indígenas nas atividades relacionadas aos empreendimentos	C/O	P	D	P	Alta	P	Não	Alta
Aumento no trânsito de veículos	C/O	N	D	T	Alta	C	Não	Alta
Impactos na qualidade da água	C	N	D	T	Baixa	C	Sim	Média
Impactos do adensamento populacional	C/O	N	C	P	Alta	C	Não	Alta
Aumento da especulação imobiliária	P/C	N	D	P	Alta	C	Não	Alta
Dinamização da economia	C/O	P	C	P	Alta	P	Não	Alta
Geração de expectativas na população indígena	P	N	D	T	Média	C	Sim	Alta
Remanejamento da população ribeirinha	Não há remanejamento de população ribeirinha							

Etapas: P, planejamento; C, construção; O, operação.

Natureza: P, positiva; N, negativa.

Manifestação: C, contínua; D, descontínua.

Temporalidade: P, permanente; T, temporário.

Probabilidade de ocorrência: C, certa; P, provável e I, improvável.

8.2.2 UHE Foz do Apicás

Quadro 8.2.2-2 – Matriz de Impactos Potenciais da UHE Foz do Apicás

IMPACTO POTENCIAL	ETAPA	NATUREZA	MANIFESTAÇÃO	TEMPORALIDADE	MAGNITUDE	OCORRÊNCIA	REVERSIBILIDADE	IMPORTÂNCIA
Pressão sobre as terras e culturas indígenas	C/O	N	C	P	Média	C	Não	Alta
Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar	O	N	C	P	Baixa	C	Não	Baixa
Interferência na flora e fauna terrestre	C	N	D	T	Baixa	P	Sim	Baixa
Alteração da relação dos índios com a atividade turística	O	P	C	P	Baixa	P	Não	Baixa
Aumento da incidência de doenças na população indígena	C	N	D	T	Média	C	Sim	Média
Modificações do regime fluvial	C	N	D	T	Baixa	I	Sim	Baixa
Contratação de indígenas nas atividades relacionadas aos empreendimentos	C/O	P	D	P	Alta	P	Não	Alta
Aumento no trânsito de veículos	C/O	N	D	T	Baixa	C	Não	Baixa
Impactos na qualidade da água	C	N	D	T	Baixa	C	Sim	Baixa
Impactos do adensamento populacional	C/O	N	C	P	Alta	C	Não	Alta
Aumento da especulação imobiliária	P/C	N	D	P	Alta	C	Não	Alta
Dinamização da economia	C/O	P	C	P	Alta	P	Não	Alta
Geração de expectativas na população indígena	P	N	D	T	Média	C	Sim	Alta
Remanejamento da população ribeirinha	Não há remanejamento de população ribeirinha							

Etapas: P, planejamento; C, construção; O, operação.

Natureza: P, positiva; N, negativa.

Manifestação: C, contínua; D, descontínua.

Temporalidade: P, permanente; T, temporário.

Probabilidade de ocorrência: C, certa; P, provável e I, improvável.

8.2.3 UHEs São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires

Quadro 8.2.3-3 – Matriz de Impactos Potenciais UHEs São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires

IMPACTO POTENCIAL	ETAPA	NATUREZA	MANIFESTAÇÃO	TEMPORALIDADE	MAGNITUDE	OCORRÊNCIA	REVERSIBILIDADE	IMPORTÂNCIA
Pressão sobre as terras e culturas indígenas	C/O	N	C	P	Alta	C	Não	Alta
Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar	O	N	C	P	Baixa	C	Não	Baixa
Interferência na flora e fauna terrestre	C	N	D	T	Baixa	P	Sim	Baixa
Alteração da relação dos índios com a atividade turística	O	N	C	P	Alta	I	Sim	Baixa
Aumento da incidência de doenças na população indígena	C	N	D	T	Média	C	Sim	Média
Modificações do regime fluvial	C	N	D	T	Baixa	I	Sim	Baixa
Contratação de indígenas nas atividades relacionadas aos empreendimentos	C/O	P	D	P	Alta	P	Não	Alta
Aumento no trânsito de veículos	C/O	N	D	T	Médio	C	Não	Médio
Impactos na qualidade da água	C	N	D	T	Baixa	C	Sim	Baixa
Impactos do adensamento populacional	C/O	N	C	P	Alta	C	Não	Alta
Aumento da especulação imobiliária	P/C	N	D	P	Alta	C	Não	Alta
Dinamização da economia	C/O	P	C	P	Alta	P	Não	Alta
Geração de expectativas na população indígena	P	N	D	T	Média	C	Sim	Alta
Remanejamento da população ribeirinha	Não há remanejamento de população ribeirinha							

Etapas: P, planejamento; C, construção; O, operação.

Natureza: P, positiva; N, negativa.

Manifestação: C, contínua; D, descontínua.

Temporalidade: P, permanente; T, temporário.

Probabilidade de ocorrência: C, certa; P, provável e I, improvável.

8.3 Caracterização dos Efeitos de Sinergia dos Empreendimentos Hidrelétricos no rio Teles Pires

Este item tem por objetivo identificar e caracterizar os efeitos de cumulatividade e sinergia decorrentes dos aproveitamentos planejados para os rios Teles Pires e Apicás, considerando o cenário de implantação do conjunto de usinas planejadas. A avaliação dos efeitos cumulativos e sinérgicos foi realizada especialmente para a TI Kayabi, considerando, ainda, outros vetores de desenvolvimento e atividades econômicas que poderão ser deflagradas ou incrementadas pelos aproveitamentos.

Os efeitos cumulativos e sinérgicos potencialmente resultantes dos impactos ambientais ocasionados pela implantação do conjunto de aproveitamentos selecionado na etapa de estudos de inventário⁹ foram identificados e avaliados durante a realização dos estudos de Avaliação Ambiental Integrada, desenvolvido pela EPE em 2008 e 2009 (EPE, 2009).

O estudo de AAI adotou a conceituação de cumulatividade e sinergia conforme descrita a seguir, que foram utilizados como referência para caracterizar os efeitos de sinergia neste relatório:

- **Efeitos Cumulativos dos Impactos** - A cumulatividade compreende o efeito de impactos de incidência localizada provocados por empreendimento hidrelétrico, no caso em pauta, que, acrescidos dos impactos de mesma natureza gerados por outros empreendimentos hidrelétricos, concorrem para uma intensificação de determinado efeito de um impacto na região. Dessa forma, efeitos cumulativos não pressupõem interferência de um empreendimento por outro. Por meio deste conceito de cumulatividade toma-se a bacia do rio Teles Pires como um todo, avaliando-a como resultante da interação complexa de fenômenos que se relacionam espacialmente. A apropriação deste conceito no âmbito da bacia do rio Teles Pires, com empreendimentos acontecendo concomitantemente, orienta para que a cumulatividade seja avaliada apenas espacialmente.
- **Efeitos Sinérgicos dos Impactos** - São considerados efeitos sinérgicos dos impactos aqueles efeitos que ultrapassam os limites físicos/geográficos de um determinado empreendimento, e que, interagindo com os impactos resultantes de outros empreendimentos produzem um efeito distinto daqueles efeitos que lhe deram origem. Como exemplo, pode-se citar a alteração do regime fluvial e a interferência sobre o processo migratório de peixes, que se agrava conforme a passagem do barramento, do mais a jusante ao mais a montante, alterando as condições originais de rio e provocando a sobrevivência de espécies distintas daquelas inicialmente ocorrentes.

⁹ Os estudos de inventário da bacia do rio Teles Pires, que analisaram as características socioambientais e físicas, assim como os aspectos técnicos e econômicos, recomendaram seis usinas hidrelétricas para compor o conjunto considerado como o melhor aproveitamento possível para esta bacia – UHE Magessi, Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel, localizadas no rio Teles Pires, e a UHE Foz do Apicás, no rio Apicás.

No que se refere aos impactos sobre a população indígena, é importante identificar quais aproveitamentos são capazes de, pela proximidade, apresentar algum tipo de cumulatividade ou sinergia sobre as terras indígenas, em especial a TI Kayabi.

Conforme mencionado anteriormente, somente as UHE Foz do Apiacás e São Manoel encontram-se próximas a terras indígenas (1,3 km e 1,6 km, respectivamente). Muito embora diste 40 km da TI, a UHE Teles Pires foi considerada nessa análise em razão de sua localização à montante da UHE São Manoel e suas instalações previstas na mesma via de acesso. As demais usinas previstas, Sinop, Colíder e Magessi, não foram avaliadas nesse estudo por se localizarem a mais de 370 km da TI Kayabi, não apresentando, dessa forma, nenhum efeito cumulativo ou sinérgico dos seus impactos no componente indígena.

A Tabela 8.3-3 apresenta as distâncias das UHE previstas na bacia do rio Teles Pires

Tabela 8.3-3 – Distância entre os Eixos das UHE e a TI Kayabi

APROVEITAMENTO	DISTÂNCIA* (km)
Foz do Apiacás	1,3
São Manoel	1,6
Teles Pires	40
Colíder	370
Sinop	455

* Pelo rio até o extremo sul da TI

Dessa forma, o cenário a ser considerado na presente análise contempla as UHE mais próximas da TI Kayabi, adotando-se como premissa que a instalação das UHE será concomitante a partir de 2012, pois encontram-se em estágios semelhantes de licenciamento ambiental.

O Quadro 8.3-4 contém a classificação dos impactos avaliados no item 8.1 quanto à cumulatividade e sinergia:

Quadro 8.3-4 – Classificação dos Impactos Potenciais Quanto à Cumulatividade e Sinergia

IMPACTO POTENCIAL	CUMULATIVO	SINÉRGICO
Pressão sobre as terras e culturas indígenas	●	●
Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar	●	
Interferência na flora e fauna terrestre	●	
Alteração da relação dos índios com a atividade turística	●	
Aumento da incidência de doenças na população indígena	●	
Modificações do regime fluvial	●	
Contratação de indígenas nas atividades relacionadas aos empreendimentos	●	
Aumento no trânsito de veículos	●	
Impactos na qualidade da água	●	
Impactos do adensamento populacional	●	●
Aumento da especulação imobiliária	●	●
Dinamização da economia	●	●
Geração de expectativas na população indígena	●	

A principal interação dos efeitos da UHE São Manoel se dá com os efeitos da UHE Foz do Apiacás, em função de sua proximidade. Em referência ao impacto de “Pressão sobre as terras e culturas indígenas” verificam-se efeitos de sinergia entre as três UHE, sobretudo na fase de implantação, pois somar-se-ão os contingentes de trabalhadores das três usinas, bem como o número de pessoas que afluirão à região, atraídas pelas novas demandas de comércio e serviços. Prevê-se que essas pessoas se concentrarão, em sua maior parte, nas cidades de Paranaíta e Alta Floresta, e também nas imediações das obras das três usinas, onde poderão ocorrer ocupações de estabelecimentos, formais e informais, de comércio e serviços.

A usina de Teles Pires, que no pico das obras terá um contingente de mão de obra direta da ordem de 10.000 pessoas, tenderá sem dúvida a atrair um número maior de pessoas de outras regiões. Em seguida, considera-se a UHE São Manoel com mão de obra direta de 4.000 trabalhadores no pico das obras, e Foz do Apiacás, com 2.100 empregos diretos durante todo o terceiro ano de obras.

Esse aumento do contingente populacional das cidades deverá intensificar as interações entre indígenas e a sociedade envolvente, o que pode ocasionar alterações nos padrões culturais correntes na TI Kayabi.

Outro efeito da intensificação de relações interétnicas será aquele relacionado ao impacto "Aumento da incidência de doenças junto à população indígena".

A "Geração de expectativas desfavoráveis", já observada atualmente em função das UHE São Manoel, Foz do Apicás e Teles Pires, também apresenta efeitos de sinergia, em virtude da concomitância do processo de planejamento das três usinas.

A "Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar" também terá efeitos de sinergia em função da implantação e operação conjunta das UHE São Manoel e Foz do Apicás. Porém, como já tratado nos itens anteriores deste capítulo, este impacto foi avaliado para esses empreendimentos como, de importância baixa e de significância média, principalmente em função do papel que os tributários do rio Teles Pires a jusante dos aproveitamentos desempenham na manutenção da diversidade da ictiofauna dentro da TI Kayabi.

Os EIA consultados não indicaram, na área de estudo, a ocorrência de áreas especiais para reprodução ou para criadouros de formas jovens (lagoas marginais e áreas inundáveis). Portanto, muito embora seja lícito supor que haverá impactos sobre ambientes específicos utilizados como criadouro para a fauna aquática, não é possível detalhar o alcance desse impacto, nem tão pouco aventar possíveis efeitos de sinergia.

Apesar de ter sido detectado um impacto negativo de baixa magnitude e média importância para os empreendimentos de forma isolada, não são observados efeitos de sinergia entre eles.

No que tange aos transtornos ambientais sobre a flora e fauna utilizados pelas comunidades indígenas, conforme descrito acima, a retirada será restrita às áreas dos reservatórios e instalações associadas às usinas (canteiros de obras, áreas de empréstimo, acessos etc), não produzindo efeitos sobre a TI Kayabi, seja pelos aproveitamentos isoladamente, ou pela sua implantação conjunta.

Também não foram observados efeitos de sinergia no que se refere ao transporte e deposição de sedimentos. Os reservatórios apresentam baixa capacidade de retenção de sedimentos, o que pode ser comprovado pelos tempos previstos para assoreamento dos reservatórios, em mais de 180 anos para a UHE Foz do Apicás e em mais de 300 anos para a UHE São Manoel, o que é influenciado pela presença da UHE Teles Pires a montante, conforme indicado anteriormente.

9. MEDIDAS E PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

Este item apresenta as medidas e os programas socioambientais relacionados aos impactos das UHE São Manoel e Foz do Apiacás, focados na questão indígena.

Cabe destacar que essas medidas e programas deverão ser desenvolvidos com a participação do empreendedor, da FUNAI e de outros órgãos/instituições por esta indicados e, sobretudo, da população indígena da TI Kayabi.

9.1 Medidas Mitigadoras, de Controle e Compensatórias

Como medida mitigadora dos impactos sobre a Terra Indígena Kayabi, associada às UHE São Manoel e Foz do Apiacás, propõe-se a proteção das áreas próximas à TI, nas margens dos rios Teles Pires e São Benedito, para evitar que sejam alvo de invasões e ocupações desordenadas.

Essa oportunidade é criada pela própria necessidade de implantação de áreas de preservação permanente dos reservatórios, que são propostas nos EIA das duas usinas. Os futuros empreendedores deverão adquirir áreas nas margens dos rios para esse fim, e devem considerar as áreas a jusante das futuras barragens ou mais próximas da TI no plano de aquisições de terras visando o estabelecimento de uma área de proteção para a TI e sua população.

Recomenda-se, ainda, a instalação de placas de identificação e sinalização dos limites da TI, para informar a população não indígena sobre a proibição de entrada, bem como à restrição de uso dos recursos naturais, sobretudo das atividades de caça, pesca e garimpo e retirada de madeira, impostas pela legislação e instrumentos normativos aplicáveis. Ressalta-se a importância da sinalização ostensiva das áreas de fronteira da Gleba Sul, principalmente nos acessos ao Porto do Meio e na margem do rio São Benedito.

Outra ação importante é o treinamento e conscientização dos futuros trabalhadores das obras das duas usinas, quanto ao comportamento a ser seguido no relacionamento com a população indígena, com a adoção de um Código de Ética e Boa Conduta e a previsão de punições para as infrações ao código, em diferentes graus de severidade, conforme o caso. Deverá ser taxativamente proibido aos trabalhadores a entrada na TI Kayabi sem autorização oficial prévia. Também deverá ser feita conscientização acerca da prevenção de doenças, especialmente as sexualmente transmissíveis. Nesse contexto de capacitação e conscientização, deverão ser implementadas pelo empreendedor as seguintes ações:

- orientar os responsáveis pelas obras, no sentido de transmitir aos trabalhadores as particularidades socioambientais da região, que incluem as Terras Indígenas e etnias nelas presentes;
- informar os técnicos e operários das obras quanto às especificidades da cultura e do modo de vida indígena;
- transmitir aos trabalhadores orientações sobre os cuidados necessários durante a realização de suas atividades e em seus dias/horários de folga, com relação a tudo que possa repercutir nas terras e populações indígenas.

Essas orientações deverão ser veiculadas por meio de palestras e afixação de cartazes e distribuição de material como apostilas e folhetos. Recomenda-se que esse material também seja distribuído para os prestadores de serviços que se dirigirão, frequente ou ocasionalmente, aos locais das obras.

Fornecer sistematicamente às lideranças indígenas e a associações e órgãos que representem o contingente indígena, como a Funai e a Secretaria de Saúde Indígena, detalhes do projeto e das obras, principalmente com relação às atividades que possam de alguma forma repercutir nas terras e e/ou comunidades indígenas da região, e às medidas socioambientais relacionadas direta ou indiretamente a essas comunidades e seus territórios.

Recomenda-se também a realização de um trabalho formal de conscientização da população indígena, voltado principalmente para a população jovem, quanto à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Esse trabalho de conscientização pode e deve ser realizado nas escolas existentes nas TI, entre outros locais. Deverá ser de responsabilidade do empreendedor, com orientação e acompanhamento da Funai.

Propõe-se que os programas de monitoramento da ictiofauna e da qualidade da água, previstos nos EIA, incluam, entre os pontos de coleta e medição a jusante das barragens, locais de coleta no trecho do rio Teles Pires localizados dentro das TI Kayabi. Essa recomendação se aplica sobretudo à UHE São Manoel, uma vez que os impactos da UHE Foz do Apiacás no ecossistema aquático tendem a ser de significância baixa a desprezível, a partir da confluência do rio Apiacás com o Teles Pires.

A execução dessa medida poderá envolver a participação da população indígena, traduzindo-se também em oportunidade de emprego e renda, desenvolvimento e capacitação técnica dessa população.

Além do programa de compensação ambiental das usinas, é importante que sejam definidas algumas linhas mestras de ações compensatórias para a população das Terras Indígenas. Essas ações se justificam em função da necessidade de fortalecimento dessas comunidades frente às pressões sobre seu território, proporcionadas pela implantação das UHE e pelo desenvolvimento regional que será alavancado. Consideram-se ainda os efeitos sinérgicos da usina com outros grandes empreendimentos de infraestrutura previstos para a região, tais como o asfaltamento da BR-163 e demais aproveitamentos hidrelétricos na bacia. Justificam-se também em função das perdas imateriais a que essa população estará sujeita com a implantação desses empreendimentos, conforme mencionado anteriormente.

As linhas mestras de ações compensatórias aqui propostas, com base nas reivindicações dessas populações e no conhecimento técnico da equipe que conduziu o presente estudo, são a seguir elencadas:

- ações de apoio à mobilidade das comunidades indígenas, em função da necessidade de deslocamento entre as aldeias e para as cidades mais próximas;
- ações de apoio à comunicação entre as aldeias e com as cidades mais próximas;
- ações de apoio à produção artesanal, extrativista e agrossilvipastoril nas aldeias;
- ações de apoio ao desenvolvimento cultural das comunidades;

- ações de apoio à implantação de infraestrutura nas aldeias;
- ações de apoio ao processo de regularização da TI Kayabi.

9.2 Programas socioambientais

A seguir, são apresentados alguns programas socioambientais propostos nos EIA das UHE São Manoel e Foz do Apiacás, que devem ter seus objetivos ampliados para atender aos aspectos identificados nesse estudo, incorporando ações destinadas às comunidades da TI Kayabi:

- monitoramento limnológico e da qualidade da água;
- monitoramento e conservação da ictiofauna;
- vigilância epidemiológica e prevenção de doenças;
- manejo da fauna;
- implantação da área de preservação permanente do reservatório;
- reforço à infraestrutura e equipamentos sociais;
- interação e comunicação social;
- educação ambiental e
- apoio às comunidades indígenas.

A Tabela 9.2-1 apresenta os programas socioambientais relacionados aos impactos potenciais identificados no item 8.

Tabela 9.2-1 - Programas socioambientais relacionados aos impactos

IMPACTOS POTENCIAIS	PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS
Pressão sobre as terras e culturas indígenas	Interação e comunicação social
	Apoio às comunidades indígenas
Impacto na ictiofauna utilizada como recurso alimentar	Monitoramento e conservação da ictiofauna
Interferência na flora e fauna terrestre	Fauna terrestre
	Implantação da área de preservação permanente dos reservatórios
Alteração da relação dos índios com a atividade turística	Apoio às comunidades indígenas
Aumento da incidência de doenças na população indígena	Vigilância epidemiológica e prevenção de doenças
	Apoio às comunidades indígenas
Contratação de indígenas nas atividades de implantação dos empreendimentos	Educação ambiental
	Apoio às comunidades indígenas
Aumento no trânsito de veículos	Reforço à infraestrutura e equipamentos sociais
Impactos na qualidade da água	Monitoramento limnológico e da qualidade da água
Impactos do adensamento populacional	Reforço à infraestrutura e equipamentos sociais
	Apoio às comunidades indígenas
Aumento da especulação imobiliária	Reforço à infraestrutura e equipamentos sociais
	Apoio às comunidades indígenas
Dinamização da economia	Reforço à infraestrutura e equipamentos sociais
	Apoio às comunidades indígenas
Geração de expectativas na população indígena	Interação e comunicação social
	Educação ambiental
	Apoio às comunidades indígenas

Cabe destacar que, de acordo com o ciclo de planejamento de empreendimentos hidrelétricos, o detalhamento dos programas socioambientais, em nível operacional,

deve ocorrer nas próximas etapas do projeto (Projeto Básico) e do licenciamento ambiental (Licença de Instalação), e, como já mencionado, com a participação do empreendedor, da FUNAI e de outros órgãos/instituições por esta indicados, e sobretudo da população indígena.

Dada a interface desses programas com as populações indígenas, e considerando a necessidade de contratação de mão-de-obra para sua execução, recomenda-se que seja dada prioridade para a capacitação e contratação de indígenas.

- **Monitoramento limnológico e da qualidade da água**

Os EIA das duas usinas indicam que somente em dois momentos são esperadas alterações na qualidade da água no trecho a jusante das barragens: durante a construção e, principalmente, logo após o enchimento dos reservatórios. Na fase de operação das UHE, prevê-se que a qualidade do rio Teles Pires seja mantida em nível satisfatório, não devendo haver impactos a jusante.

Os EIA propõem a implementação de programas de monitoramento limnológico e da qualidade da água. Apesar da previsão de água com qualidade satisfatória para jusante das usinas, os indígenas captam água para consumo diretamente no rio e os sistemas de tratamento são insipientes. Assim, a preocupação com possíveis alterações na qualidade da água do trecho de jusante das usinas se reveste de importância.

O aprimoramento dos programas propostos para as duas usinas deve considerar a caracterização da qualidade da água que flui para a região da TI Kayabi. Caso ocorram eventos críticos na qualidade da água, o monitoramento deve subsidiar a implementação de medidas emergenciais para informação da população indígena e para adoção de ações alternativas durante os períodos de restrição de uso da água para abastecimento direto sem tratamento.

- **Monitoramento e conservação da ictiofauna**

Os EIA das duas usinas apresentaram previsão de impactos significativos sobre a ictiofauna. No entanto, no capítulo 8 do presente estudo é apresentada justificativa para a atenuação dos efeitos sobre as espécies de peixes utilizadas na alimentação dos indígenas da TI Kayabi.

Os EIA propõem a implementação de programas de monitoramento e conservação da ictiofauna. Contudo, o aprimoramento dos programas propostos para as duas usinas deve considerar o monitoramento da ictiofauna e da oferta de peixes utilizados na dieta alimentar dos indígenas da TI Kayabi. Caso ocorram eventos críticos na oferta de peixes, o monitoramento deve subsidiar a implementação de medidas emergenciais que garantam o suprimento alimentar da população indígena.

- **Prevenção e controle de doenças**

Os EIA das duas usinas previram a alteração da população de vetores e do quadro das doenças e propõem a implementação de diversos programas (vigilância epidemiológica, monitoramento de insetos vetores de doenças, controle e prevenção controle da malária e de outras doenças).

O aprimoramento dos programas propostos para as duas usinas deve incluir a população indígena da TI Kayabi como público-alvo, e promover o monitoramento dos riscos de aumento de doenças incidentes na população e a adoção de medidas educativas e preventivas. Caso ocorram eventos críticos associados à implantação e operação das usinas, o monitoramento deve subsidiar a implementação de medidas de controle dessas doenças na população indígena.

- **Fauna terrestre**

Os EIA das duas usinas apresentaram a previsão de impactos sobre a fauna, terrestre e semi-aquática e propõem a implementação de diversos programas (monitoramento e conservação de fauna). O tracajá se reproduz em bancos de areia nas praias formadas no período da seca e foi considerado como a espécie de réptil que poderá sofrer o maior impacto com a construção das usinas.

O aprimoramento dos programas associados à fauna propostos para as duas usinas deve considerar o monitoramento da fauna nas áreas próximas à TI Kayabi, a fim de identificar rotas de fuga para os animais afugentados, e o monitoramento de espécies utilizadas na dieta alimentar dos indígenas. Caso ocorram eventos críticos na oferta de alimentos, o monitoramento deve subsidiar a implementação de medidas emergenciais que garantam o suprimento alimentar da população atingida.

- **Implantação da área de preservação permanente dos reservatórios**

Os EIA das duas usinas propõem a implementação de áreas de preservação permanente dos reservatórios e Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais (PACUERA).

O aprimoramento desses programas deve considerar a área próxima à TI Kayabi, visando à adoção de ações para proteção da TI e para estabelecimento de diretrizes para o uso do solo no seu entorno e para integração com outras propostas de conservação ambiental (corredores ecológicos, unidades de conservação etc.).

- **Reforço à infraestrutura e equipamentos sociais**

Os EIA das duas usinas apresentaram a previsão de impactos sobre infraestrutura e equipamentos sociais da cidade núcleo de apoio aos projetos e propõem programas de reforço a essa infraestrutura, consistindo de suporte ao poder público municipal em várias ações estruturantes nas áreas de educação (escolas, contratação e capacitação de professores), saneamento básico, segurança pública, sistema viário e de transportes, saúde (postos de saúde e hospitais, contratação de profissionais) e habitação.

O aprimoramento desses programas deve considerar o atendimento às necessidades da população indígena, atualmente carentes de infraestrutura nas aldeias.

- **Interação e comunicação social**

Os EIA das duas usinas propõem a implementação de programas de interação e comunicação social.

O aprimoramento desses programas deve considerar a população indígena como público-alvo, visando à possibilidade de participação e interação com a população indígena e a difusão de informações e esclarecimentos sobre desenvolvimento dos projetos, de suas consequências para os territórios e culturas indígenas, das medidas e dos programas socioambientais propostos.

Para a implementação dos programas recomendam-se o envolvimento das lideranças formais e informais das comunidades indígenas e o estabelecimento de parcerias e interações institucionais com os órgãos competentes e instituições interessadas na proteção da cultura indígena.

○ **Educação ambiental**

Os EIA das duas usinas propõem a implementação de programas de educação ambiental.

O aprimoramento desses programas deve considerar como públicos-alvo: a população indígena, visando à contribuição para a melhoria da qualidade de vida das, através da conscientização ambiental; e as populações não indígenas - trabalhadores das obras acomodados no canteiro de obras e residentes nas cidades próximas, visando sensibilizá-los no respeito dos limites dos territórios indígenas e das culturas presentes na TI Kayabi.

Apesar das comunidades indígenas da TI Kayabi terem como tradição uma vida integrada à natureza, a população jovem das aldeias sofre hoje bastante influência da cultura ocidental urbana, tendo acesso aos canais de televisão aberta e contato com a população não índia nas cidades da região, principalmente Alta Floresta, onde os Kayabi têm uma casa de apoio.

Deste modo, ações de conscientização para a população indígena jovem, associadas a projetos de reciclagem, ou mesmo de organização da coleta e destinação final desses materiais para as suas cidades de origem, devem ser implementadas.

○ **Apoio às comunidades indígenas**

Os EIA das duas usinas propõem a implementação de programas de apoio às comunidades indígenas.

O aprimoramento destes programas objetiva:

- efetivar as diretrizes de proteção à população e às terras indígenas;
- assegurar a implementação de medidas emergenciais, caso ocorram eventos críticos;
- coordenar o detalhamento e implementação das ações relacionados à população indígena, abordadas nas medidas e programas objeto deste capítulo e
- promover a integração das ações a serem implementadas pelos diferentes empreendedores das usinas.

A responsabilidade pela execução destes programas é dos empreendedores, porém, considerando-se a competência para o tratamento dessa questão, é importante que se envolva a FUNAI em toda e qualquer proposição que pressuponha a participação das

etnias envolvidas. Assim, as ações a serem implementadas ganham a necessária legitimidade e aderência junto à instituição responsável pela questão e à população indígena por ela representada.

As ações propostas devem ser adequadas às condições locais, garantindo-se sua eficiência e eficácia. Deverão ser identificados os segmentos sociais e institucionais envolvidos com a questão indígena, promovendo-se reuniões e a definição de responsabilidades e limites de atuação, no que tange aos diversos aspectos da interação entre a comunidade indígena e a população envolvente.

Os programas devem considerar a questão do processo de consolidação da TI Kayabi, visando evitar a possibilidade de agravamento dos conflitos locais já instalados antes da proposição das usinas.

8. EQUIPE TÉCNICA

Equipe EPE

NOME
Amilcar Guerreiro
Flavia Serran
Carlos Frederico Menezes
César Maurício Batista da Silva
Kátia Gisele Soares Matosinho
Elisângela Medeiros de Almeida
Carina Rennó Siniscalchi
Glauce Maria Lieggio Botelho
Federica Natasha A. Sodré

Equipe AGRAR

NOME	ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO
Maria de Lourdes Sá Barreto Pimentel	Antropologia
Pedro Luiz Aleixo Lustosa de Andrade	Impactos Ambientais
Marcos de Macedo Dertoni	Impactos Ambientais
Luiz Felipe Brito de Araújo	Socioeconomia
Maria Augusta Silva de Moraes Bittencourt	Comunicação
Carlos Roberto Bizerril	Ictiofauna
Iuri Veríssimo	Ictiofauna

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO-RODRÍGUEZ, P. 1990. Distributional patterns in brazilian *Serjania* (Sapindaceae). *Acta Botanica Brasilica* 4: 69-82.
- AGOSTINHO, A.A., PELICICE, F.M. & GOMES, L.C. 2008. Dams and the fish fauna of the Neotropical region: impacts and management related to diversity and fisheries. **Braz. J. Biol.**, 68(4, Suppl.): 1119-1132.
- ARMBRUSTER, J. W. 1998. Phylogenetic relationships of the suckermouth armored catfishes of the *Rhinelepis* group (Loricariidae: Hypostominae). **Copeia**, 1998 (3): 620-636.
- ARNAUD, Expedito. O Índio e a expansão nacional. Belém. Edições CEJUP, 1989.
- ARROLHO-SILVA, S. A.; GODOI, D. S.; ROSA, R. D. 2009. Diagnóstico da ictiofauna do Parque Nacional do Juruena, Brasil. **Anais do XVIII Encontro Brasileiro de Ictiologia**. 559pp. Cuiabá, MT.
- ARTEMA, Santana Almeida Lima. *Cosmologia Educativa: A Educação Ambiental na Vida dos Kaiabi do Xingu*. Dissertação. Instituto de Educação/ Programa de Pós-Graduação / UFMT. Cuiabá/MT, 2007 pesquisa internet em 31/03/ 2010 – 11h46
- AYRES, J. M. & AYRES, C. 1979. Aspectos da caça no alto rio Aripuanã. *Acta Amazônica*, 9 (2): 287-298.
- BARTHEM, R.; GOULDING, M. 1997. **Os bagres balizadores. Ecologia, migração e conservação de peixes amazônicos**. Tefé: Sociedade Civil Mamirauá.
- BAYLEY, P.B. & PETRERE, M. JR., 1989. Amazon fisheries: assessment methods, current status and management options. **Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.** 106: 385-398
- BODMER, R. E. & PEZO, E. 1999. Análisis económico del uso de fauna silvestre em La Amazonía Peruana. In: Manejo y Conservación de Fauna Silvestre em América Latina. Fang, T. G., Montenegro, O. L. & Bodmer, R. E (eds.). p.171-182. CLEMENTS, J. F. (2000) *Birds of the world: A checklist*. 5th edition. Vista, CA: Ibis Publishing Company.
- BRITSKI, H. A. & J. C. GARAVELLO. 1993. Descrição de duas espécies novas de *Leporinus* da bacia do Tapajós (Pisces, Characiformes). **Comunicações do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, Série Zoologia**, 6: 29-40.
- BRITSKI, H. A. 1976. Sobre uma nova espécie *Leporinus* da Amazônia. **Acta Amazônica** 6(4): Suplemento: 87-89.
- BUHRNHEIM, C.M. 1998. Estrutura de comunidades de peixes em igarapés de floresta de terra firme na Amazônia Central. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Manaus, Amazonas. 166p.

BURGESS, W. E. 1989. **An atlas of freshwater and marine catfishes. A preliminary survey of the Siluriformes.** Neptune, Tropical Fish Hobbyist Publications. 783 p.

CAMPOS-DA-PAZ, R. 1999. New species of *Megadontognathus* from the Amazon Basin, with phylogenetic and taxonomic discussions of the genus (Gymnotiformes: Apterontidae). **Copeia, 1999**: 1041-1049.

CAROLSFELD, J.; HARVEY, B.; ROSS, C.; BAER, A. 2005. **Migratory fishes of South America. Biology, Fisheries and Conservation Status.** Alaris Design, Victoria, Canada. 361 pp.

Central Brazil. **Copeia**, 428-432.

CHAGAS, Aline. Kayabi: Índios fazem 32 reféns no norte. In: Diário de Cuiabá. Edição nº 11396 de 17/12/2005. consulta na Internet em 28/03/ 2010.

CROWE, T.M., BOWIE, R.C.K., BLOOMER, P., MANDIWANA, T., HEDDERSON, T., RANDI, E., PEREIRA, S.L., & WAKELING, J. 2006. Phylogenetics and biogeography of, and character evolution in gamebirds (Aves: Galliformes): effects of character exclusion, partitioning and missing data. *Cladistics* 22: 495-532.

DE PINNA, M.C., 1998. Phylogenetic relationships of neotropical siluriforms (Teleostei: Ostariophysi): historical overview and synthesis of hypotheses. In: L.R. Malabarba, R.E. Vari, Z.M. Lucena and C.A. Lucena (eds.), *Phylogeny and classification of neotropical fishes*, Porto Alegre: Edipucrs, p. 279 - 330.

EISENBERG, J.F. & K.H. RERDFORD. 1999. *Mammals of the Neotropics. The Central Neotropics. V. 3. Ecuador, Peru, Bolivia, Brazil.* University of Chicago Press, Chicago. 609 p.

EMMONS L.H. 1997. *Neotropical rainforest mammals: a field guide.* University of Chicago Press, Chicago, 2nd ed., 323p.

FACHIN-TERÁN, A. VOGT, R.C. & THORBJAMARSON, J.B. 2000. Padrões de caça e uso de quelônios na reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Amazonas Brasil. (eds.). In: *Manejo da Fauna Silvestre em Amazonia y Lationoamerica.1999.* p. 323-337.

FERREIRA, E. J. G.; ZUANON, J. A. S.; SANTOS, G. M. 1998. *Peixes comerciais do Médio Amazonas: região de Santarém, Pará.* Edições IBAMA, Brasília, Brasil, 214pp.

FILHO, Arnaldo C. e SOUZA, Oswaldo B.. *ATLAS de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira.* Instituto Socioambiental. São Paulo, novembro de 2009. Consulta na internet em 1 de abril 2010 – 10h34.

FONSECA, G.A.B. & LOURIVAL,R.F.F. 2001. Análise de sustentabilidade do modelo de caça tradicional, no pantanal Nhecolândia, Corumbá, MS. In: I. Garay e B. Dias (eds), *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais.* Editora Vozes, Petrópolis. p. 150-156.

FORSHAW J.M. 1977. Parrots of the world. Neptune: TFH Publications.

FRANK-HOEFLICH, K., SILVEIRA, L.F., ESTUDILLO-LOPEZ, J., GARCIA-KOCH, A.M., ONGAY-LARIOS, L. & PINERO, D. 2007. Increased taxon and character sampling reveals novel intergeneric relationships in the Cracidae (Aves: Galliformes). J. Zool. Syst. Evol. Res.

FURTADO, L. G. 1994. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Goeldi, p. 67-74.

GARAVELLO, J. C. 1979. Revisão taxonômica do gênero *Leporinus* Spix, 1829 (Ostariophysi, Anostomidae). São Paulo, Universidade de São Paulo. 451 p. **[Tese de doutorado não publicada]**

GAYET, M. & MEUNIER, F.J. 1998. Maastrichtian to early late Paleocene freshwater Osteichthyes of Bolivia: additions and comments. **Phylogeny and classification of Neotropical fishes** (ed. by L.R. Malabarba, R.E. Reis, R.P. Vari, Z.M. Lucena and C.A.S. Lucena), pp. 85-110. Edipucrs, Porto Alegre.

GÉRY, J. 1977. **Characoids of the world**. Neptune, Tropical Fish Hobbyist Publications. 672 p.

GODOI, D. S. 2004. **Diversidade e hábitos alimentares de peixes de um córrego afluente do rio Teles Pires, Carlinda-MT, drenagem do rio Tapajós**. Alta Floresta, MT. Dissertação de Mestrado, CAUNESP, UNESP de Jaboticabal, SP. 135 p.

GOMES, Nataniel dos Santos. A Ordem Oracional Em Kayabí (UNAM/UNESA/UniverCidade/UFRJ) consulta internet em 31/03/ 2010 – 10h43

GORMAN, O.T. & KARR, J.R. 1978. Habitat structure and stream fish communities. Ecology 59:507-515

HENDERSON, P.A.; WALKER, I. 1986. On the leaf litter community of the Amazonian blackwater stream Tarumazinho. Journal of Tropical Ecology, 2:1-16. Horizonte, MG. 160p.

HUBERT, N.; RENNO, J.F. 2006. Historical biogeography of South American freshwater fishes. **Journal of Biogeography**. 33, 1414-1436

ISAAC, V. J., RUFFINO, M. L. & MELO, P. 2000. Considerações sobre o Método de Amostragem para Coleta de Dados sobre Captura e esforço Pesqueiro no Médio Amazonas. IBAMA, Brasília, Coleção Meio Ambiente. **Série Estudos Pesca**, (22): 175- 200.

ISAAC, V. J., SILVA, C. O. & RUFFINO, M. L. 2004. **A pesca no Baixo Amazonas**. Pp. 169-195. In: Ruffino, M.L. (Org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. IBAMA, Manaus, 272 p.

- JUNK, W. J. 1983. As águas da região Amazônica. In: SALATI, Eneas et al. Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense, p. 54-55.
- KAIABI, Aturi; Kaiyabi, Eroit. Técnicas de Cestaria e Tecelagem são Retomadas. In: Povos Indígenas do Brasil 2001/2005 – São Paulo: Instituto Socioambiental – p. 487-489.
- KLEIN, Cristiane – Apicás: Povo e Memória. Instituto Centro de Vida – ICV. Alta Floresta, 2009
- KULLANDER, S. O. 1983. **A revision of the South American cichlid genus *Cichlasoma* (Teleostei: Cichlidae)**. Estocolmo, Naturhistoriska Riksmuseet. 296 p.
- KULLANDER, S. O. 1986. **Cichlid fishes of the Amazon River drainage of Peru**. Estocolmo, Swedish Museum of Natural History. 431 p.
- LANGEANI, F. 1998 [1999]. *Argonectes robertsi* sp. n., um novo Bivibranchiinae (Pisces, Characiformes, Hemiodontidae) dos rios Tapajós, Xingu, Tocantins e Capim, drenagem do rio Amazonas. **Naturalia**, 23: 171-183.
- LIMA, F.C.T.; L. R. MALABARBA; P.A. BUCKUP; J. F. P. SILVA; R. P. VARI; A. HAROLD; R. BENINE; O. T. OYAKAWA; C. S. PAVANELLI; N. A. MENEZES; C. A. S. LUCENA; M. C. S. L. MALABARBA; Z. M. S. LUCENA; R. E. REIS; F. LANGEANI; L. CASSATI; V. A. BERTACO; C. MOREIRA E P. H. F. LUCINDA. 2003. Genera Incertae Sedes in Characidae. In: Reis, R.E.; S.O. Kullander; Ferraris Jr. C.J. (Org.) Checklist of freshwater fishes of South and Central America. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.106- 109, 2003.
- LIMA, M.G.; GASCON, C. 1999. The conservation value of linear forest remnants in central Amazonia. *Biological Conservation*, 91: 241-247.
- LOWE-McCONNEL. R.H. 1975. Fish communities in tropical freshwater s. New York, Longman, 337p.
- LOWE-McCONNELL, R.H. 1999. Estudos Ecológicos de Comunidades de Peixes Tropicais. São Paulo, USP, 535p.
- LUCENA, C. A. S. 2003. New characid fish, *Hyphessobrycon scutulatus*, from the rio
- LUNDBERG, J. G. & LITTMANN, M. W. 2003. Family Pimelodidae (Long-whiskered catfishes). In: REIS, R. E.; Kullander, S. O. & Ferraris, Jr., C. J. eds. Check List of the Freshwater Fishes of South and Central America. Edipucrs, Porto Alegre. p. 432-446.
- LUNDBERG, J.G., MARSHALL, L.G., GUERRERO, J., HORTON, B., MALABARBA, M.C.S.L. & WESSELINGH, F. 1998. The stage for Neotropical fish diversification: a history of tropical South American rivers. **Phylogeny and classification of Neotropical fishes** (ed. by L.R. Malabarba, R.E. Reis, R.P. Vari, Z.M. Lucena and C.A.S. Lucena), pp. 13-48. Edipucrs, Porto Alegre.

MACHADO, A.B.M. 2005. **Lista da fauna brasileira ameaçada de extinção: incluindo as espécies quase ameaçadas e deficientes em dados.** Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte, MG. 160p.

MALABARBA, M.C.S.L. 1998. Phylogeny of fossil Characiformes and palaeobiogeography of the Tremembe´ formation, São Paulo, Brazil. **Phylogeny and classification of Neotropical fishes** (ed. by L.R. Malabarba, R.E. Reis, R.P. Vari, Z.M. Lucena and C.A.S. Lucena), pp. 69–84. Edipucrs, Porto Alegre.

MATEUS, LÚCIA A. F. AND PENHA, JERRY M. F. 2007. Avaliação dos estoques pesqueiros de quatro espécies de grandes bagres (Siluriformes, Pimelodidae) na bacia do rio Cuiabá, Pantanal norte, Brasil, utilizando alguns Pontos de Referência Biológicos. *Rev. Bras. Zool.* [online]. 2007, vol.24, n.1, pp. 144-150.

MELIÁ, Bartomé, Os Caiabis não-xinguanos. In: COELHO, Vera Penteadado (Org.) Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu. São Paulo. Edusp / Fapesp, 1993. P. 485-509.

MELO, C.E.; LIMA, J.D.; MELO, T.L. & PINTO-SILVA, V. 2005. **Peixes do Rios das Mortes: Identificação e ecologia das espécies mais comuns.** Cáceres: UNEMAT. 145p.

MENDONÇA, F.P. 2002. Ictiofauna de igarapés de terra-firme: estrutura de comunidades de duas bacias hidrográficas, Reserva Florestal Adolpho Ducke, Amazônia Central. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA. Manaus, Amazonas. 43p.

MENEZES, N. A. 1987. Three new species of the characid genus *Cynopotamus Valenciennes*, 1849, with remarks on the remaining species (Pisces, Characiformes). **Beaufortia**, 37 (1): 1-9.

MONTOYA-BURGOS, J.I. 2003. Historical biogeography of the catfish genus *Hypostomus* (Siluriformes: Loricariidae), with implications on the diversification of Neotropical ichthyofauna. **Molecular Ecology**, 12, 1855–1867.

MOREIRA, C. R.; LANDIM, M. I.; COSTA, W. J. E. M. 2002. *Hyphessobrycon heliacus*: a new Characid fish (Ostariophysi: Characiformes) from the upper rio Tapajós basin,

NELSON, J.S. (1994). *Fishes of the world*. 3rd edition. John Wiley & Sons. New York, 600pp.

NESSIMIAN, J.L.; DORVILLÉ, L.F.M.; SANSEVERINO, A.M.; BAPTISTA, D.F. 1998. Relation between flood pulse and functional composition of the macroinvertebrate benthic fauna in the lower Rio Negro, Amazonas, Brazil. *Amazoniana*, 15: 35-50.

NOLTE, U. 1988. Small water colonizations in pulse stable (varzea) and constant (terra firme) biotopes in the Neotropics. *Archiv für Hydrobiologie*, 113: 541-550.

NOVARO, A. J., BODMER, R. E. & REDFORD, K. H. 1997. Sustentabilidade de la caza em el Neotrópico: ¿Cuán Comunes son los Sistemas de Fuente Y Sumidero? In:

Manejo y Conservación de Fauna Silvestre em América Latina. Fang, T. G., Montenegro, O. L. & Bodmer, R. E (eds.). p.27-31.

PAGLIARO, Heloísa. A Recuperação Demográfica dos Povos Indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso. UNIFESP/EPM. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, Novembro de 2002. Consulta internet: 31/03/2010, 04:35

PEREIRA, S.L., BAKER, A.J. & WAJNTAL, A. 2002. Combined nuclear and mitochondrial DNA sequences resolve generic relationships within the Cracidae (Galliformes, Aves). *Systematic Biology* 51(6): 946-958.

PETRERE JR., M. 1978. Pesca e esforço de pesca no estado do Amazonas. II – Locais e aparelhos de captura e estatística de desembarque. **Acta Amazonica**, 8(Supl. 2): 1-54.

PETRERE JR., M. 1985. A pesca comercial no Rio Solimões-Amazonas e seus afluentes: análise dos informes do pescado desembarcado no Mercado Municipal de Manaus (1976-1978). **Ciência e Cultura**, 37(12):1987-1999.

PIERRET, V.P. y DOUROJEANNI, M.J. La caza y alimentación humana en-las riberas Del rio Pachitea, Perú. *Turrialea*. 16(3): 271-277.

Proceedings of the Academy of Natural Sciences of Philadelphia, p. 93-134.

REDFORD, K. H. & ROBINSON, J. 1991. Subsistence and Comercial Uses of Wildlife in Latin America. In: *Neotropical Wildlife Use and Conservation*. Robinson, J. G. & Redford, K. H. (eds.) Chicago: University of Chicago Press, p. 6-23.

REIS, R. E., S. O. KULLANDER, AND C. J. FERRARIS JR. 2003. Check List of Freshwater Fishes of South and Central America. Porto Alegre, Edipucrs, 729 p.

RIBEIRO, Berta G. A Civilização da Palha: a arte do trançado dos índios do Brasil. São Paulo: USP, 1980. (Tese de Doutorado).

SABINO, J.; ZUANON, J. 1998. A stream fish assemblage in Central Amazônia: distribution, activity patterns and feeding behavior. *Ichthyol. Explor. Freshwaters*, 8(3): 201-210.

SANTOS, G.M. DOS & M. JEGU. 1996. Inventário Taxonômico dos Anostomideos (Pisces, Anostomidae) da Bacia do Rio Uatumã - AM, Brasil, com descrição de duas Espécies Novas. *Acta Amazônica*, Manaus, 26: 151-184.

SAUL, W.G. 1975. An ecological study of fishes at a site in upper Amazonian Ecuador. SIBLEY, C.G.; MONROE JR, B.L. 1990. Distribution and taxonomy of birds of the world. New Haven: Yale University Press.

SICK H. 1997. Ornitologia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SILVA, Geraldo M., ATHAYDE, Simone F., SENRA, Klinton V. Posfácio: Os Kayabi hoje: aspectos culturais e ambientais. In: GRÜNBERG, Georg. Os Kaiabi do Brasil Central:

História e Etnografia. Trad. WENZEL, Eugênio G.; trad. Mitos DORNSTAUDER, João. – São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

SIOLI, H. 1991. **Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais**. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 72pp.

SMERMAN, W. 2007. **Ictiofauna de Riachos formadores do Teles Pires, drenagem do rio Tapajós, Bacia Amazônica**. Dissertação. Centro de Aquicultura da Unesp, Jaboticabal, 88p.

SMITH, N.J.H. 1979. **A pesca no rio Amazonas**. INPA, Manaus, Amazonas, 154pp.

STAECK, W. & LINKE, H. (1985). Large Cichlids: American Cichlids II, A Handbook for their identification, care and breeding. Tetra-Verlag. Melle, Germany, 216p.

Teles Pires drainage, upper rio Tapajós system. **Neotropical Ichthyology**, 1: 93-96.

TEMPESTA, G.A. 2009. Travessia de Banzeiros. Historicidade e organização sociopolítica apiaká. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, UnB.

TRAVASSOS, Elizabeth. A tradição guerreira nas narrativas e nos cantos Caiabis. In: COELHO, Vera Penteadó (Org.) Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu. São Paulo. Edusp / Fapesp, 1993. P. 485-509.

VARI, R. P. 1984. Systematics of the Neotropical characiform genus *Potamorhina* (Pisces: Characiformes). **Smithsonian Contributions to Zoology**, 400: 1-36

VARI, R.P. & WEITZMAN, S.H. 1990. A review of the phylogenetic biogeography of the freshwater fishes of South America. **Vertebrates in the Tropics** (ed. by G. Peters and R. Hutterer), pp. 381–394. Alexander Koenig Zoological Research Institute and Zoological Museum, Bonn.

WALKER, I. 1990. Ecologia e biologia dos igapós e igarapés. *Ciência Hoje*, 11(64): 44-53.

WEITZMAN, S.H. & WEITZMAN, M.J. 1982 Biogeography and evolutionary diversification in Neotropical freshwater fishes with comments on the refuge theory. **Biological diversification in the tropics** (ed. by G.T. Prance), pp. 403–422. Columbia University Press, New York.

ZARET, N. T. & RAND, A. S. 1971. Competition in tropical stream fishes: support for the competitive exclusion principle. *Ecology*, New York, 52(2):336-342.

- **EPE/Concremat** - Avaliação Ambiental Integrada

-**EPE/Concremat/Leme Engenharia** – EIA/Rima da UHE São Manoel

- **EPE/Biodinâmica** – EIA/Rima da UHE Foz do Apiacás

-
- **PRESERVE & HEBER** - EIA PCHs Cabeça de Boi, Salto Apiacás e da Fazenda – maio de 2007
 - **OEA/SEMA** - Plano de Recursos Hídricos do Araguaia Tocantins
 - **ICV & WWF** - Apiacás – Povo e Memória - 2009
 - Levantamento na Funasa de Colider/MT – Abril de 2010
 - Levantamento no ICV de Alta Floresta/MT – Abril de 2007

sites

www.institutosocioambiental.org.br (Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia) – Março de 2010

www.pbbi.org.br (Programa Biodiversidade – Brasil/Itália – envolve índios Kaybi do Xingu) – Março de 2010

www.icv.org.br (Cartilha Apiacás) – Março de 2010

CIMI (Site) – Conselho Indigenista Missionário – TARAVY, Kayabi, Carta de apoio a proteção legal da terra indígena kayabi. In: Povos indígenas. consulta na internet em 16/04/2010.

JusBrasil (Site) – diários. Pg. 205,206, 207 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 25/06/1999 .consulta na internet em 04.2010

_____ - Apiaká. Instituto Socioambiental, setembro 2009 Disponível em <http://pib.socioambiental.org> (consulta em março-abril/2010).

ANEXOS